



AS CIDADES DE TEMPOS LENTOS:
O Patrimônio cultural entre sinais de Letargia e Lucidez

Cristina Seibert Schneider

Cristina Seibert Schneider

**AS CIDADES DE TEMPOS LENTOS:
o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul-UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Schneider, Cristina Seibert

As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez / Cristina Seibert Schneider. -- 2017.

345 f.

Orientador: Eber Pires Marzulo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Patrimônio cultural. 2. Política Pública. 3. Capital social. 4. Cidades pequenas. 5. Intersetorialidade. I. Marzulo, Eber Pires, orient. II. Título.

CRISTINA SEIBERT SCHNEIDER

**AS CIDADES DE TEMPOS LENTOS:
o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez**

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Orientador

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Lúcia Goelzer Meira

Examinadora Externa do PPG em Arquitetura e Urbanismo/ UNISINOS

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Examinador Externo do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências/
UFRGS

Profª Drª Luisa Gertrudis Durán Rocca

Examinadora Externa do PPG em Museologia e Patrimônio/ UFRGS

Heleniza Ávila Campos

Examinadora Interna do PROPUR/ UFRGS

A meus pais, Harry e Lori, pelo incentivo ao longo da vida,
a meu marido, Leandro Elias, e a meus filhos, Guilherme,
Ingrid e João Augusto, minhas razões de ser e viver.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado da minha trajetória profissional, acadêmica e cidadã. Não foi um trabalho individual, pois foram significativas as contribuições que recebi de pessoas e instituições. Com elas construí reflexões e práticas que retroalimentaram meu fazer pedagógico e minhas atividades na área da gestão cultural.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, renomada instituição de excelência no ensino, da qual tenho a honra de ter, em meu currículo, um título acadêmico.

Ao meu orientador, Eber Pires Marzulo, pelas provocações, pelas novas perspectivas de abordagens, por acreditar que eu poderia fazer mais e melhor. Vou sentir falta dos nossos debates regados a café, teóricos e problemas complexos de resolver.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, os quais ampliaram, de forma significativa, meus conhecimentos e qualificaram minha pesquisa. E também, aos meus colegas de doutorado do PROPUR, pelos momentos de convívio e companheirismo e pelas conversas nos corredores da instituição. Em especial, à minha colega Vanessa Batistti, pela leitura criteriosa e pelas contribuições na minha tese. Este foi um árduo e prazeroso caminho de construção do conhecimento e de amadurecimento intelectual.

Aos entrevistados das cidades pesquisadas, pelo carinho e, principalmente, pela acolhida. Levo para minha vida as lições de vida e de superação dessas pessoas que, em suas instituições, fazem a diferença em prol da preservação de seus referenciais culturais.

Aos meus colegas professores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da Faculdade CNEC de Farroupilha, pelo encorajamento e apoio ao longo desta trajetória.

À minha família e aos meus amigos, pelo apoio, pela motivação, pela paciência e pela compreensão da minha ausência. Com certeza vocês compartilham da minha alegria.

Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que nos interessa. (LEFEBVRE, 2001, p. 110)

RESUMO

Esta tese aborda as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no âmbito das cidades pequenas, uma vez que, dos 5.570 municípios brasileiros, 68,67% possuem até 20 mil habitantes (IBGE, 2010). Nas cidades pequenas, existe uma intrincada teia social denominada capital social formada por redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos de decisão e os contatos entre os agentes culturais na formulação e implantação de políticas públicas (ABRAMOVAY, 1999). Considerando que o capital social estimula e promove, além dos recursos materiais, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o desenvolvimento; que uma iniciativa governamental ou institucional pode estimular o sentimento de confiança e de participação cívica, gerando ou aumentando o capital social; que o IPHAN sempre desempenhou um papel de referência para os órgãos de preservação, bem como para os técnicos; que os municípios alcançaram maior autonomia para tratar das questões de preservação com a Constituição de 1988, formula-se a hipótese de que uma iniciativa governamental de preservação do patrimônio cultural cria e/ou estimula o capital social no âmbito local, gerando desenvolvimento. Assim, dos 44 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN depois da Constituição de 1988, nove cidades são consideradas pequenas e, dessas nove, três cidades – São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS) – implantaram políticas municipais de preservação. Para tanto, retomam-se os principais conceitos envolvendo política, política pública, desenvolvimento, e os principais processos político-administrativos que caracterizam a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos, com ênfase nas políticas intersetoriais numa perspectiva neoinstitucionalista (campo no qual as instituições importam e impactam sobre o comportamento dos atores). Constatou-se que esses conjuntos urbanos são resultado de combinações únicas de aspectos políticos, geográficos, econômicos e culturais que moldaram historicamente cada uma dessas sociedades e refletem a complexidade da realidade das pequenas cidades com grande diversidade de dinâmicas urbanas, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. Abordam-se ainda o capital social, analisando-os em sua forma estrutural e cognitiva, e a ação coletiva como materialização do capital social. Conclui-se que a intervenção governamental pode gerar ou ampliar o capital social no âmbito local. Mas, além da existência de capital social estrutural e cognitivo, é necessário que se estabeleçam arranjos institucionais e uma nova governança alicerçada na perspectiva da intersetorialidade para que o desenvolvimento seja centrado nas pessoas e construído a partir do conceito de lugar.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Política pública. Capital social. Cidades pequenas. Intersectorialidade.

ABSTRACT

This thesis approaches the public policies of preservation of the cultural heritage of small cities, since, 68,67% out of a total of 5.570 Brazilian cities have less than 20.000 inhabitants (CENSO 2010). In small cities there is a complex social web called social capital, formed by informal communication networks, which are faster and more flexible, reducing bureaucratic decision processes and the contact between cultural agents in formulation and implantation of public policies (ABRAMOVAY, 1999). Considering that the social capital stimulates and promotes beyond material resources, subjective factors like confidence, cooperation and participation of the community which are important for promoting the development; that a governmental or institutional initiative can stimulate the feeling of confidence and civic participation, generating or increasing the social capital; that IPHAN has always had a role of reference for preservation organizations as well as for the technicians; that cities reached more autonomy to deal with preservation issues with the Constitution of 1988, there is a hypothesis that a governmental initiative of preservation of the cultural heritage creates and/ or stimulates the social capital in the local sphere, generating development. Therefore, from the 44 urban properties declared historical landmarks by IPHAN after the Constitution of 1988, nine cities are considered small. Among them, São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) and Antônio Prado (RS), implemented municipal policies of preservation. For this purpose, it is resumed the main concepts concerning politics, public policies, development and the main political-administrative processes that characterize the formulation, implementation and evaluation of programs and projects with emphasis in intersectoral policies in a neoinstitutionalist perspective (field in which the institutions matter and impact the behavior of the actors). It was observed that these urban properties are the result of unique combinations of political, geographic, economic and cultural aspects that historically formed each one of these societies and reflect the complexity of the reality of small cities, with big diversity of urban dynamics, contradictions and inequalities produced by the capitalistic society. It is also approached the levels of social capital analyzing it in its structural and cognitive forms, and the collective action as materialization of the social capital. It is concluded that the government intervention can generate or expand the social capital in local sphere. But, beyond the existence of structural and cognitive social capital it is necessary to establish institutional arrangements and new governance, consolidated in the perspective of intersectorality so that the development is centered in people and constructed from the concept of place.

Key-words: cultural heritage; public policy; social capital; small towns; intersectorality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Formas de capital social	40
Quadro 2 - Resumo da produção do espaço em Lefebvre (2013)	86
Quadro 3 – Deliberações de Instituições Internacionais e Organizações não governamentais	105
Quadro 4 - Conjuntos urbanos tombados por região	126
Quadro 5 - Ano de tombamento pelo IPHAN e habitantes do município	128
Quadro 6 - Porte populacional e período de tombamento.....	130
Quadro 7 - Comparativo da população rural e urbana	131
Quadro 8 - Equipamentos culturais.....	133
Quadro 9 - Meios de comunicação	133
Quadro 10 - Estrutura pública da política de cultura	140
Quadro 11 - Bens tombados e registrados em São Félix.....	192
Quadro 12 - Tipos e descrição de instituições sociais.....	196
Quadro 13 - Instituições analisadas nesta tese	198
Quadro 14 - Relações dos principais conceitos desta tese	200
Quadro 15 – Os entrevistados	202
Quadro 16 - Modelo de entrevista.....	203
Quadro 17 - Documentos consultados	206
Quadro 18 - Dados socioeconômicos, populacionais e demográficos.....	251
Quadro 19 - População em vulnerabilidade no tema habitação.....	253
Quadro 20 - Atores, estruturas das relações e intensidade	275

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Dois pesos, duas medidas (2016). Artista Lais Mirrha.....	16
Foto 2 - Forte presença das araucárias no centro da cidade.....	149
Foto 3 - Casa da Neni, tombada em 1983.....	149
Foto 4 - Paisagem marcada pela presença dos morros e das araucárias.....	162
Foto 5 - Ruas que convergem para a igreja em Corumbá de Goiás.....	169
Foto 6 - Imagens das edificações residenciais.....	170
Foto 7 - Centro histórico de Corumbá de Goiás.....	174
Foto 8 - Vistas internas da Igreja Nossa Senhora da Penha.....	175
Foto 9 - Vista de Cachoeira, a partir de São Félix, com destaque ao fundo para a Ponte D. Pedro II.....	179
Foto 10 - Patrimônio edificado de São Félix. Da esquerda para a direita: Mercado Público (1902), Prefeitura (1890), Igreja Deus Menino e Senhor de São Félix.....	182
Foto 11 - Chalé dos Guinle.....	183
Foto 12 - Orla do rio Paraguaçu (Avenida Salvador Pinto) no lado de São Félix, requalificada com recursos do Monumenta entre outubro de 2009 e junho de 2010.....	185
Foto 13 - Paisagem de São Félix vista de Cachoeira.....	188
Foto 14 - Da esquerda para a direita: estação ferroviária, via até a Ponte D. Pedro II e orla do rio.....	191
Foto 15 - Início das obras na Praça Garibaldi.....	232
Foto 16 - Empresa Moinho Nordeste no centro da cidade.....	243
Foto 17 - Imagens do comércio local.....	247
Foto 18 - Imagens do cotidiano da cidade de São Félix.....	250
Foto 19 - Vista da Praça Inácio Tostes a partir da Rua do Cais. Nas duas fotos pequenas a edificação em 2017. Na foto maior, em 2008.....	254
Foto 20 - Estação Ferroviária em 2017 e 2008.....	255
Foto 21 – Foto atual da casa amarela na esquina da Praça J. Ramos e foto do mesmo local na década de 1920.....	256
Foto 22 - Casa Letti.....	258
Foto 23 - Casa Neni em Antônio Prado e Praça Central em Corumbá de Goiás.....	284

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa com as cidades pequenas tombadas após a Constituição de 1988.	127
Imagem 2 - Mapa das cidades a serem estudadas.	145
Imagem 3 - Bens tombados em Antônio Prado (2009).	156
Imagem 4 - Material de divulgação do governo de Goiás.	176
Imagem 5 - Tecendo a rede – 1954.	177
Imagem 6 – São Félix: ponte sobre o rio Paraguaçu inaugurada por D. Pedro II no dia 7 de julho de 1885.	181
Imagem 7 - Panorâmica da cidade de Cachoeira e, ao fundo, a cidade de São Félix (imagens à esquerda: datadas até 1948; imagens à direita: datadas de 2011).	187
Imagem 8 – São Félix. Ritual no terreiro Raiz de Ayrá.	193
Imagem 9 - São Félix. Mãe Filhinha no terreiro Ilê Axé Itayle.	194
Imagem 10 – Antônio Prado. Moinho Francescato e Ferraria Marsílio.	212
Imagem 11 - Casa Maia em Corumbá de Goiás.	220
Imagem 12 - Casa de Violeta Jaime em Corumbá de Goiás.	220
Imagem 13 – Antônio Prado. Momentos do projeto <i>Pulando janelas</i> , com palestras, maquetes e visitas guiadas.	227
Imagem 14 – Antônio prado. <i>Folder</i> da campanha.	231
Imagem 15 – Corumbá de Goiás. Cartão-postal.	234
Imagem 16 – Antônio Prado. Semana do Patrimônio em 2010 e 2011.	237
Imagem 17 – Antônio Prado. <i>Folder</i> da exposição cultural no evento <i>Noite Italiana</i> .	244
Imagem 18 - Placas de identificação em Antônio Prado.	264
Imagem 19 – <i>Folder</i> do projeto em Antônio Prado.	265
Imagem 20 – Corumbá de Goiás. Catálogo da exposição realizada em 2013.	270
Imagem 21 - Principais atores numa rede ideal.	279
Imagem 22 – Nova governança.	280
Imagem 23 - Principais atores e uma nova governança.	281
Imagem 24 - Street level (1987).	298

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios por classe populacional	128
Figura 1 - Principais vias de acesso a Antônio Prado em 1896. Em vermelho, estrutura viária.....	150
Figura 2 - Antônio Prado em 1899. A faixa marcada à esquerda indica a estrada Protásio Alves e, na direita, é a estrada Júlio de Castilhos.....	151
Figura 3 - Vista panorâmica de Antônio Prado na década de 1930.....	151
Figura 4 - Fotografia do centro de Antônio Prado em 1925.	152
Figura 5 - Histórias em quadrinhos.....	155
Figura 6 - Diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados de Antônio Prado, 1996.....	163
Figura 7 - Maquete do centro histórico de Antônio Prado.	165
Figura 8 - Setores de preservação IPHAN em Corumbá de Goiás.....	173
Figura 9 – São Félix. Praça J. Ramos, Praça Rui Barbosa (década de 1920), Rua J.J. Seabra (década de 1930), Estação Ferroviária (década de 1910).....	180
Figura 10 - Fábrica de Charutos Danemann na década de 1940 em São Félix.	184
Figura 11 – São Félix. Orla em 1934 e início do século XX.	185
Figura 12 – Cartazes da Bienal do Recôncavo, criada em 1991 com o objetivo de revelar novos artistas e valorizar as matrizes culturais locais.....	189
Figura 13 - Poligonal de tombamento de São Félix.....	190
Figura 14 - Casa de João Agripino Pereira em Corumbá de Goiás.	221
Figura 15 - Casa de João Batista da Silva em Corumbá de Goiás.	222
Figura 16 - Casa Dona Abadia em Corumbá de Goiás.	223
Figura 17 - <i>Slogan</i> das administrações municipais.	225
Figura 18 - Materiais de divulgação da prefeitura municipal de Antônio Prado de 1983/1988.....	225
Figura 19 - Logomarca do Museu Municipal em Antônio Prado.	228
Figura 20 – Antônio Prado. Capa do material didático.	234
Figura 21 – Antônio Prado. Visita de escolas no centro cultural e distribuição de <i>kits</i>	261
Figura 22 – Antônio Prado. Capa do livro <i>Bordando Sonhos</i>	263
Figura 23 - Rede de Corumbá de Goiás.....	276
Figura 24 - Rede de Antônio Prado.	277
Figura 25 - Rede de São Félix.	278
Figura 26 – Metas para ser uma <i>Cittaslow</i>	293
Figura 27 - Logotipo <i>Cittaslow</i>	294

LISTA DE SIGLAS

ACDPH	Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás
ATUASERRA	Associação de Turismo da Serra Nordeste
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIBRAP	Círculo Ítalo-brasileiro Antônio Prado
CDL	Câmara de Dirigentes Logistas de Antônio Prado
CIC	Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária de Antônio Prado
COMPAC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Antônio Prado
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
ECIRS	Estudo dos Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDHM	Índice de desenvolvimento humano municipal
INCR	Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INSS	Instituto de Seguridade Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAE/RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual/ RS
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMC	Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PHC	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCI	Região Colonização Italiana
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SMC	Sistema Municipal de Cultura de Antônio Prado
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAP	Termo de Acordo de Parceria
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CAPITAL SOCIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES CONCEITUAIS	32
2.1 Capital social e desenvolvimento: discussões acadêmicas	33
2.2 Política pública e arranjos institucionais	44
2.3 Política pública de cultura e a questão da preservação do patrimônio cultural.....	62
2.4 A cultura pela cidade: memória, identidade, território e lugar	75
3 HISTÓRICO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO ESTADO.....	91
3.1 As políticas de preservação no âmbito internacional.....	92
3.2 Estado e integração territorial (1822 a 1930)	97
3.3 Nação e desenvolvimento (1930 a 1970)	98
3.4 Democracia e justiça social (1970 aos dias atuais).....	102
4 CIDADES PEQUENAS: EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DISTINTAS DA POLÍTICA FORMAL?	119
4.1 O circuito teórico-metodológico.....	119
4.2. Antônio Prado: a cultura da imigração italiana no Brasil.....	147
4.3 Corumbá de Goiás: arquitetura colonial luso-brasileira	165
4.4 São Félix: a cidade de matriz africana	177
5 OS ATORES ENTRAM EM CENA	195
5.1 Quem são os atores? Os conceitos e as técnicas de pesquisa	195
5.2 A postura da municipalidade na preservação do patrimônio	206
5.3 Os atores sociais e a ação coletiva como materialização do capital social	240
5.4 Redes, atores e governança	271
5.5 As cidades pequenas no contexto da mundialização: a força do lugar	282
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
REFERÊNCIAS.....	320
APÊNDICE A – CONJUNTOS URBANOS PROTEGIDOS ATÉ JANEIRO DE 2017	340

1 INTRODUÇÃO

Foto 1 – Dois pesos, duas medidas (2016). Artista Lais Mirrha.



Fonte: A autora – 32ª Bienal de São Paulo. Incerteza Viva.

Na imagem acima, Lais Mirrha propõe duas torres de igual tamanho e volume, mas executadas com materiais diferentes: uma com elementos construtivos presentes nas obras indígenas, como palha, barro e madeira, e outra com materiais da arquitetura contemporânea, como ferro, concreto e vidro. Aparentemente, a relação das medidas é igual, mas o título, *Dois pesos, duas medidas*, carrega em si uma problemática contemporânea, evidenciando o modo desigual com que a tradição é tratada se comparada com a moderna. A obra trata das culturas autóctones e indígenas que, ao longo da história social brasileira, não foram valorizadas, seus conhecimentos sobre tecnologias de construção e o modo de vida dessas comunidades, em que elementos da natureza que não agridem o meio ambiente são incorporados nas práticas cotidianas. Se, no século passado, o desenvolvimento estava atrelado ao crescimento econômico, no século XXI trazem-se à tona novas perspectivas, em que a cultura ocupa um papel importante na melhoria da qualidade de vida em nossas cidades. Essa instalação também revela um outro tempo, o da vida cotidiana dos seus habitantes: de um lado, o ritmo

tranquilo, o badalar dos sinos e a forte sociabilidade característicos das pequenas comunidades e, em contraposição, um ritmo frenético do andar apressado em meio à multidão e o sentido de vida enrijecido pela falta de tempo das formas de vida urbana. O urbano marca não só o ritmo, mas o modo de viver e pensar a vida (CARLOS, 1994, p. 58).

A valorização de formas tradicionais de viver e produzir, os saberes, os costumes e as festividades, as línguas e as paisagens fazem parte de um movimento em que o patrimônio cultural, tanto o tangível quanto o intangível, gera empregos verdes, reforça a coesão social e incentiva a criatividade. Mas como explicar o interesse pelo patrimônio cultural nos decênios? O tema ganhou espaço na atualidade e também reconhecimento como fator de desenvolvimento, ocupando papel central nas reflexões sobre cultura e nas discussões que se fazem do presente e do futuro das cidades, bem como das questões de planejamento urbano e desafios ecológicos. Essa expansão do campo do patrimônio pode ser explicada pelo avanço da globalização, que ao contrário do esperado trouxe um reaparecimento das culturas locais e o ressurgimento de tradições culturais consideradas desaparecidas. As trocas comerciais e tecnológicas têm se intensificado, mas também as experiências socioculturais têm sido ampliadas, originando o que os pesquisadores chamam de crise de identidade contemporânea, como atesta Hall, segundo o qual “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (2005, p. 7).

Françoise Choay (2006, p. 243) denuncia o que ela chama de uma “inflação patrimonial” na contemporaneidade com a perda da “competência de edificar”, gerando uma “síndrome patrimonial” de acúmulo de objetos das mais diferentes naturezas com a finalidade de preservação. A autora descreve, com clareza, a dupla função que o patrimônio cultural adquiriu: “[...] obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (p. 211). Para ilustrar essa afirmação, destaca parte do discurso do Ministro do Turismo da França em 9 de setembro de 1986: “Nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os

mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões” (p. 211).

No caso de projetos de revitalização urbana em grandes cidades, empreendidos em todo o mundo em áreas históricas degradadas, o que as pesquisas acadêmicas apontam é a forte presença do capital mundializado voltado a processos de espetacularização das cidades, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, a arquitetura vernácula e demais manifestações culturais (BIDOU ZACHARIASEN, 2006; CASTRIOTA, 2009; JACQUES, 2005). O estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e consumo atraem camadas sociais altamente qualificadas, gerando processo de gentrificação, subordinando as políticas urbanas aos interesses do capital fundiário, do capital imobiliário em associação com capitais dos setores do turismo e entretenimento. Nesse processo, a identidade local e as edificações dos centros históricos tornam-se produtos a serem explorados economicamente e exibidos para os turistas, e o bem cultural é transformado em mercadoria como restaurantes e bares de luxo, sobrepondo-se às necessidades da coletividade produtora dessa mercadoria.

O caso do Largo de Coimbra, em Ouro Preto, é apresentado por Castriota (2009) como um exemplo de homogeneização da imagem da cidade, de um apagamento da história local e da perda de sua memorabilidade. Localizado ao lado da Praça Tiradentes e ladeado pelo Palácio dos Governadores e pela Casa da Câmara e Cadeia, que representam o espaço oficial da cidade, o Largo do Coimbra representava a vida cotidiana, como o comércio de tropeiros e o convívio social. Com o tombamento pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, inicia-se, na década seguinte, um processo de retirada do mercado, objetivando uma maior visibilidade ao monumento tombado, a Igreja de São Francisco, recém-restaurada. Para Castriota, nesse momento, o Estado assume a posição de “guardião local” do patrimônio, e o morador a de um opositor (2009, p. 146). Com a retirada do mercado no Largo do Coimbra, o espaço de sociabilidade da cidade é substituído pelos valores estéticos e “a história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõe a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado” (CASTRIOTA, 2009, p. 145). Para o autor, as políticas de preservação

até hoje implantadas em Ouro Preto não favoreceram o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade, e no caso do turismo reforçam a contradição entre uma “falsa tradição” a ser consumida e uma “tradição secreta local” ligada à forte tradição religiosa e popular local, que se constituem como operações astuciosas e clandestinas, lógicas do cotidiano, burlas dos consumidores de tais políticas.

Já Montaner e Muxí apontam a tematização das cidades como uma tendência geral de apagar a memória urbana com o objetivo de debilitar as redes sociais, uma vez que essas poderiam opor-se a projetos urbanos de relevância econômica, produzindo o que os autores denominam “traumas urbanos” e uma memória urbana falsa (2011, p. 160).

Apesar dos enormes esforços das agências do sistema das Nações Unidas para inserir na agenda dos países a importância da cultura para o desenvolvimento, o que se produziu foram noções e interpretações contraditórias, conteúdo generalista, ambíguo e pouco concreto, confundindo inclusive o papel da cultura nacional com o desenvolvimento de possíveis culturas. Mas, também, a falta de compromisso dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento e a falta de recursos e de ações diretas são fatores que dificultam o reconhecimento da dimensão cultural nas políticas de desenvolvimento (SEMPERE, 2012).

Estudos recentes apontam para as comunidades, os grupos e as organizações que compõem a sociedade civil como o eixo mais importante para a implementação e consolidação da cultura nas políticas de desenvolvimento e apontam a incorporação do nível de governo mais próximo, ou seja, o municipal, para a implementação de programas com impacto no desenvolvimento (SEMPERE, 2012; ARIZPE, 1998). O empoderamento da população e a implantação de estratégias fundamentais e imprescindíveis ao desenvolvimento cultural orientam-se para a geração de capacidades individuais, coletivas e institucionais das sociedades ou comunidades. No centro desse debate, encontra-se o capital social, ao incorporar conceitos de cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade, redes de engajamento e amizade como elementos que constituem o tecido social, gerando impactos positivos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Segundo Choay (2006), questões como a preservação e a valorização dos tecidos degradados da cidade ou o processo de gentrificação, expulsando a comunidade

local e transformando-a em representação falseada voltada ao turismo e, ainda nas palavras da autora, em uma “embalagem” (p. 226) que se dá ao patrimônio histórico urbano, precisam ser discutidas e avaliadas pela comunidade organizada nos conselhos e pelos atores sociais, em parceria com o setor público e privado.

Ressalta-se ainda que a preservação do patrimônio cultural colabora para a autonomia cultural e a autodeterminação dos povos. Esta expansão das capacidades e das liberdades dos indivíduos, sendo as capacidades aumentadas pela política pública ou influenciadas pelo uso efetivo do capital social, é uma contribuição importante na compreensão do indivíduo como parte de um compromisso social, como afirma Sen (2013). Ao mesmo tempo, a cultura ocupa um importante papel quando se trata do desenvolvimento, o qual não pode ser medido apenas por indicadores econômicos. Para o autor, há duas maneiras de olhar para o desenvolvimento no mundo contemporâneo: com opulência, profundamente influenciado pelo crescimento da economia sustentada no produto nacional bruto *per capita* e, em uma segunda perspectiva, denominada “visão de desenvolvimento com liberdade efetiva”, como um processo que aumenta a liberdade dos envolvidos para perseguir quaisquer objetivos que valorizem, estando essa liberdade submetida ao critério de valores das pessoas envolvidas e sendo culturalmente condicionada. Na visão opulenta do desenvolvimento, o papel da cultura é puramente instrumental, como uma simples promotora do crescimento econômico.

Em outras palavras, a participação, a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos são estimuladas pela existência de redes sociais, de padrões de organização ou até mesmo de organizações voluntárias da sociedade civil. Em seu artigo *Errâncias urbanas, a arte de andar pela cidade*, Jacques propõe que a alternativa para o espetáculo urbano passa por uma apropriação popular e participativa do espaço público a fim de deixar de ser cenário urbano e se tornar palco urbano, “espaço de trocas, conflitos e encontros” (JACQUES, 2005, p. 19). Ou seja, o capital social estimula e promove, além dos recursos materiais, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o desenvolvimento. No centro do capital social, encontramos elementos do campo da cultura que foram marginalizados pelo pensamento econômico convencional e que constituem o tecido social em que se alicerçam a política e a economia (ARIZPE, 1998).

O conceito de desenvolvimento proposto por Amartya Sen (2010, p. 54-57) pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades desfrutadas pelas pessoas. Essas liberdades podem ser facilidades econômicas, liberdades políticas e oportunidades sociais como, por exemplo, acesso à cultura, segurança protetora e garantias de transparência. Essa última está diretamente relacionada ao papel da confiança no processo de desenvolvimento, conforme os autores que estudam o capital social pretendem estabelecer. A construção do desenvolvimento está relacionada com a liberdade das pessoas para decidir o que fazer a fim de preservar ou permitir que desapareça, sendo importante a participação das pessoas em discussões públicas sobre o assunto. Na opinião do autor, não existe a obrigação de conservar todo estilo de vida antigo, mas, por uma questão de justiça social, que todas as pessoas, e não somente os privilegiados, possam tomar parte dessas decisões. Essas noções estão diretamente ligadas às capacidades elementares, como ler e escrever, ter acesso à informação e ter oportunidade de participar livremente de decisões. É possível concluir, assim, que a liberdade favorece o tecido social e a confiança para que os indivíduos atuem de forma comprometida com o futuro, potencializem ações e busquem soluções para o desenvolvimento. O capital social aparece com mais frequência na pequena escala ao permitir redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos de decisão e os contatos entre os agentes culturais na formulação e implantação de políticas públicas (ABRAMOVAY, 1999). Endlich também aponta que, na bibliografia sobre pequenas cidades, “é comum e mais forte a difusão da ideologia do trabalho, bem como o espírito comunitário e o consenso” (2009, p. 298). Assim, na medida em que o patrimônio cultural edificado foi incorporado às políticas de desenvolvimento, quer se verificar, e este é o problema de pesquisa: qual o nível de incidência das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no desenvolvimento das cidades pequenas? Essa problemática desdobra-se também em outra questão: os projetos culturais no segmento patrimônio edificado mobilizam aspectos-chaves do capital social ou estimulam processo de gentrificação e representações falseadas voltadas ao turismo, como constatada na literatura sobre revitalização urbana em grandes e médias cidades?

Ressalta-se ainda que as políticas de preservação do patrimônio cultural no âmbito internacional podem ser entendidas segundo dois grandes modelos: o anglo-

saxão, com forte envolvimento da sociedade civil, e o francês, com forte presença do Estado. O modelo francês foi o que influenciou os países latino-americanos (MEIRA, 2004). No Brasil, o Estado tem um papel preponderante na salvaguarda do patrimônio, principalmente por meio do SPHAN, hoje IPHAN. Criado em 1937, esse foi o órgão federal pioneiro nas práticas de preservação no Brasil e referência para as instituições e os técnicos que trabalham na área. Ao longo de sua atuação institucional, foi responsável pelos tombamentos dos bens representativos da memória brasileira. Os bens escolhidos para representar o passado em forma de memória recaíam sobre os monumentos construídos em “pedra e cal”, expressão criada para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais, especialmente exemplares do barroco, privilegiando as construções religiosas e militares, as grandes residências e os palácios, que remetem a um poder centralizador e oligárquico. Essa orientação predominou ao longo dos 30 anos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade como presidente do SPHAN. As mesmas diretrizes foram mantidas quando assume como presidente Renato Soeiro, cuja administração vai de 1967 a 1979. Na busca de uma identidade nacional, Minas Gerais foi redescoberta e passou a ser objeto de políticas de preservação desde a década de 1930, sendo a primeira cidade classificada como monumento nacional e patrimônio da humanidade pela Unesco. Em seguida, as ações de reconhecimento do patrimônio histórico nacional estendem-se a Salvador, Olinda e Recife. Segundo Castriota (2009), Ouro Preto teve um sistemático apagamento da história local, um afastamento da população local do poder público e a consequente valorização do cenário barroco para consumo turístico, dissociando preservação e desenvolvimento. Recife também é analisada por Proença Leite e Peixoto (2008) como um exemplo de processo de patrimonialização de centros históricos tombados pelo IPHAN e que não são sustentáveis do ponto de vista social e econômico.

As ações do IPHAN, atreladas nessa primeira fase a uma concepção de patrimônio arquitetônico como o de monumento único, começam a se ampliar. No final do século XX, o próprio conceito de arquitetura, os estilos e edifícios protegidos expandem-se de forma considerável. O conceito de patrimônio cultural também se alarga para abarcar o patrimônio imaterial e os mais diferentes suportes de memória, como as edificações e o seu entorno, documentos, imagens, celebrações, etc. Antes de pensar na edificação como um monumento isolado, as ações do IPHAN

começam a priorizar o contexto urbanístico, privilegiando o tombamento de conjuntos e ambiências urbanos em lugar de edificações isoladas. Até janeiro de 2017, são 87 conjuntos urbanos protegidos, sendo 67 tombados, três tombamentos provisórios, 14 rerratificações, um tombamento emergencial e dois anexados (desses dois, um tombado e um tombamento provisório). Nessas áreas, o IPHAN atua e investe recursos tanto de forma direta, com obras de qualificação, quanto de forma indireta, por meio de parcerias com outras instituições municipais e estaduais, além de contar com o PAC Cidades Históricas e os Planos de Mobilidade e Acessibilidade Urbana e o Programa Monumenta (IPHAN, 2016).

A participação da população, a existência de redes sociais, de padrões de organização, de modos de regulação praticados na sociedade e de organizações voluntárias da sociedade civil são características de cidades de pequeno porte. Como o objetivo geral é analisar os efeitos da ação de políticas públicas na preservação do patrimônio para o processo de desenvolvimento local, o estudo volta-se para o contexto das cidades pequenas. No âmbito brasileiro, também se constatou que há diferenças de capital social segundo o porte das cidades. Em cidades menores, até 15 mil habitantes, encontra-se a participação política mais intensa; no extremo oposto, estão as cidades maiores, a partir de 100 mil habitantes, em que a participação política é menor¹ (WALTER *et al*, 2003). Como espaço social, as pequenas cidades podem ser o lugar de fortalecimento dos vínculos horizontais, de reforço da solidariedade social e do capital social ou o espaço de controle e domínio político de oligarquias conservadoras (PUTNAM, 1996). Ao mesmo tempo, segundo Castriota, este espaço de intersecção entre o Estado e a sociedade civil na implementação de políticas públicas urbanas encontra-se ainda pouco analisado (2009, p. 168). Pretende-se, assim, como objetivos específicos desta tese, identificar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, avaliar os impactos das políticas públicas de preservação cultural para o desenvolvimento e determinar a geração e/ou ampliação do capital social no âmbito local por meio das políticas públicas.

¹ Em três regiões, a participação política nas cidades menores (até 15 mil habitantes) é mais expressiva: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na Região Sudeste, as cidades desse porte aparecem em segundo lugar. Apenas na Região Sul as cidades menores invertem de posição, apresentando os indicadores mais baixos de participação política. Fonte consultada: WALTER, Maria Inez M.; RANINCHESKI, Sônia; MARINHO, Danilo Nolasco; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Capital Social e políticas sociais no Brasil: diferenças regionais em população beneficiária de programas sociais. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

No entanto, as metrópoles têm desencadeado grandes discussões teóricas e metodológicas por serem local privilegiado para novos acontecimentos e grandes problemáticas, pois, segundo Sposito (2009, p. 30), “quase se basta, no sentido de oferecer elementos em quantidade e qualidade suficientes para compreender o quadro nas macro e nas micro determinações.” Será que os conhecimentos e reflexões produzidos sobre realidades metropolitanas podem ser aplicados nas cidades pequenas? Ou essas pequenas aglomerações urbanas merecem um estudo particular? No Brasil, dos 5.570 municípios, 68,67% possuem até 20 mil habitantes (IBGE, 2010), e esse significativo número passou a despertar, a partir de 1990, na Geografia, um aumento de trabalhos acadêmicos sobre cidades não metropolitanas, a exemplo dos trabalhos de Maria Encarnação Beltrão Sposito (2009) e de Tânia Maria Fresca (2001) .

A classificação hierárquica do IBGE utiliza como base o contingente populacional. Assim, na categoria cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima desse montante são classificadas como cidades médias, e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. No entanto, esse dado não abarca a complexidade da dinâmica das cidades brasileiras. O mesmo se aplica ao conceito de cidade já discutido por Marcelo Lopes de Souza (2003, p. 30-31): “Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera”. Ou seja, a concentração de capitais, a dinâmica econômica, a oferta de serviços, entre outros fatores, compõem o conjunto das diferenças (MAIA, 2009).

No escopo de cidades brasileiras, serão de nosso interesse os conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN após a Constituição de 1988, que atribuiu competência aos municípios para atuarem de forma autônoma nas questões de preservação do patrimônio de relevância local e introduz uma formulação mais avançada no que se refere às políticas urbanas. Mas, somente com o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), os novos instrumentos urbanísticos são regulamentados e são estabelecidas diretrizes gerais para a política urbana nacional. A lei estabelece o Plano Diretor – construído com a participação popular – como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano voltada para as funções sociais da cidade. Entre as diretrizes estabelecidas, consta a proteção, a

preservação e a recuperação do patrimônio cultural. No entanto, o Plano Diretor só é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes.

Também esse é o momento em que muitas capitais brasileiras criam suas secretarias e fundações de cultura separadas da educação, como já tinha ocorrido no âmbito federal. Mas como esses pequenos municípios vêm se desenvolvendo à luz da nova Constituição, aplicando os novos instrumentos para a política urbana e o modelo participativo? E como se organizam legal e administrativamente os municípios pequenos que possuem patrimônio cultural de relevância nacional? E se a comunidade não possui capital social?

Para Evans (1996), as redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por instituições públicas. Para o autor, o Estado ocupa papel importante na produção de capital social, não como regulador da interação social, mas como indutor e mobilizador do capital social, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. Destaca que, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado, o resultado é um aumento da eficácia governamental, fomentando um contexto virtuoso de mudança institucional. Segundo o autor, a sinergia fracassa não pela falta de capital social, mas quando as agências públicas não se engajam com a sociedade (EVANS, 1996).

Considerando que o capital social estimula e promove, além dos recursos materiais, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o desenvolvimento; que uma iniciativa governamental ou institucional pode estimular o sentimento de confiança e de participação cívica, gerando ou aumentando o capital social; que o IPHAN sempre desempenhou um papel de referência para os órgãos de preservação e para os técnicos; que os municípios alcançaram maior autonomia para tratar das questões de preservação com a Constituição de 1988, formula-se a hipótese de que uma iniciativa governamental de preservação do patrimônio cultural cria e/ou estimula o capital social no âmbito local, gerando desenvolvimento. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que existam ligações qualitativas entre o capital social e o desenvolvimento e que esse é resultado de políticas públicas de preservação que promovem a coesão dos grupos, colaboram na reconstrução da identidade coletiva e fomentam o capital social. O fortalecimento e a mobilização de culturas contribuem

para a integração de populações marginalizadas, melhorando a autoestima, a criatividade e o espírito de cooperação em colaboração com outros setores, como o poder público, as empresas e demais atores sociais.

Assim, dos 44 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN depois da Constituição de 1988, nove cidades são consideradas pequenas: na região Nordeste, Igatu (Andaraí/BA), São Félix (BA); na região Norte, Vila Serra do Navio (AP); na região Centro-Oeste, Corumbá de Goiás (GO); na região Sul, Antonina (PR), Vila de Santo Amaro do Sul (General Câmara/RS), Santa Tereza (RS), Antônio Prado (RS); na região Sudeste, São Luiz do Paraitinga (SP). Como o objetivo geral desta tese é analisar os efeitos da ação de políticas públicas na preservação do patrimônio para o processo de desenvolvimento nas pequenas cidades, selecionaram-se as cidades de São Félix, Corumbá de Goiás e Antônio Prado como casos a serem estudados. Essas cidades foram escolhidas por terem implantado uma política municipal de cultura com a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural como principal objetivo e por possuírem lei municipal de proteção ao patrimônio cultural e instâncias participativas, como conselho municipal de cultura. A valorização do potencial das pequenas cidades pelo IPHAN tem relação com as iniciativas de valorização do patrimônio cultural, justamente porque, nessas cidades, os conjuntos arquitetônicos permanecerem devido à estagnação econômica e ao ritmo de crescimento demográfico mais lento. Segundo Sposito (2009), as iniciativas de valorização do patrimônio histórico decorrem de os ritmos de crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico ou as mudanças nos papéis urbanos nas cidades pequenas serem menores. No entanto, investimentos na imagem dessas cidades ganham conotações decisivas na forte competição entre as cidades, colocando no mapa territórios até então esquecidos ou que ficaram à margem do desenvolvimento (ENDLICH, 2009, p. 13).

A década de 1990 é marcada por uma ampliação do conceito de patrimônio, entendido como o conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas. Dessa maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e pelos organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional. Uma parte desse patrimônio é imaterial, e outra parte, em que se insere a arquitetura, é formada pelos bens

culturais materiais. O patrimônio material edificado, que é o objeto desta tese, abrange os valores estilísticos e históricos e, além disso, inclui o entorno, a ambiência e o significado. Abrange também a gestão do espaço como um todo (CHOAY, 2006; CASTRIOTA, 2009). Patrimônio não é apenas um conjunto de edificações que contam a história de um povo, mas compreende o conjunto da cidade, os espaços e práticas sociais, o cotidiano e os usos a partir das relações de identidade e de pertencimento (ARANTES, 2006). Essa concepção permeia as ações de tombamento de conjuntos históricos realizadas pelo IPHAN de 1988 a dezembro de 2016, uma vez que, em menos de 30 anos, tombou-se mais conjuntos urbanos em cidades pequenas do que em todo o período anterior.

Ressalta-se ainda que a opção desta tese por estudos de caso circunscreve-se no âmbito de municípios da América Latina, caracterizados como democracias delegativas ou regimes neopatrimoniais (instituições democráticas frágeis e coexistência de comportamento político-administrativo moderno e tradicional), como afirma Frey (2000). Souza (2006) ressalta que urge superar, na atual geração de estudos, pesquisas excessivamente concentradas no fracasso, que pouco abordam as questões políticas envolvidas no ciclo das políticas públicas, sendo necessário alcançar estudos que identifiquem as variáveis que causam impacto sobre as políticas públicas. O que o autor propõe é a superação de análises focadas em sucessos e fracassos e a busca por uma abordagem que enfatize melhor o entendimento dos próprios resultados alcançados.

Para tanto, inicia-se, no segundo capítulo, com um debate conceitual tratando do capital social como importante elemento quando se trata de desenvolvimento. A partir de uma retrospectiva histórica e crítica do conceito de capital social, tendo como referência as obras de Coleman (1988), Putnam (1996), Evans (1992), Sen (2010) e Uphoff (2003), evidencia-se que a confiança e a cooperação com as organizações e redes sociais são elementos importantes para o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas de preservação. Ou seja, a influência da sociedade civil e a forma como os atores sociais resolvem seus conflitos é também destacada pelos pesquisadores do desenvolvimento endógeno, uma vez que o processo de concepção e implementação da política relaciona-se diretamente com a capacidade de essa política ser executada, com o envolvimento dos atores e com os arranjos institucionais. Pensar formas de atuação do poder público municipal e novas formas

de atuação dos demais agentes que participam da produção do espaço urbano num contexto de capital mundializado (ALVIM; CASTRO, 2010, p. 5) é o grande desafio que se apresenta para a sociedade contemporânea. Nesse cenário, o Estado ocupa um papel importante quando se trata de políticas de preservação do patrimônio cultural. No novo padrão de gestão advindo da Constituição de 1988 e do Estatuto das Cidades, os planejadores urbanos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, economistas, arquitetos e gestores públicos são os profissionais envolvidos neste processo de pensar a cidade, de regulamentar seus territórios, criando áreas de interesse especial com base em estudos aprofundados de suas realidades e gerindo-as de forma a atingir os objetivos por meio de novos instrumentos urbanísticos e operações urbanas, tendo como atores principais a sociedade civil e a iniciativa privada por meio de parcerias.

Mas como conciliar a preservação do conjunto histórico e paisagístico e as intervenções de forma a permitir a continuidade da transmissão do conhecimento e a ser suporte da memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam inseridos num contexto de globalização que impõe padrões de consumo materiais e simbólicos que transformam as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social? Pretende-se discutir as questões pertinentes ao patrimônio cultural frente aos desafios da sociedade contemporânea dentro de um contexto de globalização, situando essa problemática e suas relações com memória, território e identidade. Retomam-se os estudos culturais amparados nos discursos de Hall (2005), Canclini (2000, 2001, 2013), Haesbaert (1997, 2007), Halbwachs (1990) entre outros, para discutir cultura, identidade, território e memória. Discute-se as questões pertinentes à cultura frente aos desafios da sociedade contemporânea dentro de um contexto de globalização, situando a problemática do patrimônio cultural edificado e suas relações com memória e identidade. O estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e consumo atraem camadas sociais altamente qualificadas, gerando processo de gentrificação. A utilização da cultura simplesmente como vetor econômico, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, da arquitetura vernácula, transforma o patrimônio em cenário espetacular dentro de um padrão global de consumo turístico e contribui para a diminuição da qualidade de vida em nossas cidades. Nesse

cenário, as Ciências Humanas, e a Geografia em particular, buscam novos conceitos de espaço, que respondam às condições sociais contemporâneas, e de lugar como uma escala mais próxima ligada ao mundo vivido e das práticas microbianas, permitindo diálogos e perspectivas enriquecedoras para a análise da sociedade na atualidade. A partir dos textos de Michel de Certeau e Henry Lefebvre, discute-se o conceito de lugar, uma vez que o interesse, na contemporaneidade, por esse conceito ocorreu concomitantemente com o aumento do interesse na preservação do patrimônio.

O Capítulo 3 desta tese, denominado *O processo de preservação do patrimônio cultural: o papel do Estado*, aborda a doutrina e evolução do conceito de desenvolvimento no contexto brasileiro a partir de ciclos na perspectiva de Bresser-Pereira (2012): o ciclo Estado e integração territorial, o ciclo nação e desenvolvimento, e o ciclo democracia e justiça social. A partir desse referencial teórico, inserem-se, numa perspectiva histórica, as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, destacando o pioneirismo do IPHAN e a ampliação do conceito de patrimônio e das práticas de preservação. O capítulo também aborda a ampliação do conceito de desenvolvimento fazendo uma relação com o documento Rio+20, que destaca a cultura nas políticas internacionais de desenvolvimento e habilita o setor cultural a apoiar a sustentabilidade a fim de que a cultura torne-se uma das chaves para o marco de desenvolvimento após 2015, alicerçada no turismo sustentável, nas indústrias culturais e criativas. O documento também habilita o setor cultural a apoiar a revitalização urbana baseada em seu patrimônio, afastando-se de uma visão puramente instrumental da cultura, como “subsetores econômicos que geram empregos verdes, estimulam o desenvolvimento local e incentivam a criatividade” (UNESCO, 2015). Em síntese, o ciclo de democracia e justiça social é fundamental para garantir direitos sociais, políticos, ambientais, culturais, redistribuir renda e consolidar e expandir a democracia. Contudo, o modelo resulta de uma ampliação da complexa rede de atores interessados nos rumos de suas cidades e do seu país, o que também inclui disputas de poder e novas categorias de atores em função de sua posição territorial.

O Capítulo 4 propõe a delimitação espacial e temporal desta pesquisa, mas também dialoga com diferentes perspectivas teóricas. Para tanto, os casos a serem estudados recebem um tratamento conceitual. Além disso, são analisados dados

quantitativos e qualitativos de cada um dos núcleos urbanos tombados pelo IPHAN após a Constituição de 1988. São eles: Igatu (Andaraí/BA), São Félix (BA), Vila Serra do Navio (AP), Corumbá de Goiás (GO), Antonina (PR), Vila de Santo Amaro do Sul (General Câmara/ RS), Santa Tereza (RS), Antônio Prado (RS) e São Luiz do Paraitinga (SP). O objetivo é compreender as características particulares e, sobretudo, as diferenças entre elas de forma a construir uma historicidade dos núcleos urbanos tombados pelo IPHAN em cidades pequenas após a promulgação da Carta Constitucional. Destas nove cidades, apenas São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS) implantaram políticas municipais de preservação. As três cidades possuem históricos de ocupação do território diferentes, grande diversidade de dinâmicas urbanas, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. A cidade de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, com 13.306 habitantes (IBGE, 2017), foi inscrita no Livro Tombo Histórico em 1990, tendo sido a Casa da Neni tombada ainda em 1983. O conjunto urbano é formado por 48 edificações, na sua maioria em madeira, que remetem à cultura da imigração italiana no sul do Brasil, que iniciou a ocupação desse território a partir de 1875. A cidade de São Félix, na Bahia, com 15.272 habitantes (IBGE, 2017), foi tombada em 2010 como conjunto urbano e paisagístico e, dentre as três cidades, possui um histórico de ocupação mais antigo, que remonta aos primórdios da colonização do Brasil. Terra de Castro Alves, São Félix se inseriu na história econômica do Brasil com a exploração da madeira, depois com a produção da cana-de-açúcar e, no século XVIII, como um importante terminal terrestre e fluvial, culminando, no século XIX, com a exportação de fumo. Já a cidade de Corumbá de Goiás, em Goiás, está localizada numa das regiões mais ricas em hidrografia do Estado e constitui o menor contingente populacional dessas três cidades, com apenas 11.024 habitantes (IBGE, 2017). Explorada pelos Bandeirantes a partir de 1731, vai se constituir num importante entreposto comercial da Província de Goiás em função da exploração aurífera fluvial. Foi tombada em 2004 como conjunto urbano, que é constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e pelos bens edificados que a envolvem. Esse breve quadro histórico combina-se com diferentes atores, escalas e o capital social, gerando políticas públicas de preservação com melhores ou piores resultados.

No Capítulo 5, estabelece-se um quadro relacionado às políticas públicas desses pequenos municípios como um dos conceitos relevantes do desenvolvimento. Partindo desse pressuposto, o objetivo é analisar o papel do Estado e dos atores públicos e privados nesse processo, tendo como parâmetro as possibilidades e limitações dessas cidades pequenas. Algumas questões são norteadoras, uma vez que é possível a municipalidade tomar muitas decisões que antes estavam atreladas à União. Mas qual a postura dessas municipalidades na questão da preservação do patrimônio cultural material? Como esses municípios têm se organizado legal e administrativamente para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano, uma vez que possuem bens tombados pelo IPHAN? Como os municípios têm solucionado os conflitos envolvendo a comunidade e os proprietários dos bens tombados? Será que podemos afirmar que há um movimento empreendedor das municipalidades nas cidades pequenas? Nesse capítulo, enfocam-se também os arranjos institucionais, ou seja, a capacidade técnico-administrativa e política do Estado para a execução de política e os instrumentos de gestão que fazem parte da política local .

Nas Considerações Finais, o referencial teórico é tensionado com os dados empíricos construídos a partir dos estudos de caso de Antônio Prado (RS), Corumbá de Goiás (GO) e São Félix. Abordam-se ainda o capital social analisando o capital social estrutural e cognitivo e a ação coletiva como materialização do capital social. Para tanto, retomam-se os principais conceitos envolvendo política e política pública e os principais processos político-administrativos que caracterizam a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos com ênfase nas políticas intersetoriais numa perspectiva neoinstitucionalista (campo no qual as instituições importam e impactam sobre o comportamento dos atores). Ao final determina-se se a intervenção governamental gerou ou ampliou o capital social no âmbito local e formulam-se recomendações no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento cultural.

Esta tese visa a discutir o tema do patrimônio cultural de valor local à luz do capital social, de forma a contribuir para os estudos sobre desenvolvimento, para a formulação de políticas públicas no campo da cultura e para o reconhecimento desse importante segmento na promoção de cidades mais humanas e com mais qualidade de vida.

2 CAPITAL SOCIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES CONCEITUAIS

Em adição às facilidades públicas, a natureza das relações comunitárias pode ser importantíssima, como procurou salientar a literatura recente sobre capital social.

(SEN, 2010, p. 99)

Entre os vários fatores que contribuem para o crescimento econômico e o desenvolvimento, o capital social tem sido apontado (IGLESIAS, 2000; SEN, 2010; STIGLITZ, 2000) como importante elemento para superar problemas sociais e econômicos extremos. Diversas iniciativas de fomento por meio da criação de grupos, redes e valores comuns aos diversos setores da população, como a confiança, o respeito às normas sociais e a cooperação (DURSTON, 2000), resultam em um aumento do desenvolvimento econômico, do bem-estar social e do desempenho governamental e no fortalecimento das instituições. Uphoff (2003) define capital social como uma ação coletiva que produz um fluxo de benefícios e o classifica em estrutural (organizações sociais e estruturas como facilitadores da ação coletiva) e cognitivo (estado psicológico e emocionalidades como predisposição para a ação). Uma sociedade com alto estoque de capital social tem a vantagem de possuir cidadãos altamente participativos, interessados na eficiência das instituições de governo, com autonomia para o seu próprio desenvolvimento e que trabalham de forma coletiva em assuntos de interesse coletivo.

Na participação efetiva de cidadania, que se pode aglutinar no conceito de capital social, podemos entender o significado de pertencimento à comunidade. O locus privilegiado para análise de uma efetiva participação é o município, que possui caráter de ente federativo no Brasil desde a Constituição de 1988. O sentimento de identidade coletiva expressa-se no município e proporciona um diálogo maior pelas características histórico-culturais do local e por envolver um número muito menor de cidadãos se comparado ao Estado e à União. O patrimônio cultural atua, dessa forma, como elemento que concretiza as bases do desenvolvimento humano, pois engloba valores e significados sociais que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades, como expressou Choay (2006). Ou seja, o capital social estimula e promove, além do aspecto econômico, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o

desenvolvimento. No centro do capital social, encontramos elementos do campo da cultura que foram marginalizados pelo pensamento econômico convencional e que constituem o tecido social em que se alicerçam a política e a economia (ARIZPE, 1998).

2.1 Capital social e desenvolvimento: discussões acadêmicas

Discutido inicialmente por Bourdieu, para quem capital social é "o agregado de recursos reais ou potenciais que são ligados ao domínio de uma rede permanente de conexões institucionais de habilidades ou reconhecimento mútuos" (BOURDIEU, 1985 *apud* DURSTON, 2000, p. 8), o capital social é gerado pela rede de confiança mútua estabelecida entre os indivíduos e precisa ser constantemente estimulado.

Para Coleman (1988), o capital social reside principalmente no âmago da sociedade: "[...] a variety of entities with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain action of actors – whether persons or corporate actors – within the structure"². Segundo o autor, o capital social é criado por indivíduos racionais que atuam livremente para construir o capital social que maximizará suas oportunidades sociais e econômicas. O elemento importante da definição de Coleman é a confiança entre os indivíduos que fazem parte do mesmo círculo estreito de relações.

Coleman (1988) produziu uma das principais obras sobre capital social. Em *Foundations of social theory*, o autor consolida o conceito de capital social no âmbito acadêmico:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse... Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro que careça de confiabilidade e de confiança. (COLEMAN, 1988 *apud* PUTNAM, 1996, p. 177)

Na concepção de Coleman, o capital social cumpre a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam seus objetivos e está relacionado aos

² Tradução livre: "[...] uma variedade de entidades com dois elementos em comum: todos eles consistem em alguns aspectos de estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam atores pessoais ou corporativos – na estrutura."

fundamentos normativos capazes de produzir integração social. Higgins (2005) afirma que as normas sociais consideradas como recurso da “ação utilitária (capital social) têm por função controlar, pela inibição ou pelas sanções positivas ou negativas, os comportamentos oportunistas que geram efeitos negativos sobre os demais atores” (p. 249). Higgins conclui que a estratégia dominante conduz a um equilíbrio deficiente no qual ninguém colabora.

No início da década de 1990, as pesquisas de Robert Putnam (1996) divulgavam e ampliavam os estudos de Coleman. Com Putnam, o conceito de capital social alcançou maior relevância para a análise da problemática das desigualdades regionais ao comprovar empiricamente a importância da “comunidade cívica”, aqui entendida como a existência de graus de associativismo, confiança e cooperação e sua relação com a boa governança e o desenvolvimento social e econômico:

O desempenho de todas as instituições sociais, desde mercados de crédito internacionais ou os governos regionais até as filas de ônibus, depende de como esses problemas são resolvidos. Num mundo habitado por santos, talvez os dilemas da ação coletiva não existissem, mas o altruísmo universal é uma premissa quixotesca para quaisquer ações ou teorias sociais. Quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar, pesadamente, porém racionalmente, a muitas oportunidades de proveito mútuo. (PUTNAM, 1996, p. 174)

Ao comparar civismo com o desenvolvimento socioeconômico de duas regiões na Itália, Putnam conclui que a capacidade de organização social e o civismo são importantes elementos para a compreensão das disparidades encontradas:

[...] quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento socioeconômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade muito melhor prognosticador de desenvolvimento socioeconômico do que o próprio. (PUTNAM, 1996, p. 166)

A contribuição do estudo de Putnam reside na relação da concepção de capital social e sua importância para o desenvolvimento econômico ao apontar uma forte correlação entre organizações não governamentais cívicas e instituições públicas eficazes, pois, segundo ele:

[...] o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte. (PUTNAM, 1996, p. 186)

O capital social de uma dada região ocupa um papel importante quando se trata de analisar diferenças de desenvolvimento regionais. Putnam identificou que o acúmulo de capital social está diretamente relacionado com os referenciais históricos da comunidade, gerando um círculo virtuoso. O baixo capital social, por sua vez, gera um círculo vicioso, portanto nocivo à comunidade. Para o autor (1996), existem dois tipos ideais de associação: a horizontal, que reúne membros de igual *status* e poder, e a vertical, que aglutina sujeitos desiguais numa relação assimétrica de hierarquia e dependência. Sociedades que possuem um associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produziram relações virtuosas, maior desempenho econômico, estabilidade política e maior bem-estar social de seus cidadãos. A verticalidade produziria um associativismo dominado por desconfiança, isolamento e ausência de normas transparentes, o que impediria uma ação coletiva eficaz.

Em obra posterior, Putnam (2000) analisa e compara o capital social na sociedade americana e conclui que os estados mais próximos ao Canadá possuem maior capital social e que os estados com forte presença de escravos possuem menor capital social. Também constata que, nos estados em que o capital social é maior, são também maiores os índices de escolaridade, bem-estar infantil e tolerância. Além disso, a expectativa de vida é maior se você for membro de alguma associação, há maior respeito às leis e maior igualdade cívica e econômica. Esses estados também apresentam menores índices de violência, sonegação de impostos e crimes violentos.

Esta intrincada teia social denominada capital social, numa primeira análise, aparece com mais frequência na pequena escala ao permitir redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos de decisão e os contatos entre os agentes culturais na formulação e implantação de políticas públicas (ABRAMOVAY, 1999). Endlich (2009) também aponta que, na bibliografia sobre pequenas cidades, “é comum e mais forte a difusão da ideologia do trabalho, bem como o espírito comunitário e o consenso” (p. 298). Como espaço social, as pequenas cidades podem ser o lugar do fortalecimento dos vínculos horizontais, de

reforço da solidariedade social e do capital social ou o espaço de controle e domínio político de oligarquias conservadoras (PUTNAM, 1996).

Segundo a crítica de Higgins (2005), o principal problema da perspectiva tradicionalista de Putnam está no fato de atribuir "pouca chance de intervenção à iniciativa das burocracias estatais (institucionalismo) na criação da confiança social" (p. 249). Higgins acrescenta ainda a crítica de que leva "a pensar que o capital social é uma solução quase misteriosa nas profundezas da história de um povo" (p. 249), apelando para a confiança, na forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação como solução motivacional mais relevante.

Abu-el-haj (1999) também critica a teoria de Putnam (2005 [1996]), uma vez que, na determinação das condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais para alcançar um grau elevado de bem-estar coletivo, sua interpretação tende ao determinismo cultural. Para Putnam, a cultura política e a história particular vinculam proporcionalmente o nível de engajamento cívico à natureza do associativismo. Ou seja, as diferenças de associativismo, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade importantes na promoção de relações cívicas virtuosas, produzindo prosperidade econômica e estabilidade política³, são encontradas nas especificidades culturais:

Historicamente, argumentamos, regras e redes de engajamento cívico promoveram – e não inibiram – o crescimento econômico. Esse efeito continua até hoje. Durante as duas décadas desde o nascimento dos governos regionais, áreas cívicas cresceram mais rápido do que regiões com menor número de associações e maior hierarquia [...] a teoria elaborada neste capítulo, relacionada às redes horizontais de engajamento cívico, melhora o desempenho da política e da economia: sociedade forte, economia forte, sociedade forte, Estado forte. (PUTNAM, 1996, p. 176)

O determinismo cultural da obra de Putnam, segundo Abu-el-haj (1999, p. 71), "condena civilizações inteiras às oligarquias e ao atraso econômico permanente". A América Latina, por sua trajetória histórica marcada pelo escravagismo e pela exploração econômica das metrópoles ibéricas, estaria destituída da possibilidade de alcançar o desenvolvimento.

Evans e Putnam lideraram, em 1995, um grupo de pesquisadores para debater o papel das instituições e do capital social no alcance de mudanças sociais.

³ Para Putnam, os Estados Unidos possuem uma tradição comunitária horizontal, herdeiro da linhagem cultural britânica, o que resultou numa *performance* econômica melhor se comparada com a da América Latina, sucessora da verticalidade ibérica.

O resultado foi a publicação do debate na revista internacional *World Development*. Para Evans (1996) as redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por instituições públicas. Para o autor, o Estado ocupa papel importante na produção de capital social, não como regulador da interação social, mas como indutor e mobilizador do capital social, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. Destaca que, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado, o resultado é um aumento da eficácia governamental, fomentando um contexto virtuoso de mudança institucional. Segundo o autor, a sinergia fracassa não pela falta de capital social, mas quando as agências públicas não se engajam com a sociedade. Uma iniciativa governamental ou institucional pode estimular o sentimento de confiança e de participação cívica, gerando ou aumentando o capital social (EVANS, 1993).

Evans⁴ (1992) diz que o Estado pode ser problema e pode ser solução, depende de uma série de variáveis, como, de um lado, uma burocracia coerente⁵ e, de outro, as estratégias e estruturas sociais correspondentes às estruturas e estratégias do Estado, o que o autor define como sólidas estruturas burocráticas capazes de se inserir, sem perder a autonomia, em redes da sociedade de modo a estabelecer uma relação de troca com os setores sociais. Nessa relação, o Estado ganha com a parceria, a inventividade e a capacidade de execução e gerência do setor privado, e esse ganha as garantias que o Estado pode fornecer, como assumir riscos de investimentos, capitalizar em momentos de descapitalização, macro-orientações administrativas, entre outras.

A solução, segundo Evans (1992), para o desenvolvimento de longo prazo e para a estabilidade está na relação entre os dois. Portanto, o Estado não é um problema ao mercado, ao contrário esse depende daquele; a sociedade não é um problema para a ação do Estado, ao contrário esse depende daquela. A saída não estaria no enfraquecimento do Estado, mas em seu fortalecimento enquanto estrutura, desde que fluindo pela sociedade, com uma burocracia compreensível e capaz de garantir o “isolamento weberiano” sobre pressões clientelistas e privadas,

⁴ A reação à associação entre capital social e herança cultural de Putnam se contrapõe ao determinismo institucional de Evans.

⁵ Evans (1992) entende a burocracia como a capacidade do Estado tornar as decisões previsíveis, de selecionar profissionais por mérito e estabelecer um plano de longo prazo, com benefícios relevantes, que mantenha esses profissionais vinculados a objetivos coletivos maiores.

de mercado, que podem ser exercidas por meio das tais redes. Para o autor, o poder reside na sociedade e na sua capacidade associativa.

O que está em questão é a construção de uma organização auto dirigida que possa gerar incentivos suficientes a induzir seus membros individuais a adotar metas coletivas e assimilar suficiente informação que lhes permita escolher metas dignas de perseguir. Capacidade implica organizações capazes de ação coletiva sustentável e não apenas liberdade para aqueles que tomam decisões seguirem a lógica objetiva da situação econômica. (EVANS, 1993)

Na visão neoinstitucionalista de Evans (1993), a ausência de associações horizontais na grande maioria dos países em desenvolvimento é resultado de ações políticas de regimes autoritários. Estudos realizados por Jonathan Fox, no México, na década de 1990, levantaram uma vasta presença de associações horizontais que se encontram reprimidas por instituições públicas coercitivas e corruptas:

Fox concluiu que sociedades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, mas também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas. Como resultado da destruição instrumental da horizontalidade pelas instituições públicas, a confiança e a solidariedade são abaladas, destituindo a mobilização coletiva e esvaziando o capital social. (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 71)

Abu-el-haj (1999) ressalta que os neoinstitucionais demonstraram de forma convincente o papel das instituições na geração de capital social. Todavia, nessa abordagem não se discute “a natureza das elites políticas e seu projeto de poder” (p. 77), ressaltando que não se pode ignorar as forças políticas que determinaram os rumos da intervenção institucional, o que ajudaria a explicar como alguns países possuem instituições sólidas enquanto outros não a têm.

Já o conceito de capital social de Norman Uphoff (2003) abarca muitas das definições até então apresentadas neste capítulo, além de classificar os elementos que compõem o capital social. Para o autor, o capital social é uma ação coletiva que produz benefícios, em outras palavras, promove desenvolvimento.

Uphoff (2003) começa sua análise do conceito do ponto de vista etimológico. Entende capital como um “conjunto de cosas que tienen consecuencias productivas” (p. 117). Esse ativo gera um fluxo de benefícios que podem ser aumentados ou modificados intencionalmente.

Estos factores no deberían desecharse ni pasarse por alto por el hecho de que sean inmateriales - psicológicos o emocionales. En realidad, son efectos muy reales, incluso materiales. Eso es lo que hace que el capital social sea tan importante para el logro de objetivos trascendentales como el desarrollo económico y la reducción de la pobreza. (UPHOFF, 2003, p. 119)

O autor entende o social como fortemente vinculado ao fenômeno da amizade, em que as pessoas valorizam o bem-estar do outro, cooperam para se ajudar mutuamente (p. 121) e manifestam-se mais frequentemente nas redes familiares. Além disso, o social também é evidenciado entre pessoas com clara afinidade.

[...] el principio de 'uno por todos, todos por uno' crea redes de seguridad, aúna recursos y da lugar a outro tipo de acciones que contribuyen a la productividad y el bienestar a largo plazo de poblacions enteras. (HUPHOFF, 2003, p. 123)

Uphoff classifica o capital social em *estrutural* e *cognitivo*. O primeiro resulta de estruturas e organizações sociais e o segundo de emocionalidades. Enquanto o capital social estrutural facilita a ação coletiva, o capital social cognitivo predispõe as pessoas para a ação.

Son complementarias, y la mayoría de las manifestaciones del capital social tienen elementos de ambas. Si se piensa de esta manera em el capital social, se vem com mayor claridade sus fuentes y se descubren formas prácticas de ampliarlo y ponerlo al servicio de la reducción de la pobreza. (UPHOFF, 2003, p. 117)

Para o autor, a forma estrutural se expressa no âmbito social interpessoal por meio de acordos entre os envolvidos, sendo, portanto, mais objetiva do ponto de vista formal. Já as formas cognitivas permanecem dentro da mente e se convertem em capital social quando são manifestadas por mais de uma pessoa. São subjetivas, pois existem no pensamento e nos vínculos emocionais entre as pessoas. A forma cognitiva do capital social constitui para Uphoff a sua essência, enquanto as formas estruturais são os instrumentos ou a infraestrutura mediante a qual se expressa o capital social cognitivo (UPHOFF, 2003, p. 125).

Quadro 1- Formas de capital social

	Estrutural	Cognoscitiva
Deriva de:	Estrutural y organización sociales.	Lenguaje y conceptos; vínculos emocionales.
Manifestaciones:	Funciones y normas, precedentes y procedimientos que respaldan la acción colectiva.	Normas y valores, actitudes y creencias que favorecen la acción colectiva.
Agregados complementarios	Redes sociales de relaciones.	Ideologías que ponen el énfasis en el interés común.
Orígenes em procesos mentales dirigidos a:	Resultados y relaciones sociales que funcionen.	Resultados y relaciones sociales deseables.
Características:	Observable y más objetiva; puede ser sustituida por otras opciones.	No es observable, y por lo tanto es más subjetiva, cuestiones de valoración.
Contribución a la acción colectiva mutuamente beneficiosa:	Favorece este tipo de acción al tomarla más fácil, reducir los costos de transacción y convertir el comportamiento cooperativo em uma cuestión de rutina.	Predisposición a la acción mutuamente beneficiosa, al hacer que este tipo de acción sea más deseable y que la gente se sienta más comprometida com ella.

Fonte: Uphoff (2003, p. 126).

Uphoff resalta ainda que, se o capital social cognitivo é abundante, espera-se que exista um capital estrutural que torne eficaz as normas e os valores do grupo social. Todavia, para que as formas estruturais funcionem é necessário que exista pelo menos certa quantidade de capital social cognitivo (UPHOFF, 2003, p. 127).

As normas, os valores, as atitudes e as crenças são elementos moldados pela cultura e pela experiência familiar e comunitária, ou seja, são dinâmicos e podem se alterar a partir de novos elementos. O autor analisa o valor da confiança como exemplo, uma vez que “puede aumentar cuando se crean situaciones em que es más productiva y respetada, pero es más probable que ocurra lo contrario” (UPHOFF, 2003, p. 128). O capital social aumenta quando estimula as quatro

funções básicas de toda organização social com vistas a tornar a ação coletiva mutuamente benéfica e mais possível. São elas: tomada de decisões, mobilização e gestão de recursos, comunicação e coordenação, e solução de conflitos (p. 128)⁶. A combinação dessas funções representará um maior volume de capital social para respaldar a ação coletiva mutuamente benéfica do que se existisse somente um dos tipos. Também são mais eficazes se resultarem de consensos entre os envolvidos ao invés de serem formuladas e impostas (p. 129).

Após essa retrospectiva histórica e crítica do conceito de capital social, o que ficou evidente nos trabalhos de Coleman (1988, 1990), Putnam (1996), Evans (1996) e Sen (2010) é que a confiança e a cooperação com as organizações e redes sociais são elementos importantes para o desenvolvimento. Este, por sua vez, não é um assunto recente. Desde a década de 1950, os teóricos do desenvolvimento econômico tratam de analisar os fatores que melhoram as condições de vida das populações. O capital físico aparece como um primeiro fator abordado para o desenvolvimento econômico (VALENCIA; ARANGO, 1998). Em seguida, os estudos envolvendo o capital humano (SCHULTZ, 1961; DANISON, 1961) mostram como os investimentos em educação geram retornos privados e sociais significativos. Mais tarde, as teorias neoinstitucionalistas ganham força nos estudos acadêmicos, mostrando que as instituições têm incidência no desenvolvimento econômico e social e, portanto, precisavam ser incorporadas nas políticas públicas (NORTH, 1990). O ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1998), Amartya Sen, incluiu nos fatores que estimulam o desenvolvimento o componente político, uma vez que para o bom funcionamento dos países não basta um mercado forte e, sim, um sistema democrático estável.

Para Sen (2010, p. 58-60), o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades desfrutadas pelas pessoas, sendo a liberdade não apenas o objetivo principal do desenvolvimento, mas seu principal meio. Classifica as liberdades reais em cinco liberdades instrumentais: facilidades econômicas, ou seja, oportunidades que os indivíduos possuem para utilizar os recursos econômicos com finalidade de consumo, produção ou troca; liberdade política, ou seja, oportunidade de decidir quem deve governar e com base em que princípios; oportunidades sociais, como acesso à saúde e educação, elementos importantes a fim de que o indivíduo viva

⁶ Parsons (1951) propôs, de forma semelhante a Uphoff (2005), os seguintes elementos de toda organização social: metas, adaptação, integração e manutenção de pautas.

melhor e tenha condições para participar de atividades econômicas e políticas⁷; garantias de transparência, laços de confiança e clareza nas relações sociais como inibidores de corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas; segurança protetora, rede de segurança social como benefício aos desempregados e suplemento de renda para indigentes, etc.

Essas liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas, mas também suplementam-se mutuamente e podem, além disso, reforçar umas às outras. É importante apreender essas interligações ao deliberar sobre políticas de desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 61)

A liberdade instrumental de garantias de transparência (SEN, 2010) está diretamente relacionada com o papel da confiança no processo de desenvolvimento, como os autores que estudam o capital social pretendem estabelecer. Essas noções estão diretamente ligadas às capacidades elementares, como ler e escrever, ter acesso à informação e ter oportunidade de participar livremente de decisões. Segundo Sen (2010, p. 61), “muitas outras relações permanecem pouco reconhecidas, e precisam ser mais amplamente compreendidas na análise das políticas”.

Nessa dinâmica, insere-se a teoria do capital social como um fator importante e que influencia fortemente o desenvolvimento econômico. O resultado hoje é a inclusão por parte de agências internacionais do fomento ao capital social. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial dão igual importância ao capital social e a outras formas de capital, como o físico, o financeiro e o humano. O objetivo é estimular a participação comunitária, fomentar a criação de redes, com o objetivo de fortalecer as democracias, melhorar o desempenho das instituições e promover o desenvolvimento.

O capital social seria, na opinião dos autores citados, um processo de mudança regulada pela rede social, e é a teoria do desenvolvimento local que identifica os fatores decisivos, como o capital social, para melhor compreendermos

⁷ O autor cita como exemplo o analfabetismo, que pode ser uma barreira para que o indivíduo participe “em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade. De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas” (SEN, 2010, p. 60).

as condições necessárias para o desenvolvimento socioeconômico. A influência da sociedade civil e a forma como esses atores sociais resolvem seus conflitos é também destacada por outros pesquisadores do desenvolvimento endógeno:

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre elas contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local. (GODARD *et al.*, 1987, p. 139)

A teoria endogenista centra seus estudos na questão regional, buscando compreender por que o nível de crescimento variava de uma região para outra mesmo elas tendo as mesmas condições em termos de capital financeiro, mão de obra e tecnologia. Tais fatores são condicionados dentro da região, e as regiões dotadas desses fatores ou que estejam melhor direcionadas para estimulá-los internamente alcançariam um desenvolvimento mais rápido e equilibrado.

Vázquez Barquero destaca que a relação entre os atores locais, tanto empresas quanto instituições, e a formação de redes favorece a cooperação e estimula o caráter competitivo das empresas e economias locais. O papel do desenvolvimento local endógeno é, segundo o autor:

[...] atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 39)

O autor entende que não se trata de um “movimento social”, mas que deve ser concebido como uma resposta do sistema socioinstitucional aos desafios colocados pelas mudanças no modelo de acumulação, uma vez que as empresas não competem de forma isolada, mas juntamente com o entorno produtivo institucional do qual fazem parte. Vázquez conclui afirmando:

Dado o caráter não substituível da capacidade empresarial e das inovações no crescimento econômico, o processo de desenvolvimento somente pode ser possível em um entorno sociocultural que premie o espírito empreendedor, confie nos valores e nas energias locais, valorize positivamente a mudança, estimule a concorrência e aceite o risco. De qualquer forma, o desenvolvimento necessita criar seu próprio ambiente

cultural, seja de forma espontânea, seja induzida, a partir da atuação dos agentes públicos e/ou privados. (VÁZQUEZ BARQUERO, 1995, p. 234)

As redes sociais, os padrões de organização, os modos de regulação praticados na sociedade, as organizações voluntárias da sociedade civil são importantes ferramentas para análise do desenvolvimento local endógeno. Entretanto, segundo Putnam (1996, p.196), “qualquer interpretação baseada num único fator certamente será equivocada”.

Para Fukuyama (2003, p. 34), o modelo de desenvolvimento dos anos 1990 incluiu as normas e valores, como fatores culturais que incidem no crescimento econômico. Segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), é necessário políticas públicas que estimulem o capital social, busquem um equilíbrio entre o mercado e o interesse coletivo e gerem confiança nas instituições do Estado (OCAMPO, 2003, p. 26)⁸.

2.2 Política pública e arranjos institucionais

O conceito de desenvolvimento surge entre as duas Guerras Mundiais, quando o mercado até então atuava com exclusividade na condução da economia. Esse modelo entrou em crise, e o Estado passou a ocupar um papel cada vez mais crescente. A ação política dos governos na forma de programas ou projetos, chamada pelos liberais de intervenção, expressou-se de duas formas:

- (1) como ação reguladora, pela criação de leis que imprimiam direcionamentos específicos de ordem política às iniciativas econômicas; e
- (2) pela participação direta do Estado na economia, com função empresarial, como, por exemplo, na criação e na administração de empresas estatais. (HEIDEMANN, 2009, p. 25)

Segundo Heidemann (2009), essas políticas governamentais, mais tarde entendidas como políticas públicas, eram tratadas de forma setorial, esgotando-se

⁸ Uma primeira discussão tendo como temática o fomento ao capital social na América Latina foi realizada em 1999. No Foro Desenvolvimento e Cultura, realizado em Paris pelo Banco Internacional de Desenvolvimento, analisaram-se os fatores que incidem sobre o desempenho econômico e político dos países, como confiança, associativismo, consciência cívica e valores (IGLESIAS, 2000, p. 7). Um segundo esforço ocorreu em 2000, com a publicação do Documento Igualdade, Desenvolvimento e Cidadania, organizada pela CEPAL, tendo como enfoque políticas públicas com o objetivo de criar capital social e, com isso, fomentar o desenvolvimento econômico. Algumas experiências foram implantadas em vários países da América Latina, como no México, o Programa de Oportunidades (1989); no Chile, Chile Solidário e Bairro Sistema (2002-2004); e na Colômbia os programas na cidade de Medellín (1998).

em si mesmas e norteadas por uma forte noção de progresso de forma difusa e sem diretrizes definidas. O autor cita como exemplo o processo de industrialização no Brasil, o qual “não fazia parte de um projeto de desenvolvimento integrado, que levasse em conta outras preocupações sociais como educação, saúde e meio ambiente” (p. 26).

Nas décadas subsequentes, a classificação dos países em desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento reflete a noção de que o “grau de industrialização era quase sinônimo de desenvolvimento”, tendo como indicadores os de natureza econômica (HEIDEMANN, 2009, p.26).

Na prática, os países industrialmente avançados passaram a representar modelos que foram seguidos pelos demais, sobretudo pelo efeito de demonstração. Os subdesenvolvidos olhavam para os desenvolvidos e deixavam-se fascinar por suas conquistas, desejando emulá-los. Tinham dificuldades para resistir à tentação de copiá-los e para tentar seu próprio projeto, segundo possibilidades objetivas que melhor lhes servissem. (HEIDEMANN, 2009, 27)

O resultado dessa estratégia gerou efeitos negativos e a necessidade de repensar os modelos:

O esgotamento do sistema econômico vigente e os novos valores, como a preservação do meio ambiente natural e a prática de redução sociológica, com o correspondente respeito à natureza e à cultura autóctone e suas potencialidades, são fatores essenciais para uma política de desenvolvimento sensível às possibilidades e aos interesses primordiais da humanidade em geral e de cada povo ou nação em particular. (RAMOS, 1958 *apud* HEIDEMANN, 2009, p. 27)

Para Heidemann (2009), enquanto o progresso dependia das forças de mercado para se efetivar, o desenvolvimento dependia da iniciativa conjunta do Estado e do mercado.

O Estado é um agente unitário que atua em prol dos interesses de um corpo político coletivo, a cidadania [...]. O mercado é um agente “plural”, cujos membros tomam decisões e agem por motivo individual, levados pelo auto-interesse. O grau de participação de cada um desses agentes depende de cada realidade social e do seu momento histórico. Em vez de autorregulado, o mercado é hoje politicamente regulado. (HEIDEMANN, 2009, p. 28)

A política, segundo Heidemann (2009), é concebida como “conhecimento dos fenômenos ligados à regulação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas” (p. 29). Dye (2005 *apud* HEIDEMANN, 2009) inclui a inação como

uma política, embora de natureza negativa. Nesse sentido, a política engloba tudo o que diz respeito à vida coletiva das pessoas, a conjuntura que envolve os processos e métodos, mas também é a arte de governar e realizar o bem público.

[...] o desenvolvimento como um alvo a ser perseguido deve ser qualificado para representar de fato um bem público; um processo de desenvolvimento que cristaliza desigualdades sociais, ou que destrói a natureza, por exemplo, não será visto como um bem público. (HEIDEMANN, 2009, p. 29)

E o que são as políticas públicas? Para Heidemann (2009), políticas públicas são “decisões e ações de governo e de outros atores sociais” (p. 30), incluindo entre esses atores as forças de mercado. A política pública engloba dois elementos-chaves: a ação e a intenção. Para o autor, pode haver uma política sem intenção formal, porém não haverá uma política positiva sem ações que materializem a intenção. Dito em outras palavras, não há política pública sem ação. Souza corrobora com essa concepção ao resumir política pública como

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (2006, p. 26)

Frey (2000) introduz a análise das políticas públicas a partir da concepção de *policy analysis* e suas *ramificações*, ou seja, seus conceitos, os quais são considerados de fundamental importância tanto para a compreensão de políticas públicas quanto para a estruturação de um processo de pesquisa com estudos de caso. Para o autor, cada conceito está ligado a três abordagens da ciência política: *polity*: ordem do sistema político e conteúdo da política; *politics*: processos políticos de caráter conflituoso; *policy*: configuração dos programas políticos. Essas dimensões da política, ora dependentes ora independentes, são entrelaçadas e se influenciam mutuamente. E, tanto para os gestores públicos quanto para os analistas de políticas públicas, são definições importantes para o entendimento de como é o processo político.

Klaus Frey (2000) também traz conceitos que determinam as ações e o comportamento dos atores políticos: *policy networks*: interações das diferentes instituições e grupos, tanto do executivo, do legislativo como da sociedade, na

gênese e na implantação de uma determinada *policy*; *policy arena*: processo de conflito e de consenso dentro das diversas áreas da política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou construtivo; *policy cycle*: como as redes e as arenas das políticas setoriais podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas, é de fundamental importância ter-se em conta o caráter dinâmico ou a complexidade temporal dos processos administrativos.

Essa noção geral de política pública pode ser desdobrada em fases, como formulação, implementação e controle dos impactos das políticas, as quais podem sofrer alterações devido ao caráter dinâmico ou à complexidade temporal dos processos políticos (FREY, 2000). Na análise de políticas públicas, é preciso considerar que o instrumento teórico analítico é deficitário, uma vez que foi elaborado nos países industrializados e ajustado a democracias mais consolidadas. Assim, as especificidades socioeconômicas e políticas das sociedades devem ser consideradas ao se analisar as políticas públicas dos países em desenvolvimento (FREY, 2000).

O processo de políticas públicas é bastante complexo. Ele não se limita a leis e regras e divide-se em diversas fases, com o envolvimento de atores de diversos segmentos da sociedade. Mas não adianta estabelecer leis se não existem arranjos institucionais capazes de implementá-las, executá-las e acompanhá-las. Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, Souza (2006, s/p) elenca os seguintes elementos principais:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Assim, o processo de concepção e implementação da política relaciona-se diretamente com a capacidade de essa política ser executada, do envolvimento dos atores e dos arranjos institucionais. Nesta tese, define-se arranjo institucional como as regras e instâncias específicas estabelecidas, os mecanismos e processos para

definir a forma de coordenação das políticas, envolvendo um número significativo e heterogêneo de atores públicos e privados nas diferentes etapas do ciclo das políticas públicas. Dessa maneira, os arranjos “quando bem organizados, têm o potencial de dotar o Estado das capacidades necessárias para a execução bem-sucedida de políticas públicas” (GOMIDE; PIRES, 2014).

Os arranjos referem-se à capacidade técnico-administrativa e política do Estado para a execução de políticas. A capacidade técnico-administrativa deriva do conceito weberiano de burocracia, contemplando as habilidades do Estado para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coordenadas e orientadas para a geração de resultados. A capacidade política, por sua vez, refere-se às habilidades de inclusão de atores diversos (sociais, políticos e econômicos) e de negociação e condução de processos decisórios compartilhados envolvendo o processamento de conflitos e prevenindo a captura por interesses específicos (GOMIDE; PIRES, 2011).

Os conselhos, as conferências, as audiências públicas, os orçamentos e os planejamentos participativos são exemplos de instâncias participativas fomentadas pela Constituição Federal de 1988 e implementadas pelas políticas públicas, visando a uma maior democratização do acesso. Esse processo de articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e diferentes instâncias governamentais busca incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas, como emprego, educação, cultura, moradia e transporte. Não adianta uma criança ter acesso à escola se não estiver bem alimentada e saudável e se não tiver acesso à cultura e moradia, pois todos esses aspectos, se não forem atendidos, comprometem o seu aprendizado. A promoção da qualidade de vida, de fomento ao desenvolvimento, está relacionada a uma visão mais holística da vida em sociedade.

Um exemplo são as ações que o governo federal tem desenvolvido buscando novos arranjos institucionais visando a construir políticas efetivas em um território marcado pela diversidade e complexidade (LOTTA; VAZ, 2015, p. 177). Na área de preservação do patrimônio, as ações pioneiras do IPHAN – implantação de programas como o Monumenta e o PAC Cidades Históricas – têm gerado importantes investimentos e contribuído para a revitalização de centros históricos, edificações isoladas, programas de educação patrimonial e fomento à atividade

turística, visando a contribuir para a melhora da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Assistiu-se, portanto, a um movimento de construção de novas relações entre entes federativos, em uma lógica de coordenação, em que o Governo Federal atua mais na regulação e repasse de recursos e os governos estaduais e municipais na implementação. Em paralelo, outro movimento surgiu nos últimos anos e se caracteriza por uma maior complexidade desses novos arranjos por conta do envolvimento de novos atores, para além de entes governamentais, nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. (LOTTA; VAZ, 2015, p. 176)

Além de novos atores e instâncias participativas nos processos decisórios, a década de 2000 vai marcar a atuação de organizações não governamentais na implementação de políticas públicas, gerando inúmeras experiências entre o Estado e o Terceiro Setor.

Assim, considerando essas grandes transformações das organizações e políticas públicas das últimas duas décadas, vemos surgir diversas respostas que, embora ainda estejam em processo de aprendizado, propõem novos arranjos institucionais com desenhos que: aprimoram a relação entre os entes federativos, articulam os setores das políticas públicas, criam novos espaços para participação da sociedade civil ou desenvolvem novas formas de relação com organizações do terceiro setor. Esses novos arranjos têm como objetivo maior buscar resultados mais efetivos, democráticos e integrados de políticas públicas. (LOTTA; VAZ, 2015, p. 177)

Segundo Lotta e Favareto (2016), os arranjos institucionais podem ser entendidos a partir de três dimensões:

- I) **Intersectorialidade:** busca de superação dos problemas de especialização por meio da coordenação de distintos setores governamentais nas diferentes fases do ciclo de uma política.
- II) **Relações federativas:** busca de harmonização frente à complexidade das atribuições e responsabilidades dos entes federativos no que diz respeito à normatização, ao financiamento e à execução de uma política ou investimento. Ou seja, a construção de modelos de gestão de políticas com a coordenação entre os entes federados e a sociedade civil.
- III) **Territorialidade:** busca de aderência de um investimento ou política às características do tecido social local por meio da complementaridade à configuração territorial e do envolvimento dos representantes dos

interesses das forças sociais locais nas diferentes fases do ciclo da política.

Em relação à intersectorialidade, o aparato governamental, segundo Inojosa (2001, p. 103), é “fatiado por conhecimentos” e atua de forma “verticalizada”, “piramidal”, uma vez que os processos percorrem vários setores, mas as decisões são tomadas no topo da pirâmide, e não na base (população). Além desses fatores, a autora aponta ainda como problemática o “loteamento político-partidário e de grupos de interesse” que disputam cargos e “fatias” dos setores públicos.

Esses fatores, que decorrem de escolhas político-ideológicas, fizeram a estrutura governamental, que deveria ser cooperativa no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, ser, de fato, competitiva (INOJOSA, 2001, p. 104).

A autora aponta ainda que o aparato governamental provê itens isolados para todos sem perguntar a diferença que isso fará na vida das pessoas que possuem características socioeconômicas e culturais diferentes, ou seja, possuem necessidades diversas. Ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados das políticas implementadas foca nos produtos oferecidos (INOJOSA, 2001, p. 104). Podemos citar como exemplo o número de consultas realizadas, de obras realizadas e de casas preservadas sem perguntar que diferença isso fez para o grupo que vive na região.

Atualmente, a sociedade volta-se para a questão da preservação, que é um segmento sempre muito esquecido nas políticas públicas. Aborda-se, de forma aprofundada no Capítulo 3, *Histórico da preservação do patrimônio: o papel do Estado*, as políticas públicas que se resumiram, ao longo dos anos, a ações de tombamento, sem a participação da população nas decisões do que seria e como seria preservado. O resultado foram centros históricos esvaziados de significado social e processos de homogeneização da imagem da cidade, um apagamento da história local e perda de sua memorabilidade, tratando a cidade como objeto estático e idealizado, reforçando a distância entre preservação e desenvolvimento (CASTRIOTA, 2009).

Para Inojosa (2001), existe uma lógica desarticulada e segmentada do aparato governamental que não atende às necessidades e expectativas complexas das pessoas e dos grupos sociais.

Visando a alcançar resultados integrados e um efeito sinérgico no campo da organização pública e buscando uma nova dinâmica para o aparato governamental, perspectivas políticas intersetoriais ganham força. Mas o que são as políticas intersetoriais? Segundo Inojosa, é a articulação de saberes e experiências de diferentes políticas setoriais no planejamento, na realização e na avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando ao desenvolvimento social com base territorial e populacional (2001, p. 105).

Para a autora, a perspectiva de trabalho intersetorial é mais do que justapor projetos que continuam sendo formulados e realizados setorialmente. Duas coisas são fundamentais sobre a formulação, implementação e avaliação de políticas intersetoriais: a focalização, com base regional, em determinados segmentos da população e a preocupação com resultados e impactos, rompendo com a antiga concepção entre produto e resultado.

O que se pode chamar de cisão entre produto e resultado? Esse processo ocorre quando se tem, por exemplo, um projeto de restauro de bem tombado que se transformou em centro cultural, tendo assim valores investidos e a obra realizada, portanto, um produto. O resultado seria conhecido ao acompanhar o que aconteceu com aquela edificação: atende a diferentes grupos sociais, promovendo a universalização do acesso? Ou o centro cultural atende apenas a um determinado grupo social? O restauro teve algum impacto no desenvolvimento da região? As famílias que ocupavam o entorno da edificação permanecem no local ou venderam suas propriedades e migraram para o subúrbio da cidade? Normalmente, esse resultado não é acompanhado e se repetem os mesmos erros. O governo sabe que entrega à população determinados produtos, mas não sabe os resultados dessas provisões (INOJOSA, 2001, p. 105).

Para trabalhar numa perspectiva intersetorial, Inojosa aponta quatro aspectos básicos: a mudança de paradigma, um projeto político transformador, planejamento e avaliação participativos e com base regional, e a atuação em rede de compromisso social.

A mudança de paradigma refere-se à reforma do pensamento para criar um paradigma com foco na complexidade, na compreensão da diversidade e na questão da comunicação entre os setores (INOJOSA, 2001, p. 106).

O projeto político transformador para as políticas públicas está relacionado à mudança no desenho piramidal e fatiado das corporações, dos grupos de interesse e do loteamento político, os quais atendem às chamadas políticas assistencialistas, de caráter de compensação e de provimento de itens, buscando sanar problemas específicos.

O terceiro item atinge a organização interna do aparato governamental e diz respeito à questão do planejamento, aqui pensado como um processo permanente que começa com a análise do problema, passa pela escolha das estratégias, faz acordos e agrega outros atores. Nessa perspectiva, o orçamento não é o que determina a produção de um plano, como ocorre na maior parte dos governos, e sim o planejamento regional e participativo (INOJOSA, 2001, p. 107).

O quarto aspecto trata de superar aquela pirâmide hierarquizada e fatiada da estrutura governamental para uma reforma administrativa e agregar novos atores:

[...] a atuação em rede de compromisso social pode ser uma parte desta solução, pois significa que o Estado vai permeabilizando-se e abrindo-se à sociedade, trabalhando não em setores, não em clausuras, mas com outros parceiros que também estão fazendo o provimento de necessidades e expectativas da sociedade também com uma lógica disciplinar isolada, setorial. (INOJOSA, 2001, p. 107)

Para Bronzo (2010), a intersetorialidade consiste em uma “estratégia de gestão que se apresenta em diversos níveis da implementação e que se define pela busca de formas articuladas e coordenadas das políticas e setores governamentais” (p. 129). A necessidade de uma abordagem mais abrangente dos problemas sociais passa pela construção de gestão intersetorial e do governo multinível, alterando estruturas organizacionais e institucionais, e pela adoção de estratégias de gestão integradas. Esses mecanismos integradores são elencados pela autora da seguinte forma: gestão em rede, foco no território e na família, e estruturas matriciais de gestão.

Bronzo (2010), em seu artigo *Intersectorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo*, propõe a análise da problemática a partir de três categorias: intersectorialidade, autonomia e território. A discussão da autora parte das concepções de pobreza e suas implicações em termos de estratégias e diretrizes políticas para a análise de dois programas municipais de enfrentamento da pobreza, e busca identificar como esses programas incorporam as noções de

intersetorialidade, autonomia, empoderamento e território, que a literatura revisada indica como centrais para uma estratégia efetiva de inclusão social.

Assim, segundo a autora (BRONZO, 2010), para viabilizar ações e políticas integradas e focadas no desenvolvimento integral das pessoas em diversos âmbitos (educação, saúde e bem-estar, trabalho e renda, habitação, acesso à cultura, ao lazer, ao universo da cidadania) é necessário desenhar estratégias de intervenção capazes de abranger distintos setores das políticas públicas e relacionadas à atuação conjunta de vários programas e iniciativas sociais – a intersetorialidade. Para Brugué (2009), a gestão alinhada com a perspectiva da integralidade, denominada pelo autor administração pública deliberativa, possui quatro condições: bom governo e transparência, alicerçados no diálogo e na confiança para falar e trabalhar de forma conjunta; mudança do vocabulário, usando questões dotadas de conteúdo como coesão social, modelos urbanísticos, desenvolvimento econômico e mudanças climáticas, em outras palavras, conteúdos sociais, hídricos, territoriais e econômicos; gestão ativa das relações, em que o conceito de confiança é destacado pelo autor como objeto de gestão; liderança forte e renovada como motor da transformação, atuando como mediador, resolvendo os problemas e provocando a colaboração entre todos.

Outra categoria de análise proposta por Bronzo (2010) é a de território e comunidade, termos distintos, mas, na análise da autora, inter-relacionados, pois estabelecem conexões entre o campo estrutural e o individual (p. 130). Ao incorporar a dimensão territorial, “os chamados “efeitos de vizinhança” exemplificam este tipo de relação e explicam por que nem todas as áreas respondem de mesma forma às grandes mudanças que acontecem na sociedade como um todo” (BRONZO, 2010, p. 130). A concepção de infraestrutura social, que a autora pega emprestado de Richardson e Mumford (2002 *apud* BRONZO, 2010, p. 131), concebe o território na dimensão de pessoas e lugares e incorpora os serviços e facilidades existentes, como habitação, saúde, cultura e organização social relacionada com a existência de regras e normas coletivamente partilhadas pelos grupos sociais. A abordagem das estruturas sociais integra, segundo Bronzo (2010), a noção de território articulado com a noção de redes (governamentais, locais e de serviços). A infraestrutura formal (serviços e instalações) combina-se com a organização social (valores, normas, associativismo) para a produção de uma infraestrutura social

“saudável”, pois “a existência de redes sociais informais e as alterações na infraestrutura formal são condições necessárias para se processarem tais mudanças” (BRONZO, 2010, p. 132). Aqui a dimensão do território ganha centralidade como critério de intervenção do poder público via programas, serviços e instalações, atuando como base para a reconstrução de redes sociais informais de controle e normas na perspectiva de fortalecimento da infraestrutura social.

Uma terceira categoria proposta por Bronzo é a de autonomia e empoderamento que, combinada com as outras – intersectorialidade e território –, configura-se como marco de ação. O empoderamento é, na visão de Bronzo (2010), um “processo e resultado das políticas de proteção social, pode ser uma categoria síntese para se referir à ampliação da capacidade de escolhas dos indivíduos, que ocorre quando se tem acesso a ativos que, em interação sinérgica entre si, permitem a incorporação de indivíduos e grupos no universo da cidadania” (p. 133), envolvendo fatores exógenos e endógenos das pessoas de forma sinérgica.

É necessário tanto ações fortemente ancoradas nas carências materiais e nas demandas básicas quanto ações voltadas para alterações nas dinâmicas psicossociais, que se processam via interações e relações sociais, cujo peso significativo cabe às relações institucionais estabelecidas com os agentes públicos de proteção social (BRONZO, 2010, p. 133).

Formular e implementar políticas públicas que respondam à complexa sociedade contemporânea requer ações na perspectiva da intersectorialidade. A dimensão da territorialização surge a partir da necessidade de localizar os problemas de forma a atender as demandas de um determinado grupo social. E, finalmente, é necessário o reconhecimento de que existem fatores estruturais e relacionais que implicam ações que levem em conta a dimensão da autonomia e do empoderamento como capacidade de escolha (BRONZO, 2010, p. 134).

Assim, a política pública é um complexo e amplo emaranhado que nasce com a definição de um problema, sua implementação e avaliação e a busca de alternativas para sua melhoria. O ciclo político compreende a política pública a partir de vários estágios, os quais constituem um processo dinâmico de aprendizado (SOUZA, 2006). A distinção entre esses estágios é importante, uma vez que os atores, os processos e as ênfases são diferentes. Assim, torna-se possível a compreensão dessas relações em cada um dos estágios (SARAVIA, 2006).

Para a análise proposta nesta tese é adotado o ciclo político a partir das fases elaboradas por Frey (2000): percepção e definição de problemas, agenda *setting* (definição de agenda), elaboração de programas e decisão, implementação, e avaliação de políticas com eventual correção das ações. Além da análise do ciclo político, pode-se analisar e compreender cada uma das fases que o compõem, assim como suas inter-relações:

1. Percepção e definição de problemas: identificação, entre os inúmeros problemas, daqueles mais apropriados para tratamento por meio de políticas públicas. Tais problemas podem ser identificados por grupos sociais isolados, por grupos políticos ou pela administração pública.

2. Agenda *setting*: inserção, exclusão ou adiamento de um tema na pauta política. Essa decisão é baseada numa avaliação anterior sobre custos e benefícios das opções de ação disponíveis (FREY, 2000). Segundo Ruz (1997), para que uma situação ou estado de coisas se torne um problema político e passe a figurar como um item prioritário da agenda governamental é necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características: (a) mobilize ação política – ação coletiva de grandes grupos, ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder ou ação de atores individuais estrategicamente situados; (b) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; (c) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento do problema. Para Souza (2006), os governos definem suas agendas de três formas:

- Foco nos problemas: entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles, uma vez que o reconhecimento e a definição dos problemas afetam os resultados da agenda.
- Foco na política: a forma de construir a consciência coletiva sobre a necessidade de enfrentar um dado problema constitui-se um fator poderoso e determinante na definição da agenda. Essa construção se daria via processo eleitoral, com mudanças nos partidos que governam, ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse.

Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso. (SOUZA, 2006)

- Foco nos participantes: os participantes são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, entre outros, e invisíveis, como acadêmicos e a burocracia. Segundo essa perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas.

3. Elaboração de programa e decisão: consiste na escolha mais adequada entre várias alternativas de opções, precedidas por processos de conflito e de acordo envolvendo atores influentes na política e na administração (FREY, 2000). Ao analisar o caso brasileiro, Oliveira (2006) aponta que as falhas no planejamento estão relacionadas à ênfase dada ao planejamento como forma de controlar a economia e a sociedade, e não como um processo de decisão construído política e socialmente com os diversos atores interessados e afetados pela decisão.

[...] essa construção tem que ser baseada em informações precisas e capacidade de articulação e compreensão do processo e dos temas debatidos pelos diversos atores envolvidos. Não podemos cair no participativismo populista e demagógico que vemos em algumas políticas públicas. Ao mesmo tempo, o processo de planejamento tem que ser visto como um processo que, com o tempo, leve à geração de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta. (p. 284)

Para Rua (1997), a formulação das alternativas é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se colocam claramente as preferências dos atores, manifestam-se os seus interesses e os diversos atores entram em confronto. Cada um deles possui recursos de poder: influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, meios de persuasão, votos, organização, etc. E cada um deles possui preferências, isto é, uma alternativa de solução para o problema que beneficia mais um ator do que outro. Assim, dependendo da sua posição, os atores podem ter preferências muito diversas uns dos outros quanto à melhor solução para um problema político. Essas preferências dependem do cálculo de custo/benefício de cada ator. O cálculo de custo/benefício vincula-se às vantagens e desvantagens que cada ator tem em relação a cada alternativa proposta para solucionar um problema, e não se restringe a custos econômicos ou financeiros. Envolve também elementos simbólicos, como prestígio,

ou elementos políticos, como ambições de poder e ganhos ou perdas eleitorais, por exemplo.

4. Implementação de políticas: essa fase abrange todo o conjunto de decisões e ações que devem ser realizadas pelos agentes ou instituições governamentais e por demais grupos ou indivíduos de natureza privada para que a política formulada e seus objetivos sejam alcançados. Trata-se das ações para que determinada política saia do papel (RUA, 1997). Frey (2000) ressalta que o interesse da *policy analysis* nesta fase decorre de os resultados e impactos das políticas implantadas não corresponderem aos impactos projetados na fase de formulação. Em relação à análise, o autor aponta duas abordagens: (a) qualidade material e técnica de programas e planos, quando se relaciona o conteúdo formulado com os resultados alcançados e se estabelecem as causas de eventuais problemas de implementação; (b) estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos com foco no como e no porquê do processo de implementação. Rua (1997) ressalta algumas condições necessárias para o processo de implementação: as circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem; o programa deve dispor de tempo e recursos suficientes; não apenas não deve haver restrições em termos de recursos globais, mas, também, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível; a política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta); essa relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, devem ser mínimos; deve haver uma só agência implementadora, que não depende de outras agências para ter sucesso; se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância; deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos, e essa condição deve permanecer durante todo o processo de implementação; ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em sequência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante; é necessária perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa; os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seus comandados.

5. Avaliação e eventual correção da ação: fase de avaliar os programas já implementados em relação aos impactos efetivos, seus *deficits* e efeitos colaterais indesejados (FREY, 2000). A avaliação pode levar à suspensão, modificação de um programa ou ao início de um novo ciclo de definição e elaboração de um novo programa político. Com isso, a fase de avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000, p. 229). Rua (1997) ressalta que o controle ou a avaliação não deve ser realizado somente ao final da implementação, mas pode estar presente durante todas as fases do ciclo político.

Para Arretche (1998), a avaliação de políticas públicas, de acordo com os manuais de análise e avaliação de políticas públicas, deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, e deveria ser destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente. Portanto, a particularidade da avaliação de políticas públicas consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e um resultado ou, ainda, na ausência do programa, não ter o resultado. Sobre avaliação de efetividade, ela é entendida como o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. Sobre avaliação da eficácia, ela é entendida como a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Essa avaliação pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados. Ressalta-se ainda que, segundo Arretche (1998), a avaliação da eficácia é a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas, porque ela é, certamente, aquela mais factível e menos custosa de ser realizada. Na verdade, o avaliador estabelece uma equação entre as metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona com as metas alcançadas. Desse modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política. Sobre avaliação de eficiência, ela é entendida como a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. Uma problemática é que a escassez de

recursos públicos exige maior racionalização do gasto. Na verdade, sob o impacto da crise fiscal do Estado, medidas e programas de racionalização da ação pública têm buscado aumentar o volume de recursos efetivamente disponíveis sem aumentar o volume de arrecadação e/ou sem aumentar rubricas de gasto. Nesse sentido, os estudos de avaliação de eficiência tornam-se cada vez mais necessários no Brasil porque, paralelamente à escassez de recursos públicos, os "universos" populacionais a serem cobertos pelos programas sociais são de enormes proporções. Finalmente, e de modo algum menos importante, na opinião de Arretche, as avaliações de eficiência, embora bastante negligenciadas, impõem-se, porque a eficiência é um objetivo democrático. Na verdade, ao dispor de recursos públicos e ao implementar políticas públicas, o governo está gastando um dinheiro que não é seu; está gastando o dinheiro do contribuinte. Para Trevisan e Bellen (2008, p. 8):

As avaliações podem ser um problema para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar governos, da mesma forma que, em caso de boas notícias, os governos podem usá-la para legitimar as próprias políticas, como ganho político, etc.

Arretche (1998) ressalta ainda que a avaliação é um instrumento democrático de controle sobre a ação pública, principalmente se essas ações foram discutidas e se as informações, a metodologia empregada e os resultados alcançados foram acessados pelos cidadãos.

Partindo das considerações de Frey (2000), entende-se que, para uma pesquisa no campo sobre políticas públicas, cabe ao pesquisador apenas analisar a dimensão dos resultados dos programas políticos e questionar a "realidade empírica bastante complexa e em constante transformação" (p. 251), que envolve a dinâmica do sistema político, sua estrutura, gestões, programas, bem como a sociedade e a economia, "de acordo com a tendência do neo-institucionalismo de dirigir sua atenção não apenas para as instituições em si, mas também para os próprios atores políticos" (FREY, 2000, p. 251).

Já Oliveira (2006) aponta algumas tendências para explicar as falhas de políticas públicas em países em desenvolvimento a partir dos aspectos político-administrativos, financeiros e técnicos.

Os aspectos políticos e institucionais referem-se à falta de articulação entre o sistema político, o Estado e a sociedade civil nos países em desenvolvimento. Muitos estados de países em desenvolvimento foram criados recentemente. Alguns saíram há poucas décadas do colonialismo, outros foram criados por divisões internas, alguns saíram recentemente de ditaduras, o que inibiu a sociedade civil, o bom funcionamento do sistema político e, conseqüentemente, a atuação do Estado. O economista Joel Migdal, um dos primeiros acadêmicos especializados em países em desenvolvimento, caracterizaria esses países como sociedades fortes em Estados fracos (MIGDAL, 1988 *apud* OLIVEIRA, 2006).

Um segundo aspecto para explicar a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é a capacidade financeira, que, geralmente, é a razão mais direta para explicar as falhas em planejamento. Os países em desenvolvimento têm menos recursos para serem aplicados nas diversas áreas. Com isso, a capacidade desses países levarem adiante políticas públicas de maneira que tenham resultados efetivos é limitada. Muitos desses países ou regiões dependem de doações ou empréstimos das agências multilaterais (OLIVEIRA, 2006).

Terceiro, a capacidade técnica de gerir o planejamento de políticas públicas é apontada como outro limitador dos países em desenvolvimento – por exemplo, a falta de recursos humanos capacitados e motivados, de equipamentos, de experiência e de competência técnica dos órgãos responsáveis para planejar as políticas públicas. Também existe uma centralização exagerada do processo de planejamento. Falta articulação entre as diversas agências responsáveis para o bom andamento de determinadas políticas públicas ou, até mesmo, aparecem conflitos entre os órgãos de mesmo nível ou de diferentes níveis de governo. (OLIVEIRA, 2006).

Analisando as implicações da abordagem de Frey (2000) para a realidade político-administrativa de países em desenvolvimento, particularmente do Brasil, caracterizados por democracias não consolidadas, o texto conclui que as peculiaridades socioeconômicas e as políticas não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares dessas sociedades (FREY, 2000).

A promoção de políticas públicas não é responsabilidade somente do governo e envolve diferentes atores, tanto na forma individualizada quanto coletiva, numa perspectiva de ultrapassar a administração pública – do gerenciamento de sua estrutura administrativa para uma concepção de gestão de políticas públicas voltada para a eficácia social do governo (HEIDEMANN, 2009).

Para que isso ocorra é necessário um governo com capacidade de governança fortemente marcada pela horizontalidade de seus processos. Mas qual o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas? Souza (2006) entende que o Estado (os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) não reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. O Estado também não opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, e tampouco o Estado serve apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado.

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma "autonomia relativa do Estado", o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (EVANS, RUESCHMEYER E SKOCPOL, 1985 *apud* SOUZA, 2006). Essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa "autonomia" e o desenvolvimento dessas "capacidades" dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país. (SOUZA, 2006)

Segundo Souza (2006), outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, como os grupos de interesse e os movimentos sociais, e cada qual possui maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo. A teoria neoinstitucionalista é o entendimento de que não são somente os indivíduos ou grupos que têm força relevante e que influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições.

A contribuição do neo-institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam

alguns grupos em detrimento de outros, embora as instituições sozinhas não façam todos os papéis – há também interesses, como nos diz a teoria da escolha racional, ideias, como enfatizam o institucionalismo histórico e o estrutural, e a história, como afirma o institucionalismo histórico. (SOUZA 2006)

O autor aponta alguns problemas quando se trata da análise da política municipal no Brasil. Primeiro, o limitado conhecimento científico relacionado à “configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos” que se relacionam a questões de decisão e planejamento. A resposta a essas e outras questões relacionadas às políticas públicas no contexto municipal exige uma nova governança pública de articulação e alianças estratégicas entre Estado, mercado e sociedade civil, vistas como essenciais para enfrentar problemas coletivos (FREY, 2000).

Para Souza (2006), a problemática da análise da eficácia das políticas públicas relaciona-se a três fatores. O primeiro é a escassa produção de conhecimento na área, envolvendo pesquisas científicas. O segundo aponta o grande número de estudos de caso tendo como objeto empírico estudos setoriais, resultando em uma visão das políticas públicas excessivamente fragmentada. O terceiro problema é o direcionamento das pesquisas pela proximidade com os órgãos governamentais. O autor também aponta a baixa importância dada para os processos de negociação político-social entre os atores envolvidos, e que a administração pública não é algo técnico, mas permeado por processos políticos derivados de todo um sistema de crenças e valores que extrapolam a legislação.

2.3 Política pública de cultura e a questão da preservação do patrimônio cultural

Na medida em que a cultura foi incorporada às políticas de desenvolvimento, parte-se da constatação de Tolila, para quem “a cultura de um país é um bem coletivo, assim como a sua segurança, a saúde dos cidadãos, sua educação, ou ainda os resultados de seus pesquisadores, engenheiros e técnicos de todas as disciplinas” (2007, p. 93).

Teixeira Coelho (2014) considera política cultural como a “ciência da organização das estruturas culturais”. Afirma, ainda, que as iniciativas desses

agentes visam a “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. Para Canclini as políticas culturais resumem-se a um

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (2001a, p. 65)

Mas qual o papel do Estado quando nos referimos à cultura? Para Simis (2007), o papel do Estado no âmbito da cultura, num contexto democrático, “não é produzir cultura” no sentido de dirigismo, mas formular políticas públicas que promovam o acesso à cultura, divulgando e fomentando-a. Entretanto, as políticas de cultura devem criar meios para que as pessoas possam produzir cultura “pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos” (p. 135).

No âmbito internacional, criou-se grande número de instrumentos jurídicos, resoluções, declarações e convenções relacionadas à proteção do patrimônio material e imaterial, esse último compreendido como parte constituinte do atual e abrangente conjunto do patrimônio cultural. Esse ordenamento refletiu-se nas políticas públicas implantadas por governos nacionais e que, muitas vezes, confundem o papel da cultura nacional com o desenvolvimento das possíveis culturas que convivem dentro do seu território (SEMPERE, 2012, p. 2). Para Simis, tem-se, de um lado, iniciativas que favorecem a "cultura oficial", a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, e de outro lado, “não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel” (2007, p. 135).

Alvim e Castro tratam do processo de avaliação de políticas urbanas colocando em foco sua formulação, formalização e implementação, assim como as instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle de seus resultados. Partindo das práticas recentes do município de São Paulo, os autores abordam o desenvolvimento de instrumentos concretos e socialmente efetivos para a avaliação de políticas urbanas.

Em termos gerais, políticas urbanas correspondem ao conjunto das políticas públicas e das ações do poder público sobre processos urbanos. Implicam, portanto, um conjunto de metas, objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam a ação do poder público em relação ao conjunto de relações, necessidades ou demandas sociais, expresso ou latente nos aglomerados urbanos. Assim, as políticas urbanas podem ser caracterizadas, de modo geral, como políticas públicas que tem por objetivo as demandas e práticas sociais que se expressam e ocorrem, sobretudo, no nível das questões locais que afetam a vida cotidiana da população. (2010, p. 6.)

Para Alvim e Castro, a obtenção de resultados consistentes, sustentáveis e legítimos do ponto de vista social tem sido preocupação crescente no âmbito do atual debate sobre políticas públicas. Em relação às políticas que englobam programas, planos, projetos e ações voltados para o meio urbano – as políticas urbanas –, o novo marco institucional estabelecido a partir da promulgação da Lei Federal do Estatuto da Cidade tende a modificar tanto a atuação do poder público municipal quanto as formas de ação dos agentes que participam da produção e da transformação do espaço urbano (2010, p. 3).

A competência das cidades para atuarem de forma autônoma é uma conquista advinda da Constituição Federal de 1988, que juntamente com o Estatuto das Cidades⁹ fomentou a criação e a utilização de novos mecanismos de regulamentação urbana. O Estatuto da Cidade é uma importante ferramenta de promoção de uma gestão integrada, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana e provendo instrumentos inovadores para a gestão das cidades. No Plano Diretor de cada cidade, existe a possibilidade de privilegiar o desenvolvimento urbano sustentável integrado, colocando inclusive o direito público acima do direito privado e instituindo a qualidade de vida e o direito a cidades saudáveis como bem maior do cidadão. Nesse contexto, a avaliação e o acompanhamento do conjunto dessas ações, tendo em vista a ampliação dos direitos sociais, podem contribuir para o próprio processo de concepção e implementação de políticas urbanas. (ALVIM; CASTRO, 2010, p. 8).

O Estado, em todos os seus âmbitos, ocupa papel fundamental na construção de políticas públicas de cultura para o desenvolvimento local. O art. 216 da Constituição Federal atribui ao poder público, com colaboração da comunidade, a

⁹ O art. 35 elenca as situações em que é possível a transferência do direito de construir. O inciso II desse artigo refere-se à possibilidade de essa transferência ser efetuada em caso de imóveis sujeitos à preservação por motivo de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural. Como o tombamento é a forma legal de proteção desses bens, entende-se que essa ação é uma forma de minimizar os eventuais prejuízos aos proprietários e imóveis vizinhos.

proteção do patrimônio cultural, e os modelos de participação direta, no tocante à proteção do patrimônio, se tornam mais evidentes no município. Assim:

Também é no município que reflexões sobre a participação popular podem trazer gratas surpresas. Se pensarmos que demandas relacionadas às referências patrimoniais das populações locais têm emergido nos espaços de participação em regiões onde o poder público não tem atuação específica quanto ao tema patrimônio, pode-se conjecturar que a democratização seja a resposta para os processos de 'conscientização' tão acalentados pelos preservacionistas. (MEIRA, 2004, p. 11)

Observa-se que a competência dos municípios para atuarem de forma autônoma nas questões de preservação do patrimônio de relevância local é uma conquista advinda da Constituição Federal de 1988, ao atribuir competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no trato da questão e competência exclusiva ao município para execução da política de desenvolvimento urbano relacionada aos bens culturais. No entanto, "a aplicação das políticas públicas urbanas por meios locais e especialmente localizadas que sejam, guardam relações com outras escalas de atuação e com outras instâncias de decisão estatal-governamental" (ALVIM; CASTRO, 2010, p. 25).

Na gestão do patrimônio cultural local, o Estatuto da Cidade é uma importante ferramenta para promover uma gestão integrada, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana e provendo instrumentos inovadores para a gestão das cidades por meio dos planos diretores.

É no Estado e em todas suas esferas que a gestão cultural ocupa papel relevante, principalmente no âmbito municipal, pela proximidade da realidade e dos interesses e demandas específicos dessa comunidade, ao valorizar e preservar o patrimônio cultural. Gonzalo Carámbula (2010) afirma que é nesse território imediato e concreto que se desenvolvem as tensões, a preservação dos referenciais culturais e:

Em los ámbitos municipales y regionales es donde se encuentra con mayor vigor la actividad cultural. Deja de ser florido contenido de una declaración de principios, se escapa del discurso nacional o internacional que muchas veces no puede registrar la diversidad y cotidianeidad del hecho cultural, y se vuelve vivaz centro de intercambio con enorme fluidez social. (p. 3)

Arantes ressalta o fato de que a "defesa do passado" para os propósitos do patrimônio

[...] se estrutura em torno de intensa competição e luta política em que grupos sociais diferentes disputam, por um lado, espaços e recursos

naturais e, por outro (o que é indissociável disso), concepções ou modos particulares de se apropriarem simbólica e economicamente deles. (ARANTES, 1984, p. 9)

O conflito é, pois, parte constitutiva das políticas de preservação dos patrimônios culturais (TAMASO, 2005). Segundo Lowenthal, o “conflito é endêmico ao patrimônio” (1998, p. 234) e, nas palavras de Canclini, o patrimônio é “espaço de disputa econômica, política e simbólica” (1994, p. 100). Segundo Tamaso:

Os valores atribuídos ao bem cultural, quando entram em disputa, revelam um processo de hierarquização. Um valor será selecionado como mais importante e mais legítimo; os outros permanecerão como seus opostos complementares: valor artístico/valor da fé. O grupo que estiver de posse da gestão daquele bem cultural estabelecerá seus valores como mais legítimos. Na arena de disputa, os outros não poderão ser considerados. Se decidirem que os Profetas deixarão seu lugar original, a população será mais uma vez expropriada de seu próprio patrimônio. (TAMASO, 2005, p. 15)

Como apontado nos tópicos anteriores, a busca do consenso entre esses atores sociais é de suma importância na construção de uma política pública de cultura que reconheça a diversidade cultural e promova a democracia cultural, a inclusão e o desenvolvimento. Quando se trata de desenvolvimento, entende-se uma visão integral entre aspectos econômicos, humanos e sociais, e o patrimônio é parte fundamental assegurada pela Constituição Federal. Mas o pleno exercício da cidadania cultural, segundo Chauí:

[...] teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um *direito* foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass mídia* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura – o consumo de bens culturais – e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia [...]. (1995, p. 84)

Nesse processo de construção de políticas públicas de patrimônio, os conselhos são órgãos de debate e deliberação e constituem elos importantes entre a sociedade civil e os governos. Essa construção passa pelo embate de ideias, pela negociação e pela busca do consenso. A questão do patrimônio é muito importante para estar apenas no âmbito governamental e é complexa demais para ser conduzida apenas em uma direção. O debate entre a sociedade civil e o poder

público fortalece politicamente as propostas que serão prioritárias, equilibrando interesses e adequando objetivos e metas.

As queixas e as reclamações de moradores de cidades grandes e pequenas em relação às limitações impostas pelo tombamento de bens imóveis exigem atenção permanente no tocante a essas decisões e à sua implementação. Também que se constatem os desencontros e os impasses entre os órgãos federais, estaduais e municipais. Registro, por exemplo, o conflito entre a política federal de patrimônio e os interesses políticos de prefeitos que, frequentemente, apresentam projetos de intervenção urbana que contrariam as orientações da antiga SPHAN, atual IPHAN. Lembro-me de outros casos que ocorreram no período em que era membro do Conselho, quando prefeitos de cidades históricas mineiras desejavam e, em alguns casos, conseguiram erguer construções que feriam agudamente áreas tombadas e seu entorno, como estádios de esportes, praças com repuxos coloridos, estações rodoviárias, entre outros. Essas obras, com maior ou menor transparência, representavam aspirações e interesses de autoridades e grupos empresariais, contando, às vezes, com o conquistado apoio de parte da população. (VELHO, 2006, s/p)

Souza, ao analisar as abordagens de planejamento e gestão urbana, aponta o planejamento mercadofílico como o que rompe com o espírito regulatório (ainda hegemônico nos anos 1970), pois deixa de tentar domesticar ou disciplinar o capital para ajustar-se aos seus interesses. Ao mesmo tempo, transpõe o planejamento estratégico corporativo do meio empresarial para o estado e para a cidade – dimensão política do planejamento:

[...] o que está em jogo não é a realização de intervenções lastreadas em uma análise profunda da realidade social e espacial (demandas, necessidades), mas a captação e decodificação de sinais emitidos pelo mercado ou simplesmente o atendimento de demandas específicas, razoavelmente predefinidas, relativas aos interesses do capital imobiliários ou outros segmentos dominantes. (SOUZA, 2013, p. 139)

Para Bidou Zachariassen (2006), as cidades são hoje objeto de grandes transformações, tanto materiais quanto sociais e simbólicas, em que o processo de gentrificação é um elemento que se destaca na dinâmica dos centros urbanos.

O termo *gentrificação* foi utilizado primeiramente por Glass, na década de 1960, para designar o processo pelo qual as famílias de classe média haviam ocupado os espaços desvalorizados do centro de Londres. De caráter esporádico e localizado, a gentrificação tinha como atores centrais a classe média e a classe média alta estimuladas pelo mercado habitacional do pós-guerra, revitalizando um estoque imobiliário desvalorizado (SMITH, 2006, p. 60).

Nos anos 1970 e 1980, o renascimento urbano consolidou o processo de gentrificação, agora relacionado com a ação de novos agentes ligados ao Estado e às empresas ou parcerias público-privadas. O processo de gentrificação transformou-se num processo mundial, atingindo tanto metrópoles, como Londres, Nova Iorque, Paris e Sidney, quanto centros urbanos, como as antigas cidades industriais de Claven e Glasgow, e pequenas cidades comerciais, como Lancaster (SMITH, 2006, p. 62). O conceito de Hamnet para esse período é elaborado de forma mais ampla como um processo ou conjunto de processos específicos:

A gentrificação é um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiários e imobiliários. É uma combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos. (HAMNETT, 1984 *apud* BIDOZ ZACHARIASEN, 2006, p. 23)

Na contemporaneidade, a gentrificação marca o urbanismo, as relações sociais e a paisagem cultural da cidade. Mas o fenômeno da gentrificação vai além. Segundo Swyndedouw e Kesteloot, a

[...] reorganização socioeconômica da sociedade em função de um novo regime de acumulação provoca a emergência de um novo modo de vida urbano e de novos tipos de consumo. Esta nova ideologia se exprime na individualização da vida social e cultural, mas também na reestruturação do quadro construído. Grosso modo, ela valoriza o patrimônio histórico representado nas edificações dos centros urbanos, mas este é adaptado para ser ocupado por uma nova classe média de residentes. (SWYNDEDOUW; KESTELOOT *apud* BIDOZ ZACHARIASEN, 2006, p. 25)

A valorização do patrimônio histórico e o fenômeno da gentrificação estão atrelados, segundo Bidou Zachariassen, ao quadro de desenvolvimento de um novo regime de acumulação nos espaços urbanizados a partir do estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e de consumo, atraindo camadas sociais altamente qualificadas (2006, p. 24-25).

No caso de Nova Iorque nos anos 1990, Smith constata que o processo de gentrificação generalizou-se por todo o centro da cidade, produzindo paisagens urbanas para as classes média e média alta consumir, transformando as residências em novos ambientes para o emprego, lazer e consumo:

Mais que edifícios reabilitados e apartamentos reformados, a gentrificação abrange cada vez mais os novos restaurantes e as vias comerciais do centro, os parques em frente ao rio e os cinemas, as torres dos edifícios das marcas famosas, os museus das grandes fundações, os locais turísticos de todo tipo, os complexos culturais, em resumo, todo leque de grandes operações na paisagem das áreas centrais. (SMITH, 2006, p. 72)

Para o autor, a gentrificação como estratégia urbana global apresenta diferentes contornos ao analisar bairros e cidades e ritmos temporais diferentes. Em Seul e São Paulo, o processo é isolado e está no início, enquanto que, no Caribe, a indústria turística conecta o capital mundializado à gentrificação (SMITH, 2006, p. 74).

A generalização da gentrificação apresenta, segundo Smith, diversas dimensões. Primeiramente, o papel do Estado, que agora atende às regras do mercado quando se trata de políticas urbanas. Além disso, há a presença do capital globalizado nos programas residenciais locais e a dispersão geográfica da gentrificação para além do perímetro central, instaurando uma renovação urbana de dimensão classista. Todo este complexo e institucional processo se justifica pela criação de mais empregos, melhoria na segurança, geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de equipamentos culturais (SMITH, 2006, p. 79). Certeau (1995), ao tratar do mercado da cultura, também destaca o poder do capital mundializado, transformando a cultura num serviço a ser consumido:

Trustes racionalizam e tornam lucrativa a fabricação de significados; enchem com seus produtos o espaço imenso, indefeso e semiconsciente da cultura. Todas as formas de necessidade, todas as fendas do desejo são preenchidas, isto é, inventariadas, ocupadas e exploradas pela mídia. Esse sistema econômico sofre erosão e finalmente inverte a conquista do século XIX, substituindo o ato de representação democrática pela recepção de significados padronizados, dirigindo os trabalhadores para o consumo e transformando o povo em público. (p. 234)

Neste processo de gentrificação, o patrimônio cultural é mais um elemento destes novos espaços desenhados nos ambientes construídos. Paola Berenstein Jacques (2008) esclarece que, no momento atual, o patrimônio tem valor econômico ou de mercado, tendo como principal catalisador o turismo cultural globalizado. A utilização da cultura simplesmente como vetor econômico, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, da arquitetura

vernácula e de demais manifestações culturais, transforma o patrimônio em cenário espetacular dentro de um padrão global de consumo turístico (p. 35-6).

Paola Berenstein Jacques, professora na Universidade Federal da Bahia, desenvolve, na linha de pesquisa *Apreensão crítica da cidade contemporânea*, estudos críticos à espetacularização urbana contemporânea que desviam pelas microrresistências urbanas e outros modos não planejados de apropriação do espaço urbano, buscando uma abertura do campo por meio de outras possibilidades de compreensão e ação urbana (JACQUES, 2005). A autora aponta que, nos últimos 20 anos, acentuam-se as iniciativas de patrimonialização e museificação das edificações antigas nos centros urbanos, com a finalidade de utilizar a cultura para a revitalização urbana tão em voga hoje e que “parece fazer parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico” (2008, p. 32).

A espetacularização ocorre quando o bem cultural, transformado em mercadoria, se sobrepõe às necessidades da coletividade produtora da mercadoria voltadas a um público ávido por atrativos na área de entretenimento e lazer:

Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas como mercadorias, manipuladas como imagem de marca. [...] O patrimônio cultural urbano passa, assim, a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado. (JACQUES, 2008, p. 34)

Outra constatação da autora refere-se ao deslocamento das propostas e do gerenciamento de projetos de preservação do patrimônio da esfera federal para as municipais a fim de atender aos interesses políticos ou econômicos locais. Este processo leva a um enobrecimento dos bens culturais edificados, expulsando a população carente desses espaços. Ao mesmo tempo, transforma-se o “patrimônio em cenários” ao apenas manter as fachadas, que são “restauradas sem grandes preocupações quanto ao valor histórico, artístico e cultural das edificações, para promover a instalação de novos restaurantes de luxo, bares ou centros ditos culturais”. (2008, p. 39). Os resultados são políticas públicas de recuperação dos lugares degradados da cidade, principalmente os remanescentes físicos do passado, estimulando processos de gentrificação e/ou transformando as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social.

Montaner e Muxí apontam a tematização das cidades como uma tendência geral de apagar a memória urbana com o objetivo de debilitar as redes sociais, uma

vez que essas poderiam se opor a projetos urbanos de relevância econômica, produzindo o que os autores denominam traumas urbanos:

Podemos hablar de un sistemático borrado de la memoria colectiva que se produce em situaciones no explicitamente traumáticas, sem conflictos sociales aparentes, de uma maneira lenta y oculta, como consecuencia del desarrollo tardocapitalista y neoliberal de las grandes urbes, que quieren impostar identidades simples para el control interno y para la comunicación externa, hacia las inversiones y el turismo, y que se transmiten convenientemente edulcoradas a través de campañas publicitarias. (2011, p. 159)

O processo de gentrificação apresenta-se atualmente com uma nova roupagem: a de regeneração urbana permeada pelo discurso do equilíbrio sociológico. Segundo Smith, aparentemente o equilíbrio sociológico parece uma coisa boa. No entanto, quando se analisam os bairros escolhidos para a “regeneração”, revela-se uma colonização desses locais pelas classes médias e altas (2006, p. 82). Em outras palavras, a diversidade social almejada por projetos de revitalização não estimula a manutenção das classes populares no bairro, mas atrai famílias com alto poder aquisitivo que vão ocupar as edificações restauradas, contribuindo para a transformação da imagem da cidade e gerando novas atividades econômicas, muitas vezes relacionadas à indústria do turismo e à cultura.

Assim, a revitalização de centros históricos degradados está atrelada à lógica do capital mundializado e das estratégias de gentrificação, curvando as políticas urbanas a regras do jogo. De um papel fiscalizador e regulador, o poder público, tanto o das grandes metrópoles quanto o das pequenas cidades, direciona-se para atender às expectativas ávidas do capital privado na busca de melhores negócios. Nesse processo, a identidade local e as edificações dos centros históricos se tornam produtos a serem explorados economicamente e exibidos para os turistas.

O caso do Largo do Coimbra, em Ouro Preto, é apresentado por Castriota (2009) como um exemplo de homogeneização da imagem da cidade, de apagamento da história local e de perda de sua memorabilidade. Localizado ao lado da Praça Tiradentes e ladeado pelo Palácio dos Governadores e pela Casa da Câmara e Cadeia, que representam o espaço oficial da cidade, o Largo do Coimbra representava a vida cotidiana, como o comércio de tropeiros e o convívio social.

Com o tombamento pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938, inicia-se, na década seguinte, um processo de retirada do

mercado localizado no Largo do Coimbra visando a dar visibilidade do monumento tombado, a Igreja de São Francisco, recém-restaurada. Para Castriota, nesse momento o Estado assume a posição de “guardião local” do patrimônio, e o morador a de um opositor (2009, p. 146). Com a retirada do mercado no Largo do Coimbra, o espaço de sociabilidade da cidade é substituído pelos valores estéticos, e “a história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõe a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado” (CASTRIOTA, 2009, p. 145).

Mas como tratar os lugares degradados da cidade, principalmente os remanescentes físicos do passado, de forma que as políticas públicas de preservação não estimulem processos de gentrificação nem transformem as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social? Quais seriam então as alternativas para evitar a cidade como espetáculo? Berenstein Jacques, em seu artigo *Errâncias urbanas: a arte de andar pelas cidades*, aponta alguns “antídotos” à espetacularização das cidades:

Tenho algumas pistas: a participação, a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos. Estas alternativas passariam necessariamente pela própria experiência física da cidade, que é quase impossível ou totalmente artificial nas cidades espetacularizadas. E mais do que isso, passariam pela experiência corporal, sensorial, podendo ser até mesmo erótica, da cidade. Só a experiência sensorial, individual ou coletiva, que não se deixaria espetacularizar, não se deixaria reduzir a simples imagens. (JACQUES, 2008, p. 34)

Nas últimas décadas, conquistaram-se avanços significativos no que se refere à questão da preservação do patrimônio, ressaltando o valor cultural e histórico e o meio ambiente. O conceito de patrimônio relacionado à cultura ocidental, branca e católica, como objetos idealizados que desconsideram a história local, ampliou-se, valorizando o patrimônio de valor local:

ocorre que nem todo o patrimônio nascido de uma região tem tese dessa amplitude (nacional). Há o que experimente fenômenos e particularidades bem mais limitadas que escapariam a um olho menos afeito a realidade local, com problemas exclusivos de sua economia, seus hábitos, gostos e anseios. Mas de grande apelo para o historiador da terra. É esse vínculo telúrico o que de mais imediato pode tocar a comunidade, como carga que representa a sua gente, suas tradições, seu modo de ser, seu caráter regional. (COSTA, 2002, p. 28)

Segundo Choay, questões como a preservação e a valorização dos tecidos degradados da cidade ou o processo de gentrificação, expulsando a comunidade local e transformando-a em “representação falseada” voltada ao turismo, precisam ser discutidas e avaliadas pela comunidade organizada nos conselhos e pelos atores sociais em parceria com o setor público e privado. Na contramão desse processo de descaracterização do patrimônio, as cidades que resistem possuem, entre outros fatores, a “força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades” (2006, p. 227).

De acordo com Choay (2006), o patrimônio está ligado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, situadas no espaço e no tempo. O patrimônio histórico designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (p. 11). Ao estimular processos de coesão, o patrimônio cultural reforça o tecido social por meio da participação da comunidade no destino dos bens culturais de relevância coletiva. A questão da participação social e dos modelos democráticos de gestão do patrimônio está prevista no art. 216 da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao poder público, com colaboração da comunidade, a proteção do patrimônio cultural. Esse modelo de participação direta no tocante à proteção do patrimônio se torna mais evidente no âmbito do lugar. Assim:

Se pensarmos que demandas relacionadas às referências patrimoniais das populações locais têm emergido nos espaços de participação em regiões onde o poder público não tem atuação específica quanto ao tema patrimônio, pode-se conjecturar que a democratização seja a resposta para os processos de ‘conscientização’ tão acalentados pelos preservacionistas. (MEIRA, 2004, p. 11)

Segundo dados das cidades brasileiras (IBGE, 2006), 57,9% das cidades declararam possuir políticas para a área de cultura. Dessas, 36,7% declararam ter ações destinadas à preservação do patrimônio. Apesar de as cidades declararem possuir políticas para área de preservação do patrimônio, mais da metade dessas cidades coloca em prática a preservação do patrimônio sem a presença de conselhos ou de legislação específica para a área. A pesquisa também mostrou que 17% das cidades brasileiras têm Conselhos Municipais de Cultura e que 13,3% têm

Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural. Esse quadro reflete a falta de um histórico de participação da comunidade em ações governamentais. Embora exista legislação, estamos atrelados às decisões do capital mundializado e à forte tendência de homogeneização e espetacularização de nossas cidades.

Neste novo padrão de gestão advindo da Constituição de 1988 e do Estatuto das Cidades, os planejadores urbanos, historiadores, economistas, arquitetos e gestores públicos são os profissionais envolvidos neste processo de pensar a cidade e de regulamentar seus territórios criando área de interesse especial com base em estudos aprofundados de suas realidades e gerindo as cidades de forma a atingir esses objetivos por meio de novos instrumentos urbanísticos e operações urbanas, tendo como atores principais a sociedade civil e a iniciativa privada por meio de parcerias.

Pensar novas formas de atuação do poder público municipal e novas formas de atuação dos demais agentes que participam da produção do espaço urbano num contexto de capital mundializado (ALVIM; CASTRO, 2010, p. 5) é o grande desafio que se apresenta à sociedade contemporânea. Nesse cenário, as políticas urbanas ocupam um papel importante quando se trata da atuação do Estado. Segundo José Álvaro Moisés, “o grande desafio da época contemporânea, na área da cultura, é inverter a tendência histórica brasileira, segundo a qual os grandes avanços institucionais do setor se fizeram em períodos autoritários” (2001, p. 46). Para tanto, a participação, a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos são estimuladas pela existência de redes sociais, de padrões de organização ou, até mesmo, de organizações voluntárias da sociedade civil que são importantes na formulação e implementação de políticas públicas. Assim, estratégias políticas de desenvolvimento não podem apenas disponibilizar linhas de crédito ou incentivos fiscais. Elas precisam manter e ampliar o capital social nas comunidades, estimulando ações colaborativas e de estímulo à participação social. Evans afirma que o papel do Estado na produção de capital social é o de mobilizador, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. Destaca que, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado, o resultado é um aumento da eficácia governamental, fomentando um contexto virtuoso de mudança institucional. Segundo o autor, a sinergia fracassa

não pela falta de capital social, mas quando as agências públicas não se engajam com a sociedade (EVANS, 1996).

Indiscutível, portanto, a necessidade de uma reorientação da atuação do Estado para a promoção de iniciativas sociais. Mas também da aplicação de instrumentos de avaliação, afastando a tradicional comparação entre o planejado e o executado para se voltar à mensuração dos impactos produzidos na sociedade como consequência da execução de uma política pública e à elaboração de insumos decisivos para a ação governamental. Segundo Sempere (2012), apesar dos enormes esforços das agências do sistema das Nações Unidas para inserir na agenda dos países a importância da cultura para o desenvolvimento, o que se produziu foram noções e interpretações contraditórias, confundindo o papel da cultura nacional com o desenvolvimento de possíveis culturas. Ao mesmo tempo, o autor identifica a falta de compromisso dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento e a falta de recursos e de ações diretas como fatores que dificultam o reconhecimento da dimensão cultural nas políticas de desenvolvimento.

Assim, o que se pretende é desvelar os processos e dinâmicas que inseriram, nos últimos anos, pequenos municípios brasileiros entre os que possuem conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN a partir de 1988 com a Constituição Federal, a fim de verificar as políticas de preservação do patrimônio cultural a partir de uma perspectiva plural, analisando as várias dimensões da realidade dessas cidades. Nesse contexto, se faz necessário também discutir as questões pertinentes ao patrimônio cultural frente aos desafios da sociedade contemporânea dentro de um contexto de globalização, situando essa problemática e suas relações com memória, território e identidade.

2.4 A cultura pela cidade: memória, identidade, território e lugar

Fisicamente habitamos um espaço, mas sentimentalmente somos habitados por sua memória.

(José Saramago, 2004)

Novas configurações espaço-temporais são moldadas a partir dos processos de globalização e urbanização. O estreitamento da relação entre os setores de serviços, das novas tecnologias e a oferta de equipamentos culturais, de lazer e consumo atraem camadas sociais altamente qualificadas, gerando processo de

gentrificação. A utilização da cultura simplesmente como vetor econômico, desprezando o caráter estético e artístico relacionado à preservação da cultura popular, da arquitetura vernácula, transforma o patrimônio em cenário espetacular, dentro de um padrão global de consumo turístico e contribui para a diminuição da qualidade de vida em nossas cidades. Ao mesmo tempo, ocorre uma democratização das políticas culturais e uma ampliação do conceito de patrimônio, que remete de questões jurídicas e arquitetônico-urbanísticas a aspectos intangíveis ou imateriais. Como conciliar a preservação do conjunto histórico e paisagístico e as intervenções de forma a permitir a continuidade da transmissão do conhecimento e a ser suporte da memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam inseridos num contexto de globalização que impõe padrões de consumo materiais e simbólicos que transformam as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social? Pretende-se discutir as questões pertinentes ao patrimônio cultural frente aos desafios da sociedade contemporânea dentro de um contexto de globalização, situando essa problemática e suas relações com memória, território e identidade. Propõe-se, assim, um diálogo com referenciais teóricos que dão conta do caráter relacional e que afastam e/ou aproximam as noções de permanência e mudança, tradição e criação, materialidade e imaterialidade.

Como a própria noção de patrimônio que se ampliou, de uma concepção jurídica alicerçada em ações de inventário e tombamento atrelado aos técnicos de “pedra e cal” ao olhar antropológico sobre a cultura, as noções de diferença e diversidade cultural são incorporadas nas políticas públicas de cultura. Para discutir essas questões frente aos desafios da sociedade contemporânea dentro de um contexto de globalização e para situar a problemática do patrimônio cultural edificado e suas relações com identidade, território e memória se faz necessário inicialmente conceituar cultura. Esta pesquisa considera os pressupostos de Geertz (1989), o qual introduz o conceito semiótico em que a cultura é formada por construções simbólicas, em que os significados estão contidos num conjunto de símbolos compartilhados. Para ele, “a análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa” (GEERTZ, 1989, p. 39). Seu conceito fundamenta-se no compartilhamento das ideias, a “teia de significados”, amarradas coletivamente:

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície. (GEERTZ, 1989, p.15)

Partindo do conceito de Geertz (1989), entende-se que cada ator social existe e troca mensagens dentro do código fundamental, a cultura. Nesse sentido, cada cultura atribui significados, sentidos e destinos próprios entendidos como um sistema de comunicação que dá sentido à vida. As culturas humanas constituem-se de conjuntos de verdades relativas aos atores sociais que nelas aprenderam por que e como existir e que orientam e constroem alternativas de ser e de estar no mundo. A cultura é composta por estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos guiam seu comportamento:

[...] a cultura que é mais bem vista não como complexos de padrões concretos de comportamento-costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, com tem sido agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle-planos, receitas, regras, instruções. (GEERTZ, 1989, p.56)

A teorização acima, de caráter abrangente, permite especificar o conceito de identidade cultural, aqui entendida como um conjunto de traços próprios e específicos de um grupo. Hall (2005), ao tratar da identidade cultural na modernidade tardia, ressalta que uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais, levando a uma crise de identidade, uma vez que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno” (p. 7).

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2005, p. 13)

Hall (2005) entende que a globalização gera consequências sobre as identidades nacionais: a homogeneização cultural levando à desintegração das identidades nacionais, ao mesmo tempo em que identidades locais estão sendo reforçadas como forma de resistência à globalização, e novas identidades, denominadas híbridas, estão tomando o lugar das identidades culturais em declínio.

A hibridização refere-se à forma como os modos culturais se separam de seus contextos originários e se recombina com outros modos, configurando novas práticas. Segundo Canclini, as hibridizações

[...] nos levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (2013, p. 348)

A hibridização pode ser entendida como processo de interseção e transações que tornam possíveis que a multiculturalidade evite a segregação e se converta em interculturalidade, pois “las políticas de hibridación pueden servir para trabajar democráticamente con las diferencias, para que la historia no se reduzca a guerras entre culturas [...]. Podemos elegir vivir en estado de guerra o en estado de hibridación” (CANCLINI, 2000, p. 5).

Uma das consequências da hibridização é a desterritorialização, fenômeno pelo qual os modos culturais desvinculam-se de seus espaços e tempos originais e são transplantados para outros espaços e tempos nos quais mantêm, de forma aproximada, os mesmos traços iniciais. Em seu livro *Culturas híbridas*, Canclini encontra, na cidade mexicana de Tijuana, fronteira com os Estados Unidos, “um dos maiores laboratórios da pós-modernidade” (2013, p. 315) para falar de culturas híbridas, desterritorialização e reterritorialização. O caráter multicultural da cidade se expressa nos produtos híbridos, simulados nos jogos de ocultamento de migrantes ilegais tolerados pela polícia norte-americana:

Onde as fronteiras se movem, podem estar rígidas ou caídas, onde os edifícios são evocados em um lugar diferente do que aquele que representam, todos os dias se renova e amplia a invenção espetacular da própria cidade. O simulacro passa a ser uma categoria central da cultura. Não apenas se relativiza o autêntico [...] torna-se um recurso para definir a identidade e comunicar-se com os outros. (CANCLINI, 2013, p. 321)

Para Hall (2005), estão surgindo identidades culturais que não são fixas, e sim “suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado” (p. 88). As velhas identidades definidas geograficamente e culturalmente não podem ser confundidas com a articulação do local contemporâneo

em identidades construídas. Esse local não se refere às velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas, mas articuladas com o global, uma fascinação com a diferença e a mercantilização da etnia e da alteridade. Em vez disso, o local atua no interior da lógica da globalização, sem, no entanto, destruir as identidades nacionais. Hall (2005) afirma que é mais provável que vá produzir, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais (p. 78).

Modos diversos reutilizam as tradições. A perda da relação da cultura com o território geográfico e social produz novas relocalizações territoriais e novas produções simbólicas, o que Canclini chama de reterritorialização, um movimento complexo em que os migrantes “elogiam a cidade por ser aberta e cosmopolita querem fixar signos de identificação, rituais que os diferenciam dos que estão só de passagem” (2013, p. 325). As vantagens ou problemas ocasionados pela reterritorialização não podem ser reduzidos aos movimentos de ideias ou aos códigos culturais, mas “seu sentido se constrói também em conexão com as práticas sociais e econômicas, nas disputas pelo poder local, na competição para aproveitar as alianças com poderes externos” (CANCLINI, 2013, p. 326).

Hall (2005), ao tratar do tempo e do espaço em relação ao processo de representação contemporâneo afirma que a “identidade está profundamente envolvida no processo de representação” e que a moldura maleável das relações entre tempo e espaço tem “efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (p. 71). É possível reconhecer indícios de identidades fragmentadas e até contraditórias concentrados em uma mesma pessoa. Conforme Hall:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. (HALL, 2005, p. 75)

Canclini (2001b) vai mostrar que, ao contrário do que muitos vinham defendendo, a globalização não tende a uma homogeneização absoluta, mas há também a preservação de determinadas diferenças. Para o autor, a globalização não necessariamente homogeneizou os gostos e costumes, pois o local e o global imbricam-se nas experiências cotidianas da vida urbana. Usando o termo *glocalize*,

o autor traduz uma forma em que cultura, informação, crenças e rituais articulam características procedentes do local, do nacional e do internacional. A customização de produtos mundiais passa também por adaptações aos gostos regionais, o que reflete tanto padrões globais quanto locais.

Nesse contexto de retorno do local, o território é entendido como um instrumento do poder político e espaço de identidade cultural, conjugando processos simbólico-culturais e político-administrativos com apropriação e controle. Haesbaert (1997) aponta diferentes abordagens conceituais de território: a jurídico-política, em que “território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (1997, p.39); a culturalista, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva de território e, segundo a qual, território “é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (1997, p.39); a econômica, que entende desterritorialização “em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do encontro entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (1997, p.40). Para Rogério Haesbaert, o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária, inerente à determinada classe social.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]. (HAESBAERT, 1997, p. 42)

Haesbaert ressalta o caráter político-cultural no estudo do território e da própria identidade. Conforme Haesbaert (1997), como a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, às vezes, mudar rapidamente no tempo, ela nunca pode ser vista como unitária. As alteridades sempre adquirem caráter defensivo, transformando-se em marginais ao sistema dominante, adotando definições exclusivistas de suas identidades, separando uns dos outros dependendo de cada situação histórica. Há um processo de relações de alteridade e exterioridade, que diferenciam e identificam as pessoas e os lugares. Os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais e mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Nesse contexto

se insere a memória (coletiva). Para que ela exista num grupo social, a memória precisa de uma referência territorial. Nesse sentido, o território envolve:

[...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p.42)

Para Haesbaert (1997), não é propriamente o espaço que forma uma identidade, mas a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada. Joel Bonnemaision (2002) também privilegia, na sua análise, o campo da cultura na construção do território. Para esse autor não existe indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização e existe uma profunda correlação “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (2002, p. 91). Assim, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

Enquanto os Estados Nacionais esforçam-se para aglomerar diferenças na busca de uma identidade coesa e acabada, da modernidade tardia emerge um sujeito em processo de identificação. Ao tratar das culturas nacionais, Hall afirma que as identidades nacionais são compostas por instituições culturais, símbolos e representações, construídas por discursos que influenciam e organizam as ações dos indivíduos e a concepção que as pessoas têm de si mesmas, uma vez que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Estes sentidos estão contidos nas narrativas da nação, ou seja, histórias e literatura nacional presentes nas mídias e na cultura popular” (2005, p. 51). Mas também há ênfase nas origens, na invenção da tradição, no mito fundacional e na ideia de um povo original. No entanto, as identidades nacionais não são unificadas ou homogêneas, mas constituem importante fonte de identificação cultural.

Para Hall (2005), além das narrativas contadas sobre a nação, esses sentidos são alcançados por meio da memória, reconhecendo que há uma relação direta e explícita entre a construção da memória e a construção da identidade. A construção

das identidades territoriais possui duas dimensões: a memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade; e os referenciais espaciais, tanto do passado quanto do presente e que podem ter várias origens (HAESBAERT, 2007, p 45). A identidade territorial é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda com base em um mesmo ideal.

Em linhas gerais, a memória é o elemento legitimador da identidade. Para Pollak (1992, p. 204), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si”. Em outras palavras, os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva, resultam dos acontecimentos vividos individualmente ou pelo grupo do qual a pessoa faz parte e tratam de acontecimentos dos “quais a pessoa nem sempre participou”, mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que, no “fim das contas, é quase impossível que ela (a pessoa) consiga saber se participou ou não” (p. 201).

Halbwachs (1990, p. 91) afirma que a lembrança é “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Essa definição permite perceber que o autor toma como ponto de referência os contextos sociais reais a fim de explicar como se dá o processo de reconstrução do que é a memória. Para o autor, a memória não é só um fenômeno individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo. Pollak, por sua vez, ressalta que “em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (1992, p. 203-204).

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é um conjunto de lembranças que foram construídas socialmente e se referem a um grupo. A capacidade de lembrar está relacionada à aderência do grupo do qual o indivíduo faz parte a um determinado espaço da vida cotidiana dele. Se os grupos que guardavam essas lembranças não existem mais, a memória coletiva desaparece. Halbwachs traz uma

importante contribuição para a discussão das identidades territoriais ao enfatizar a relação entre memória e lugar. Segundo o autor, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990, p. 143). Destaca-se outra importante contribuição das ideias de Halbwachs ao reconhecer que existe um dinamismo nas memórias coletivas, pois elas estão sempre se modificando e se definindo, transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos em outros grupos sociais. Infelizmente, segundo o autor, as memórias coletivas estão muito mais em documentos e registros do que nas formas materiais.

Enfim, as identidades surgem a partir de um processo de apropriação do homem pelo espaço, em que o homem estabelece uma relação de identificação com o espaço criado a partir das territorializações. Essas questões apontam o quão problemática é a questão da preservação dos remanescentes físicos do passado. Se, no direito romano, patrimônio relacionava-se com os bens de um indivíduo, na modernidade esse conceito se amplia e passa a designar os bens comuns a um grupo social que adquirem significados pela memória coletiva. O grande desafio que se apresenta é pensar a cidade, esse organismo vivo e complexo, como um aglomerado de muitos lugares em um contexto de metropolização, fragmentação e homogeneização sufocadas por lógicas econômicas do capital mundializado, transformando a cultura num serviço a ser consumido e gerando processos de gentrificação (SCHNEIDER, 2015). Como conciliar a preservação do conjunto histórico e paisagístico e as intervenções nessa realidade preexistente de forma a permitir a continuidade da transmissão do conhecimento e a ser suporte da memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam, inseridos num contexto de globalização que impõe padrões de consumo materiais e simbólicos que transformam as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social?

Nesse cenário, as Ciências Humanas, e a Geografia em particular, buscam novos conceitos de espaço, que respondam às condições sociais contemporâneas, e de lugar como uma escala mais próxima ligada ao mundo vivido e das práticas microbianas, permitindo diálogos e perspectivas enriquecedoras para a análise da sociedade na atualidade. A partir dos textos de Michel de Certeau e Henry Lefebvre, discute-se o conceito de lugar, uma vez que o interesse, na contemporaneidade, pelo conceito de lugar ocorreu concomitantemente com o aumento de interesse na

preservação do patrimônio. Mas como pensar o lugar num contexto de homogeneização das culturas e de acelerados processos de desterritorialização? Por trás do senso comum planetário de que tudo se globalizou, de que a globalização atingiu todos os lugares, Ortiz analisa o local, nacional e global, não de forma sistêmica ou dualista, mas considerando a mundialização da cultura como um processo que atravessa esses níveis espaciais (ORTIZ, 2005, p. 61). Segundo o autor, não existe oposição entre o mundial, o nacional e o local. Eles precisam ser analisados como um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados que se entrelaçam e determinam o quadro social das espacialidades. O lugar é o entrecruzamento de diferentes linhas de força que coabitam diferentes temporalidades e espacialidades, onde o nacional e o local são penetrados pela mundialização (ORTIZ, 2005, p. 65),

As linhas de força que atravessam os lugares não são equivalentes. Elas possuem peso e legitimidades distintas. A mundialização da cultura traz com ela vetores poderosos de dominação, a ponto de se articularem em nível planetário. Portanto, a situação dos lugares pressupõe acomodações e conflitos. Nela explodem os interesses que recortam as sociedades. (ORTIZ, 2005, p. 67)

Corroboram nesta discussão os estudos, na área da Geografia, do conceito de lugar de Milton Santos. Para o autor, o lugar é qualificado como espaço a partir de duas lógicas: a das vivências cotidianas das pessoas e a dos processos econômicos, políticos e sociais resultantes do processo de globalização, que se processam no “eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo” (SANTOS, 2006, p. 118). Ou seja, o espaço é definido como um produto social que está em permanente processo de transformação. Cada lugar é uma parte do mundo, mas também apresenta características que o diferenciam dos demais, uma vez que “cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional” (2008, p. 159).

Para Santos (2008), o que define o lugar é sua densidade técnica (tipos de técnicas presentes no espaço), densidade informacional (o quanto de informação que chega ao lugar), densidade comunicacional (resultado da interação das pessoas). A essa definição acrescenta-se ainda a questão do tempo, que em cada lugar poderia ser visto por meio do evento.

Partindo da empiricidade do local, a categoria de evento de Santos (2008) permite unir o mundo ao lugar, às noções de tempo e espaço, operando uma ligação entre lugares e a história em movimento, reconhecendo que o lugar não é passivo, porque o mundo se realiza seletivamente no lugar. O lugar é a oportunidade do evento. E esse, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais. É como se o tempo se adaptasse no contato com o lugar. Já o evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado.

Ao mesmo tempo, a construção de uma análise que abranja o todo (totalidade-mundo) e a parte (lugar) no campo do espaço se tornou possível também por meio do cotidiano (SANTOS, 1999, p. 22). Dessa maneira, o lugar é "dimensão espacial do cotidiano", uma vez que diversas formas de solidariedade criativas e espontâneas se constroem na vida diária.

No lugar, um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, cooperação e conflito são a base da vida em comum em que cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza, a política se territorializa com o confronto entre organização e espontaneidade. É o quadro de uma referência pragmática do mundo e é também o teatro insubstituível das paixões humanas. (SANTOS, 2006, p. 218)

Partindo dessas considerações, pensar o lugar é imergir em possibilidades de análise e instrumentos de compreensão que rompam com certezas, estimulem novas perspectivas teóricas em consonância com a complexidade da cidade na contemporaneidade e constituam uma "prática de resistência" contra a lógica das corporações multinacionais que corroem as cidades e as identidades locais (RELPH, 2012, p. 20). Compreender que o espaço é uma construção social e, como tal, palco do entrecruzamento de forças frente à aparente homogeneização das culturas e do ambiente construído tem resultado, não no desaparecimento do lugar, mas na perda dos fragmentos do social no território (HAYDEN, 1997).

Segundo Lefebvre (2013), o mundial não elimina o local, pois ele não desaparece absorvido pelo regional, pelo nacional ou pelo mundial. O nacional e o regional envolvem muito os lugares. O espaço nacional engloba as regiões, e o mundial não apenas envolve espaços nacionais, mas lhes provoca a formação, num perceptível fracionamento (p.106). O próprio espaço é, ao mesmo tempo, global e fragmentado, do mesmo modo que é, a um só tempo, concebido, percebido, vivido, indissociável das representações do espaço, dos espaços de representação e das

práticas espaciais, articulando as materialidades, os sentidos, as ações e as intencionalidades (GAMALHO; HEIDRICH, 2014).

Para Lefebvre (2013), o espaço não existe “em si mesmo”, ele é um produto social que, por meio das relações entre os seres humanos e suas atividades práticas, produz espaço. Espaço e tempo são integrantes da prática social e para serem compreendidos precisam se referir a um grupo social específico e precisam ser analisados de forma racional e histórica (SCHMID, 2012) e na articulação de diferentes atores (Estado, atores sociais individuais e coletivos, empresas globais). Lefebvre e Certeau entendem o espaço como relacionado às práticas dos atores: enquanto em Lefebvre a articulação é entre os diferentes atores, em Certeau os atores são analisados em seu cotidiano.

O espaço está sempre inacabado, continuamente produzido num determinado tempo. Na produção do espaço social, segundo Schmid (2012), Lefebvre desenvolve uma figura tridimensional da realidade social dialeticamente interconectada e de igual valor, a qual produz, não uma síntese ou negação da negação conforme sistema dialético Hegeliano e marxista, mas um método analítico que liga a prática social material (Marx) com a linguagem e pensamento (Hegel) e o ato criativo e poético (Nietzsche), os quais permanecem distintos entre si, existindo em interação, conflito ou aliança. A dialética tridimensional de Lefebvre pode ser compreendida como a “contradição entre pensamento social e ação social, suplantada pelo terceiro fator do ato criativo e poético” (SCHMID, 2012, p. 96), constituindo-se num horizonte de possibilidades, incertezas e probabilidades.

Quadro 2 - Resumo da produção do espaço em Lefebvre (2013)

Abordagem	Dimensões/momentos		
Linguística ou semiótica do espaço	Prática espacial	Representações do espaço	Espaços de representação
Fenomenológica do espaço	Espaço percebido	Espaço concebido	Espaço vivido

Fonte: Elaborado pela autora a partir da obra de Schmid (2012).

A dimensão do espaço percebido é apreendida pelos sentidos (tato, olfato, paladar, audição, visão) e se relaciona com a materialidade dos elementos do espaço. Refere-se à prática espacial que reforça o tecido social. As representações

do espaço, o espaço concebido, são exercidas pelos planejadores, cientistas e tecnocratas, que determinam as relações de produção e as formas de usar o espaço. A experiência vivida é o espaço da representação dos usuários e na prática da vida cotidiana dos habitantes e artistas. Segundo Schmid, essa abordagem do espaço social “inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido – uma experiência” (2012, p. 104). É na espacialidade que o percebido, o concebido e o vivido se entrelaçam e deixam transparecer sua riqueza de possibilidades de análise. Assim, o cotidiano, em Lefebvre, é fruto das contradições e tensões entre o espaço percebido, concebido e vivido, integrando o que poderíamos chamar de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem:

Así, la propuesta teórica de Lefebvre para el estudio de la vida cotidiana se opone a la simple recopilación interminable de hechos. No hay hechos sociales o humanos que no tengan un lazo de union. Entonces la cotidianidad puede tomarse como ese lazo que une, (...). No importan tanto los hechos, sino los hilos que los conectan. (VILLORÍA, 2004, p. 44)

Sua proposta de trabalho na produção do espaço é que, para compreendê-lo, é necessário um movimento constante entre o particular e o geral, entre a ordem próxima e a ordem distante:

[...] o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo. (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 22)

Nas relações entre a reprodução do cotidiano e da totalidade, podemos encontrar os primeiros elementos que correlacionam uma ordem próxima e uma ordem distante, que interagem no tempo histórico. Mesmo antes do capitalismo, a reprodução da família (relações sociais de reprodução) interferiria na divisão social do trabalho e na organização social (relações de produção), e vice-versa (Lefebvre, 2013, p. 32).

A forma de espacialidade da vida cotidiana é estudada em Lefebvre (2013) a partir do conceito de lugar como a expressão de uma ordem local, pelas relações de proximidade, por um cotidiano compartilhado, por uma riqueza de relações que se

estrutura no espaço vivido. Compreende principalmente três momentos da reprodução social: a esfera de reprodução da família, referente às necessidades biofisiológicas e à escala da habitação, do abrigo, do lar; a reprodução da força de trabalho; e a reprodução dos meios de produção de bens e do capital. Os três momentos da reprodução social corresponderiam, por sua vez, respectivamente, à escala do lugar, do território e do global, propiciando que a ordem próxima e a ordem distante se manifestem simultaneamente (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 22).

Convergindo na análise da sociedade contemporânea em suas relações com o espaço e suas práticas, Michel de Certeau aproxima-se da teoria de Lefebvre ao compreender o espaço como lugar praticado, adquirido por uma vivência temporal do indivíduo e moldado pela ação dos atores do cotidiano. O lugar é “uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade” (CERTAU, 1994, p. 201). Uma rua, uma praça ou uma edificação são coisas definidas pelo urbanismo, configuradas espacialmente, e são ausentes de significado. Mas é no ato de caminhar que o espaço se realiza, ou seja, um lugar só se torna espaço quando os indivíduos exercem dinâmicas de movimento nele por meio do uso. O espaço é entendido pelo autor como a prática do lugar, a forma como os sujeitos o transformam a partir de seus usos, apropriações e vivências. Em outras palavras, são os passos que moldam os espaços e forjam os lugares, resultando em “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formado em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços” (CERTEAU, 1994, p. 171).

Para analisar a prática do lugar, Certeau (1994, p. 177) compara o ato de falar, o *speech act*, com o ato de caminhar. Esse recurso teórico contribui para ampliar a análise ao reconhecer que o pedestre se apropria do espaço, assim como o locutor se apropria da língua, e se realiza espacialmente, assim como a língua se realiza no som:

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. (CERTEAU, 1994, p. 202)

Certeau aponta dois conceitos fundamentais para analisar as práticas cotidianas: as táticas e as estratégias. As estratégias são exercidas pelos sujeitos de querer e poder, a ordem distante em Lefebvre, de forma a controlar e ordenar os

sujeitos, são “o cálculo ou a manipulação de relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado”. A tática é a ação dos sujeitos ordinários que resistem à homogeneização do controle espacial panóptico a partir de práticas cotidianas, sendo “determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 1994, p. 99 e 101). Assim, as táticas dos atores do cotidiano em Certeau podem subverter os usos determinados pelos espaços que resultam de estratégias, o que Lefebvre denomina ordem próxima. Em outras palavras, as táticas e espertezas dos sujeitos comuns escapam à disciplina dos urbanistas, e as maneiras de utilizar o espaço corrompem o conceito de cidade como organização racional e funcionalista instaurada pelo discurso e pela planificação urbanística. Existe, portanto, uma tensão entre o modo coletivo de gestão e o modo individual dos sujeitos se reapropriarem do espaço como lugar praticado, subvertendo uma ordem estabelecida (1994, p. 175). Nesse contexto de aparente homogeneidade, se exercem astúcias e desvios que reconhecem a autonomia dos sujeitos e se constituem no espaço percebido e vivido de Lefebvre.

Se o espaço é para Certeau o lugar praticado, uma vez que as práticas humanas usam e produzem espaços (1994, p. 233), tal condição é adquirida justamente por uma vivência temporal do indivíduo em determinado local. O espaço público só adquire identidade quando os indivíduos o praticam. Assim também o relato está relacionado com o lugar, como resíduos ou detritos do mundo, bricolagens de diferentes elementos formados de fragmentos diversos e memórias, produzindo sentido a um lugar. Dessa forma, espaço e memória se relacionam. Em vez de apenas falar de um lugar, vive-se esse lugar, fundindo-se com as práticas do cotidiano, porque, segundo Certeau:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (1994, p. 189)

Pensar o espaço social, para o filósofo e historiador Michel de Certeau, é reconhecer que, apesar dos condicionamentos impostos pela ordem tecnocrática e pelas estratégias, existe uma prática no cotidiano e na constituição de saberes, exercida pelos usuários do espaço geográfico. As astúcias e espertezas subvertem

a ordem das estruturas ao exercitar as práticas cotidianas como práticas microbianas de sujeitos anônimos, evidenciando as microdiferenças e microrresistências nos traçados, concretos e arranha-céus da cidade.

Certamente, a partir dessas múltiplas perspectivas de análise do espaço social apontadas neste texto, reconhece-se convergências e divergências na compreensão da sociedade contemporânea. Tem-se, portanto, uma teoria mais ampla e densa da produção do espaço, ordem próxima de Lefebvre e em Certeau, uma perspectiva de que o espaço, apesar de ser condicionado, é o espaço do usuário, das artes do fazer, astúcias sutis e táticas de resistência que corrompem a ordem estabelecida.

A partir dos textos de Michel de Certeau e Henry Lefebvre, discutiu-se o conceito de lugar, uma vez que o interesse, na contemporaneidade, pelo conceito de lugar ocorreu concomitantemente com o aumento do interesse na preservação do patrimônio, tema do próximo capítulo.

3 O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO ESTADO

Antes de tratar das políticas de preservação no contexto brasileiro, faz-se necessário contextualizar essa temática de forma a esboçar um quadro panorâmico dos principais órgãos e práticas estatais que influenciaram o Brasil. Reconhece-se, nas políticas de preservação do patrimônio cultural em âmbito internacional, dois grandes modelos: o anglo-saxão, com forte envolvimento da sociedade civil, e o francês, com forte presença do Estado (MEIRA, 2004).

Como essas políticas se concretizam no contexto brasileiro? Esse é o tema dos subcapítulos seguintes. Apresenta-se a doutrina e evolução do conceito de desenvolvimento no contexto brasileiro a partir dos ciclos de desenvolvimento na perspectiva de Bresser Pereira (2012): o ciclo Estado e integração territorial, o ciclo nação e desenvolvimento e o ciclo democracia e justiça social. O objetivo é analisar, a partir dessa base teórico-conceitual, as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Também se aborda a ampliação do conceito de desenvolvimento, relacionando-o com o documento Rio+20, que destaca a cultura nas políticas internacionais de desenvolvimento e habilita o setor cultural a apoiar a sustentabilidade para que a cultura se torne uma das chaves para o marco de desenvolvimento após 2015, alicerçada no turismo sustentável, nas indústrias culturais e criativas, na revitalização urbana de seu patrimônio, afastando-se de uma visão puramente instrumental da cultura no desenvolvimento. Ao final aprofunda-se o debate sobre desenvolvimento no terceiro ciclo com a ampliação dos atores interessados e novos financiadores, ligados às políticas de responsabilidade social empresarial de corporações, e de empresários que participam na forma de leis de incentivo à cultura.

3.1 As políticas de preservação no âmbito internacional

No modelo anglo-saxão, destaca-se a Inglaterra, que, desde o século XIX, tem forte participação da sociedade civil, organizada em forma de associações, em questões de preservação do patrimônio. Atualmente, a Inglaterra tem 1 milhão de edificações registradas, 6 mil sítios preservados e milhares de museus. Segundo Meira (2004), o National Trust, uma instituição privada voltada à preservação do patrimônio, é o maior proprietário privado fundiário da Inglaterra. Ao contrário de outros países, não existe um Ministério da Cultura, mas um Serviço da Herança Nacional responsável pelas áreas de esportes, turismo, museus, bibliotecas, artes, cinema, imprensa e rádio (p. 161).

A primeira lei oficial de preservação, sancionada em 1882, trata sobre inventário de edificações, monumentos e sítios. Em 1953, foi criado o Conselho de Monumentos Históricos, responsável pela distribuição dos recursos estatais. Somente em 1980 foi promulgada uma lei sobre Patrimônio Nacional e, posteriormente, se constitui a Comissão dos Monumentos Históricos da Inglaterra (MEIRA, 2004, p. 161).

O caso norte-americano é semelhante ao inglês no que se refere à participação de associações civis e lideranças nas questões de preservação do patrimônio. Tyler (2000 *apud* MEIRA, 2004, p. 162) apresenta cerca de 3 mil organizações da sociedade civil que tratam da preservação do patrimônio nos Estados Unidos. Castriota (2009, p. 65) ressalta que, nos Estados Unidos, a preservação do patrimônio esteve atrelada a indivíduos que, organizados em grupos cívicos, identificavam os sítios de valor histórico e arquitetônico e, num esforço comunitário de nível local, contribuíram para a conservação dos bens arquitetônicos.

No modelo francês, segundo Kuhl (2006), as questões de preservação de monumentos históricos ao longo do século XIX tiveram relevância que vão além das fronteiras do país, repercutindo inclusive no Brasil, em especial no que tange ao uso dos bens culturais como forma de afirmar a nacionalidade e a busca, no trato desses bens, de um estado completo idealizado.

Um marco nas políticas de preservação francesa foi a Revolução Francesa, devido ao processo de devastação e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, da nobreza

e do clero. Porém, a reação ao "vandalismo" revolucionário, que ameaçava expurgar de solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes providências oficiais tomadas por um Estado que visava à tutela de monumentos históricos, levando à criação de legislação sobre o assunto na forma de um decreto para inibir abusos, conclamando os bons cidadãos à vigilância contra as dilapidações e estabelecendo penas para aqueles que degradassem os monumentos das ciências e das artes (CHOAY, 2006, p. 95-123). Para Kühl, essas iniciativas francesas não foram suficientes para coibir por completo a destruição de muitos bens, mas “demonstraram a preocupação de um Estado da Era Moderna em reconhecer obras de valor histórico como de interesse público, e em ter participação ativa na sua tutela e preservação” (2006).

Uma Comissão dos Monumentos e uma Comissão Temporária das Artes deram início, de 1790 a 1795, a tentativas de inventariar e conservar obras de arte por meio da atuação de correspondentes locais. Essa iniciativa, porém, enfrentou vários problemas: falta de meios para elaborar um inventário amplo e sistemático, pagar os deslocamentos dos membros da Comissão para inspeções e remunerar os correspondentes; ameaças de invasões estrangeiras; e resistências internas quanto à preservação, que se afigurava como ato contrarrevolucionário por muitas das obras estarem associadas ao clero ou à nobreza. Assim, os trabalhos da Comissão dos Monumentos foram interrompidos, e a Comissão Temporária das Artes sobreviveu a duras penas, conseguindo, apesar das limitações, alguns resultados concretos¹⁰. Outra ação da política francesa foi a pilhagem e a transferência de obras de arte para a França, principalmente as da Itália. Antoine Chrysostome, conhecido como Quatremère de Quincy¹¹, escreveu contra esse deslocamento, levantando a questão da descontextualização de obras de arte. Em 1796, época em que sua vida estava efetivamente ameaçada, publicou as *Lettres sur le préjudice qu'occasionneraient aux arts et à la science, le déplacement des monuments de l'art*

¹⁰ Segundo Kühl (2006), um desses resultados foi salvar emergencialmente várias obras que eram armazenadas em depósitos, nove deles localizados em Paris, sendo o mais expressivo aquele dirigido por Alexandre Lenoir (1761-1839), na Rue des Petits-Augustins, a partir de 1791, que se transformaria posteriormente no Museu dos Monumentos Franceses.

¹¹ Quatremère de Quincy (1755-1849), teórico de relevância, foi profundamente marcado pela teoria de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) e pelas suas estadias na Itália, onde manteve amizade e um profícuo intercâmbio de ideias com Antonio Canova (1757-1822). Defensor dos ideais da arte clássica, era um erudito, historiador da arte, arqueólogo e debatedor ardoroso das questões ligadas ao futuro da produção artística. Quatremère de Quincy permaneceu vinculado aos ideais da primeira fase da Revolução Francesa, alternando períodos de intensa participação na vida política com outros de prisão e exílio (KÜHL, 2006).

de l'Italie, le démembrement de ses écoles et la spoliation de ses collections, galeries, musées, etc. As cartas, sete no total, constituem um manifesto lúcido e vigoroso contra a Política do Diretório, solidificada na primavera de 1796, uma política de espoliação e retirada de obras de arte dos países ocupados pelos exércitos republicanos, para que fossem transportadas para a França ¹².

Os esforços para atingir uma forma mais efetiva de proteção e tutela das obras de arte foram alcançados com a criação, em 1830, do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, pelo então Ministro do Interior e, posteriormente, Ministro da Educação, François Guizot (1787-1874). O cargo foi instituído durante a restauração da monarquia na França, “período em que a questão da consciência da história do país e de sua arquitetura havia se tornado preocupação central, contribuindo para que as obras de arte fossem colocadas sob a tutela do Estado” (KÜHL, 2006).

A proteção da arquitetura medieval, impulsionada por intelectuais filiados ao Romantismo, esteve associada, assim, a um projeto que utilizava o monumento histórico, entendido em seu sentido primeiro de elemento de rememoração, como fator preponderante na construção da identidade nacional. Guizot procurou valorizar as antigas tradições nacionais, promovendo pesquisas dos antigos documentos e monumentos. Guizot considerava o inventário de fundamental interesse, mas a tarefa era imensa e custosa, tendo sido desenvolvida lenta e gradativamente ao longo de várias décadas (KÜHL, 2006).

Até 1848, a preservação das igrejas era descentralizada, cabendo aos *prefets* (governadores dos departamentos) a função de nomear os arquitetos encarregados das catedrais, sendo os projetos submetidos à tutela técnica do Conselho Geral dos Edifícios Civis. As igrejas ainda em uso eram de responsabilidade do Serviço dos Cultos, que possuía um corpo próprio de profissionais, enquanto os demais monumentos eram ligados à Comissão dos Monumentos Históricos.

Kühl (2006) ressalta que foi durante a Segunda República (1848) que se reorganizou a Direção dos Cultos, especialmente o Serviço dos Edifícios

¹² “A política de tomada de obras era apoiada por vários veículos de comunicação e intelectuais da França, que a consideravam o país livre por excelência e, por isso, destinado a um grandioso futuro, devendo, portanto, ser a legítima morada das mais valorosas obras de arte do passado, que passariam a ser “repatriadas” e reunidas em seu solo.” (KÜHL, 2006)

Diocesanos¹³. Não alcançando resultados satisfatórios, em 1848 foi criada a Comissão das Artes e Edifícios Religiosos no seio do Serviço dos Edifícios Diocesanos¹⁴, que contava com a participação de Mérimée e de Viollet-le-Duc¹⁵, que ali passou a dedicar grande parte de seu trabalho.

Os problemas enfrentados pelos dois serviços se avolumavam: divergência entre os próprios princípios de restauração, pois no Serviço dos Edifícios Diocesanos era dada maior ênfase para utilização – o culto –, havendo uma visão mais pragmática e de menor rigor do que no Serviço dos Monumentos Históricos; estado das construções, pois várias estavam ainda arruinadas e abandonadas após terem sofrido depredações durante a Revolução, com diversos tipos de problemas; reutilização dos edifícios, das ocupações abusivas e das intervenções desastradas; falta de profissionais com conhecimento sobre edifícios medievais, suas características estruturais, formais e sua restauração, sendo as informações muito incipientes; limites de ação entre organismos do governo, como as querelas entre o Conselho dos Edifícios Cívicos e a Comissão dos Monumentos Históricos; número de monumentos tombados restrito, dada a falta de meios e de pessoal (esse número aumentou enormemente no decorrer do século); recorrentes discussões com o exército e também com o clero, responsáveis por várias transformações desfiguradoras.

A lei que trata sobre monumentos históricos é de 1913, quando pela primeira vez a noção de interesse público se sobrepõe ao direito da propriedade privada na França. A lei estabeleceu dois graus de proteção, o inventário e o tombamento. Somente em 1930 se cria lei que abarca os monumentos naturais e sítios com caráter artístico, histórico, científico, lendário ou pitoresco (LENIAUD, 1997 *apud* MEIRA, 2004, p. 163).

¹³ Uma união entre os dois serviços só ocorreria no início do século XX.

¹⁴ Os edifícios diocesanos eram objeto de administração específica, com dotação orçamentária independente e maior do que a dos monumentos históricos.

¹⁵ Segundo Kühn (2006), as obras que Viollet-le-Duc realizou em suas funções como arquiteto diocesano e na Comissão dos Monumentos Históricos, seus escritos e a grande ascendência que teve sobre a formação de muitos arquitetos desses serviços fizeram que seus preceitos se tornassem dominantes nas intervenções na França na segunda metade do século XIX, tendo grande repercussão também em outros países. A forma veemente e invasiva de Viollet-le-Duc atuar nos monumentos, a liberdade com que tratava o documento histórico e as conseqüentes perdas que essa atitude causou, também por meio das obras de seus numerosos seguidores nos serviços de proteção, acabaram por condenar esse modo de ação. Mas se deve admitir que muitos monumentos franceses somente sobreviveram porque neles foram feitas intervenções durante o século XIX.

A Lei Malraux de 1962 ampliou os conceitos vigentes, estabeleceu os Setores Salvaguardados e permitiu que, na França, a deterioração dos centros históricos fosse limitada pela proteção ativa ao conjunto antigo das cidades, delimitando setores que “[...] présentent un caractère historique, esthétique ou de nature à justifier la conservation, la restauration et la mise en valeur de tout ou partie d’un ensemble d’immeubles.” (FRANCK, 1975, p. 4). A legislação, que leva o nome do então Ministro da França, tenta suprir dois problemas: limitar as operações de renovação urbana de caráter especulativo e, com a criação dos Planos de Salvaguarda, elaborar normas de intervenção aplicáveis a todos os centros históricos. A criação de uma Comissão Nacional de Setores Salvaguardados, composta por representantes dos ministérios da cultura e do ordenamento do território, representa uma primeira abordagem à definição de políticas conjuntas e ao entendimento do Plano de Salvaguarda como um instrumento de ordenamento territorial (FLORES, 2003). Em 1983, criou-se a Lei de Descentralização declarando o território como patrimônio comum da nação. De 1980 a 2000, recensearam-se na França 2.241 associações, cujo objeto declarado é o patrimônio ou o *habitat (cadre de vie)*: o "pequeno patrimônio". Em sua maioria, essas associações são jovens, nascidas após 1980.

No âmbito da América Latina, o Pacto Röerich de 1935, a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e das Caraíbas, ocorrida em 1978, e a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, em 1982, são os principais movimentos de inserção da cultura nas políticas governamentais.

O Pacto Röerich foi primeiramente aceito por 21 nações das Américas e assinado, por todos os membros da União Panamericana, como Tratado de União Cultural, na Casa Branca, na presença do Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 15 de abril de 1935. Mais tarde, foi igualmente assinado por outros países. Por ocasião do encerramento da assinatura, o Presidente Roosevelt proferiu a seguinte mensagem em uma transmissão internacional: “É muito apropriado que, neste dia, designado como o dia Panamericano pelos Chefes Executivos de todas as Repúblicas do Continente Americano, os Governos – membros da União Panamericana – assinassem um Tratado que marca um passo a frente na preservação das realizações culturais das Nações deste hemisfério” (PACTO RÖERICH, 1935). O Pacto Röerich tratava da proteção de todas as instituições

artísticas e científicas e monumentos históricos, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, e constitui o primeiro documento multilateral de preservação da América.

Muitos anos se passaram até 1978, quando ocorre em Bogotá, na Colômbia, e Caracas, na Venezuela, a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e das Caraíbas. Essa conferência teve como objetivo destacar a associação da cultura com a melhoria das condições de vida e sua contribuição ao desenvolvimento integral como um tema a incorporar nas agendas das políticas de desenvolvimento para além das formulações clássicas. De um modo geral, a Conferência desenvolve as propostas que surgiram em Accra em 1975.

Em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, ocorrida no México, chega-se a um acordo sobre aprofundamento e enriquecimento dos conceitos para um debate que permita um avanço nas relações entre cultura e desenvolvimento. As conclusões desse encontro vão influenciar profundamente o trabalho da Unesco nos anos seguintes, com base na convicção de que só pode haver um desenvolvimento equilibrado em um determinado espaço se nesse projeto for incluída a dimensão cultural¹⁶.

Os subcapítulos a seguir lançam um olhar para as políticas de preservação do patrimônio cultural no âmbito brasileiro a partir dos ciclos de desenvolvimento na perspectiva de Bresser Pereira (2012): o ciclo Estado e integração territorial, o ciclo nação e desenvolvimento e o ciclo democracia e justiça social.

3.2 Estado e integração territorial (1822 a 1930)

É o ciclo que inicia no Brasil Imperial e vai até o fim da República Velha. Ao contrário da América Espanhola, que assistiu a uma fragmentação territorial, o Brasil manteve e expandiu seu território sem, no entanto, formar um Estado Republicano nacional coeso. Isso se deve ao fato de que a aristocracia brasileira recebia grande influência da França, da Inglaterra e do emergente Estados Unidos.

Segundo Fernandes (2010), desde meados do século XIX já existia uma preocupação com a construção da memória nacional, que se intensifica, nos anos 1920, com iniciativas de projetos de lei de parlamentares e criação de órgãos

¹⁶ Essa conferência antecede o documento Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1997-1997).

estaduais de proteção ao patrimônio histórico. Para o autor, a gênese da construção da memória no país se deu a partir da formação do Estado Nacional, mais precisamente com a criação de duas instituições culturais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, ambas de 1838. O IHGB era um “lugar de memória”. Promoveu concurso para a escrita da história nacional e incentivou seus sócios a realizarem viagens e estudos no sentido de arregimentar a documentação dispersa em arquivos europeus. É também desse período a criação e o efetivo funcionamento do Arquivo Nacional (1838), já previsto na primeira Constituição do Império, e que tinha como tarefa básica a sistematização da documentação indispensável à construção do passado (art. 70 da Constituição de 1824).

A História que orientou grande parte do Patrimônio nasceu nos Institutos Históricos, a partir de meados do século XIX, e serviu de auxiliar na tarefa de construir a Nação ou para ressaltar a importância de uma determinada região no contexto geral do País. Divulgada através do ensino, a História Oficial celebrativa foi aprendida por gerações sucessivas ao mesmo tempo que inspirou, posteriormente, a composição do universo do que viria a ser chamado "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". (FERNANDES, 2010, p. 6)

Fernandes (2010) aponta o pioneirismo da Bahia e de Pernambuco na criação de órgãos regionais de proteção ao patrimônio histórico de relevância local, por possuírem notável acervo de bens culturais coloniais. Em 1927, é criada na Bahia a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e, em 1928, o mesmo ocorre em Pernambuco.

3.3 Nação e desenvolvimento (1930 a 1970)

O marco inicial no processo de conscientização dos Estados modernos para a preservação de suas edificações e monumentos históricos é a Carta de Atenas de 1931. Essencialmente conservadora, esse primeiro documento oficial denominado no seu conjunto Cartas Patrimoniais¹⁷ direcionou os Estados membros a praticar as normas e recomendações aprovadas nas convenções internacionais. No Brasil, esse período corresponde à construção inicial da fase nacionalista aliada a um esforço de

¹⁷ As Cartas Patrimoniais são documentos oficiais produzidos nas Convenções Internacionais com a participação de Instituições Internacionais e Organizações não governamentais como ONU, UNESCO E ICOMOS. As Cartas Patrimoniais não são medidas jurídicas, mas recomendações adotadas pelos Estados membros (no sentido de nação) para salvaguardar seus bens culturais. t

crescimento econômico focado na industrialização e na substituição de importações. Para Bresser Pereira (2012), o Pacto Nacional-Popular de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas foi responsável pela implantação do modelo nacional-desenvolvimentista no Brasil. Exemplo emblemático desse processo na área de preservação é a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais (1934), ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional, sob a direção do historiador cearense Gustavo Barroso.

Neste período a construção da nacionalidade adquire novos contornos, com a comemoração de efemérides nacionais e a edificação de monumentos cívicos - prática esta já iniciada desde os anos 20, cujo ponto alto foram as festas alusivas ao Centenário da Independência do Brasil. As iniciativas oficiais do Governo Vargas começariam a dar destaque ainda a determinados 'lugares de memória', em que ocorreram grandes feitos 'heróicos' de nosso passado. Assim é que o Decreto nº 22.928, promulgado a 12 de julho de 1933, por Getúlio Vargas, eleva a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. (FERNANDES, 2010, p. 9)

Fernandes (2010) reforça que com essa medida legal o governo não só reconhecia o valor simbólico do Barroco mineiro na formação da cultura nacional, mas, também, reforçava o imaginário republicano. Ouro Preto, antiga cidade de Vila Velha, fora palco do primeiro movimento de libertação colonial que propunha a implantação de uma República, e seu principal líder, já consagrado pelos republicanos, era legitimado como mártir e herói nacional.

No âmbito das políticas de preservação, o marco institucional é o ano de 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). As políticas de preservação ganharam força de lei com o Decreto n.º 25 de 30 de novembro de 1937, conhecido como Lei do Tombamento, assinado por Getúlio Vargas. Fruto de um Estado burocraticamente centralizado, visava à criação de uma história nacional por meio da preservação de monumentos históricos que dessem visibilidade à identidade brasileira. A direção executiva do SPHAN coube a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo até 1967. Esse período é conhecido como Fase Heroica (FONSECA, 2005) devido à falta de recursos, de estrutura e de pessoal técnico especializado. Os bens escolhidos para representar o passado em forma de memória recaíam sobre os monumentos construídos em "pedra e cal", expressão criada para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais barrocos, privilegiando as construções religiosas, militares, as grandes residências e os palácios, que remetem a um poder

centralizador e oligárquico. Essa orientação predominou ao longo dos 30 anos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, e mantiveram-se basicamente as mesmas diretrizes quando assume Renato Soeiro, cuja administração vai de 1967 a 1979.

No caso brasileiro, as políticas de preservação foram elaboradas e implementadas por alguns intelectuais modernistas, como Oswald e Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, entre tantos outros. Ao mesmo tempo em que o movimento modernista era renovador da cultura no Brasil, recusava-se a ideia de rompimento radical com o passado (CASTRIOTA, 2009, p. 71). Na busca de uma identidade nacional, Minas Gerais foi redescoberta e passou a ser objeto de políticas de preservação desde a década de 1930, sendo a primeira cidade classificada como monumento nacional e patrimônio da humanidade pela Unesco. Em seguida, as ações de reconhecimento do patrimônio histórico nacional se estendem a Salvador, Olinda e Recife.

Apesar de o movimento de preservação do patrimônio edificado iniciar pela ação dos modernistas, é no poder público, e não na forma de organizações cívicas, que ele se estrutura¹⁸. Os modernistas Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Ricardo Soeiro vão ocupar a direção do IPHAN, principal órgão de proteção do patrimônio arquitetônico no Brasil, por 43 anos, de 1936 a 1979. Mesmo antes de 1936, ano de criação do SPHAN, os fatos e acontecimentos importantes a respeito da preservação do patrimônio no Brasil estão atrelados a ações do poder público. A era dos militares, a partir de 1964, denominada por Bresser Pereira (2012) “Pacto Autoritário-Modernizante de 1964”, assim como o Pacto Nacional-Popular de 1930, “marcou fortemente certo descompromisso democrático” (CORDEIRO, 2014, p. 232) do modelo nacional-desenvolvimentista. No caso das políticas de preservação, resumiram-se a ações estatais de tombamento, sem a participação da população sobre o que seria ou não preservado.

No âmbito internacional, a Carta de Veneza (1964) resultou de um Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, sendo adotada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) em 1965. O

¹⁸ Ressalta-se ainda que, muito antes da criação do IPHAE/RS, o então governo do estado do Rio Grande do Sul reconhece as ruínas de São Miguel Arcanjo no município de São Miguel como “lugar histórico” e realiza uma obra pioneira em um bem arquitetônico do estado no ano de 1920 e 1922 (MEIRA, 2004, p. 29). O tombamento pelo SPHAN ocorreu apenas em 1938, e o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO foi recebido em 1983.

documento amplia a noção de patrimônio não só aos monumentos “maiores” e às construções grandiosas e isoladas, mas também a obras modestas e aos sítios urbanos e rurais, dialogando com arquitetura, história e cultura. Enquanto a Carta de Atenas (1931) tinha como objetivo a preservação dos edifícios isolados, a Carta de Veneza valoriza a manutenção dos centros históricos.

O conceito de monumento, herança do século XVIII, relacionado a edifícios singulares e excepcionais representativos de grandes feitos e personagens oficiais perdura até o processo de renovação urbana após a Segunda Guerra Mundial. Amplamente discutida e relacionada com o planejamento urbano, a noção de preservação de centros históricos surge e se difunde nas práticas de preservação nas cidades a partir de 1950. O núcleo central, origem de ocupação da cidade, passa a ser amplamente discutido em encontros internacionais, suscitando novos critérios de intervenções e ações de preservação.

Nesse contexto, foi implementado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PHC) em 1973, que investiu recursos elevados na área de preservação e conservação do patrimônio histórico. Oliveira (2008, p. 35) aponta ainda que o processo de industrialização do Brasil e a ampliação da malha viária na década de 1950 e 1960 estimularam um rápido crescimento urbano, gerando uma grande valorização imobiliária. Em 1975, o programa foi estendido aos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O autor ressalta ainda que, entre 1976 e 1979, o programa exigia algumas informações, como a existência de roteiros turísticos, cursos para a formação de recursos humanos, a geração de empregos e o apoio às atividades culturais de valorização do patrimônio histórico (OLIVEIRA, 2008, p. 27). Os objetivos do PHC alinham-se com as Normas de Quito, documento elaborado em 1967, na reunião da Organização dos Estados Americanos, com a finalidade de discutir sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, reconhecendo o patrimônio cultural como detentor de valor econômico e instrumento de progresso. No tópico intitulado *Os monumentos em função do turismo*, explicita-se a função do patrimônio e sua utilização como equipamento turístico a ser visitado. O documento estabeleceu também que a cooperação interamericana e multinacional é imprescindível para o sucesso das políticas públicas de patrimônio e que o

planejamento no nível nacional é responsabilidade do Estado e deve estar articulado em diversos âmbitos.

Durante o ciclo nação e desenvolvimento, instaura-se a tradição de associar autoritarismo e políticas culturais no Brasil. A dinâmica da cultura midiaticizada leva à criação da Telebrás e da Embratel. Ocorre também a criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966, e a institucionalização de secretarias estaduais de cultura, como a do Ceará, também em 1966.

A alta concentração de renda, o aumento vertiginoso da dívida externa brasileira, a falta de políticas sociais que minimizassem a concentração de renda e a desigualdade social, aliada às manifestações por democracia no Brasil, levam a um desgaste da lógica nacional-desenvolvimentista. Um exemplo dessa transição e de um modelo alternativo de desenvolvimento deu-se com a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), órgão independente do IPHAN, que teve como diretor Aloísio Magalhães. O CNRC desenvolveu trabalhos em quatro programas de estudos: artesanato, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil, e levantamento de documentação sobre o Brasil. Apesar de sua efêmera existência – até fins de 1970 –, o CNRC se apresenta como o início de uma tentativa de revisão das políticas de preservação do patrimônio, ampliando a perspectiva até então centrada nos bens móveis e imóveis.

3.4 Democracia e justiça social (1970 aos dias atuais)

O terceiro ciclo, que inicia em 1970, foi “fortemente marcado pelo fortalecimento da sociedade civil, pela redemocratização do Estado, pela construção dos paradigmas iniciais do modelo da democracia participativa e pelas lutas e avanços no campo dos direitos e nas políticas redistributivas do crescimento econômico [...]” (CORDEIRO, 2014, p. 233). Bresser Pereira (2012) divide o período em três grandes pactos sociopolíticos: o Pacto Democrático-Popular de 1977, que surge com o desmantelamento do anterior Pacto Autoritário-Modernizante de 1964 e se estende até a redemocratização de 1984-1985 e a Constituinte de 1987-1988; o Pacto Liberal-Dependente dos Anos 1990, com a estabilização da moeda e as políticas neoliberais internacionais; um novo Pacto Democrático-Popular, que surge a partir dos anos 2000, com a consolidação e o avanço das políticas de justiça social

no país, do sistema de democracia participativa e da expansão da imagem e dos interesses do país no mundo.

Sempere (2012) aponta a Conferência Intergovernamental de Veneza (UNESCO, 1970) como o início do processo de reflexão sobre políticas culturais e desenvolvimento no âmbito mundial com a Unesco. Em seguida, ocorrem as conferências regionais na Europa, em Helsinki (UNESCO, 1972) e na Ásia, na cidade de Yogyakarta (UNESCO, 1973). Para o autor, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África, em 1975, constitui um marco ao envolver a maioria de países menos avançados reclamando a incorporação de uma dimensão cultural do desenvolvimento:

[...] o desenvolvimento cultural não é somente o corretivo qualitativo do desenvolvimento senão a verdadeira finalidade do progresso [...] lembraram das dificuldades surgidas e os fracassos que trouxeram consigo um desenvolvimento orientado, até então, para o crescimento puramente quantitativo e material. [...] Uma aceitação mais geral do conceito de desenvolvimento socioeconômico integrado, que tenha as suas raízes profundas nos valores culturais [...]. (UNESCO, 1975)

Para Sempere (2012), essas são as primeiras reflexões envolvendo cultura e desenvolvimento que, ao longo dos anos, se constitui com uma noção mais ampla. Essas reflexões promoveram um diálogo entre países e regiões geopolíticas de diferentes culturas e fomentaram uma nova visão da cultura (UNESCO, 1975). O Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (UNESCO, 1988 a 1997) realizou muitos trabalhos setoriais e uma linha de estudo muito importante na história da reflexão sobre essa relação. Um grande número de documentos, investigações, publicações, experiências, entre outros foram realizados em diferentes lugares do mundo com a participação de muitos expertos e responsáveis políticos. As contribuições desse Decênio foram muitas e geraram o Relatório Final da Comissão, denominado *Nossa diversidade criativa* (UNESCO, 1995), coordenado por Javier Pérez de Cuéllar. Esse relatório aprofunda a discussão sobre o assunto, fornece ferramentas para ampliar a noção de desenvolvimento cultural e constitui um importante documento tanto pelas suas contribuições quanto pela sua atualidade.

Os trabalhos da Comissão levaram a convocar a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento em Estocolmo (UNESCO, 1998). Nessa Conferência, propõe-se um conjunto de princípios fundamentais sobre a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável: fazer da

política cultural um dos elementos-chave da estratégia; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reforçar, assegurar e ampliar a política de proteção ao patrimônio cultural, tangível e intangível, móvel e imóvel e promover a indústria cultural; promover a informação sobre a diversidade cultural e linguística dentro das comunidades e para a sociedade como um todo; disponibilizar mais recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento da cultura. Com essas afirmações o Plano de Ação possui um alto conteúdo sobre as contribuições da criatividade ao progresso humano, o papel da cultura em uma sociedade cada vez mais globalizada e o compromisso para criar condições para a paz mundial a partir da redução da pobreza. Além disso, introduz o princípio de respeito à liberdade cultural, as contribuições da cultura ao desenvolvimento e a política cultural como um componente central das políticas:

[...] las políticas de desarrollo de los Estados Miembros debieran tener en cuenta el papel de los factores culturales [...] la armonía entre la cultura y el desarrollo, el respeto por las identidades culturales, la tolerancia por las diferencias culturales en un marco de valores democráticos pluralistas, de equidad socioeconómica y de respeto por la unidad territorial y por la soberanía nacional, son algunos de los requisitos necesarios para una paz duradera y justa. (UNESCO, 1998)

O documento enfatiza ainda, no tópico que trata do Plano de Ação, que os Estados-nações adotem medidas que tenham

[...] la política cultural, siendo uno de los principales componentes de una política de desarrollo endógena y duradera, debe ser implementada en coordinación con otras áreas de la sociedad en un enfoque integrado. Toda política para el desarrollo debe ser profundamente sensible a la cultura misma. (UNESCO, 1998)

Para Sempere (2012), a Declaração do Milênio (UNESCO, 2000), com os seus conhecidos “Objetivos”, que configuram o grande compromisso da comunidade internacional para a luta contra a pobreza e a fome e que conduziram todas as políticas internacionais e os organismos multilaterais para encontrar novas formas de eficácia na cooperação ao desenvolvimento, não incluiu objetivo nem meta concretos relacionados com a cultura, orientando-se para os problemas mais duros da pobreza mundial e para a estruturação de metas muito concretas e técnicas sem considerar a transversalidade nem os objetivos indiretos.

Torna-se importante também, pela temática desta tese, analisar as principais deliberações seguidas pelos países membros da ONU e legitimadas pela Unesco¹⁹. Estes documentos possuem em seu conteúdo a importância da preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto o imaterial, dos pequenos povoados e do papel dos Estados-nações na implementação de políticas. Essas reflexões constituem a base sobre a qual as nações irão implantar políticas públicas e relacionar cultura e desenvolvimento na contemporaneidade, enfatizando o papel das instituições públicas e privadas, sociedade civil e a importância da participação social.

Quadro 3 – Deliberações de Instituições Internacionais e Organizações não governamentais

Ano	Documento	Principais ideias
2013	Declaração de Hangzhou	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece o poder da cultura para o desenvolvimento sustentável fomentando novos modelos de cooperação; • Reforça que as nações integrem a cultura em todas as políticas e planos de desenvolvimento, facilitem o desenvolvimento cultural, o entendimento cultural mútuo e a reconciliação cultural, salvaguardem os direitos culturais de todos para promover o desenvolvimento social inclusivo e impulsionem o papel da cultura na redução da pobreza e no desenvolvimento inclusivo;
2011	Recomendação da Paisagem Histórica Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Reforça que o desenvolvimento rápido e muitas vezes descontrolado transforma as áreas urbanas e a sua paisagem, o que poderá provocar a fragmentação e deterioração do patrimônio urbano com profundo impacto nos valores da comunidade, em todo o mundo; • Reconhece que para apoiar a proteção do patrimônio natural e cultural, deverá ser colocada a tônica na integração das estratégias de conservação, gestão e planejamento da área histórica urbana nos processos de desenvolvimentos locais e planejamento urbano, tais como a arquitetura contemporânea e desenvolvimento de infraestruturas, para os quais a aplicação de uma abordagem paisagística iria ajudar a manter a identidade urbana; • Parte do princípio que o desenvolvimento sustentável prevê a preservação dos recursos existentes, a proteção ativa do patrimônio humano e a sua gestão sustentável se revestem como uma condição sine qua non do desenvolvimento; • A necessidade de pensar uma governança que incluem agentes públicos e privados a nível local, nacional, regional, internacional, no processo de desenvolvimento urbano.

continua

¹⁹ Das quais o Brasil é signatário desde 1946.

Ano	Documento	Principais ideias
2005	Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece que a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações. • Enfatiza a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade. • Reafirma a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encoraja as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo. • Reafirma o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território. • Reconhece o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, encorajando a participação ativa da sociedade civil.
2003	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	<ul style="list-style-type: none"> • Cabe a cada Estado-parte adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território; identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não governamentais pertinentes; assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à sua gestão.

Ano	Documento	Principais ideias
2001	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber e constitui uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória. • Destaca que a diversidade cultural é fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade e que é, para o gênero humano, tão necessária como o é a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. • Ressalta que as políticas culturais, enquanto assegurem a livre circulação das ideias e das obras, devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que disponham de meios para desenvolver-se nos planos local e mundial. Reforça que as forças do mercado, por si só, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil.
1997	Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras	<ul style="list-style-type: none"> • As gerações presentes devem garantir as condições de desenvolvimento socioeconômico equitativo, sustentável e universal das gerações futuras, tanto na sua dimensão individual quanto coletiva, particularmente por meio da utilização justa e prudente dos recursos disponíveis, a fim de combater a pobreza. A educação é instrumento importante para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades. A educação deve ser utilizada para o fomento da paz, da justiça, da compreensão, da tolerância e da equidade, em benefício das gerações presentes e futuras. • A implementação é de responsabilidade dos Estados. O sistema das Nações Unidas, outras organizações intergovernamentais e não governamentais, indivíduos, órgãos públicos e privados devem assumir suas plenas responsabilidades para a promoção, em particular por meio da educação, da capacitação e da informação, do respeito pelos ideais consagrados nesta Declaração, e fomentar, por todos os meios apropriados, seu pleno reconhecimento e efetiva aplicação.

continuação

Ano	Documento	Principais ideias
1996	Declaração de Sofia	<ul style="list-style-type: none"> Faz recomendações sobre a utilização, a proteção e exploração do patrimônio subaquático. Todos os processos devem contar com a participação da sociedade civil em parceria com Estados, entidades públicas e órgãos do governo, a fim de garantir a efetiva preservação e desenvolvimento equilibrado dos recursos naturais.
1982	Declaração de Tlaxcala	<ul style="list-style-type: none"> A Declaração é resultado do 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações” e foi realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) no México. Reiteram que os pequenos povoados são repositórios de formas de vida que carregam testemunhos das nossas culturas, retêm a uma escala que lhes é apropriada e, ao mesmo tempo, personificam as relações comunitárias que proporcionam uma identidade aos seus habitantes; Que a conservação e a reabilitação dos pequenos povoados é uma obrigação moral e uma responsabilidade para o governo de cada estado e para as autoridades locais, e que as respectivas comunidades têm o direito de partilharem a tomada de decisões sobre a conservação da sua vila ou aldeia, e de assumirem directamente uma parte do trabalho relativo à concretização desta. Que o ambiente e o património arquitectónico dos pequenos povoados é um recurso não renovável e a sua conservação exige procedimentos cuidadosamente desenvolvidos que garantam que irão decorrer sem riscos de serem detidos ou distorcidos por motivo de conveniências políticas; As iniciativas com o objectivo de garantirem o bem estar das comunidades que vivem nos pequenos povoados devem ter a sua base no estrito respeito pelas tradições dos locais em questão e pelos seus modos de vida específicos.
1976	Recomendação de Nairóbi	<ul style="list-style-type: none"> Reforça que as autoridades públicas devem assegurar que as populações envolvidas participem no planeamento e execução das operações de salvaguarda; devem ser constituídas associações de moradores e proprietários para colaborarem com as entidades responsáveis; deve evitar-se que a renovação de edifícios antigos provoque alterações no tipo de habitação e cause dificuldades às populações mais carentes; o público deve ser regularmente informado, quer sobre os objectivos dos planos de salvaguarda, quer sobre as acções concretas da sua realização; Reconhecimento de que os conjuntos históricos fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os modelou, e que esses conjuntos garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar pelo que a sua salvaguarda e integração na vida da sociedade contemporânea constitui um elemento fundamental para o planeamento urbano e o ordenamento do território;

continua

continuação

1972	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Cabe ao Estado-parte identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. O Estado-parte envidará esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação internacionais. • Entre as ações a serem empreendidas pelos Estados destacam-se: adotar uma política geral com vistas a atribuir função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e a integrar sua proteção aos programas de planejamento; criar um órgão de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural, dotado de pessoal capacitado, que disponha de meios que lhe permitam desempenhar suas atribuições; desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam ao Estado enfrentar os perigos ao patrimônio cultural ou natural; tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras cabíveis para identificar, proteger, conservar, valorizar e reabilitar o patrimônio; fomentar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação em matéria de proteção, conservação ou valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.
------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do site:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivo>

Para Cordeiro (2014, p. 233), quatro fatores explicam a transição do ciclo nação e desenvolvimento para o ciclo democracia e justiça social: as disputas pelos modelos ideológicos de desenvolvimento econômico; a ampliação dos atores interessados nos rumos do desenvolvimento do Brasil como organização da sociedade civil; a ampliação do significado conceitual e empírico de desenvolvimento para além dos indicadores econômicos; e, por fim, o surgimento do debate ambientalista. O autor termina afirmando que “o desenvolvimento, antes predominantemente econômico, agora também já divide o debate com o social, o político e o ambiental” (2014, p. 234), como fica claro nas Deliberações das Nações Unidas.

No Brasil, em 1979, Aloísio Magalhães é nomeado Presidente do IPHAN e ocorre a unificação do IPHAN-PCH e o CNRC/Pró-Memória. A instituição insere então a questão da preservação do patrimônio e ganha novas formas com a ampliação do debate e a participação de novos atores. Os estudos desenvolvidos por ambas as instituições relacionadas às questões culturais contribuem para o alargamento do conceito de bem cultural do IPHAN e para um diálogo mais próximo com as comunidades. Com a morte de Aloísio Magalhães em 1982, os trabalhos são

interrompidos e são retomados após a redemocratização do Brasil e a criação do Ministério da Cultura, que incorporou o sistema SPHAN/Pró-Memória.

A criação do Ministério da Cultura, com o fim da Ditadura Militar em 1985, marca também um período de grande instabilidade advinda da frequente troca de ministros, praticamente um por ano, nos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). A Carta Constitucional de 1988 apresenta um conceito mais amplo de patrimônio cultural e enfatiza que a preservação pode existir independentemente do ato de tombamento.

Na prática, a instabilidade e a falta de recursos levam à extinção do Ministério da Cultura, no governo Collor, juntamente com outros órgãos. Em 1990, por meio da Lei n.º 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois pela Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992. Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovidas pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998.

A Nova República caracterizou-se, segundo Rubim e Barbalho (2007), por um “jogo de ambiguidades”, reafirmando a ausência do Estado na área cultural em períodos democráticos. Outro ponto controverso foi a criação, no governo Sarney, da primeira lei de incentivos fiscais para financiar a cultura, que foi substituída pela Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, mais conhecida como Lei Rouanet²⁰. E:

[...] a combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo. Outra vez mais a articulação entre democracia e políticas culturais se mostrava problemática. (RUBIM; BARBALHO, 2007, p. 25)

Segundo Reis (2006), no âmbito federal, as políticas de preservação resumiram-se a leis de incentivo à cultura, que, somadas à falta de recursos, à inaptidão do Estado e a não participação da sociedade civil na gestão desses processos de preservação, relegaram ao poder privado a decisão de quais projetos

²⁰ Ressalta-se ainda que unidades da federação como São Paulo criaram sua legislação de incentivo à cultura em 1994 com a Lei n.º 8.819.

seriam contemplados por meio das leis de incentivo à cultura (p. 179). A autora reconhece que os incentivos fiscais aproximam os setores público e privado, o mundo corporativo e o cultural, viabilizando um número crescente de projetos nos mais diversos setores culturais. Mas enfatiza que, ao mesmo tempo, essa aproximação gerou enormes distorções, principalmente em relação ao financiamento público, que não exige uma contrapartida privada²¹. Além disso, a falta de visão de planejamento sobre a participação e os hábitos culturais corrobora para o desconhecimento do Estado sobre as necessidades culturais da população, comprometendo o alcance dos objetivos e a avaliação dos resultados. A confusão entre processo e resultados, meios e fins resulta em falta de clareza em relação aos conceitos de mensuração de processos e mensuração de resultados, refletindo o quanto foi investido, e não os resultados gerados com esse investimento, colocando em dúvida a eficiência da aplicação dos recursos. Enfim, os projetos contemplados com recursos acabam sendo os que melhor atendem às necessidades mercadológicas do setor privado e às estratégias de *marketing* das empresas²². Assim, ampliam-se as possibilidades de recursos para serem investidos nesta área, mas exige-se dos proponentes (associações e prefeituras) um rearranjo no sentido de buscar no capital privado o patrocínio por meio dos impostos que a empresa paga. As leis de incentivo atendem a uma política mais liberal, que inseriu

[...] na sociedade brasileira desde os anos 1990 vários novos financiadores nacionais interessados em apoiar, direta ou indiretamente, essa sociedade civil, proporcionando uma menor dependência da cooperação internacional por parte desses atores (MENDONÇA *et al.*, 2009). Tais novos financiadores, em grande parte, estão ligados às políticas de responsabilidade social empresarial de corporações e de empresários mais progressistas. Novas associações aglutinadoras de investidores sociais privados e de empresas socialmente responsáveis surgiram nesse mesmo período, tais como o GIFE e o Instituto Ethos de responsabilidade Social Empresarial, dentre outros. (CORDEIRO, 2014, p. 237)

Segundo Cordeiro (2014), nos anos 1990, o ciclo de desenvolvimento, da democracia e justiça social está ligado com o aumento das organizações da sociedade civil organizadas na forma de fundações privadas e associações sem fins lucrativos relacionadas aos mais diversos temas e projetos políticos.

²¹ No caso da Lei de Incentivo à Cultura do estado do Rio Grande do Sul, a contrapartida é de 5% para o segmento de patrimônio cultural.

²² Outras fontes sobre o tema: OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal: lei de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 62, p. 58-62, abr./maio 2005.

Quem são os atores dos projetos de desenvolvimento envolvendo o patrimônio cultural nas cidades pequenas? São atores endógenos que, por habitarem no seu território de ação, tendem a se integrar pela resistência ou pela identidade, processo esse que remonta ainda aos primórdios da preservação no início da década de 1980? Ou são atores exógenos, que consideram o território e sua ação de forma utilitarista e especulativa e como objeto a ser cobiçado, agindo no espaço dos outros, frequentemente motivados por lucro e gerando processos de gentrificação e espetacularização das cidades? Ou é um ator transicional, um habitante de um território distante devido à moradia ou trabalho, mas que gera sempre propriedades ou questões localizadas em seu território de origem? Segundo Cordeiro (2014, p. 242), ao tratar dos projetos de desenvolvimento do século XXI, o “ator preponderante neste projeto tem sido o cidadão (a partir do conceito de cidadania) e a sociedade civil, fortalecidos pela predominância do sistema de democracia participativa e pelos programas redistributivos”.

Constata-se que as políticas públicas de preservação na forma de tombamento e intervenções nas edificações passaram a ser mais numerosas nas duas últimas décadas do século XX. Essa postura está relacionada ao quadro da economia globalizada, em que a revitalização de centros históricos degradados está atrelada à lógica do capital mundializado e das estratégias urbanas globais de gentrificação, curvando as políticas urbanas a regras do jogo. De um papel fiscalizador e regulador, o poder público, tanto o das grandes metrópoles quanto o das pequenas cidades, direciona-se para atender às expectativas ávidas do capital privado na busca de melhores negócios. Nesse processo, a identidade local e as edificações dos centros históricos tornam-se produtos a serem explorados economicamente e exibidos para os turistas (BIDOU ZACHARIASEN, 2006; CASTRIOTA, 2009; JACQUES, 2005).

Para a antropóloga Regina Abreu²³:

²³ A autora sintetiza a trajetória dos processos de patrimonialização em três grandes momentos. No primeiro, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, “os processos de patrimonialização fundamentavam-se na reconstrução do passado (história) ou na busca e valorização de uma arte nacional” (ABREU, 2015, p. 69). Corresponde a esse momento a constituição de organismos ou instituições de proteção do patrimônio nacional de diversos países, caso do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado no Brasil na década de 1930. O segundo momento refere-se à criação da UNESCO, em 1946, a qual passa a intervir sistematicamente nos debates internacionais sobre cultura, advogando em nome de uma “concepção antropológica de cultura” e moldando um importante campo de influência aos processos de patrimonialização. E o terceiro

Podemos, pois, falar em processos de patrimonialização como um movimento próprio do Ocidente moderno, com a criação de agências nacionais e internacionais, a formação de agentes, a definição de políticas públicas. Trata-se de um campo com muitas disputas e um circuito próprio de circulação de ideias, práticas, artefatos, profissionais. (ABREU, 2015, p. 69)

As políticas preservacionistas passam a ser discutidas e normatizadas em fóruns internacionais, “estimulando uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais” (ABREU, 2015, p. 69). A autora ainda pondera:

É neste período que se implanta o que estou chamando de tendência à ‘patrimonialização das diferenças’, em que a palavra de ordem, capitaneada sobretudo pela Unesco, é que ‘num mundo com tendência crescente à homogeneização’ protagonizada pelo capitalismo globalizado e neoliberal, é preciso reverter, ou seja: conceder especial atenção à noção de singularidade ou de especificidade local. (ABREU, 2015, p. 69)

Um exemplo de ampliação pioneira do conceito de patrimônio no Brasil e de envolvimento de atores nas questões de preservação e que se consolida na década de 1990 é o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia em 1984. Segundo Gilberto Velho (2006), atuando como membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e relator, “era a primeira vez que a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado Nacional”. O tombamento desse patrimônio afro-baiano, na opinião do autor, foi resultado de um intenso e dinâmico movimento social que envolveu artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas. No entanto, veículos da imprensa da Bahia posicionaram-se “contra o tombamento, que foi acusado, com maior ou menor sutileza, de demagógico” (VELHO, 2006).

Havia um grupo de atores bem definido com opiniões e mesmo interesses não só diferenciados, mas antagônicos, em torno de uma temática que se revelava emblemática para a própria discussão da identidade nacional. Independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil. Tratava-se de decidir o que poderia ser valorizado e consagrado através da política de tombamento. Reconhecendo a válida preocupação de conselheiros com a justa implementação da figura do tombamento, hoje é impossível negar que, com maior ou menor consciência, estava em discussão a própria identidade da nação brasileira. A rápida passagem do Cardeal Primaz na histórica reunião não disfarçava que os setores mais conservadores do catolicismo baiano e, mesmo

nacional, viam com maus olhos a valorização dos cultos afro-brasileiros. (VELHO, 2006)

Esse fato, relembra Velho, repercutiu de forma a valorizar outras manifestações da cultura popular, como outros terreiros, edificações como a Casa da Neni em Antônio Prado, uma “casa de colono” relacionada à cultura da imigração italiana no sul do Brasil, uma casa de chá japonesa em São Paulo e a valorização da cultura imaterial – por exemplo, rituais indígenas como o Quarup²⁴ (VELHO, 2006).

A partir dessa retrospectiva histórica da ação do Estado na preservação do patrimônio edificado, contata-se que organismos governamentais como o IPHAN possuíram, ao longo dos anos, um papel preponderante na questão da preservação, principalmente no contexto da América Latina. No caso brasileiro, os municípios passam a atuar de forma autônoma nas questões de preservação do patrimônio de relevância local com a Constituição Federal de 1988, que atribui competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no trato da questão, e competência exclusiva ao município para execução da política de desenvolvimento urbano relacionada aos bens culturais²⁵. Na gestão do patrimônio cultural local, o Estatuto da Cidade é uma importante ferramenta para promover uma gestão integrada, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana e provendo instrumentos inovadores para a gestão das cidades por meio dos planos diretores.

²⁴ Kwarup ou Quarup são formas aportuguesadas da palavra kwaryp kamayurá. É uma cerimônia indígena, com duração de alguns dias, de homenagem póstuma a chefes e lideranças. Os indígenas choram, cantam, rendem homenagem aos mortos, dançam, tocam seus instrumentos e lutam. Para maiores informações vide: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2873>.

²⁵ O compartilhamento da responsabilidade dos entes federados na gestão do patrimônio ganha força de lei com a Constituição de 1988 quando estabelece que o patrimônio deve ser protegido nas três esferas de poder, “tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”, conforme os artigos 24 e 30 da Constituição Federal de 1988: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; Art. 30. Compete aos Municípios: IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. É nesse contexto que são criados, no âmbito do MinC, alguns programas e projetos buscando uma ação mais efetiva. Entre essas ações podemos citar: o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) que iniciou em 2007 a fim de propor formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural e que teria como principal objetivo “implementar a gestão compartilhada do Patrimônio Cultural brasileiro visando a otimização de recursos humanos e financeiros para a efetiva preservação de nosso patrimônio” e o PAC Cidades Históricas datado de 2009, que consiste em “uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos”. Fonte: www.iphan.gov.br.

Outros organismos internacionais²⁶ têm inserido a cultura na sua agenda para o desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que realizou, em 1999, o Fórum Desenvolvimento e Cultura. Um exemplo de programa de intervenção incluindo projetos e ações arquitetônicas, sociais e econômicas dentro de uma proposta intergovernamental é o Programa Monumenta. Esse programa foi implantado e executado no Brasil a partir de 2000 e constitui um importante instrumento de gestão da cidade em termos de preservação. Não se constitui como legislação urbana, mas, ao longo dos anos, configurou-se como o principal programa de preservação da cultura urbana e arquitetônica brasileira. Atualmente, está em vigor em 26 cidades de porte pequeno, médio e grande que possuem patrimônio nacional²⁷. O programa nasceu a partir da experiência de Quito após o abalo sísmico em 1988, que danificou gravemente os monumentos do centro histórico que fazem parte do patrimônio histórico da humanidade (CUTY, 2012). A partir do resultado positivo das ações empreendidas na dinamização cultural de Quito, o BID propôs ao Ministério da Cultura do Brasil um programa semelhante. No Brasil, a orientação técnica ficou a cargo dos técnicos do IPHAN, das prefeituras das cidades contempladas em parceria com a Caixa Econômica Federal, e com apoio técnico da Unesco.

O Programa Monumenta já tem proporcionado uma série de resultados que contribuem para o cumprimento do programa de governo, ativando a economia das cidades pela ocupação e geração de renda da população e pela capacitação de mão de obra específica. Um dos objetivos é permitir que o patrimônio histórico e artístico com proteção federal tenha suas características restauradas e que, cada vez menos, dependa de recursos federais para sua conservação, partindo do pressuposto de sustentabilidade econômica e social. O patrimônio cultural é reconhecido como fonte

²⁶ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dedicou, em 2004, o seu relatório anual ao tema da diversidade cultural. O BID e o Banco Mundial cofinanciam, em parceria com os governos dos estados, pesquisa na área da indústria criativa e ações e projetos nas áreas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

²⁷ Atualmente, 26 cidades participam do Programa Monumenta. Todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. São elas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG). Entre o acervo selecionado estão centenas de monumentos, como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em todas as áreas tombadas pela União.

de conhecimento e de rentabilidade financeira e, segundo o programa, vem transformando essas áreas em polos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e da geração de empregos. O programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população, ou seja, gerem desenvolvimento (MONUMENTA, 2009).

Outra importante ação do início do século XXI refere-se à legislação nacional que trata sobre o patrimônio imaterial, previsto na Constituição Federal de 1988 nos artigos 215 e 216. Essa legislação estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito às práticas e aos domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, em celebrações, em formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e em lugares como mercados, feiras e santuários, que abrigam práticas culturais coletivas. Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (UNESCO, 2003). Segundo o IPHAN, o patrimônio imaterial está "enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade".

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais

estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo IPHAN a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010, foi instituído pelo Decreto 7.387, de 9 de dezembro de 2010, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira²⁸.

O Programa Monumenta, a legislação sobre o patrimônio imaterial e os mais diferentes suportes de memória, como as edificações e o seu entorno, os documentos, as imagens, as celebrações, entre outros, juntamente com a ampliação do próprio conceito de arquitetura, dos estilos e edifícios protegidos, expandem-se de forma considerável. As ações do IPHAN, antes focadas em monumentos isolados, passam a priorizar o contexto urbanístico a partir de 1950, privilegiando o tombamento de ambiências urbanas em lugar de edificações isoladas. Até 2017, foram tombados 87 conjuntos urbanos. Desses, 9 são cidades com até 20 mil habitantes tombadas após a Constituição de 1988, ou seja, consideradas pequenas segundo o IBGE, e abrangendo não só a cultura branca, católica e monumental, mas as mais diferentes manifestações culturais relacionadas aos grupos indígenas, afrodescendentes e minorias étnicas, setores esses contemplados mais recentemente nas políticas públicas de preservação do patrimônio.

Também a década de 1990 é marcada por uma ampliação do conceito de patrimônio, entendido como o conjunto dos bens culturais, um conceito de caráter mais abrangente e que supera o conceito de monumento. Dessa maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, jardins históricos²⁹, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional³⁰. Uma parte desse patrimônio é imaterial e outra parte, em que se

²⁸ Informações disponíveis no site do IPHAN: www.iphan.gov.br.

²⁹ A Carta de Florença de 1981 equipara os jardins históricos à condição de monumento.

³⁰ A Recomendação de Paris (1962) esclarece a expressão “bens culturais” como sítios arqueológicos, históricos ou científicos e seu entorno. As Recomendações de Nairóbi (1976) definem conjunto histórico ou tradicional como “todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive sítios arqueológicos e paleontológicos [...] tanto no meio urbano quanto no rural [...] especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos [...]”. A Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas (Carta de Washington, 1987) completa a Carta de Veneza de 1964 ao afirmar que, para ser eficaz, a salvaguarda deve ser parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, a qual priorize valores como a forma e o aspecto dos edifícios. Ressalta que “qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica”.

insere a arquitetura, é formada pelos bens culturais materiais. O patrimônio material edificado, que é o objeto desta tese, reconhece os valores estilísticos e históricos e preocupa-se com o entorno, a ambiência e o significado. Abrange também a gestão do espaço como um todo (CHOAY, 2006; CASTRIOTA, 2009). Patrimônio não é apenas um conjunto de edificações que contam a história de um povo, mas compreende o conjunto da cidade, os espaços e práticas sociais, o cotidiano e os usos a partir das relações de identidade e de pertencimento (ARANTES, 2006).

Essa concepção permeia as ações de tombamento de conjuntos históricos realizadas pelo IPHAN, como os conjuntos urbanos construídos em períodos mais recentes, um testemunho do processo de industrialização pelo qual o país passou a partir do final do século XIX. Como exemplo, podemos citar a Vila Ferroviária de Paranapiacaba em Santo André (SP), as linguagens arquitetônicas e urbanísticas características do século XX, como o conjunto arquitetônico e urbanístico *art déco* de Goiânia (GO) e de Vila Serra do Navio (AP) e o conjunto urbanístico de Brasília (DF), símbolo internacional do Movimento Moderno, inscrito pela Unesco na lista do patrimônio mundial, ou Santa Tereza (RS) e Antônio Prado (RS), pelo seus núcleos coloniais italianos com as características da arquitetura ítalo-brasileira.

4 CIDADES PEQUENAS: EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DISTINTAS DA POLÍTICA FORMAL?

As cidades pequenas, que compõem os estudos de caso desta tese, constituem herança de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados, compondo um conjunto de bens materiais e imateriais de relevância nacional e inserido em complexos processos de preservação engendrados por diferentes atores sociais.

Este capítulo tem como objetivo trazer elementos que contribuam para a compreensão do momento de formação desses núcleos urbanos – o tombamento pelo IPHAN –, verificando a participação dos governos locais na preservação do patrimônio com a implantação de políticas públicas e os principais atores envolvidos. As cidades de Igatu (Andaraí/BA), São Félix (BA), Vila Serra do Navio (AP), Corumbá de Goiás (GO), Antonina (PR), Vila de Santo Amaro do Sul (General Câmara/RS), Santa Tereza (RS), Antônio Prado (RS) e São Luiz do Paraitinga (SP) são representativas das cinco regiões brasileiras. Neste capítulo, o olhar se volta para a construção de uma historicidade dos núcleos urbanos tombados pelo IPHAN em cidades pequenas após a promulgação da Carta Constitucional. Sobre as cidades de São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS), por possuírem políticas públicas implantadas, joga-se a lente e avaliam-se esses casos mais significativos, que possuem grande diversidade de dinâmicas urbanas, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. Esse quadro combina-se com diferentes atores, escalas e o capital social, gerando políticas públicas de preservação com melhores ou piores resultados.

4.1 O circuito teórico-metodológico

[...] diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. (BACHELARD, 1996, p.18)

Esta tese é um processo de superação pessoal, pois sua autora possui larga experiência no campo da preservação do patrimônio cultural, atuando como gestora cultural de projetos de restauro no âmbito municipal, estadual e nacional,

exercendo a coordenação das equipes de arquitetura, engenharia, contabilidade, e mediando processos pedagógicos e comunicacionais envolvendo educadores, o poder público, as empresas e a comunidade. Partindo das experiências vividas, a autora percebe dois campos em disputa: de um lado, o proprietário dos imóveis, receoso de uma intervenção pública limitando seu direito sobre a propriedade e, de outro, os defensores do patrimônio, guardiões da memória local. No centro desse embate, encontra-se um poder público que sucumbe à falta de pessoal capacitado, a uma legislação que engessa o processo e a uma inadmissível falta de diálogo entre os envolvidos. Normalmente, esses são casos que se arrastam por anos, acelerando processos de deterioração do imóvel ou, simplesmente, permitindo que o patrimônio material e imaterial sucumba a projetos arquitetônicos contemporâneos ou processos de gentrificação e espetacularização das cidades.

O trabalho profissional possibilitou à autora não só uma aproximação com a problemática do patrimônio cultural na atualidade, mas também o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (1998), proporciona uma familiaridade com o problema, visando a torná-lo explícito. A participação direta na tomada de decisões e a prática diária na gestão da cultura contribuíram para elucidar as hipóteses que nesta tese serão testadas empiricamente.

A construção do método de pesquisa dessa tese parte então da constatação de Bachelard (1996) de que o objeto científico não é dado pela natureza e, sim, construído pelo cientista. O novo espírito científico, segundo Bachelard (1996), propõe a superação do empirismo pelo racionalismo, uma vez que a realidade proposta por essa nova ciência é relativa e representada. O espaço proposto por Bachelard (1996) é agora o espaço pensado, onde os fenômenos são representados. Assim, o apego ao realismo deve ser superado pela vigilância epistemológica do cientista, que é a constante luta para fugir do empirismo, do realismo e do senso comum na atividade científica, tendo o cuidado permanente com as condições e os limites da validade de técnicas e conceitos, desde a construção dos fundamentos até a análise dos resultados da pesquisa científica. Bourdieu *et al.* (1999a) entende que vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures: “[...] a familiaridade do universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo

epistemológico por excelência [...]”. O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea, e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável (BOURDIEU *et al.*, 1999a, p.23).

Além da realidade, outra noção de obstáculo epistemológico a ser superada para o desenvolvimento do conhecimento no âmbito da pesquisa social, segundo Bachelard, é o senso comum. O cientista social precisa ter a noção de que suas opiniões, seus preconceitos e suas avaliações a partir de sua posição social e econômica existem e não são neutras. Durkheim, em seu livro *As regras do método sociológico*, afirma que “a vida social deve ser explicada, não pela concepção que dela têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência” (*apud* BOURDIEU *et al.*, 1999a, p. 26).

Os desafios colocados por Gaston Bachelard (1996) e Pierre Bourdieu *et al.* (1999a) serão aqui aplicados à reflexão sobre as possibilidades de construção do objeto desta pesquisa: as políticas de preservação do patrimônio cultural, em especial o patrimônio edificado em cidades pequenas. Para o senso comum, as políticas de preservação impedem o desenvolvimento das cidades. Castriota (2009), ao estudar o caso de Ouro Preto, patrimônio nacional desde 1938, aponta que as políticas de preservação até hoje implantadas não favoreceram o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade. Na contramão dessa afirmativa, a pauta das discussões de importantes organismos internacionais foca a cultura como base estruturante da vida social, estimulando a qualidade de vida das pessoas e entendendo que o desenvolvimento deve estar para além da noção de crescimento econômico. Como conciliar tamanhas disparidades entre a teoria e a prática?

Para analisar essa problemática, parte-se da noção de Bourdieu, que corrobora com Bachelard (1996) ao afirmar que o “fato científico é conquistado, construído e constatado e recusa, ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção” (BOURDIEU *et al.*, 1999a, p.73). Isso significa que o cientista deve romper com o senso comum, aproximando-se de seu objeto por meio de uma teoria de base.

Assim, a produção acadêmica tem centrado suas pesquisas nas políticas públicas de preservação empreendidas pelo IPHAN, como os estudos de Maria

Cecília Londres Fonseca, Leonardo Barci Castriota, publicações em artigos de revistas especializadas, como a *Revista do Patrimônio*, as dissertações de mestrado, como a de Almir Félix Batista de Oliveira, as teses, como a de Ana Meira pelo PROPUR, e trabalhos apresentados em eventos científicos. O papel dos órgãos de proteção do patrimônio cultural dos estados federados também foi pouco estudado pela academia. Mas a carência maior aparece nos estudos que envolvem os efeitos das políticas públicas de preservação implementadas por governos e seus efeitos no âmbito local. Segundo Castriota, este espaço de intersecção entre o Estado e a sociedade civil na implementação de políticas públicas urbanas encontra-se ainda pouco analisado (2009, p. 168).

O que esta tese se propõe é problematizar a questão das políticas públicas de preservação do patrimônio material, tendo como elemento central o capital social como chave para o desenvolvimento. Na medida em que o patrimônio cultural edificado foi incorporado às políticas, quer-se verificar, e esse é o problema desta pesquisa, qual o nível de incidência das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no desenvolvimento no nível local, pois, por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, ele só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada (BOURDIEU *et al.*, 1999a, p.48).

Como o objetivo geral desta tese é analisar os efeitos da ação de políticas públicas na preservação do patrimônio para o processo de desenvolvimento local, o estudo se volta para o contexto das cidades pequenas. A participação da população, a existência de redes sociais, de padrões de organização, de modos de regulação praticados na sociedade e de organizações voluntárias da sociedade civil são importantes ferramentas para o sucesso de ações para a preservação do patrimônio cultural. Como espaço social, as pequenas cidades podem ser o lugar propício do fortalecimento dos vínculos horizontais, de reforço da solidariedade social e do capital social, mas também o espaço de controle e domínio políticos de oligarquias conservadoras (PUTNAM, 1996). Como tratado anteriormente, para Endelich (2009) e Abramovay (1999) essa intrincada teia social denominada capital social, numa primeira análise aparece com mais frequência na pequena escala ao permitir redes de comunicação informais, mais flexíveis e ágeis, desburocratizando os processos

de decisão e os contatos entre os agentes culturais na busca do consenso, importante quando se trata da formulação e implantação de políticas públicas.

Como objetivos específicos, pretende-se identificar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, avaliar os impactos das políticas públicas de preservação cultural para o desenvolvimento e determinar a geração e/ou ampliação do capital social no âmbito local por meio das políticas públicas.

Para tanto, esta tese adota como recorte temporal a promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco legal importante quando se trata da consolidação de novos instrumentos urbanísticos e maior autonomia dos municípios para as questões de preservação, expressos, principalmente, nas políticas públicas de preservação na forma de órgãos gestores, legislações, instâncias de participação e leis e fundos de incentivo.

Também é nos últimos decênios que se amplia o conceito de patrimônio cultural para além do de “monumento de pedra e cal”, abarcando o patrimônio imaterial e os mais diferentes suportes de memória, como as edificações e o seu entorno, os documentos, as imagens, as celebrações, etc. No Brasil, o Estado tem um papel preponderante na preservação do patrimônio, principalmente por meio do SPHAN, hoje IPHAN, criado em 1937 e pioneiro nas práticas de preservação no Brasil. Nesse período, ocorre também o tombamento de conjuntos urbanos mais recentes, com linguagens arquitetônicas e urbanísticas características do século XX, a exemplo do conjunto arquitetônico e urbanístico *art déco* da Vila Serra do Navio (SP), ou a arquitetura da imigração italiana no sul do Brasil de Antônio Prado (RS). Antes de pensar na edificação como um monumento isolado, as ações do IPHAN priorizam o contexto urbanístico, privilegiando o tombamento de conjuntos e ambiências urbanos em lugar de edificações isoladas. Até janeiro de 2017, são 87 conjuntos urbanos protegidos, sendo 67 tombados, três tombamentos provisórios, 14 rerratificações, um tombamento emergencial, dois anexados (desses dois, um tombado e um tombamento provisório).

Alguns núcleos históricos não constam na lista *Conjuntos urbanos protegidos até janeiro de 2017* do DEPAM/IPHAN³¹. É o caso do Rio de Janeiro (RJ), Angra dos Reis (RJ), Igatú (BA), Antônio Prado (RS) e Vila de Santo Amaro em General

³¹Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos_urbanos_protegidos_ate_%20janeiro_%20de_%202017.pdf>. Consultado em janeiro de 2017.

Câmara (RS). Em relação aos processos de tombamento de centros/sítios urbanos e/ou históricos, o IPHAN adotou ao longo dos anos duas posturas diferentes:

1. Bens tombados individualmente/isoladamente: podem estar dentro de um núcleo urbano ou de um centro histórico (a nomenclatura *centro/sítio histórico* não necessariamente é dada pelo IPHAN, e sim pela prefeitura, pela população de uma maneira em geral) e possuem valor em si, independentemente do restante.

2. Bens tombados em conjunto (normalmente uma poligonal que abrange uma área com edificações, trechos de ruas, etc.): para esse tombamento, entende-se que o bem por si só não necessariamente tem valor individual, mas que ele está dentro de um conjunto que, como tal, é importante. Trata-se de uma ideia mais recente que passou a ser adotada nos últimos anos pelo IPHAN.

Os casos de Antônio Prado e General Câmara são tombamentos mais antigos, respectivamente 1990 e 1969, e, por isso, não constam na lista do IPHAN, embora estejam descritos no *site* do IPHAN como conjuntos urbanos. Por exemplo, os bens tombados em Antônio Prado em 1990 são individuais: o Casarão de Madeira na Rua Gustavo Sampaio n.º 34, ou Casa de Dona Neni, e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, constituído de 47 imóveis³². Nesse caso, são no total 48 bens tombados individualmente em duas certidões de tombamento diferentes. Da mesma forma, os bens tombados em General Câmara são o Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro, contendo 14 edificações e mais a praça.

Nessas cidades, os bens estão tombados individualmente, embora possam fazer referência ou fazem parte de um centro/sítio histórico. Esse tipo de tombamento era feito conforme o entendimento da época, e esses processos não foram ratificados pelo IPHAN nos moldes do que ocorreu em outras cidades, como Hamburgo Velho³³ (RS) e Jaguarão (RS), tombadas como conjuntos pelo IPHAN, respectivamente, em 2015 e 2011.

No caso do Rio de Janeiro, há 231 bens tombados no total. Desses, há na cidade inúmeros bens representativos de épocas e eventos significativos da história

³² “Mas é o conjunto inteiro - hoje composto de 47 casas que, no seu todo, sobressai, representando sinergicamente muito mais do que os elementos que o compõe [...] é o conjunto que nos fala mais, encadeado, contextual (Mesentier), de volumetria homogênea, suas cores pastéis, algo degradadas, onde apenas se destacam a igreja e o moinho [...] é o conjunto, em suma, que exprime a imagem da colonização italiana no nordeste gaúcho, de significativo valor histórico e artístico.” (ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Parecer do Processo nº 1.248-T-87/SPHAN.)

³³ Tombamento provisório.

e da cultura brasileiras. Estão protegidos pelo IPHAN seis jardins históricos e parques, 14 conjuntos urbanos, 62 edificações, 13 equipamentos urbanos, 12 paisagens naturais, 10 bens integrados e quatro coleções e acervos. A cidade também é reconhecida por seu patrimônio arquitetônico e artístico, e é a primeira área urbana, no mundo, a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem, recebendo o título de patrimônio mundial como Paisagem Cultural Urbana, título concedido pela Unesco em 2012.

Angra dos Reis (RJ) não consta na lista *Conjuntos urbanos tombados até janeiro de 2017*, mas é citada no *site* do IPHAN como conjunto urbano, uma vez que Mambucaba é um dos raros sítios históricos brasileiros tombados em sua totalidade – não apenas as edificações, mas, também, o traçado urbano e os equipamentos referentes à ocupação do local.³⁴

Da mesma forma, Andaraí possui o distrito de Iगतu, tombado pelo IPHAN em 2000. O processo abrange as ruínas de habitações de pedra localizadas entre a ponte sobre o rio Coisa Boa e a margem esquerda em direção à trilha do antigo garimpo local. O núcleo original de fundação, datado de meados do século XIX, encontra-se em ótimo estado de conservação, e o perímetro tombado possui aproximadamente 200 imóveis.

Para fins desta pesquisa compreende-se que, embora o tombamento do Rio de Janeiro (RJ), de Angra dos Reis (RJ), de Antônio Prado (RS), de General Câmara (RS) e de Iगतú (BA) tenha sido de forma individual, faz parte de um conjunto representativo da cultura material local. Portanto, serão inseridos na lista *Conjuntos urbanos protegidos até janeiro de 2017* do IPHAN nesta tese. Ao todo são 92 conjuntos urbanos a serem analisados, conforme Apêndice 1. Mas, para fins de análise nesta tese, os núcleos numa mesma cidade foram agrupados, totalizando 83 cidades, pois algumas possuem vários centros urbanos tombados, como Salvador, que possuiu nove núcleos tombados pelo IPHAN, Florianópolis, com três, e Belém, que possui dois.

Desses conjuntos urbanos, faz-se necessário adjetivar o substantivo cidade com as palavras *grande*, *média* e *pequena*, fazendo menção ao tamanho das cidades e, portanto, às redes e hierarquias urbanas. Para tanto, tomam-se como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Se tomarmos os dados

³⁴ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/378/>.

populacionais do IBGE, temos a seguinte classificação: cidades pequenas são aquelas que possuem até 20 mil habitantes; cidades médias são aquelas com contingente populacional acima de 20 mil; e cidades grandes são aquelas com mais de 500 mil habitantes. Esse critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos como o IBGE.

Quadro 4 - Conjuntos urbanos tombados por região

Região	Cidades pequenas	Cidades médias	Cidades grandes	Total de cidades
Norte	2	1	3	6
Nordeste	5	21	6	32
Centro-Oeste	2	4	4	10
Sudeste	3	17	2	22
Sul	4	8	1	13
TOTAL	16	51	16	83

Fonte: IBGE (2010).

Ao analisar o quadro acima, constata-se que a maioria das cidades tombadas como conjuntos urbanos são de porte médio, ou seja, têm entre 20 mil e 500 mil habitantes, e estão concentradas principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste. A única cidade na região Norte de pequeno porte é Alcântara, no Maranhão, com 21.667 habitantes. Entre as mais populosas tem-se, na região Sul, a Enseada do Brito em Florianópolis, com 477.798 habitantes, tombada provisoriamente em 2016.

Entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, a única no sul do Brasil tombada como centro urbano é a cidade de Porto Alegre, com 1.481.019 habitantes. A menor cidade de grande porte é Cuiabá, no Mato Grosso, com 585.367 habitantes. Entre as maiores está Brasília, no Distrito Federal, com 2.977.216 habitantes, e o Rio de Janeiro, com 6.498.837.

Pelo critério político-administrativo do IBGE as cidades pequenas estão concentradas principalmente nas regiões Nordeste e Sul. Entre as menores está Santa Tereza, no Rio Grande do Sul, com 1.780 habitantes. A maior é Antonina, no Pará, com 19.418 habitantes (IBGE, 2010).

Assim, identificaram-se nove cidades que são consideradas pequenas segundo critérios do IBGE (até 20 mil habitantes) e que foram tombadas a partir de

1988, ano da Constituição federal. São elas: Igatu (Andaraí/BA), São Félix (BA), Vila Serra do Navio (AP), Corumbá de Goiás (GO), Antonina (PR), General Câmara/RS (Vila de Santo Amaro do Sul), Santa Tereza (RS), Antônio Prado (RS) e São Luiz do Paraitinga (SP). Essas cidades são representativas das cinco regiões brasileiras.

Imagem 1 - Mapa com as cidades pequenas tombadas após a Constituição de 1988.



Fonte: Google Earth (2017).

Dessas cidades, quatro estão localizadas na região Sul, o que reflete a política do IPHAN de valorização da pluralidade cultural, resultado das sucessivas colonizações de diferentes etnias que, desde o século XVII, vão ocupar o sul do Brasil. A maioria das cidades foi tombada a partir dos anos 2000.

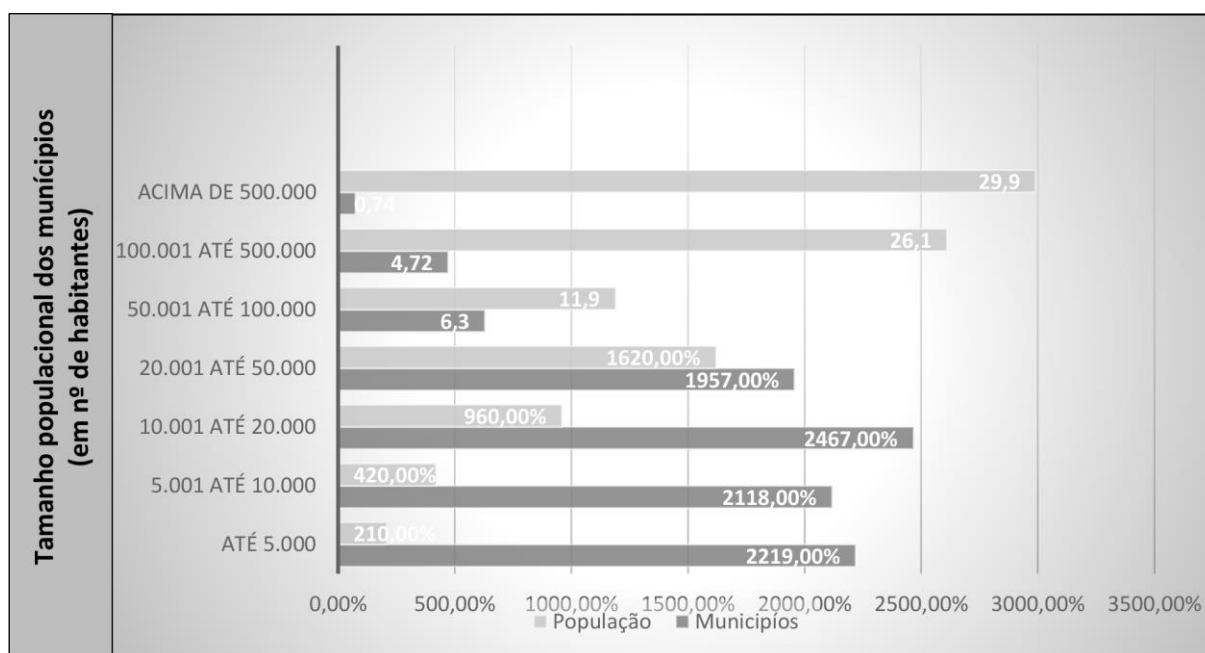
Quadro 5 - Ano de tombamento pelo IPHAN e habitantes do município

Região brasileira	Cidades/ conjuntos urbanos tombados IPHAN	Ano tombamento	Habitantes
Nordeste	Igatu (Andaraí/BA)	2000	13.737
Nordeste	São Félix (BA)	2010	15.310
Norte	Vila Serra do Navio (AP)	2010	5.111
Centro-Oeste	Corumbá de Goiás (GO)	2000	11.086
Sul	Antonina (PR)	2012	19.420
Sul	Vila de Santo Amaro do Sul (General Câmara/RS)	1998	8.663
Sul	Santa Tereza (RS)	2012	1.780
Sul	Antônio Prado (RS)	1990	13.306
Sudeste	São Luiz do Paraitinga (SP)	2012	10.740

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IPHAN (IBGE, 2017).

Ao compararmos os dados do porte populacional dos municípios brasileiros, entendemos, conforme gráfico a seguir, a importância de o tema desta tese se voltar para o contexto das cidades pequenas, pois quase 70% das cidades brasileiras possuem menos de 20 mil habitantes.

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios por classe populacional



Fonte: IBGE (2010).

O Gráfico 1 demonstra a complexidade de aplicar os parâmetros de porte populacional do IBGE. As diferenças dentro das cidades pequenas, médias e grandes são díspares e não respondem às questões de hierarquia e redes urbanas. Se aplicado o critério de localização, da tipologia elaborada pelo IBGE em 2007 denominada *Regiões de influência das cidades*, que possui como função a gestão do território, percebe-se que o nível hierárquico foi estabelecido inicialmente por uma classificação dos centros e, a seguir, delimitadas suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços, como saúde, Internet, conexões de transporte, atividade financeira, ensino superior. A partir do levantamento das ligações entre as cidades, delinearam-se as áreas de influência e a articulação das redes no território (IBGE, 2007).

Ao aplicar o critério de localização ao conjunto de cidades pequenas, observa-se que todas as cidades são classificadas como centro local que compreende no total a maior parte das cidades brasileiras. Assim, 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes) (IBGE, 2007).

Partindo desses parâmetros, identifica-se uma problemática interessante: será que todos os conjuntos urbanos em cidades pequenas tombados pelo IPHAN podem ser considerados cidades? O conceito de cidade no Brasil é de caráter político-administrativo, pois, de acordo com a Constituição de 1988, todas as sedes de município são consideradas urbanas. Ao analisar os 92 conjuntos históricos tombados pelo IPHAN, observa-se que a grande maioria deles são cidades médias com dados populacionais que variam de 21.667, como é o caso de Alcântara (MA) até 477.798 habitantes, que é o caso de Florianópolis. Essas discrepâncias refletem a diversidade do território brasileiro e os limites da metodologia do IBGE em relação às dinâmicas das cidades. Essas questões já foram apontadas por Marcelo Lopes de Souza:

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo.

A partir dos dados populacionais, sem dúvida esses aglomerados estariam na posição inferior dentro da hierarquia urbana. (2003, p. 30-31)

No âmbito do planejamento urbano, é relevante a discussão sobre o papel das pequenas cidades, uma vez que os trabalhos de pesquisa têm centrado seus estudos nas grandes metrópoles. O mesmo se aplica às pesquisas na área de preservação, mais voltadas aos grandes centros urbanos e tombamentos mais antigos. Será que o referencial teórico e metodológico dos estudos envolvendo as grandes cidades que possuem patrimônio tombado pelo IPHAN se aplica ao contexto das pequenas cidades?

Ao analisar as cidades a partir dos anos de tombamento (Quadro 6), conclui-se que, em menos de 30 anos, tombou-se um maior número de conjuntos urbanos em cidades pequenas do que no período de 1938-1987, antes da Constituição de 1988. O mesmo aplica-se às cidades médias e grandes.

Quadro 6 - Porte populacional e período de tombamento

	Pequenas	Médias	Grandes	Total
1938-1987	7	25	4	35
1988-2016	9	26	12	47
TOTAL	16	51	16	83

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IPHAN (IBGE, 2017).

Dentre as nove cidades pequenas tombadas depois de 1988, uma primeira observação a ser feita diz respeito à data de tombamento, pois apenas Antônio Prado e Vila de Santo Amaro do Sul são anteriores a 2000, o que demonstra um alargamento nas propostas de tombamento do órgão federal.

No entanto, para fins de análise desta tese, precisa-se primeiramente definir se as nove cidades com menos de 20 mil habitantes, classificadas segundo o IBGE como cidades pequenas, podem ser consideradas “cidades” em vista da grande diversidade do quadro urbano brasileiro. Pode-se afirmar que as nove cidades que tiveram seus núcleos urbanos tombados como patrimônio histórico nacional possuem a dinâmica própria de uma cidade enquanto local da vida urbana?

Quadro 7 - Comparativo da população rural e urbana

Regiões brasileiras	Cidades/ conjuntos urbanos tombados IPHAN	População urbana	População rural
Nordeste	Igatu (Andaraí/BA)	7.773	6.187
Nordeste	São Félix (BA)	9.265	4.833
Norte	Vila Serra do Navio (AP)	2.575	1.805
Centro-Oeste	Corumbá de Goiás (GO)	6.416	3.945
Sul	Antonina (PR)	16.063	2.828
Sul	General Câmara/ RS (Vila de Santo Amaro do Sul)	4.966	3.481
Sul	Santa Tereza (RS)	627	1.093
Sul	Antônio Prado (RS)	9.235	3.598
Sudeste	São Luis do Paraitinga (SP)	6.180	4.217

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE (IBGE, 2010).

A análise dos dados censitários demonstra que nove cidades possuem a maioria da população residente na zona urbana, e não no rural. A exceção é Santa Tereza, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul e que possui a maior parte de sua população no meio rural, sendo também da agropecuária a composição do valor adicionado bruto principal. Em Corumbá de Goiás e General Câmara, a maior parte da população reside no ambiente urbano, e vem da agropecuária a composição do valor adicionado bruto mais significativo. Um maior índice de residentes na zona urbana não significa que a população não participa das atividades agropecuárias, pois, segundo Maia (2009), “esse fenômeno, denominado comumente de urbanização revela o fluxo migratório campo-cidade, ou êxodo rural impulsionado tanto pela estagnação como pela modernização de áreas agrícolas”. O contrário também ocorre, em que membros de famílias residentes na zona rural trabalham na cidade ou em que parte trabalha na propriedade rural e parte na cidade, fenômeno esse denominado pluriatividade, o qual combina atividades agrícolas e não agrícolas (SCHNEIDER, 2005). O que os dados de Corumbá e General Câmara revelam é que esse fenômeno da pluriatividade pode estar atrelado ao fato de que boa parte dos trabalhadores do campo moram na cidade, como bem constatou Santos (1979).

Para Santos (1979), a definição do caráter urbano desses pequenos municípios pelo contingente populacional não é suficiente, pois existem muitas discrepâncias entre esses espaços, e “aceitar um número mínimo, como o fizeram

diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, 1979, p. 69-70). No entanto, os critérios do IBGE para cidades pequenas levam em consideração a contagem populacional, e por esses critérios nove cidades foram tombadas como centros urbanos desde 1988. As cidades locais, denominação de Santos (1979), “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência” e que “deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço”.

Essas cidades locais apresentam um número mínimo de população, mas também revelam “um crescimento autossustentado e um domínio territorial”, respondendo às “necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71). O fenômeno da cidade local relaciona-se com “às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção” (p.72).

Faz-se necessário então verificar se as cidades pequenas tombadas pelo IPHAN estão localizadas em regiões que se modernizaram ou que apresentam transformações espaciais em função dos avanços tecnológicos. Para isso, serão analisados alguns indicadores que poderão melhor representar essa realidade. Uma vez que os dados demográficos não comprovam a realidade dos núcleos urbanos pesquisados, recorre-se aos dados quantitativos do IBGE apresentados na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014 (IBGE, 2014), com indicadores de estabelecimentos culturais, de lazer e meios de comunicação para analisar a dinâmica urbana dessas cidades, conforme mostram os Quadros 8 e 9. O objetivo não é traçar um perfil de rede urbana, mas refletir sobre a dinâmica urbana para então, no capítulo seguinte, analisar as políticas de patrimônio cultural dessas pequenas cidades.

Quadro 8 - Equipamentos culturais

	Igatu	São Félix	Vila Serra do Navio	Corumbá de Goiás	Antonina	Vila de Santo Amaro (General Câmara)	Santa Tereza	Antônio Prado	São Luis do Paraitinga
Biblioteca pública	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Museus	1	-	-	-	-	-	-	1	1
Teatros ou salas de espetáculos	1	1	-	1	2	-	-	-	-
Cinemas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clubes e associações recreativas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Estádios ou ginásios poliesportivos	2	2	Sim	1	Não	1	Não	2	2
Unidade de Ensino Superior	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Galeria de arte	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Livrarias	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Loja de CDs	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Shopping center	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE (2014). Obs.: A quantidade de equipamentos culturais está relacionada ao número de estabelecimentos mantidos pela administração municipal.

Quadro 9 - Meios de comunicação

	Igatu	São Félix	Vila Serra do Navio	Corumbá de Goiás	Antonina	Vila de Santo Amaro (General Câmara)	Santa Tereza	Antônio Prado	São Luis do Paraitinga
Estação de rádio AM	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Estação de rádio FM	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Rádio comunitária	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Geradora de TV	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Provedor de internet	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Jornal impresso local	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: IBGE (2014).

Analisando os dados dos Quadros 8 e 9, verifica-se uma certa correspondência entre o baixo contingente populacional e a pouca dinâmica urbana. Os quadros demonstram que a cidade de Antonina, a que possui o maior contingente populacional das cidades pesquisadas (quase 20 mil habitantes), tem

unidade de Ensino Superior, livraria e é a única com dois teatros ou sala de espetáculos. As cidades de Igatu, São Félix, Corumbá de Goiás, São Luis do Paraitinga e Antônio Prado, também entre as com maior índice populacional, apresentam espaços culturais urbanos, como bibliotecas, museus, clubes e associações recreativas, estádios ou ginásios poliesportivos ou galeria de arte. Antonina, Antônio Prado e São Luis do Paraitinga são as únicas que apresentam estação de rádio AM e FM, rádio comunitária, provedor de internet e jornal impresso local. Todas essas localidades com mais de 10 mil habitantes possuem equipamentos e meios de comunicação que demonstram a existência de uma vida cultural urbana. Nenhuma dessas cidades possui cinema e *shopping center*.

Todas as cidades pesquisadas possuem bibliotecas públicas, o que reforça um aspecto da vida intelectual, mas nem sempre coincide com uma maior escolaridade da maioria de seus habitantes. Segundo dados do Atlas Brasil do IDHM Educação (2010), somente Antônio Prado (0,671), Santa Tereza (0,637) e Serra do Navio (0,692) estão acima da média nacional (0,637).

Entre as cidades com menor contingente populacional (abaixo de 10 mil habitantes), destaca-se Serra do Navio, que possui uma unidade de Ensino Superior. Santa Tereza, no Rio Grande do Sul, com apenas 1.780 habitantes é a única em que a maioria da população reside no ambiente rural. Entre os equipamentos e meios de comunicação, possui apenas biblioteca, clube ou associação recreativa e provedor de internet, o que reforça a pouca vida cultural urbana nessa localidade. Da mesma forma, a segunda menor cidade, General Câmara, também no Rio Grande do Sul, é a única das 9 cidades pesquisadas que não possui clubes e associações recreativas. Porém, possui livraria e rádio comunitária, e praticamente metade da sua população reside no ambiente rural. A escassez da vida cultural urbana soma-se à baixa dinâmica comercial. Dos seis veículos de comunicação apresentados no Quadro 9, General Câmara e Santa Tereza possuem apenas um deles: respectivamente, rádio comunitária e provedor de internet. Nessas localidades, há maior presença de atividade agrícola ou pecuária. Portanto, não caberia aqui a denominação cidade local (SANTOS, 1999) para essas cidades, pois não possuem sequer a capacidade de suprir sua população com a oferta de serviços e produtos de consumo básicos. Apesar de serem intituladas cidades por critérios administrativos, General Câmara e Santa

Tereza poderiam ser denominadas “pseudocidades” ou “cidades de subsistência”, pois apresentam pouco ou quase nada de uma vida urbana e dependem inteiramente de um só tipo de atividade produtiva, em geral atividades primárias, sem interdependência funcional entre as atividades.

As cidades pequenas podem também ser denominadas cidades religiosas, balneárias, universitárias ou, se ficam em área de influência industrial, cidades-dormitório. Em todos os casos, não possuem essa complexidade mínima advinda da divisão social do trabalho (SANTOS, 1979, p. 70-71). Como então denominar a diversidade de realidades das cidades pequenas? Beatriz Soares e Nágela Aparecida de Melo expõem as contribuições de diversos autores sobre os estudos das cidades pequenas e concluem:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial. (SOARES e MELO, 2009, p. 36)

Assim, adota-se nesta tese a nomenclatura *cidade pequena* para as localidades a serem pesquisadas, reconhecendo a diversidade de realidades e a forte imbricação de uma vida rural na vida urbana nesses contextos. Tal imbricação não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades econômicas, mas principalmente do conhecimento dos

[...] costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades. Constatase que nessas localidades a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora, pela televisão, pelo vídeo-game, pelo telefone, pelo celular, pelos ônibus ou pelos visitantes. (MAIA, 2009, s/p)

Para Maia, elementos como luz elétrica, televisão, utensílios de plástico, bem como a cultura de massa expressa nos modos de vestir, na música e na dança atravessam as cidades e chegam também ao campo, uma vez que a “vida urbana chega ao campo, e também às localidades pequenas de pouca expressão urbana, todos esses espaços integram a sociedade do consumo”. (MAIA, 2009, s/p). Nessa mesma direção, segundo Bacelar, o que deve estar em debate “não é se um determinado agrupamento de casas, edifícios, ruas e avenidas é ou não é cidade, mas sim se este local é urbano, ou melhor, se este local está inserido no modo de

vida urbano”. Bacelar cita como exemplos o “acesso a serviços, à mídia, ao consumismo inerentes a sociedades urbanas”, ou seja, se estão inseridas “nos padrões da globalização mundial e do modo de vida urbano que se apresenta no planeta Terra a partir da década de 1950 e, mais fortemente, a partir da década final do século XX” (2009, s/p).

Partindo desses pressupostos, entende-se que as cidades pequenas, que juntas somam quase 70% das cidades brasileiras, inserem-se num processo global de produção, constituindo-se em “semicolônias das metrópoles e das megalópoles” e, ao mesmo tempo, apresentando “particularidades e singularidades bastante diversas desse movimento dominante e homogeneizador” (MAIA, 2009, s/p). Sugere-se uma aproximação maior com essas localidades para entender a intrincada teia social que se estabelece nessas realidades tão particulares que Maia (2009) denomina “cidades de tempos lentos”.

Ressalta-se ainda que o espaço urbano não é apenas resultado do processo de acumulação capitalista. Ele é resultado das relações sociais que se constroem no cotidiano dessas pequenas localidades na forma de códigos e símbolos que as tornam muito particulares no processo de construção social da realidade. A categoria de “lugar” abarca a dimensão subjetiva da relação entre os homens e o espaço. Os geógrafos que fazem parte dessa corrente preocupam-se em interpretar os códigos e significados dos lugares, desvendando as ideias e as ideologias dos indivíduos, pois esses vivem o lugar por meio de suas culturas que, por sua vez, influenciam suas experiências e ações, dando sentido a um “mundo de significado organizado” e reafirmando sua identidade (TUAN, 1983, p. 198).

Assim, a aproximação do objeto de estudo – no caso desta tese as políticas de preservação do patrimônio edificado – no “novo espírito científico” que Bachelard (1996) propõe não se dá por aproximações empiristas sobre os objetos (baseadas nos sentidos e no senso comum), mas sim pelo referencial teórico. Isso significa que o método científico não é direto, mas sim mediado pela razão. Na busca da superação do empirismo pelo racionalismo, o vetor epistemológico, segundo Bachelard (1996), segue o percurso do “racional para o real”, o que é contrário à epistemologia até então predominante na história das ciências. Os estudos até então realizados em grandes metrópoles brasileiras apresentam uma forte presença do capital mundializado gerando processos de espetacularização e de gentrificação dos

centros históricos. Como constatado, mesmo com uma grande diversidade de realidades nas cidades pequenas, observa-se que a vida urbana adentra cada vez mais a vida rural e que se faz necessário entender tamanhas disparidades compreendendo de forma mais aprofundada esses contextos.

Enfim, é interessante ressaltar que tais cidades pequenas não podem ser desconsideradas cidades por não se apresentarem tão dinâmicas quanto as médias ou grandes cidades. Pelo contrário, mesmo não dinâmicas ainda são redutos da acumulação capitalista. Em menor escala é bem verdade. Estas não deixam de ser interessantes do ponto de vista do capital em uma esfera de circulação e também de acumulação. Tal análise é extremamente interessante visto que ao se estudar determinado local este é parte do todo. Com isso a pequena cidade conforma os dilemas do urbano e desse modo expressão do capital. Estas cidades ensejam determinações do capital e assim interessam ao processo de acumulação geral capitalista. O que não quer dizer que tais cidades interessam a todos os agentes do capitalismo moderno, mas a alguns segmentos deste processo. Sendo assim, são iguais, porém diferentes, pois se estruturam a partir de lógicas globais do capital, mas apresentam singularidades que são esmagadas pelo processo de coisificação e pasteurização dos dilemas urbanos. (BACELAR, 2009, p. 9)

As cidades pequenas receberam o reconhecimento de que seus bens culturais podem possuir relevância nacional. Portanto, sofrem ação diretamente do órgão pioneiro e referência em políticas de preservação no Brasil, o IPHAN. No entanto, a construção de uma agenda de políticas públicas para preservação e o sucesso na sua implantação passam pelo fortalecimento da participação da população local.

As questões envolvendo o patrimônio cultural são múltiplas, e cada uma delas delimita um problema e aponta determinadas perspectivas e dimensões, e isso tem implicações na construção de políticas públicas e na definição de estratégias de intervenção no âmbito local. Nesta tese, vamos analisar três estratégias de desenvolvimento local em contexto urbano a partir de categorias e subcategorias³⁵. A ideia básica consiste em sustentar que as categorias e os elementos identificados no referencial teórico são fundamentais no desenho de estratégias efetivas de preservação do patrimônio cultural, em especial o edificado. Além dessas questões teóricas, vamos analisar as dificuldades e os desafios na implantação de tais estratégias. Não se trata, portanto, de uma avaliação da efetividade e/ou eficácia das experiências dessas cidades, mas de analisar experiências concretas

³⁵ As categorias e subcategorias serão explicadas no Subcapítulo 5.1 desta tese e encontram-se resumidas no Quadro 16.

desenvolvidas no âmbito municipal no contexto latino-americano a partir do quadro teórico estabelecido.

Considerando que o capital social estimula e promove, além dos recursos materiais, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o desenvolvimento; que uma iniciativa governamental ou institucional pode estimular o sentimento de confiança e de participação cívica, gerando ou aumentando o capital social; que o IPHAN sempre desempenhou um papel de referência para os órgãos de preservação e para os técnicos; que os municípios alcançaram maior autonomia para tratar das questões de preservação com a Constituição de 1988, este capítulo propõe-se a testar a hipótese de que uma iniciativa governamental de preservação do patrimônio cultural cria e/ou estimula o capital social no âmbito local, gerando desenvolvimento. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que existem ligações qualitativas entre o capital social e o desenvolvimento e que o desenvolvimento é resultado de políticas públicas de preservação, que promovem a coesão dos grupos, colaboram com a reconstrução da identidade coletiva e fomentam o capital social.

E o que são as políticas públicas? Para Heidemann (2009), políticas públicas são “decisões e ações de governo e de outros atores sociais” (p. 30), incluindo entre esses atores as forças de mercado. A política pública engloba dois elementos-chaves: a ação e a intenção. Para o autor, pode haver uma política sem intenção formal, porém não haverá uma política positiva sem ações que materializem a intenção. Dito em outras palavras, não há política pública sem ação.

Para tanto, a seguir parte-se da tabulação dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento da Cultura (IBGE, 2014), que permitiu a atualização dos dados coletados em 2006 e agregou insumos importantes no acompanhamento da estrutura da política e no maior detalhamento de informações específicas relacionadas à cultura nacional. Esse suplemento possibilitou à autora desta tese o mapeamento da estrutura pública da política de cultura nos nove municípios que possuem centros urbanos tombados pelo IPHAN após a Constituição de 1988, identificando aspectos como a estrutura e organização das prefeituras para tratar do tema. Assim, foram tabulados os seguintes itens: órgão gestor da cultura; infraestrutura do órgão gestor; recursos humanos do órgão gestor da cultura;

políticas culturais; legislação municipal; instâncias participativas; e a existência de Fundo Municipal de Cultura, conforme Quadro 10 a seguir.

Quadro 10 - Estrutura pública da política de cultura

continua

		Igatu	São Félix	Vila Serra do Navio	Corumbá de Goiás	Antonina	Vila de Santo Amaro	Santa Tereza	Antônio Prado	São Luis do Paraitinga
Órgão gestor da cultura próprio ³⁶		Não	Não	Não	Não	Não	Não ³⁷	Não	Não	Não ³⁸
Infraestrutura do órgão gestor	Computador com internet	2	6 a 10	2	2	+ 10	0	2	3 a 10	2
	O município utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de cultura	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Recursos humanos do órgão gestor da cultura	Titular do órgão gestor	Pós Pedagogia Feminino 38 anos	Pós Letras Masculino 33 anos	- Feminino 55 anos	Graduação Ciências Naturais Masculino 44 anos	Ensino Médio Masculino 49 anos	-	Pós Neurociências Feminino 54 anos	Pós Doutorado Linguística Feminino 48 anos	Graduação História Masculino 30 anos
	Composição do quadro de pessoal	4	9	6	344	23	-	1	4	7
		1 fundamental 3 superior	4 fundamental 4 médio 1 pós	5 médio 1 superior		7 fundamental 16 médio		1 pós	1 médio 3 superior	1 fundamental 5 médio 1 superior
	3 estatutários 1 comissão	8 estatutários 1 sem vínculo permanente	4 estatutários 2 comissão		12 estatutários 3 comissão 8 estagiários		1 estatutário	3 estatutários 1 comissionado	3 celetistas 2 comissionados 2 estagiários	

³⁶ Órgão da cultura vinculado a outras secretarias municipais.

³⁷ Não possui estrutura na área da cultura.

³⁸ Órgão vinculado à chefia de Executivo.

continuação

		Igatu	São Félix	Vila Serra do Navio	Corumbá de Goiás	Antonina	Vila de Santo Amaro	Santa Tereza	Antônio Prado	São Luis do Paraitinga
	Capacitação	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Políticas culturais	Política municipal de cultura	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Consórcio intermunicipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não Parceria entidade privada	Não
	Plano municipal de cultura	Não	Não	Existe sem lei	Não	Em elaboração	Não	Não	Em elaboração	Não
	Programa ou ação desenvolvido pela gestão municipal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Grupos artísticos existentes no município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Principais atividades artesanais desenvolvidas no município	Bordado Culinária típica Pedras	Bordado Culinária típica Renda	Bordado Frutas e sementes Madeira	Barro Madeira Tecelagem	Couro Culinária típica Outros	Bordado Material reciclável	Culinária típica Madeira Fios e fibras	Bordado Fibras vegetais Tapeçaria	Culinária típica Fibras vegetais Madeira
	Ponto de cultura	Sim 1 parceria gestão municipal	Sim 1 parceria gestão municipal	Não	Não	Não	Não	Sim 1 parceria gestão municipal	Não	Sim 5 parcerias gestão municipal

continuação

		Igatu	São Félix	Vila Serra do Navio	Corumbá de Goiás	Antonina	Vila de Santo Amaro	Santa Tereza	Antônio Prado	São Luis do Paraitinga
Legislação municipal	Legislação específica que garanta a concessão de meia-entrada ou entrada franca	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Legislação de proteção ao patrimônio cultural	Não	Sim 2009	Não	Sim 2003	Não	Sim 2010	Não	Sim 2009	Sim 2011
Instâncias participativas	Conselho municipal de cultura	Sim 2008	Sim 2008	Sim 2005	Sim 1999	Não	Sim 2007	Não	Sim 2013	Não
	Conselho municipal de preservação do patrimônio	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim 1983	Sim 2011
	Conferência municipal de cultura	Sim 2011	Já realizou, mas não tem lei	Já realizou, mas não tem lei	Já realizou, mas não tem lei	Já realizou, mas não tem lei	Já realizou, mas não tem lei	Não	Já realizou, mas não tem lei	Não
Fundo Municipal de Cultura		Não	Não	Não	Não	Não	Sim 2007	Não	Sim 2014	Não

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE (IBGE, 2014).

Observa-se que oito das nove cidades não possuem secretaria de cultura, tendo sua estrutura ligada ao órgão da prefeitura municipal ou à chefia do Executivo, como São Luis do Paraitinga. A única cidade que não possui estrutura administrativa na área da cultura é General Câmara, que possui tombado o centro urbano de Vila de Santo Amaro.

Também se observa uma equivalência entre o número de habitantes e a infraestrutura do órgão gestor: quanto menor a população, menor o número de computadores com internet e a composição do quadro de pessoal. Um exemplo é a cidade de Antonina com 19.418 habitantes, a maior entre as 10 cidades pequenas tombadas pelo IPHAN após 1988. Ela possui mais de 10 computadores e 23 pessoas trabalhando na cultura. No entanto, não possui sistema informatizado para gerenciar a política de cultura. Já São Félix, a segunda com maior número de habitantes, possui sistema informatizado. A menor cidade, Santa Tereza, com apenas 1.780 habitantes, possui dois computadores e uma pessoa trabalhando na área da cultura, além do sistema informatizado. Curiosamente, Corumbá de Goiás, com 11.024 habitantes, possui apenas dois computadores e 344 pessoas no seu quadro de pessoal do órgão gestor da cultura. Dentre os municípios analisados, São Félix e Santa Tereza são os únicos que possuem sistema informatizado para gerenciar a política de cultura incluindo a gestão do patrimônio cultural. Em relação a cursos de capacitação para servidores e gestores públicos da cultura, observa-se que a gestão municipal focou principalmente em elaboração e gestão de projetos e na área da gestão cultural nas cidades de São Félix, Antonina, São Luis do Paraitinga e Andaraí (Igatu). Antônio Prado investiu no tema elaboração e gestão de projetos, capacitação tecnológica e administrativa e leis de incentivo. Todas as cidades acima realizaram algum curso dos temas citados nos últimos 12 meses.

Em relação à política municipal de cultura, apenas Andaraí (Igatu), São Félix, Corumbá de Goiás, Santa Tereza e Antônio Prado a possuem, mas nenhuma dessas cidades possui um plano municipal de cultura. Desses municípios, Santa Tereza não possui instância participativa na forma de conselho municipal de cultura. Apenas Antônio Prado e São Luis do Paraitinga possuem conselho municipal de preservação do patrimônio.

Como o objetivo geral desta tese é analisar os efeitos da ação de políticas públicas na preservação do patrimônio para o processo de desenvolvimento nas

pequenas cidades, selecionaram-se as cidades de São Félix, Corumbá de Goiás e Antônio Prado como casos a serem estudados. Essas cidades foram escolhidas por terem implantado uma política municipal de cultura com a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural como principal objetivo e por possuírem lei municipal de proteção ao patrimônio cultural e instâncias participativas, como conselho municipal de cultura. Dentre essas, Antônio Prado tem também conselho municipal de preservação do patrimônio e Fundo Municipal de Cultura, além de ter um escritório técnico do IPHAN e de ter recebido recursos do Monumenta. São Félix também recebeu recursos do Monumenta, mas de forma mais pontual para revitalização da orla, associada ao conjunto arquitetônico e paisagístico do município vizinho de Cachoeira, também patrimônio nacional.

Para tanto, a investigação iniciou com a tabulação das bases de dados quantitativos do IBGE (IBGE, 2014). O Suplemento de Cultura (2014) possibilitou o mapeamento da estrutura pública da política de cultura nos nove municípios que possuem centros urbanos tombados pelo IPHAN após a Constituição de 1988, identificando aspectos como a estrutura e organização das prefeituras municipais para tratar do tema. Nesta tese, foram pesquisados os seguintes itens: órgão gestor da cultura; infraestrutura do órgão gestor; recursos humanos do órgão gestor da cultura; políticas culturais; legislação municipal; instâncias participativas; e existência de Fundo Municipal de Cultura. A partir desses dados, selecionaram-se, dentre as nove cidades pequenas tombadas como conjuntos urbanos após a Constituição de 1988, as cidades de Antônio Prado (RS), Corumbá de Goiás (GO) e São Félix (BA), por serem as que possuem, segundo o IBGE (IBGE, 2014), legislação de proteção ao patrimônio cultural e conselho municipal de cultura e/ou conselho municipal de preservação do patrimônio (instâncias participativas).

Imagem 2 - Mapa das cidades a serem estudadas.



Fonte: Google Earth (2017).

Para o alcance do objetivo desta tese, que é analisar a relação entre capital social, desenvolvimento e os efeitos da ação do Estado na preservação do patrimônio edificado no âmbito local, o método do estudo de caso oferece uma ferramenta que permita um amplo e detalhado conhecimento sobre o tema, visando a construir a análise dentro do contexto da realidade no qual ocorre e criando a possibilidade de explorar uma ampla variedade de evidências – documentos, arquivos, entrevistas e aplicação de questionários. A realidade não se sustenta cientificamente, mas depende de uma interpretação composta entre a teoria e a prática social (BACHELARD, 1996).

Segundo Yin, um estudo de caso é:

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real [...]. A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se

em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. (2001, p. 32-33)

Para Yin (2001), existem estudos de casos únicos e casos múltiplos. O segundo tipo é aconselhado pelo autor por possibilitar conclusões analíticas mais contundentes, o que se adequa melhor aos propósitos desta tese, buscando a não generalização dos resultados, mas sim a compreensão e interpretação mais profundas dos fatos e fenômenos relacionados às políticas de preservação do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, o estudo de caso tem um aspecto diferenciador que “reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2001, p. 27).

Partindo da constatação de Evans (1996) de que, se uma comunidade não possui capital social, o Estado pode promover redes de engajamento cívico entre cidadãos, será que o quadro de baixo capital social pode ser alterado com a participação do Estado? Como isso se reflete ou é influenciado pelas políticas de preservação do patrimônio cultural? O critério de seleção são as cidades que possuem política municipal de cultura: legislação de proteção ao patrimônio cultural e instâncias participativas, como conselho municipal de cultura e/ou conselho municipal de preservação do patrimônio.

Sabe-se que as informações quantitativas não falam por si e que outras fontes são necessárias para compreender os dados disponíveis. Assim, também se realizará uma pesquisa documental das políticas públicas implementadas, elegendo os programas que se relacionam com o tema do patrimônio cultural. A pesquisa documental possibilita ampliar o entendimento das políticas de preservação de forma a proporcionar uma contextualização histórica e sociocultural. Assim:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295)

O uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos,

comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). Dissertações e teses que abordam os estudos de caso também foram selecionadas para compor um quadro histórico das cidades. Partindo de um conceito mais amplo de documento, será foco neste capítulo não somente textos escritos e/ou impressos, mas filmes, vídeos, fotografias ou pôsteres servindo como fontes de informações, indicações e esclarecimentos para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras (FIGUEIREDO, 2007). Este é o momento de localizar documentos que não receberam tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação. As chamadas fontes primárias são dados originais a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados. Cellard (2008) afirma ser “bem difícil compreender os interesses de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem” (p. 300). Por isso, se faz necessário compreender quem escreveu o texto, seus interesses e motivos, bem como se fala em nome de um grupo. É preciso “ler nas entrelinhas” de forma a avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação dos fatos, o posicionamento de quem escreve e as deturpações que puderam ocorrer.

Como o espaço urbano não é apenas resultado do processo de acumulação capitalista, mas também das relações sociais que se constroem no cotidiano dessas pequenas localidades, os subcapítulos a seguir apresentam uma retrospectiva histórico das cidades de Antônio Prado, Corumbá de Goiás e São Félix, de forma a compreender a dinâmica local, os códigos e os símbolos que as tornam muito particulares no processo de construção social da realidade.

4.2. Antônio Prado: a cultura da imigração italiana no Brasil

[...] Penteou os cabelos em bandós, para os brincos ficarem bem à vista, e colocou o colar de pérolas e o bracelete de ouro. Não dava muito valor a esses luxos, mas o Ângelo achava que não deviam parecer miseráveis. Afinal de contas, tinham construído uma das melhores casas de Caxias. Toda de pedra e tijolo, com dois andares, portão de ferro trabalhado, enfeites em cima da porta e das janelas. Ela mesma gostava de parar na frente, do outro lado da rua, para ficar admirando. E era a sua casa, que todos olhavam com inveja. (POZENATO, 1993)

Antônio Prado é o “primeiro núcleo do Brasil em que o tombamento é dedicado às imigrações e não ao tradicional acervo cultural luso-brasileiro”³⁹, ou seja, o reconhecimento das casas de madeira como patrimônio histórico nacional insere na agenda das políticas públicas uma minoria étnica: os imigrantes italianos do sul do Brasil. Mas o que possuem de especial as 48 edificações⁴⁰ inscritas no Livro Tombo em 1990? Como nos versos acima, do livro *O Quatrilho*⁴¹, a casa é um símbolo de distinção social, demonstrando que o imigrante italiano conseguiu vencer com muito trabalho (FILIPPON, 2007). Portanto, substituir a casa velha pela nova demonstrava que a família prosperou:

As construções de madeira existentes em Antônio Prado formam o conjunto mais homogêneo de todo o acervo arquitetônico legado pela imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e constituem, igualmente, testemunho inequívoco de identidade social e cultural. (SOUZA, 1985)⁴²

As construções utilizaram madeira da araucária abundante na região, pedras e tijolos artesanais. Em relação à arquitetura da imigração italiana, tem as seguintes características: emprego do trabalho humano livre, valorizando o trabalho braçal e os artesãos ou práticos; diversidade de soluções técnicas; linguagem arquitetônica própria com alguma relação com a arquitetura rural do norte italiano do ponto de vista construtivo (mas não transposição), além de inovações, principalmente na organização dos espaços, e uso abundante da madeira; uso de materiais existentes no entorno, como madeira, pedra e barro do próprio meio (POSENATO, 1983, p. 71-75).

³⁹ PORTO, Juarez. *SPHAN tomba cidade de imigrantes*. Jornal do Brasil. 1º Caderno. 07/set/1987.

⁴⁰ São elas: O Casarão de Madeira na Rua Gustavo Sampaio n.º 34, ou Casa de Dona Neni, e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, constituído de 47 imóveis. Nesse caso, são no total 48 bens tombados individualmente em duas certidões de tombamento diferentes. A casa, de propriedade de Hélio Schiochet, foi demolida em 1988, conforme Comunicado Interno n.º 763 de julho de 1988, segundo o qual “o conjunto em apreço hoje é composto de 47 imóveis e não mais 48, conforme constava na proposta inicial de tombamento”. Também a Casa Grazziotin, ou da Dona Corona, foi demolida pela então administração municipal antes que se procedesse ao tombamento.

⁴¹ Vários proprietários atuaram como figurantes durante as gravações do filme, premiado no Brasil e indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1996.

⁴² SOUZA, Alcídio Mafra de. Parecer do Processo n.º 1.145-T-85. Processo de Tombamento da Casa da Neni.

Foto 2 - Forte presença das araucárias no centro da cidade.



Fonte: A autora em 26 de junho de 2017.

A prática da utilização da madeira evidencia a capacidade de adaptação do imigrante ao novo meio, aos materiais existentes e às formas construtivas, demonstrando criatividade e capacidade de aperfeiçoamento no manejo da madeira também expressa nas edificações mistas que, segundo Bertussi, “foi a mais frequente” (BERTUSSI, 1987, p. 130). O resultado expressa-se na riqueza dos detalhes, a exemplo dos lambrequins⁴³, que demonstram o aprendizado e o domínio de uma técnica nova para o imigrante, que teve sua expressão maior nos aglomerados urbanos, ou seja, nas sedes das colônias (BERTUSSI, 1987, p. 131).

Foto 3 – Antônio Prado. Casa da Neni, tombada em 1983.

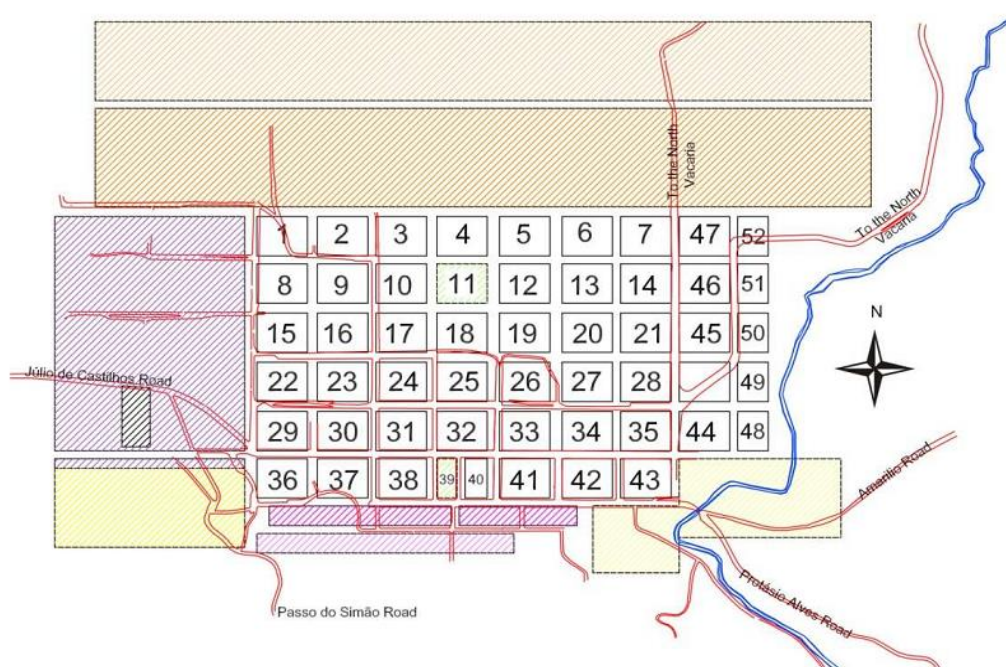


Fonte: A autora em 25 de março de 2017.

⁴³ Os lambrequins, também chamados de sianinhas, são enfeites recortados em madeira rendilhada usados como arremate nas extremidades dos beirados dos chalés que entraram em voga no Brasil a partir do final do século XIX (MASCARELLO, 1982, p. 52).

Fundada em 14 de maio de 1886, Antônio Prado foi colonizada pelos imigrantes italianos vindos da região do Vêneto e está inserida na Região de Colonização Italiana (RCI) ⁴⁴. A Estrada Júlio de Castilhos, construída em 1902, passava pelo centro da cidade e passou a ser um importante entreposto comercial, ligando diversos municípios da região, do estado e de outros estados⁴⁵. Pequenas indústrias, casas comerciais, hotéis e restaurantes foram instalados para atender à crescente demanda econômica local em função da Rota das Tropas.

Figura 1 - Principais vias de acesso a Antônio Prado em 1896. Em vermelho, estrutura viária.



Fonte: Piccoli (2011, p. 60).

⁴⁴ “A RCI compreende a encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul e foi colonizada por imigrantes italianos a partir de 1875. Para Manfrói (1975), com o fracasso da política colonizadora exercida pelo Governo Provincial no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial retoma o processo de colonização e promove o povoamento das colônias Conde D’Eu e Dona Isabel, fundadas em 1869 pelo Governo Provincial. Em 1875, o Governo Imperial funda uma nova colônia, chamada Fundos de Nova Palmira, rebatizada, em 1877, como Colônia Caxias. Em 1877, foi fundada a colônia de Silveira Martins, formando então os quatro principais centros da colonização italiana. A expansão dessa colonização efetuou-se na periferia das antigas colônias, tomando direções cada vez mais distantes, sendo que a primeira etapa foi marcada pela fundação das colônias de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antônio Prado e Guaporé. Thales de Azevedo (1975) refere-se aos municípios que nasceram e se formaram com os italianos e seus descendentes: Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata, Encantado e Guaporé.” (MOCELLIN, Maria Clara. Trajetórias em rede: representações de italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul. Campinas, SP: [s.n.], 2008, Tese de doutorado, p. 37-38).

⁴⁵ A Estrada Júlio de Castilhos converteu-se em Rua da Paz e, atualmente, denomina-se Avenida Valdomiro Bocchese, rua onde está localizada grande parte das edificações tombadas em 1990 como patrimônio histórico nacional.

Figura 2 - Antônio Prado em 1899. A faixa marcada à esquerda indica a estrada Protásio Alves e, na direita, é a estrada Júlio de Castilhos.



Fonte: Piccoli (2011, p. 61).

Figura 3 - Vista panorâmica de Antônio Prado na década de 1930.



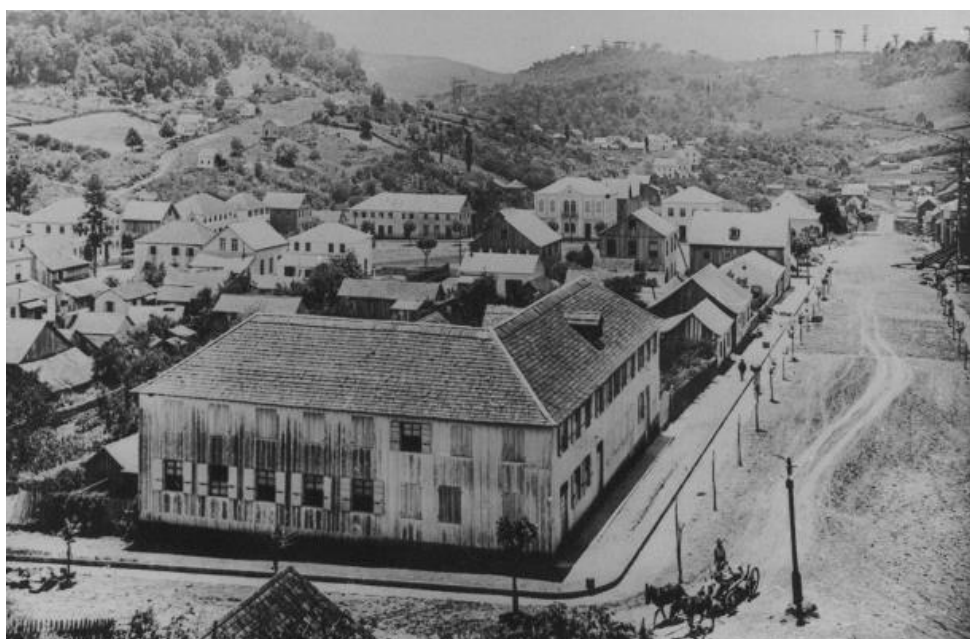
Fonte: Rene Hass (*apud* PICCOLI, 2011, p. 65).

O eixo formado pelas estradas Protásio Alves e Passo do Simão chamava-se Rua Coronel Flores, denominada atualmente Avenida dos Imigrantes:

[...] nessa rua foram instaladas a primeira igreja e a casa paroquial, a escola das Irmãs de São José e o barracão dos imigrantes, enquanto que ao longo da Rua da Paz, instalaram-se as casas de pasto, as oficinas, lojas, hotéis e tudo o que mais fosse necessário para atender a demanda dos viajantes. Seguindo por ela em direção ao nordeste chegava-se ao entroncamento com as Ruas Independência e Sete de Setembro, esta última era o principal caminho que levava, e ainda leva, a Ipê, Vacaria, Lages até o centro do país. Nesse eixo, um pouco deslocado do núcleo, desenvolveu-se um micro pólo industrial, comercial e de serviços conhecido por Bairro dos Golin, onde funcionava um moinho, uma fábrica de cerveja e até um gerador de energia elétrica. (PICCOLI, 2011)

A Rota das Tropas durou até fins da década de 40 do século XX com o comércio de gado e muares vindos do Rio Grande do Sul, passando por Antônio Prado até Sorocaba, em São Paulo⁴⁶. Esse intenso fluxo comercial e de negócios, por ser passagem obrigatória para todos que seguiam viagem para o centro do país, tornou a cidade de Antônio Prado a segunda em importância da RCI (DOTTI, 2004, p. 42-44).

Figura 4 - Fotografia do centro de Antônio Prado em 1925.



Fonte: Fernando Roveda (*apud*, PICCOLI, 2011).

⁴⁶ O tropeirismo foi substituído com a entrada da carreta e do caminhão. (LETTI, Nério. Tropeirismo em Antônio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST, 2008).

Mas a pujança econômica, que resultou numa arquitetura vernacular fruto da adaptação do imigrante a esse novo contexto no Brasil, vai permanecer intacta durante muito tempo devido à estagnação econômica. A ponte para travessia do Rio das Antas na divisa entre Flores da Cunha e Antônio Prado foi construída em um distrito de Caxias do Sul em 1907. A ponte de ferro só se tornou realidade em 1968, o que conferiu à localidade um certo isolamento,

A manutenção dessa cultura foi espontânea e, nos primeiros decênios, caracterizou-se pela preservação dos hábitos, valores e instituições da província natal: na estrutura orgânica dos vilarejos, na atividade essencialmente agrícola, nas limitações de opções de lazer, na religiosidade e nos falares dialetais. Essa situação foi possível em função do relativo isolamento a que se viram confinados; pela morfologia do solo, que lhes assegurou continuidade de uma atividade essencialmente agrícola; pela vida social organizada ao redor da capela; e pelo comércio de troca, no início praticado entre os grupos ao redor das próprias capelas. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de integração foi lento e gradual, modificando alguns aspectos culturais, enquanto outros se mantiveram. (RIBEIRO *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 100)

Na década de 1930, o novo traçado da BR-116, responsável pela ligação do estado com o resto do país, deixou Antônio Prado à margem. A falta da rodovia federal e a não construção da ponte, aliados a outros fatores, levaram o comércio à decadência. Os estabelecimentos comerciais, os pequenos hotéis e a indústria local fecharam as portas. Como consequência da falta de oportunidades, muitas famílias deixaram a cidade, migrando para os centros mais próximos, como Caxias do Sul⁴⁷. Por outro lado, esse isolamento permitiu a preservação do maior e mais bem conservado acervo em madeira da imigração italiana no Brasil.

Em 1983, iniciam os estudos da SPHAN, em parceria com diversas secretarias do estado, como o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e, no caso da RCI, o Projeto ECIRS da UCS, com o objetivo de inventariar os núcleos de imigração alemã e italiana. Em 1985, é tombada a Casa da Neni por solicitação dos proprietários da maior empresa de Antônio Prado, o grupo Valdomiro Bocchese Cunha, sendo inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. O parecer do conselheiro relator ressalta o valor do conjunto construído em madeira na cidade e o coloca

⁴⁷ O estudo de Lewgoy, apontou para o “retorno do recalçado”, mito construído ao longo da história do município e que deixou visível as relações inter-étnicas, alusivas ao embate entre técnicos do IPHAN e moradores, a hostilidade contra os técnicos parece estar ligada a uma cadeia de tensões históricas com o Estado, com o governo brasileiro; e intra-étnicas - com afirmações autodepreciativas, a partir do momento que a comunidade pradense se compara com outras cidades da região que têm origem étnica comum (LEWGOY, 1992, p. 291-293 *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 42).

como o “mais integro conjunto da arquitetura urbana representativo da imigração italiana no sul do país”⁴⁸. A Ata dessa reunião de tombamento ainda registra que outra edificação constante do mesmo processo havia sido demolida pela Prefeitura Municipal e sugere a adoção, sem mais tardança, de medidas que preservem o “tradicional conjunto urbano de Antônio Prado [...] testemunho inequívoco de identidade social e cultural” (BUCHEBUAN, 2010, p. 127).

O movimento de intelectuais e empresários ganhou força neste momento. Segundo Buchebuan, em 1986, ano do centenário da fundação da colônia de Antônio Prado, ocorrem várias ações comemorativas, dentre elas a restauração do prédio da Prefeitura Municipal, a inauguração do Monumento ao Imigrante e a realização do Seminário Nacional de Arquitetura Popular Brasileira, que produziu o documento intitulado *Carta de Antônio Prado*, a ser entregue à Comissão Nacional Constituinte, prefeituras, órgãos públicos e imprensa.

Segundo a coordenadora do ECIRS, profa. Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, o seminário foi realizado para sensibilizar a comunidade e também a SPHAN, sendo que a discussão girou em torno do aspecto mais importante do tombamento: o político. A pretensão era que a SPHAN, depois de cinquenta anos de trabalho, começasse a privilegiar manifestações culturais de minorias: “entendíamos que os critérios do tombamento deveriam ser mudados”. Além disso, o documento recomendava que “a nova constituição brasileira incluísse no seu estatuto a noção de que a propriedade privada, além de seu interesse social *lato sensu*, contém, não raro, valores culturais que devem ser por imperativo ético, transmitidos às gerações que se sucedem”. (BUCHEBUAN, 2010, p. 128)

No ano de 1987, antes do tombamento provisório, são publicadas no jornal, pela SPHAN, histórias em quadrinhos do cartunista lotti⁴⁹ com a figura do Nono, uma ação de educação patrimonial voltada à valorização da cultura material e imaterial expressa no dialeto local, o *Talian*.

⁴⁸ SOUZA, Alcídio Mafra de. Parecer do Processo n.º 1.145-T-85.

⁴⁹ Carlos Henrique lotti, mais conhecido como *lotti*, é um jornalista e cartunista brasileiro, conhecido como o criador do personagem Radicci, um popular colono italiano. Este personagem, juntamente com a mulher Genoveva, o filho Guilhermino, o pai Anacleto alcançaram grande repercussão em rádios, revistas, televisão e na Copa do Mundo. Em 1997 lotti ganhou o HQ Mix, importante prêmio de quadrinhos brasileiro.

Figura 5 - Histórias em quadrinhos.



Fonte: *Jornal Panorama Pradense*, jun/1987 (BUCHEBUAN, 2010, p. 129).






O IPHAN juntamente com os pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul deram início ao processo de tombamento, o que levou à proteção do “maior e melhor preservado conjunto arquitetônico e paisagístico representativo das primeiras décadas de vida dos imigrantes italianos no Brasil”⁵⁰.





Em 1987, por meio de um edital, foi realizado o tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, por iniciativa da SPHAN. No ano seguinte, foi decretado o tombamento definitivo. Foi instalado em 1989 na cidade um escritório técnico com a finalidade de dar assessoria aos proprietários de imóveis tombados para qualquer reforma ou construção. A inscrição do tombamento no Livro do Tombo

⁵⁰ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. Parecer do Processo n.º 1.248-T-87/SPHAN.)









Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico só aconteceu em 1990.



Imagem 3 - Bens tombados em Antônio Prado (2009).

	Foto casa tombada	Nome		Endereço do bem tombado
		Atual	Antigo	
01		Casa Ivone Martha Rotta e Nídia Rotta <i>Construção: 1930/ 1931</i>	Casa Rotta Filho, Carlos	Av. Valdomiro Bocchese, 214
02		Casa Maria Dalla Zen <i>Construção: 1900/ 1910</i>	Casa Guerra, Antônio	Av. Valdomiro Bocchese, 218
03		Casa Rotta <i>Construção: 1914</i>	Casa Fedumenti, Attilio	Av. Valdomiro Bocchese, 228
04		Casa Guilherme Carra <i>Construção: 1930/ 1931</i>	Casa Pastore, Carlo	Av. Valdomiro Bocchese, 284
05		Casa Carissimi <i>Construção: 1914</i>	Casa Giovanni Sasset	Av. Valdomiro Bocchese, 285
06		Casa Palombini <i>Construção: 1930/ 1931</i>	Casa Calvino Palombini	Av. Valdomiro Bocchese, 321
07		Sociedade Pradense de Mútuo Socorro <i>Construção: 1911/ 1912</i>	Società del Mutuo Soccorso Vitorio Emanuelle III°	Av. Valdomiro Bocchese, 357

08		Casa Dalla Zen (Casa Anunciata) <i>Construção: 1930</i>	Casa Deluchi, Giuseppe	Av. Valdomiro Bocchese, 373
09		Casa Palombini/ Farmácia Palombini <i>Construção: 1930</i>	Casa Palombini, Vicente – Farmácia	Av. Valdomiro Bocchese, 439
09A		Casa do Farmacêutico	Casa do Farmacêutico	Rua Dr. Oswaldo Hampe, 176
10		Casa COIMCA (Casa Dante Cesa) <i>Construção: 1917</i>	Casa Dalla Zen, Napoleão	Av. Valdomiro Bocchese, 476
11		Casa Dante Cesa <i>Construção: 1920</i>	Casa Tergolina, Rizzieri	Av. Valdomiro Bocchese, 496
12		Hospital Hampe <i>Construção: 1900/ 1905</i>	Casa Dotti, José	Av. Valdomiro Bocchese, 497
13		Casa Ampessan <i>Construção: 1914</i>	Casa Sgarbi, Luiz	Av. Valdomiro Bocchese, 500
14		Casa Schiochet <i>Construção: 1900</i>	Casa Tergolina, Giovanni (João) – Hotel dos Viajantes	Av. Valdomiro Bocchese, 524
15		Bazar Chini <i>Construção: 1890/ 1909</i>	Casa Letti, José	Av. Valdomiro Bocchese, 531

16		Casa Dotti <i>Construção: 1925</i>	Casa Valmórbida, Mário Arlindo	Av. Valdomiro Bocchese, 540
17		Casa Bocchese Simm <i>Construção: 1914/1920</i>	Casa Grazziotin, João	Av. Valdomiro Bocchese, 553
18		Casa Zanotto <i>Construção: 1934/1936</i>	Casa Rotta, Gregório Bar e Esporte	Av. Valdomiro Bocchese, 554
19		Casa Reli Nardello <i>Construção: 1921</i>	Casa Zaccani, Manuel	Av. Valdomiro Bocchese, 568
20		Açougue Modelo <i>Construção: 1938/1940</i>	Açougue Modelo Comércio Rotta, Gregório	Av. Valdomiro Bocchese, 574
21		Casa Bento Bernardi <i>Construção: 1930</i>	Casa Grazziotin, Francisco	Av. Valdomiro Bocchese, 587
22		Casa Grazziotin <i>Construção: 1910/1920</i>	Casa Grazziotin, Pietro Antônio Giuseppe	Av. Valdomiro Bocchese, 912
23		Casa Citton <i>Construção: 1925</i>	Casa Ranzolin, Pedro	Av. Valdomiro Bocchese, 646
24		Casa Ghinzelli <i>Construção: 1941</i>	Casa Da Poian, Luiggi	Av. Valdomiro Bocchese, 698

25		Casa Sila Dotti <i>Construção: 1915/ 1920</i>	Casa Baggio, Giovani (João)	Av. Valdomiro Bocchese, 710
26		Casa Ainzara <i>Construção: 1931</i>	Casa Calliari, Pietro	Av. Valdomiro Bocchese, 718
27		<i>Construção: 1927</i>	Casa Andognini, Hilário	Av. Valdomiro Bocchese, 755
28		Casa Clori Zulian <i>Construção: 1910</i>	Casa Marcon, Ludowico	Av. Valdomiro Bocchese, 1072
29		Casa Bocchese/ Moinho <i>Construção: 1919/ 1920</i>	Casa Meyer, Alberto	Av. dos Imigrantes, 137
30		Casa Grezzana <i>Construção: 1906/ 1915</i>	Casa Grezzana, Giácomo	Av. dos Imigrantes, 163
31		Igreja <i>Construção: 1981/ 1897</i>	Igreja	Av. dos Imigrantes, 190
31A		Campanário <i>Construção: 1981/ 1897</i>	Campanário	Av. dos Imigrantes, 189
32		Casa Grazziotin/ Celso Grazziotin <i>Construção: final séc. XIX e início séc. XX</i>	Casa Bravatti, Amadeu	Av. dos Imigrantes, 235

33		Casa de Pedra <i>Construção: 1899/ 1900</i>	Galpão de Pedra	Av. dos Imigrantes, s/n°
34		Casa do Pinheiro <i>Construção: década de 1940</i>	Casa Barison, Reinaldo	Av. dos Imigrantes, 320
35		Casa Grazziotin <i>Construção: 1° piso: 1899/1900 2° piso: 1927</i>	Casa Miller, Inocêncio de Matos – Grazziotin, Domingos	Rua Francisco Marcantônio, 05
35A		Casa Grazziotin <i>Construção: 1938</i>	Sede do Banco Pelotense	Rua Francisco Marcantônio, 13
36		Casa Marcon <i>Construção: 1896/ 1900</i>	Casa Letti, Stefano	Rua Francisco Marcantônio, 25
37		Casa Faccioli, Vitório/ Prefeitura <i>Construção: 1896/ 1900</i>	Casa Faccioli, Vitório – Intendência e Prefeitura	Rua Francisco Marcantônio, 57
38A		Casa Marcantônio, Camilo <i>Construção: 1900/ 1905</i>	Casa Marcantônio, Camilo – Escritório Técnico IPHAN	Rua Francisco Marcantônio, 77
38B		Casa Marcantônio, Camilo <i>Construção: 1900/ 1905</i>	Casa Marcantônio, Camilo – (meio)	Rua Francisco Marcantônio, 91
38C		Casa Marcantônio, Camilo <i>Construção: 1900/ 1905</i>	Casa Marcantônio, Camilo – (esquina)	Rua Francisco Marcantônio, 97

39		Casa da Neni <i>Construção: 1910</i>	Casa Bocchese, Antônio/ Casa da Neni	Rua Luiza Bocchese, 34
40		Casa Bonni e Baggio <i>Construção: 1920</i>	Casa Grazziotin, Pelegrino	Rua Luiza Bocchese, 38
41		Casa Edi Pegoraro	Casa Marcantônio/ Grazziotin	Rua Luiza Bocchese, 54
42		Casa Zilba Grazziotin <i>Construção: 1896</i>	Casa Mengatto, Antônio	Rua Luiza Bocchese, 68
43		Casa Letti <i>Construção: 1919/1920</i>	Casa Zanella, Luciano	Rua Luiza Bocchese, 80
44		Casa Terezinha Bocchese <i>Construção: 1938</i>	Casa Grazziotin, Selene Zanella	Travessa Irmão Irineu, 07
45		Casa Mânica <i>Construção: 1917</i>	Casa Paim Sobrinho, Laurindo – Vila Olívia	Rua Cesira Barrueco, 321
46		Casa Marques <i>Construção: 1929</i>	Casa Grazziotin, José	Rua Adylles Ampessan, 54

Fonte: Escritório técnico IPHAN em Antônio Prado.

Além do tombamento do centro histórico, também foi declarada área de preservação permanente o seu entorno, pela riqueza de seu patrimônio natural como forma de proteção de sua ambiência.

Foto 4 - Paisagem marcada pela presença dos morros e das araucárias.

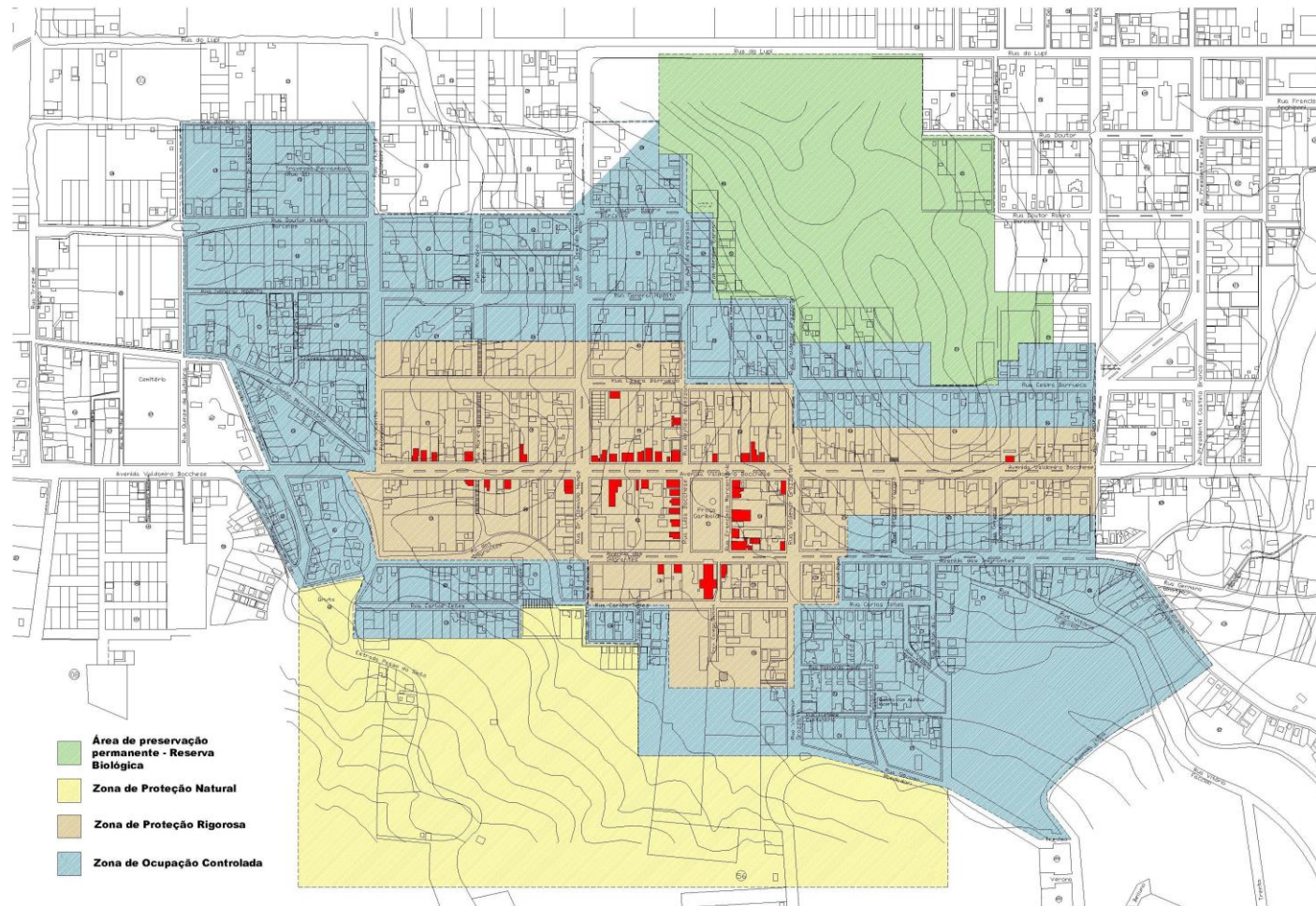


Fonte: A autora em 27 de março de 2017.

O documento que até hoje orienta as intervenções nos bens tombados e em seu entorno data de 1996, e nele constam os critérios para o disciplinamento do entorno dos bens tombados no interior do perímetro urbano da cidade. Conforme o a Figura 6, foi traçado uma poligonal que define a área de interesse para o disciplinamento das edificações e a divide em distintas zonas em função das diferentes necessidades.

O disciplinamento em questão compreende regras a serem atendidas pelas novas edificações levando em consideração a manutenção da visibilidade e ambiência dos bens tombados, o incentivo à preservação da cobertura vegetal existente e o seu incremento. (ANTÔNIO PRADO, 1996)

Figura 6 - Diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados de Antônio Prado, 1996.



Fonte: Escritório técnico do IPHAN em Antônio Prado.

Emblemática foi a reação dos proprietários. De um lado da trincheira, estavam os defensores ‘arejados’ da preservação do patrimônio histórico e, de outro, os ‘arcaicos, atrasados e estreitos’ moradores de Antônio Prado⁵¹. Buchebuan (2010), em sua dissertação de mestrado, aponta questões da política regional e da geografia geradoras de representações peculiares que vão repercutir nos discursos a favor e contra o tombamento:

Muitos proprietários, no entanto, sentiram-se lesados com o tombamento e resolveram unir-se em torno de uma associação que defendesse seus direitos. Flavio Citton lidera o movimento de 25 proprietários de imóveis, junto à Associação Pradense de Proteção dos Direitos dos Proprietários de Imóveis, fundada em dezembro de 1987. Ele explica que a associação não é contra o tombamento: ‘Somos contra a maneira que foi colocado o tombamento, como uma imposição.’ Eles defendem o direito dos proprietários que, como no seu caso, desejariam construir novas casas, mais confortáveis e seguras. ‘Não vale a pena investir nestas casas’, lamenta-se Citton. (FERREIRA, 1990 *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 44)

Para Buchebuan, o patrimônio histórico das chamadas “velhas casas” representava, na sociedade local, justamente a estagnação, o isolamento geográfico e a falta de progresso e de modernização por uma série de manipulações da política regional. A casa, na região, principalmente a casa na área urbana, era tida como um dos símbolos de distinção e, devido à impossibilidade de sua substituição, o ideário coletivo antevê o congelamento da cidade, numa imagem que eles não gostariam de memorizar, relacionada à de cidade antiga (2010, p. 162).

Na nossa região, não há respeito pelo que é antigo. Primeiro porque o antigo ainda se reveste do estigma das funções primárias de uma sociedade rural e, segundo, porque a produção industrial não é vista como um estigma, em sociedades desenvolvidas. Possuir uma casa antiga, um objeto antigo, não confere *status* na nossa região. Pelo contrário, é uma negação do êxito, do sucesso. (RIBEIRO, 2005, p. 117 *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 107)

Ao longo dos anos, o IPHAN empreendeu uma série de ações educativas visando a reverter a resistência em relação ao tombamento. Além do escritório técnico desde 1989, foi realizada a exposição de uma maquete de Antônio Prado no Paço Imperial no Rio de Janeiro, elaborado um folheto com receitas da culinária pradense e organizadas oficinas de educação patrimonial conduzidas pelas museólogas Maria de Lourdes Horta e Evelina Grunberg, da Fundação Nacional

⁵¹ Jornal Zero Hora. 42ª reunião anual do SBPC – num país pobre, até preservação fica complicada. 12 jun. 1990. Citação baseada no depoimento do antropólogo Bernardo Lewgoy (*apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 25).

Pró-Memória. Esse foi um projeto pioneiro no Brasil de ações educativas em escolas municipais (MEIRA, 2008, p. 315).

Figura 7 - Maquete do centro histórico de Antônio Prado.



Fonte: <http://pioneiro.rbsdirect.com.br/imagesrc/11753307.jpg?w=620>, maio 2017.

As manifestações culturais relacionadas à música e à dança, o dialeto falado diariamente pelos moradores, o *Talian*, e o artesanato fazem parte do dia a dia dos moradores locais e preservam os costumes e os antigos hábitos dos imigrantes, em um amplo processo de “aceitar e conferir valor ao que foi produzido pela cultura da pobreza e de conferir valor ao que é antigo” (BUCHEBUAN, 2010, p. 107).

4.3 Corumbá de Goiás: arquitetura luso-brasileira

Da cidade de outrora, só restava uma meia dúzia de casas velhas, sujas, arruinadas, tocaiando o tempo, na dobra da serra imensa. E na embriaguez do silêncio puruleno de ruínas; lembrava glórias mortas, tropel de bandeiras, lufalufa dos escravos minerando nos arredores auríferos.

(Bernardo Élis)

Essa pequena passagem retrata a vida e obra de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, ou apenas Bernardo Élis⁵². Nascido em 1915 em Corumbá de Goiás, é considerado um dos maiores nomes da literatura goiana. O autor do livro de

⁵² Bernardo é filho do poeta Érico José Curado e de Marieta Fleury Curado. Além de contista e poeta, ele exerceu os ofícios de advogado e professor.

contos *Ermos e Gerais* foi o primeiro e único goiano a entrar para a Academia Brasileira de Letras, sendo apontado pela crítica literária como um exemplo da chamada literatura regionalista. Para Paula (2014), a posição de Goiás como periferia e fronteira foi responsável pela criação de leituras negativas sobre o espaço e seus habitantes, e Bernardo Élis foi um dos responsáveis por inverter a lógica do discurso. O sertão estava agora sendo representado por um olhar interno de denúncia social. Buscando fugir do reducionismo e do determinismo social e geográfico, percebe-se que, em pleno sertão goiano nas décadas de 1920 e 1930, na pequena cidade de Corumbá de Goiás, existia um diálogo com o mundo, tendo como mediador o interesse literário do pai de Élis. A partir de Élis é que se passa a dialogar com a cidade de Corumbá de Goiás, um dos estudos de caso desta tese.

Ao lado da construção de Goiânia, da estrada de ferro, da construção de Brasília e da arquitetura moderna da nova capital de Goiás resistem no tempo pequenas cidades como Corumbá de Goiás, inserida na história econômica do Brasil colonial no século XVIII com a exploração do ouro. A passagem citada acima, de Bernardo Élis, também traz à tona a dicotomia entre o sertão e o litoral que marcou o pensamento dos então “centros coloniais”: de um lado, o sertão como terra do atraso, da decadência, e avesso ao progresso e, de outro lado, o litoral como sinônimo de desenvolvimento, do compasso com a modernidade. No século XX, mais precisamente em meados da década de 1930 com os projetos de integração nacional da Era Vargas (1930-1945), o sertão começa a se projetar como berço fundador da nação:

Em sua *Marcha para o oeste*, Cassiano Ricardo (1940) elaborou o mais explícito discurso geopolítico apresentado no pensamento social brasileiro. Transformado na base ideológica da ocupação do sertão na Era Vargas, a obra incitava os ‘bandeirantes do século XX’ a viabilizar economicamente o deserto e a superar o primitivismo da vida naquelas regiões consideradas vazias. (ALENCAR, 2000, p. 249)

Corumbá de Goiás está localizada em um ponto estratégico na passagem das rotas terrestres Goiás-Paracatu e Goiás-Bahia, e sua urbanização se consolidou ainda no século XVIII. A localidade resistiu à decadência da mineração e assumiu a função de entreposto comercial para o abastecimento da Província de Goiás. O território onde está localizada é um dos mais ricos do estado em hidrografia, cortado por inúmeros rios e córregos, entre eles o rio Corumbá.

Os bandeirantes que chegaram à região em 1726, na expedição de Bartholomeu Bueno da Silva (o Anhanguera filho), descobriram as minas de Meia Ponte (Pirenópolis), junto ao Rio das Almas. A partir de 1729, o crescente número de mineradores no Vale do Rio Vermelho fez com que Bueno apoiasse a organização de novas bandeiras em busca de minas em outros rios.

A capitania tinha a produção média anual de ouro, entre 1736 e 1741, de aproximadamente 3.800 kg. Os ecos do êxito econômico dos empresários da mineração estão presentes a cada página dos registros de batizados e óbitos da capela de Corumbá, confirmando os relatos dos memorialistas Hercílio Fleury e Sílvio Fleury. Ao se fazer a comparação desses dados com os de outros documentos da época, conclui-se que Corumbá foi um dos maiores produtores de ouro. Isso contribuiu decisivamente para o desmembramento da capitania de São Paulo e a criação da capitania de Goiás em 1748. (CURADO, 2015, p. 16)

A povoação de Corumbá de Goiás surgiu em 1731 como polo de mineração no rio Corumbá e ribeirão Bagagem. O povoado cresceu entre o rio e a capela, com habitantes de origem paulista e portuguesa que construíram suas moradias às margens do rio, vindos com as bandeiras em busca de pedras preciosas. Em 1734, com a inauguração da capela de Nossa Senhora da Penha de França, a povoação tornou-se o centro de toda a região do rio Corumbá, do qual se originou o topônimo que significa em tupi-guarani *banco de cascalho* ou, segundo Élis, é formado pelos vocábulos tupi *curu* e *mbeba* e significa *cascalho chato* ou *bateia*.

A notícia da descoberta de ouro no rio Corumbá trouxe para essa região muitos aventureiros em busca desse metal precioso. Os novos habitantes de Corumbá e alguns mineradores de Meia Ponte organizaram suas lavras de ouro nesse rio e em seus afluentes. Nessa época abriram garimpo desse metal num curso d'água da bacia do Tocantins denominado rio Verde e em alguns de seus afluentes. Durante o século 18 surgiram 127 garimpos de ouro em Corumbá e na sua região rural. Nesses locais predominou a mineração de cascalho, na sua modalidade mais simples que é a de veio de rio e na mais complexa chamada de tabuleiro. Houve apenas um caso de mineração de morro, na atual fazenda Vendinha, como detalha o memorialista Sílvio Fleury. (CURADO, 2015, p. 15)

O trabalho nas minas era feito por mão de obra escrava em condições bem precárias. Segundo Curado, para alimentar os mineradores, foram plantadas muitas roças e, em menor escala, iniciada a criação de gado bovino. Com a decadência da produção aurífera, a agricultura passa a ocupar um papel significativo na economia local, “evidenciado num relatório oficial feito em 1758, no qual Corumbá aparece

como um arraial de mineradores e lavradores” (2015, p. 16). Bernardo Élis narra a decadência da região em fins do século XVIII:

A região, rica a princípio, com o esgotamento das aluviões auríferas, a partir de 1770, ficou pobre. Houve uma decadência geral, com a maioria da população refluindo para o litoral, com as estradas desaparecendo, sem novas injeções quer de escravos, quer de elementos livres. Algumas povoações resistiram, como em Pirenópolis, Goiás, Corumbá, cujos habitantes entregaram-se à lavoura de subsistência e à criação de gado. Para isso foi preciso despovoar os campos dos indígenas bravios, confinando-os em aldeamentos, onde lhes era ministrado o ensinamento de métodos de trabalho e da religião católica. Sobretudo se lhes ensinava como extinguir-se. (RM-IE-UNICAMP *apud* PAULA, 2014, p. 30)

As precárias construções da época da exploração aurífera resultam de uma postura de não vínculo com a terra, pois o objetivo é enriquecer com o ouro e retornar para seu local de origem. Mas o trabalho agrícola e a criação de gado, realizados em fins do século XVIII pelos que resolveram se estabelecer na cidade, dão lugar a edificações com melhores materiais construtivos, como adobes, pau-a-pique, taipa de pilão, tijolos queimados, alvenaria de pedra para os alicerces, cobertura de telhas de barro, além de ruas mais largas e um local para culto religioso e convívio social.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, construída entre 1750 e 1880 com trabalho escravo e adornada com rico acervo formado por altares, forro, pratarias, imagens e quadros sacros, passou a desempenhar um importante papel na vida de uma cidade colônia, regrando a vida em sociedade. Possui estrutura em gaiola de madeira, espessas paredes em adobe e taipa de pilão e amplas portas e janelas em madeira. Foi edificada em local de destaque na paisagem da cidade, e “os largos, ruas e becos de Corumbá descritos pela tradição oral seguiam o percurso de estradas que levavam a outras localidades e todos convergiam para a Capela da Penha, que era por eles realçada” (CURADO, 2004, p. 233).

Foto 5 - Ruas que convergem para a igreja em Corumbá de Goiás.



Fonte: A autora em 27 de maio de 2017.

As edificações residenciais são resultado de antigas técnicas construtivas, com beirais ou com platibandas e que conferem à cidade um aspecto colonial com construções baixas assentadas sobre uma topografia acidentada, característica dos locais de mineração.

As moradias edificadas no século 18 foram erguidas no limite do terreno com a rua. Elas possuíam, na cobertura, telhas de barro que escorriam as águas rumo à fachada e ao terreiro. O forro, quando havia, era de taboca. As paredes feitas de adobe, barro e madeira trançada (pau-a-pique). O piso de madeira, tijolo, pedra e terra batida. As portas e janelas, sempre com o formato vertical, eram de madeira e as raras vidraças de mica. O corredor central dava acesso à sala de visitas e aos quartos, alguns deles sem janela. Os móveis eram de madeira e couro no assento. Usava-se, nos quartos, camas e redes de tecido para se deitar. No fundo da casa situava-se a varanda, utilizada como sala de jantar, com janelas para o terreiro. Esse pátio, destinado aos serviços domésticos, era cercado pela cozinha, senzalas e pelo quintal. Nesse último havia um pomar e que dava acesso ao curral. Ali eram criadas as vacas leiteiras para o sustento dos moradores da casa, costume esse que perdurou em Corumbá até o início do século. O curral, por sua vez, saía num beco ou num pasto. (CURADO, 2015, p. 18)

Foto 6 - Imagens das edificações residenciais em Corumbá de Goiás.



Fonte: A autora em 27 de maio de 2017.

Em 1840, pela Resolução Provincial n.º 5, de 5 de dezembro, Corumbá passou à categoria de paróquia, tendo como primeiro vigário o padre Manoel Inocêncio da Costa Campos. Pela Lei ou Resolução Provincial n.º 7, de 2 de julho de 1849, foi elevada à condição de Vila, com atribuições de município.⁵³

Em 1858 possuía, conforme o registro paroquial, 283 propriedades rurais. Os relatórios da câmara de vereadores mostram que os fazendeiros vendiam açúcar, farinha de trigo, fumo, café e toucinho, para a sede da província, a cidade de Goiás, e para outras localidades. Um estudo publicado no Almanaque Laemert (RJ) em 1884, mostra que havia 993 sedes de fazenda habitadas em Corumbá. Esse município exportava então 360 mil kg de açúcar, 200 mil kg de café e 1.200 cabeças de gado por ano, vendidas pelos boiadeiros em Minas Gerais e em São Paulo. Segundo Hercílio Fleury, nessa época, o café cultivado em Corumbá de Goiás, bem como o açúcar produzido nesse município, chegaram a alcançar o mercado de Cuiabá, em Mato Grosso. As plantações de algodão e a fabricação de tecidos, com o uso dessa planta pelos corumbaenses, foram economicamente significativas durante todo o período imperial. Um levantamento de 1873 registrou a existência de 1.090 tecelãs. Elas eram geralmente pobres [...]. (CURADO, 2015, p. 20-21)

⁵³ Todavia, em 1º de agosto de 1863, pela Resolução n.º 351, perdeu essa condição, voltando a pertencer a Meia Ponte (Pirenópolis), restaurada em 23 de junho de 1875, pela Lei n.º 529, efetivando-se a instalação por ato de 31 de janeiro de 1876.

A Vila de Corumbá recebeu foros de cidade pela Lei Estadual n.º 237, de 9 de julho de 1902, data que assinala sua autonomia político-administrativa, resultado do crescimento econômico, principalmente do setor primário. Para Curado, a produção agrícola foi praticada em Corumbá de Goiás desde os primórdios da colonização, o que favoreceu economicamente a localidade quando a mineração entrou em declínio (2004, p. 206). Durante a Primeira República, tornou-se o maior produtor goiano de café, exportado para a Europa. Além disso:

A exportação anual de gado em pé era de dois mil bois na década de 1900. Os cafezais que no primeiro decênio do século vinte produziam dez mil arrobas de grãos por ano, na década seguinte já forneciam quarenta mil arrobas anuais [...] O açúcar, que ficava em segundo lugar na lista dos principais produtos corumbaenses destinados ao mercado, alcançou igualmente, na década de 1920, sua maior produção local, que atingiu nessa época vinte toneladas anuais. (CURADO, 2015, p. 25)

A intensa atividade agrícola de Corumbá de Goiás refletia-se também na atividade comercial. Um exemplo foi a casa comercial A. Félix Curado⁵⁴, inaugurada em 1907 e que, na década de 1920, tornou-se a maior casa comercial da região e a primeira revendedora de veículos Ford em Goiás. Em 1925, constam oito lojas de secos e molhados, ferragens, tecidos e armarinhos, bem como 12 armazéns de secos e molhados e tavernas (CURADO, 2015, p. 27).

Com as crises mundiais decorrentes da 1ª Guerra Mundial, Corumbá entrou em um processo de estagnação econômica que, ao mesmo tempo, protegeu seu acervo arquitetônico e urbanístico ao poupá-la dos intensos processos de urbanização. Sobre o cotidiano da pequena cidade de Corumbá de Goiás⁵⁵ e seu atraso econômico, o poeta Bernardo Élis⁵⁶ narra suas percepções:

Aí, em Corumbá, a frente das casas dava para a igreja. Os fundos prosseguiram em fazendas de gado que lá se iam de sertão adentro... Quem chegasse, até cuidava que era povoado abandonado. As ruas desertas, o capim crescendo, as criações e os passarinhos de Deus Nosso Senhor. As

⁵⁴ Fundador da Corporação Musical 13 de Maio, elevou Corumbá de Goiás à categoria de cidade, fez o primeiro sistema de distribuição de água potável do estado, mandou edificar a ponte que foi utilizada como passagem para a construção de Brasília, foi responsável pela chegada do telégrafo na cidade, ligou Corumbá de Goiás às cidades vizinhas com a construção de rodovias (CURADO *apud* LIMA, 2012, p. 8). Segundo Lima (2012, p. 131), as famílias Fleury e/ou Curado são presença constante na história, na política, nas questões jurídicas, intelectuais e artísticas da cidade de Corumbá de Goiás.

⁵⁵ Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 8.305, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Corumbá de Goiás em virtude da existência de topônimo idêntico em Mato Grosso.

⁵⁶ Bernardo Élis (1915-1997) morou em Corumbá até 1951 e depois se mudou para Cidade de Goiás e Goiânia.

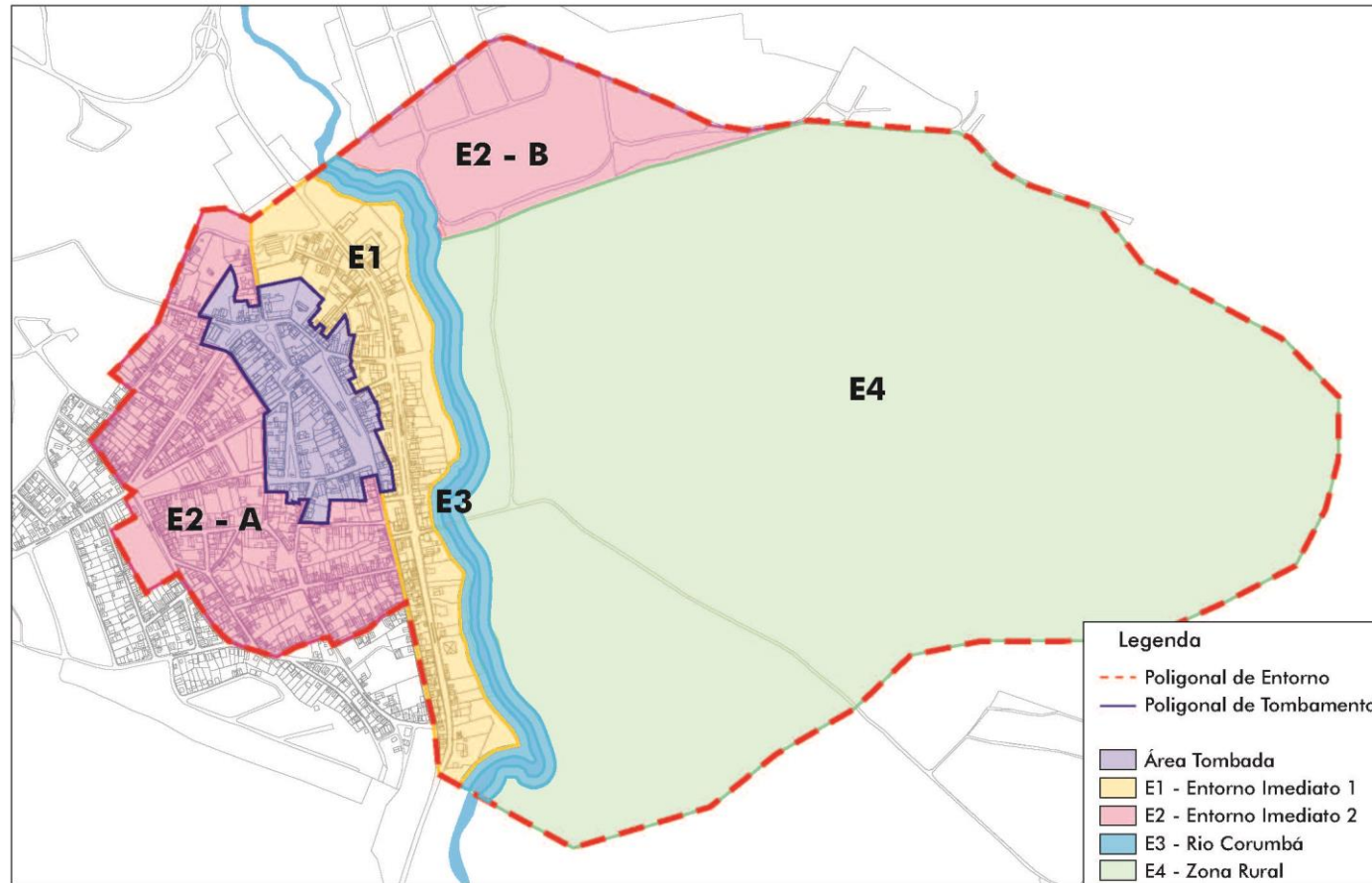
moradas de contínuo fechadas por via do vento forte que ali estava ventando de toada e por amor dos valentões. Melhor dizendo, valentão, que mais de um só havia enquanto esse um não derrotasse o rival. (ÉLIS, 1987, p.17 *apud* PAULA, 2014, p. 19)

A construção de Brasília vai impulsionar a economia local com a criação de uma fábrica de cimento da Votorantin no município de Corumbá de Goiás em 1958. No início do Regime Militar, devido à greve de seus funcionários, a fábrica fechou, sendo reaberta mais tarde com uma produção bem maior (CURADO, 2015, p. 37). Em decorrência desse fato, Corumbá teve um enorme crescimento em sua arrecadação. Praças foram construídas, novos bairros foram criados e, em 1969, foi feita uma ponte de concreto com recursos federais. Paralelo a todos esses investimentos urbanos, muitas de suas edificações vernaculares foram demolidas e, entre as décadas de 1960 e 1990, ocorreu “a destruição e descaracterização de mais de uma centena de casas coloniais, o mesmo ocorrendo com a igreja matriz, que foi modernizada principalmente no seu piso” (CURADO, 2015, p. 41).

Na década de 1980, Ramir Curado, historiador da cidade, começa um movimento para o tombamento de Corumbá de Goiás pelo patrimônio histórico, tanto na esfera municipal quanto na federal (CURADO, 2015, p. 79). Suas proposições ganham força com a Associação de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Corumbá de Goiás, que foi instituída em 1986 inicialmente como uma associação comunitária. Em 2003, o resultado dessa ação conjunta leva ao tombamento de 108 edificações como patrimônio histórico municipal e, em 2004, ao tombamento de 103 construções pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵⁷ (CURADO, 2015, p. 69).

⁵⁷ O Conjunto Arquitetônico de Corumbá de Goiás é constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e por bens edificados que a envolvem. Foi tombado pelo IPHAN por meio do Processo de Tombamento n.º 1269-T-88, tendo sido inscrito sob o n.º 143 às folhas 51 e 52 do Volume II do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 30/9/2008. O tombamento foi homologado na Portaria n.º 349 de 21-12-2004. Os critérios para a preservação e intervenções nesse conjunto arquitetônico foram regulamentados pela Portaria n.º 68, de 22/2/2013.

Figura 8 - Setores de preservação IPHAN em Corumbá de Goiás.



Fonte: Escritório técnico IPHAN Pirenópolis.

Segundo o IPHAN, a lista de bens que são patrimônio nacional em Corumbá de Goiás, moldurados pela área rural que circunda a cidade, refere-se a:

Monumentos e espaços públicos tombados: Sobrado da Prefeitura Municipal, Cine-Teatro Esmeralda, Praça da Matriz, Praça Antônio Félix Curado, Praça Waldemar Gomes Teles, Rua Comendador João José de Campos Curado, Rua das Flores, Rua Bernardo Élis, Av. Cônego Carlos Plangger, entre outros.

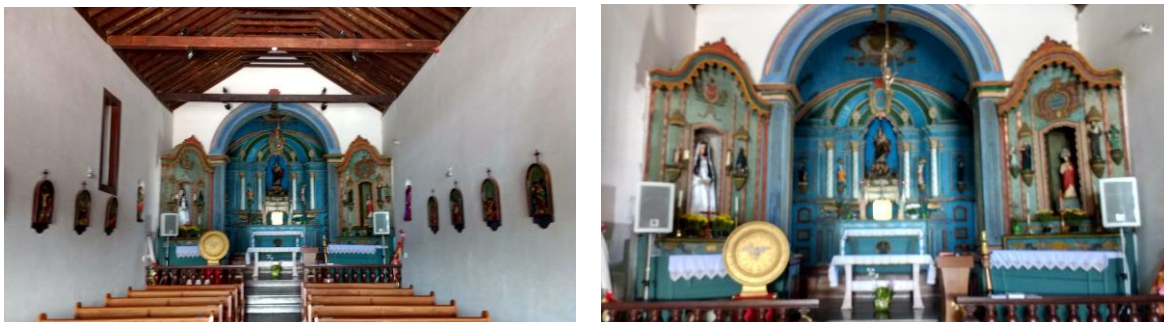
Foto 7 - Centro histórico de Corumbá de Goiás.



Fonte: A autora em 27 de maio de 2017.

Igreja Nossa Senhora da Penha de França: construída pelos escravos, entre 1731 e 1751, no local onde havia uma capela que abrigava a primeira imagem de Nossa Senhora da Penha, doada por Petronilha Leite. Na igreja, encontra-se entronizada outra imagem de Nossa Senhora da Penha de França, feita em um único bloco de madeira, em estilo barroco, esculpida em Portugal e doada à capela pelo português Antônio José de Campos em 1755. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, foram feitas ampliações e, apenas em 1879, a igreja ficou totalmente pronta. Sob o piso da igreja estão enterrados, entre outros, os bandeirantes paulistas Diogo Pires Moreira (fundador de Corumbá) e Bartolomeu Bueno da Silva (filho do sertanista homônimo que, em 1726, iniciou a colonização de Goiás) e o padre Manoel da Silva Maya (responsável pela construção inicial da igreja).

Foto 8 - Vistas internas da Igreja Nossa Senhora da Penha em Corumbá de Goiás.



Fonte: A autora em 27 de maio de 2017.

Acervo da Igreja Matriz: imagem de Nossa Senhora da Penha, imagem do Menino Jesus, banqueta de prata do altar-mor, crucifixo de marfim doado pelos jesuítas (todas as peças do século XVIII); lâmpada de prata do Santíssimo (1855); imagens do Senhor dos Passos (1888), do Sagrado Coração de Jesus (1898), de Nossa Senhora das Dores (1929) e do Senhor Morto (1930); quadros *Jesus Crucificado* e *Batismo de Jesus*, de autoria de Luiz Gáudie Fleury (da década de 1910); quadros *Sete Dores de Maria*, de *Nossa Senhora das Dores*, do *Arrependimento de São Pedro* e *Nossa Senhora do Rosário* (todos eles do século XIX); sino da torre do lado norte (1856); e o relógio dessa torre (1890).

Conforme estabelece a Portaria n.º 68, de 22 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre os critérios para a preservação e intervenções no conjunto arquitetônico constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e bens edificados que a envolvem, a configuração urbana do sítio tombado é caracterizada pelos seguintes elementos:

Art. 5º - I - Edificações de características vernaculares que guardam proporções e utilizam detalhes arquitetônicos e sistema construtivo característicos do século XVIII e início do século XIX, mesmo que datadas da primeira metade do século XX;

II - Com relação à arquitetura, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pela predominância de gabarito térreo, com edifícios implantados no alinhamento frontal dos lotes, com cobertura cerâmica tipo capa-e-canal em duas águas, com cumeeira paralela ou perpendicular à via, esquadrias em madeira com caixilho de vidro e venezianas internas;

III - Com relação à paisagem urbana, o SÍTIO TOMBADO caracteriza-se pelo arruamento estabelecido de forma a acompanhar as curvas de nível do terreno, paralelas ao Rio Corumbá e tendo como ponto central na paisagem a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França, pela presença de arborização urbana nas praças e nos quintais dos lotes, e predomínio de pavimentação em pedra ou blocos de concreto. (IPHAN, 2013)

Além da arquitetura vernacular protegida na forma de tombamento municipal e federal, Corumbá de Goiás possui um rico patrimônio de natureza imaterial relacionado a celebrações religiosas, música e literatura. A Festa do Divino Espírito Santo ocorre entre os meses de maio e junho e é uma antiga tradição que mistura elementos da cultura dos Açores e da África. Já a tradição das Cavalhadas, uma representação simbólica da luta entre cristão e mouros, com a derrota dos mouros e sua conversão ao cristianismo, teve suas últimas apresentações na Festa do Divino durante a década de 1950. As Cavalhadas só voltaram a ser realizadas na festa de Nossa Senhora da Penha de 1980, quando “receberam então sua configuração atual sob a orientação técnica de Edmir, um dos poucos cavaleiros remanescentes do período anterior a tomar parte nesse retorno, e que, singularmente, participou desse evento como cavaleiro durante 60 anos” (CURADO, 2015, p. 71).

Imagem 4 - Material de divulgação do governo de Goiás.



Fonte: Material publicitário do governo do estado.

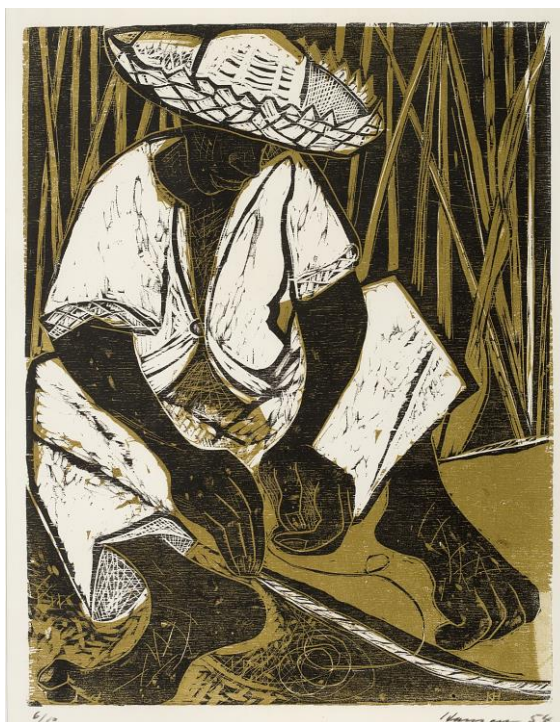
A mais antiga banda da cidade data do ano de 1890. Inaugurada no segundo aniversário da Lei Áurea, foi denominada *13 de maio*. Nessa banda, havia uma orquestra com instrumental e vozes que se apresentava no coro da matriz nas

principais solenidades religiosas. Em 13 de maio de 1922, inaugurou seu coreto na Praça da Matriz, e permanece em atividade até hoje, sendo a mais antiga do estado.

Na literatura, destaque para Bernardo Élis, contista, romancista e poeta. Primeiro goiano eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1975. Destacou-se no conto regionalista da corrente literária modernista e teve sua obra traduzida, encenada, premiada e transformada em filmes. Mostra com crueza a exploração econômica que recaía sobre o roceiro goiano num Brasil República rural e latifundiário. Reproduz a natureza do cerrado, a mentalidade conformista do sertanejo goiano, seus usos e costumes e o seu vocabulário caipira. José Veiga, outro literato de Corumbá de Goiás, possui obra premiada, numerosas edições e traduções para oito idiomas (CURADO, 2015, p. 65).

4.4 São Félix: a cidade de matriz africana

Imagem 5 - Tecendo a rede – 1954.



Fonte: Artista Hansen Bahia – Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

Ao contrário da descrição dos outros dois estudos de caso, esta seção inicia com uma xilogravura de Hansen Bahia. O artista gravador, escultor, pintor, ilustrador, poeta, escritor, cineasta e professor viveu em São Félix até sua morte em

1978. Na obra *Tecendo a rede*, mostrada acima, temos elementos que marcam a história cultural da cidade e que vão desencadear, em 2010, o seu reconhecimento como patrimônio natural na categoria Paisagem: a população de baixa renda que ainda hoje tira seu sustento do rio Paraguaçu que banha a cidade, a presença dos afrodescendentes, a mão de obra escrava, que durante muitos anos foi responsável pela produção de cana, e depois o fumo. Mas emblemáticos são os pés e as mãos representados de forma desproporcional e que retratam as condições precárias de vida desta população acostumada a uma carga horária de trabalho e condições desumanas até os dias de hoje.

São Félix está localizada a 120 km da capital Salvador, numa região conhecida como Recôncavo Baiano. Está ligada por uma ponte de ferro – construída por ingleses e inaugurada por D. Pedro II em 1885 – à cidade de Cachoeira, que foi tombada em 1971 como patrimônio nacional e que, depois de Salvador, é a cidade baiana que reúne o mais importante acervo arquitetônico do estilo barroco, permeado pelo rococó e outros estilos. Além disso, Cachoeira apresentava considerável rentabilidade econômica gerada por seus vários engenhos de açúcar, além de ter tido filhos ilustres, como Castro Alves, que morou em São Félix entre 1853/54.

Em 1501, São Félix era conhecida pelos portugueses quando Cristovão Jaques descobriu o rio Paraguaçu. Primitivamente, os índios comerciavam o pau-brasil com os franceses e, após, com os portugueses. Os índios também foram utilizados como escravos nas lavouras de cana-de-açúcar, mas resistem. Conhecida como Sítio de Aporá, por pertencer a uma sesmaria de mesmo nome, no século XVII passa a se chamar São Félix em homenagem ao santo São Félix de Cantalício. Nessá época, era conhecida como Terminal Tropeiro, por ser um entreposto de importação e exportação de produtos vindos da Europa, da região da Cachoeira e do sertão através da estrada das Minas que, passando em Muritiba e Rio das Contas, conectava Minas Gerais e Goiás.

Foto 9 - Vista de Cachoeira, a partir de São Félix, com destaque ao fundo para a Ponte D. Pedro II.

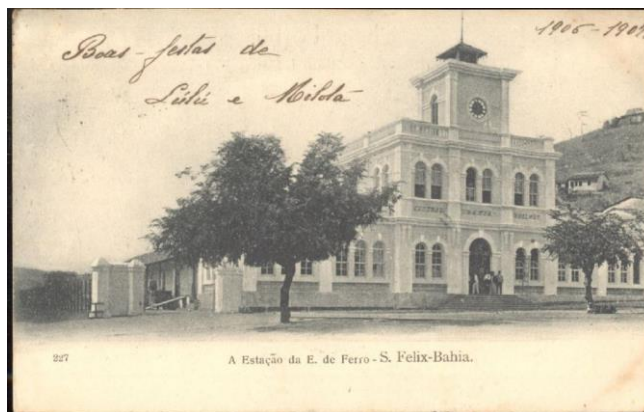


Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Tombada como patrimônio nacional em 2010, surgiu como uma aldeia tupinambá em 1534. Vai se destacar economicamente durante a expansão da cana-de-açúcar com exploração de mão de obra escrava, e depois pela indústria fumageira, além do cultivo do dendê e um forte comércio de estivas, secos e molhados.

Segundo o *site* do IPHAN, no século XVIII, a vila funcionou como ponto de contato entre vias terrestres e fluviais, e desempenhou, no século XIX, a função de terminal terrestre ligado ao terminal fluvial e à estrada de ferro. A criação da freguesia do Senhor Deus Menino de São Félix ocorreu em 1857, e coube ao governador Manoel Vitorino Pereira emancipar a cidade, em 1889, devido ao desenvolvimento industrial e comercial do povoado. Em 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade.

Figura 9 – São Félix. Praça J. Ramos, Praça Rui Barbosa (década de 1920), Rua J.J. Seabra (década de 1930), Estação Ferroviária (década de 1910).

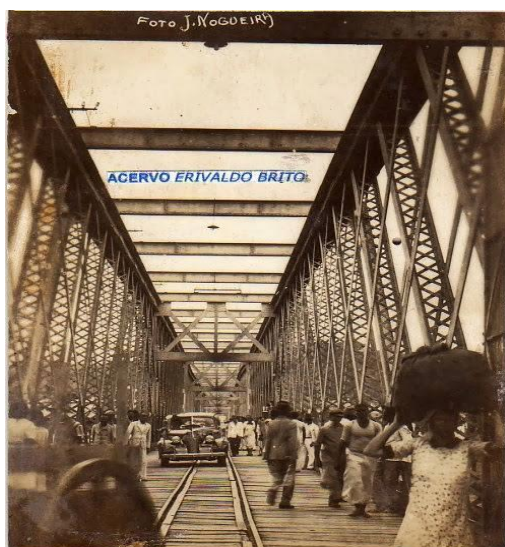


Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Em 1931, passou a denominar-se apenas São Félix. Já ao longo do século XIX, a cidade atingiu o auge do desenvolvimento econômico a partir da produção e industrialização de fumo. Instalaram-se em São Félix as fábricas de charutos Suerdieck, Dannemann⁵⁸, Costa Ferreira & Pena, Stender & Cia., Pedro Barreto, entre outras. A cidade foi chamada de “Cidade Industrial” por ter sido a maior exportadora de charutos da República. O desenvolvimento econômico provoca o surgimento de novas tipologias arquitetônicas, como armazéns, trapiches e vilas operárias. Em função de tal avanço, foi beneficiada com a inauguração da antiga Estrada de Ferro Central da Bahia, em 1881.

⁵⁸ Instalada em 1873, pelo alemão Gerhard Dannemann, a fábrica de charutos Companhia de Charutos Dannemann estava localizada na Rua João Severino da Luz Neto. O empreendimento cresceu rapidamente, invadindo o mercado nacional e a produção do charuto com filiais em Muritiba, Cruz das Almas, Maragogipe, Cachoeira, Salvador e no Rio de Janeiro. A Dannemann foi desativada em 1948 e, posteriormente, adquirida por um grupo suíço. Hoje, é a única remanescente desse período, com sua produção voltada à exportação do fumo beneficiado para a Europa.

Imagem 6 – São Félix: ponte sobre o rio Paraguaçu inaugurada por D. Pedro II no dia 7 de julho de 1885.



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix. Primeira foto, à esquerda, sem data. Segunda foto, à direita, década de 1930.

A construção dos 84 km de extensão da ferrovia, que iniciou em 1970 por John C. Morgan, ligava Cachoeira à Chapada Diamantina e permitiu o transporte de mercadorias com maior segurança e rapidez. Entre os materiais transportados havia passageiros, carga de boi e outros animais, materiais químicos e inflamáveis, madeiras diversas, pedras diversas, ferros, bebidas, entre outros, os quais iam para diversos lugares do Brasil, passando pelo centro da cidade de São Félix, descendo a Praça José Ramos e chegando ao cais do porto na Avenida Salvador Pinto, onde havia os guindastes.

São Félix também é conhecida por ter se destacado durante as lutas e mobilizações sociais para a Independência da Bahia. Na Praça Inácio Tosta, está a casa onde morou o poeta abolicionista Castro Alves (1847-1871), autor do livro *Espumas Flutuantes* e que nasceu na vizinha cidade de Cachoeira.

Foto 10 - Patrimônio edificado de São Félix. Da esquerda para a direita: Mercado Público (1902), Prefeitura (1890), Igreja Deus Menino e Senhor de São Félix.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

A hidrelétrica de Bananeiras foi construída entre 1907 e 1920 visando a explorar as quedas de água do rio Paraguaçu e conter as enchentes, e trouxe enormes benefícios econômicos, sociais e urbanos. Construiu-se o Chalé dos Guinle⁵⁹ como alojamento de diretores e técnicos da firma Guinle & Cia que trabalharam na construção da Barragem de Bananeiras, dentre eles o sanfelixta Américo Simas, engenheiro que idealizou os estudos técnicos de viabilidade da

⁵⁹ O palacete é referência arquitetônica, rico em detalhes e abrigou intelectuais europeus e brasileiros. Um deles foi o professor George Agostinho da Silva, intelectual português que veio para o Brasil perseguido pela ditadura de Salazar em Portugal. Morou no chalé durante três anos e ali desenvolveu alguns projetos que depois foram implantados por ele, inclusive na Bahia. Foi um dos fundadores do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia. Em 1964, criou a Casa Paulo Dias Adorno, em Cachoeira. Atualmente, o chalé se encontra em estado avançado de deterioração. Fonte: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1285042-sao-felix:-chale-dos-guinle-corre-risco-de-desaparecer>. Acesso em: 26 mai. 2017.

barragem. Essa barragem foi a primeira usina que abasteceu toda a região do Recôncavo e até Salvador, em 1907.

Foto 11 - Chalé dos Guinle em São Félix.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Fatores como a construção da rodovia Salvador – Feira de Santana (1924-1928) e a centralização do sistema ferroviário baiano no Porto de Salvador fizeram que a hegemonia da região declinasse, que o então cenário geográfico do Recôncavo se reconfigurasse e que outras cidades assumissem a posição que pertencia a Cachoeira. Para aprofundar a crise, na década de 1970 os preços do mercado internacional levaram à falência das fábricas de charutos que sustentavam a economia local.

Figura 10 - Fábrica de Charutos Danemann na década de 1940 em São Félix.

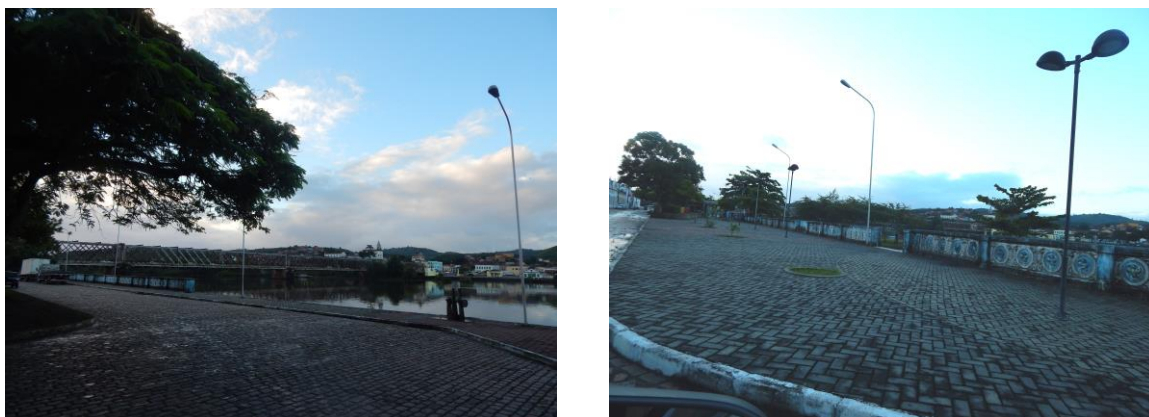


Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

Importantes programas passaram a ser desenvolvidos pela ação do Estado no início do século XXI, como o Monumenta, do governo federal, a implantação do *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e incentivos ao turismo afro-religioso (parceria entre os governo federal e estadual), na tentativa de amenizar os impactos da estagnação econômica que as cidades de Cachoeira⁶⁰ e São Félix vinham sofrendo.

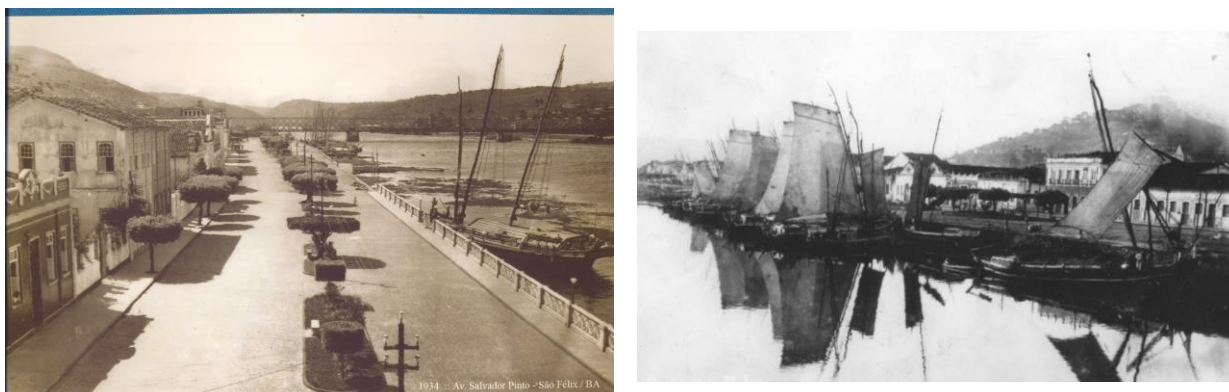
⁶⁰ Considerada uma joia do patrimônio histórico brasileiro, com lindos casarões e igrejas, Cachoeira (margem esquerda do rio Paraguaçu) forma com a cidade de São Félix (margem direita) um só organismo urbano. O tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico, pelo Iphan, ocorreu em 1971, embora muitos bens tenham sido tombados, individualmente, na década de 1940. Além do acervo eclético, a Ponte D. Pedro II (estrutura de ferro), o mercado, a ferrovia e a hidrelétrica são importantes marcos culturais. A área tombada possui, aproximadamente, 670 edificações. O conjunto arquitetônico – formado na sua maioria por edifícios dos séculos XVIII e XIX – caracteriza-se pela tendência neoclássica que, no século XIX, influenciou a construção de novos prédios e reformou os antigos. Esse patrimônio também inclui edificações do século XVII. As formas de apropriação do sítio

Foto 12 - Orla do rio Paraguaçu (Avenida Salvador Pinto) no lado de São Félix, requalificada com recursos do Monumenta entre outubro de 2009 e junho de 2010.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Figura 11 – São Félix. Orla em 1934 e início do século XX.



Fonte: Arquivo Público Municipal de São Félix.

A solicitação de tombamento partiu da municipalidade em 1987⁶¹ e resultou no Projeto São Félix para instruir o processo de tombamento federal. O documento foi

transformaram a cidade em um bem de relevantes qualidades paisagísticas (Fonte: www.iphan.gov.br). No entanto, apesar do conjunto arquitetônico e paisagístico de grande relevância, a situação socioeconômica da sua população é bastante ruim. Para Henrique (2009), observa-se em Cachoeira, cidade com 32.026 habitantes (IBGE, 2010) ligada à São Félix, uma modificação na estrutura do emprego e na construção de infraestruturas para atender às novas centralidades que se estabelecem. A instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o Monumenta e o turismo têm instaurando, em alguns casos, processos de exclusão social/econômica e segregação de uma grande parte da população, que fica, assim, à margem do desenvolvimento socioeconômico que é observado nesses espaços. Hoje, em Cachoeira, mesmo com todo o investimento do Estado na dinamização da economia local/regional na tentativa de resgatar uma centralidade e um desenvolvimento econômico, os moradores estão à margem desse processo, perdendo espaço na cidade e no cotidiano para os novos usuários da cidade, tanto os residentes quanto os turistas (HENRIQUE, 2009).

⁶¹ Um novo pedido de abertura de processo de tombamento do conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Félix foi encaminhado pelo seu então prefeito Humberto Augusto Rodrigues Alves, por meio do Ofício n.º 151/2008, datado de 29.05.2008, junto ao Diretor da 7.ª SR-Iphan, Leonardo

desenvolvido por meio de um protocolo de intenções entre o SPHAN/Pró-Memória, o IPAC e a Universidade Federal da Bahia, representada pelo Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB). O relatório ressalta a indiscutível unidade com Cachoeira.

Em 1993, a Coordenadoria Regional da Bahia expede a seguinte colocação: “[...] perigo iminente de total descaracterização, sendo entorno da cidade de Cachoeira, Monumento Nacional, compondo sua ambiência”. Apesar da urgência, somente em 2008 o processo de tombamento de São Félix tem andamento.

Os estudos foram realizados entre os meses de junho e setembro de 2008 e resultaram nos documentos: *Subsídios para a justificativa histórica do tombamento da cidade de São Félix*, de autoria da historiadora Ivanirce Gomes Wolf, e *Parecer Técnico*, das arquitetas Gabriela Gusmão Sampaio e Silvia Machado Leal. O primeiro documento amplia a dimensão histórica da cidade, incorporando o conceito de território cultural contínuo e introduzindo novos aspectos para a compreensão do sítio, tais como o patrimônio industrial vinculado à indústria fumageira e a diversidade de manifestações culturais existentes na cidade (IPHAN, 2008a).

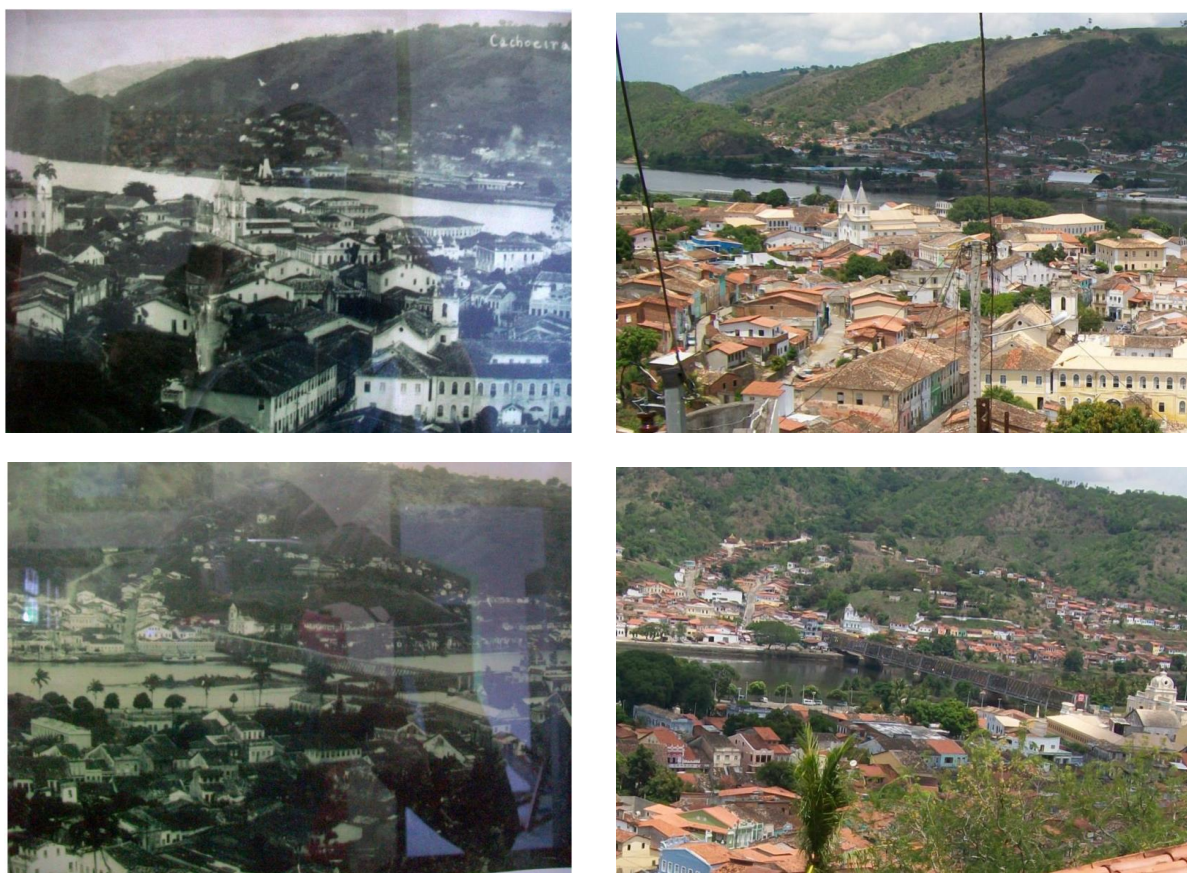
O segundo documento, relacionado com as questões arquitetônicas e urbanísticas, incorpora novos elementos de análise do espaço natural e construído. Esses documentos complementaram a análise da cidade, apresentando os aspectos relevantes que a caracterizam, e subsidiaram uma nova proposta de polígono de tombamento, composta, na sua maior parte, de casarios modestos e sobrados de uso residencial, mas também de igrejas, indústrias, armazéns e galpões relacionados à produção fumageira, do mercado municipal e da estação ferroviária.

Conforme a Informação Técnica n.º 149/2008, de 05 de setembro de 2008, da historiadora Ivanirce Gomes Wolf, a partir do estudo da evolução urbana da cidade foram considerados, na área proposta para tombamento, não apenas os espaços edificadas “[...] mas os espaços das ruas e das praças ocupadas pelas festas e manifestações culturais entendendo que são eles que dão vida e sentido a cidade”. Esses elementos constituem-se na documentação viva da formação e desenvolvimento originários e da fisionomia peculiar da cidade nas dimensões material e imaterial que constituem o patrimônio cultural. Pela interdependência da

Falangola, considerando a ocorrência frequente de demolições de prédios históricos e as reformas, que estavam descaracterizando o patrimônio arquitetônico da cidade.

cidade de São Félix com a paisagem natural que a cerca, abrangendo a planície, o morro e o rio Paraguaçu como área de entorno ao conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Félix, sugeriu-se o limite considerado desde a Barragem Pedra do Cavalo, seguindo pela linha que acompanha a cumeada do morro que se avista da cidade de Cachoeira, até a foz do rio Capivari.

Imagem 7 - Panorâmica da cidade de Cachoeira e, ao fundo, a cidade de São Félix (imagens à esquerda: datadas até 1948; imagens à direita: datadas de 2011).



Fonte: Barbosa (2011).

A cidade distribui-se linearmente numa pequena faixa de terra entre o rio Paraguaçu e a encosta. Pode ser apreendida praticamente como um todo quando observada a partir da outra margem do rio, da cidade de Cachoeira, com a qual apresenta uma relação compatível entre a ocupação urbana e a geografia da região e mantém uma interação histórica, urbanística e paisagística. Sobre a paisagem não edificada, tem-se a dizer que a proximidade entre a montanha e o rio gera uma

paisagem coesa e contínua, destacando-se o aspecto de maciço e de “paredão” sobre o rio (IPHAN, 2008b).

Foto 13 - Paisagem de São Félix vista de Cachoeira.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Nesse aspecto, o rio Paraguaçu forma a base contínua do conjunto paisagístico onde a cidade se apoia. Outro conjunto que sobressai na paisagem é o primeiro plano do perfil de São Félix, ou seja, as fachadas das edificações que estão à beira do rio. Algumas edificações também contribuem para a identidade da cidade, entre elas a Ponte D. Pedro II, as igrejas e suas torres, o sobrado de oitão e o antigo galpão com dois frontões, rótulo dos charutos Dannemann, ambos na margem do rio.

Figura 12 – Cartazes da Bienal do Recôncavo, criada em 1991 com o objetivo de revelar novos artistas e valorizar as matrizes culturais locais.

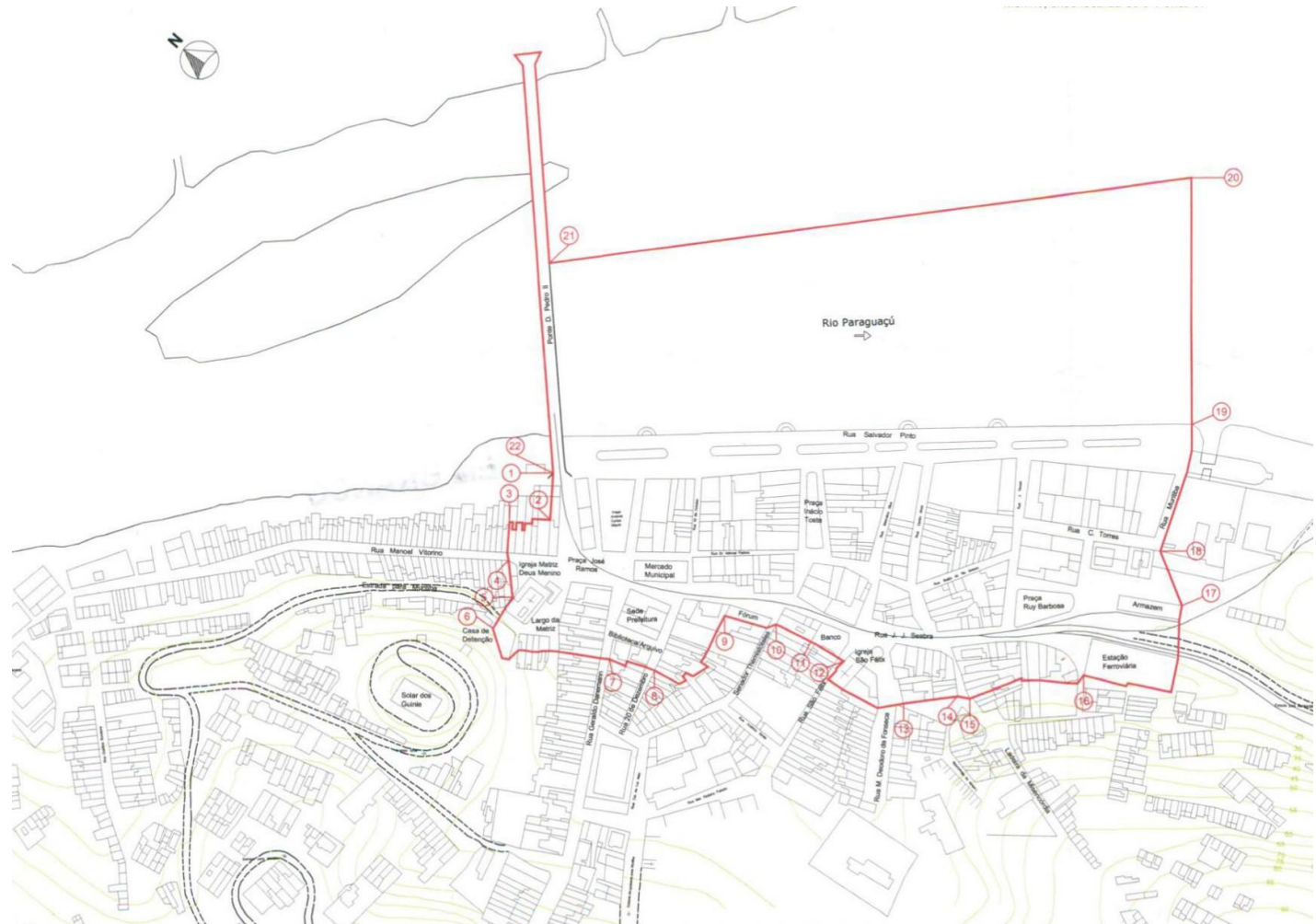


Fonte: Centro Cultural Dannemann.

O conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Félix foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, v. II, fls. 67-70, n.º de inscrição 155 e no Livro Tombo Histórico, v. III, fls. 35-38, n.º de inscrição 605, com a seguinte conclusão:

O reconhecimento de São Félix como patrimônio nacional contribui para a revisão de atribuição de valor histórico relacionado aos bens culturais distinta daqueles vinculados a fatos memoráveis ou a história oficial do Brasil. A efetivação do tombamento da cidade de São Félix é o reconhecimento do seu valor histórico, ambiental, cultural e paisagístico, assim como, uma possibilidade de corrigir o tombamento de Cachoeira, que por fazer parte de uma mesma realidade urbana e regional, foi parcialmente tombada em 1971, excluindo São Félix da sua área de preservação. (IPHAN, 2008b)

Figura 13 - Poligonal de tombamento de São Félix.



Fonte: Escritório Técnico IPHAN Cachoeira.

Foto 14 – São Félix. Da esquerda para a direita: estação ferroviária, via até a Ponte D. Pedro II e orla do rio.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Para o IPHAN, o tombamento justificou-se primeiramente pelo fato de essa cidade possuir uma arquitetura urbana original e praticamente intacta e por possuir um rico patrimônio de natureza imaterial relacionado às mais tradicionais manifestações culturais, sobretudo religiosas, como a festa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a qual une cultos católicos e de religiões afro-brasileiras, como bumba-meu-boi, capoeira, samba de roda⁶², terno de reis, afoxés, queima de judas, trança-fita. Acontecem festas nos terreiros de candomblé, cada uma em sua data especial. Também as tradicionais rezas de Cosme e Damião, São Roque e Santo Antônio, que acontecem nas residências, com distribuição da comida referente

⁶² Segundo o IPHAN, o samba de roda é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. O Samba de Roda no Recôncavo Baiano foi inscrito do Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2004 e em 2005, a Unesco reconheceu esse bem imaterial como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/56>.

ao Santo⁶³. Ressalta-se ainda que, das cidades foco desta pesquisa, apenas São Félix possui patrimônio estadual (IPAC) e nacional (IPHAN), bens como bens de natureza imaterial registrado, conforme quadro a seguir:

Quadro 11 - Bens tombados e registrados em São Félix

Âmbito de proteção	Denominação do Bem Cultural	Livro de inscrição
Bem tombado pelo Estado	Antiga Casa dos Hansen na Fazenda Santa Bárbara	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Núcleo histórico e conjunto arquitetônico e/ou paisagístico tombados pela União	Conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Félix	Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Bem tombado pelo Estado	Igreja Matriz Deus Menino	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Bem tombado pelo Estado	Igreja Senhor São Félix	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Bem tombado pelo Estado	Mercado Municipal São Félix	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Núcleo histórico e conjunto arquitetônico e/ou paisagístico tombados pelo Estado	Palácio da Prefeitura e conjunto	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Bem tombado pelo Estado	Ponte Dom Pedro II	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis
Bem registrado pelo Estado	Terreiro Ilê Axé Ogunjá	Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais Coletivas
Bem registrado pelo Estado	Terreiro Raiz de Ayrá	Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais Coletivas

Fonte: IPAC (2015) e IPHAN (2017).

O reconhecimento oficial da importância do candomblé no estado da Bahia pelo órgão de proteção estadual ocorreu após uma longa pesquisa que identificou e publicou o Caderno com o Registro Especial de Dez Terreiros de Candomblé. Esses terreiros estão situados nas cidades de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo Baiano, e obtiveram o reconhecimento de Patrimônio Imaterial do Estado, com base na Lei n.º 8.895 de 2003 e no Decreto 10.039 de 2006, que garantem a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Desses, dois estão localizados em São Félix.

Em se tratando dos terreiros de candomblé, estes se constituem de vários lugares dentro de um espaço físico e simbólico, que agrega uma representação conceitual “Espaço-Lugar” mais ou menos delimitado, onde pode conter uma grande área externa arborizada (paisagem natural) onde se concentra os assentamentos das divindades; fonte ou pequenos riachos;

⁶³ Entre os estudos de caso desta tese, São Félix é a única que, segundo o IBGE (2017), possui na sua matriz religiosa outras manifestações além do catolicismo, como o espiritismo e os evangélicos.

uma estrutura física composta por edificações onde se instalam o barracão de festas, roncó, sabagi, quarto de santo, peji, cozinha, hundeme; a casa principal que abriga a morada dos dirigentes sacerdotais; práticas rituais; os falares; e demais elementos componentes que fazem parte do acervo imaterial. Estes são considerados elementos principais para a manutenção do culto a divindades que estão intrinsecamente ligadas à natureza, como são as cultuadas nos terreiros de candomblé, além da sua singularidade por ser um espaço que abriga uma historicidade e reiteração. (CADERNOS IPAC, 2015, p. 73,74)

Imagem 8 – São Félix. Ritual no terreiro Raiz de Ayrá.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/secultba>.

Segundo a publicação, o terreiro Raiz de Ayrá foi fundado em 1917 por João Balbino dos Santos, que contava à época com 15 anos de idade. Atualmente, é conduzido por Mariá Ferreira dos Santos, mais conhecida como Mariá Kecy, filha de santo de João Balbino dos Santos, nascida na cidade de São Félix no ano de 1934. O terreiro, sob a liderança de Mariá, desenvolve um relacionamento com várias outras casas Nagô da cidade de Cachoeira e São Félix, compondo uma rede de solidariedade. O calendário de festas do terreiro inicia em janeiro, com a festa das labás. No mês de junho, é realizado o tríduo a Santo Antônio e as celebrações a Xangô. Em agosto, nos dias 14, 15 e 16, reza-se para São Roque. Além dessas festas, acontece também a festa para Tempo e a festa para os Aborós, além das obrigações para os filhos de santo. O terreiro mantém ainda um memorial particular

composto por peças, objetos, roupas e fotografias que contam a história das lideranças do terreiro, mantendo, dessa forma, sua identidade por meio da reconstrução do seu espaço sagrado e conservação de rituais específicos.

Imagem 9 - São Félix. Mãe Filhinha no terreiro Ilê Axé Itayle.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/secultba>.

Já o terreiro Ilê Axé Itaylê é conduzido pela Mãe Filhinha, que foi iniciada no candomblé de João da Lama, terreiro extinto, situado na localidade conhecida como Lama, na cidade de São Gonçalo, também no Recôncavo Baiano. Dedicou-se ao candomblé há cerca de 70 anos. Fundadora do Terreiro Ilê Axé Itaylê há cerca de 50 anos, pertence também à Irmandade da Boa Morte. O Ilê Axé Itayle mantém um ciclo de festas que acontece nos meses de janeiro, fevereiro, junho e julho. Começando com Ogum, na terceira semana do primeiro mês do ano até fevereiro, no dia dois, quando saúda Iemanjá. O dia 25 de junho é consagrado a todos os Caboclos, finalizando o ciclo no dia 2 de julho, com uma festa especial aos Caboclos Tumba Junçara, Sultão das Matas e ao Caboclo Pechincha, que fica assentado em uma fonte no final da Rua da Feira. Esse fato chama atenção para a transposição do culto religioso no Ilê Axé Itayle (CADERNOS IPAC, 2015, p. 135).

5 OS ATORES ENTRAM EM CENA

Detrás de cada estilo de política pública siempre existe, em forma implícita o explícita, uma determinada perspectiva teórica, es decir, um modo específico de ver las cosas. Uma teoria, em sínteses, es um sistema de categorías de percepción.

(FANFANI, 1991, p. 92).

O objetivo deste capítulo é estabelecer um quadro relacionado às políticas públicas e ao capital social dos municípios de Antônio Prado (RS), Corumbá de Goiás (GO) e São Félix (BA), pois existem também outros aspectos importantes para o desenvolvimento e que são difíceis de serem mensurados, como a participação social e o empoderamento.

Partindo desses pressupostos, pretende-se analisar o papel do Estado e dos atores públicos e privados nesse processo, tendo como parâmetro as possibilidades e limitações das cidades pequenas. Algumas questões são norteadoras, uma vez que é possível a municipalidade tomar muitas decisões que, antes da Constituição de 1988, estavam atreladas ao poder federal. Assim, qual a postura dessas municipalidades na questão da preservação do patrimônio? Enfocam-se, neste capítulo, os arranjos institucionais, ou seja, a capacidade técnico-administrativa e política do Estado para a execução de política, e os instrumentos de gestão que fazem parte da política local com a descentralização possibilitada pela Constituição de 1988. Também se analisam o capital social estrutural e cognitivo e a ação coletiva como materialização do capital social. Para tanto, retomam-se os principais conceitos envolvendo política, política pública e os principais processos político-administrativos que caracterizam a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos, com ênfase nas políticas intersetoriais numa perspectiva neoinstitucionalista (campo no qual as instituições importam e impactam sobre o comportamento dos atores).

5.1 Quem são os atores? Os conceitos e as técnicas de pesquisa

Parte-se da constatação de que o capital social pode ser analisado na sua forma estrutural (UPHOFF, 2003) por meio da presença de organizações sociais.

Assim, esta pesquisa debruça-se sobre as entidades sociais que, ao longo dos anos, tiveram papel significativo nas ações de preservação nas três cidades analisadas de forma a verificar se a ação do Estado foi importante no fomento ao capital social por meio da implantação de políticas de preservação.

Mas o que são instituições e qual seu papel no desenvolvimento? Para Espino (1999), são “o conjunto de regras que articulam e organizam as interações econômicas, sociais e políticas entre os indivíduos e os grupos sociais”. Segundo sua origem, as instituições podem ser sociais e estatais. As sociais são as convenções que se estabelecem em determinada sociedade de forma espontânea, ou seja, sem a necessidade de o poder público forçar de forma coercitiva o seu cumprimento, sendo a sanção de responsabilidade de cada indivíduo ou de pequenas comunidades. Já as instituições estatais são impostas externamente aos indivíduos, e seu cumprimento é forçado coercitivamente pelo Estado.

Para North (1990), as instituições podem ser formais, como regras escritas nas leis e regulamentos, e criadas para resolver problemas específicos de coordenação econômica, social, ambiental e política. Funcionam como forças exógenas por seu caráter obrigatório e coercitivo. Já as instituições informais se referem ao código de conduta da sociedade, sendo aceitas pelo conjunto e, portanto, sendo indicativas e balizadoras das ações dos agentes. Por exemplo, na esfera pública, um conjunto de regras só se transforma em instituição quando se compartilha seu conhecimento e se aceita seu cumprimento, voluntariamente ou coercitivamente imposto pelo Estado. Portanto, as organizações podem ser criadas para resolver conflitos já instalados ou, inclusive, para atingir determinados objetivos.

Quadro 12 - Tipos e descrição de instituições sociais

TIPOS	INSTITUIÇÃO	OBJETIVOS	CUMPRIMENTO
Formal	Leis e regulamentos	Atacar problemas específicos	Obrigatório e coercitivo
Informal	Regras não escritas e convenções	Código de valores	Voluntário e automático

Fonte: Espino (1999).

Assim, para que o desenvolvimento ocorra em qualquer setor (econômico, social, cultural), necessariamente passa pelas instituições formais e informais. Enquanto a criação de leis e regulamentos é necessária para direcionar e limitar as ações da sociedade – por exemplo, o Estatuto das Cidades –, é também fundamental que o conjunto de valores, usos e costumes dessa sociedade balize as ações dos atores na busca do desenvolvimento, ou seja, o capital social é um dos elementos-chave para a compreensão da maior ou menor participação da população no processo de construção e implementação das políticas públicas. São as instituições informais que conduzem a participação social e que geram uma força endógena de coparticipação e corresponsabilidade no processo das políticas públicas. E o ambiente institucional é aquele composto pelas instituições formais e informais e pelos próprios arranjos institucionais. Para tanto, esta investigação adota como forma de identificar o capital social a existência de organizações da sociedade civil (capital social estrutural), as instituições informais como confiança e cooperação (capital social cognitivo)⁶⁴ e a ação coletiva como a forma pela qual se materializa o capital social⁶⁵.

Ressalta-se ainda que os agentes com mais poder relativo, mais capacidade organizativa decisiva e mais acesso à informação terão maior margem para manipular as instituições a seu favor (KNIGHT *apud* ESPINO, 1999). Assim, as instituições não são um mero pano de fundo no qual os interesses agem em prol do benefício comum, uma vez que um arranjo institucional⁶⁶ desfavorável pode viciar e comprometer toda

⁶⁴ O capital social cognitivo, resulta de emocionalidades e é mais difícil de ser mensurado, pois se manifesta no dia a dia de maneira informal. Portanto, parte-se da análise das formas estruturais, as organizações da sociedade civil, que são os instrumentos ou a infraestrutura mediante a qual se expressa o capital social cognitivo.

⁶⁵ North (1990) trata as organizações como estruturas criadas com o propósito de atingir determinados objetivos, podendo ser políticas (o Senado, a Assembleia, as agências de regulação, etc.), econômicas (empresas, cooperativas, centrais de abastecimento, etc.) e educacionais (escolas, universidades, etc.).

⁶⁶ Este conceito foi apresentado no subcapítulo 2.3. Compreende-se assim, de forma resumida, que, segundo Lotta e Favareto (2016), os arranjos institucionais podem ser entendidos a partir de três dimensões: *intersectorialidade*, que é a busca de superação dos problemas de especialização por meio da coordenação de distintos setores governamentais nas diferentes fases do ciclo de uma política; *relações federativas*, que é a busca de harmonização frente à complexidade das atribuições e responsabilidades dos entes federativos no que diz respeito a normatização, financiamento e execução de uma política ou investimento, ou seja, a construção de modelos de gestão de políticas com a coordenação entre os entes federados e a sociedade civil; *territorialidade*, que é a busca de aderência de um investimento ou política às características do tecido social local por meio da complementaridade à configuração territorial e do envolvimento dos representantes dos interesses das forças sociais locais nas diferentes fases do ciclo da política.

uma política pública. Segundo Espino (1999), as instituições são construções históricas mais do que uma construção formal criada por indivíduos.

Se considerarmos que o ambiente institucional é aquele composto pelas instituições formais e informais e pelos próprios arranjos institucionais, observa-se assim que o governo não é o único ator no processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas. Diversos atores participam ou deveriam se envolver nesse processo, como associações, organizações não governamentais, setor privado (empresas), instituições do setor público e privado. No caso das cidades pequenas que possuem conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, serão foco também as instituições formais que possuem atuação na área de preservação do patrimônio cultural. Essas organizações constituem o capital social estrutural e, a partir dos dados coletados, pode-se identificar o capital social cognitivo expresso na forma de valores como cooperação e confiança e assim analisar os arranjos institucionais.

Quadro 13 - Instituições analisadas nesta tese⁶⁷

	Instituições	Antônio Prado	Corumbá de Goiás	São Félix
PÚBLICA	Poder Público Municipal	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
		Conselho Municipal de Cultura e/ou Preservação	Conselho Municipal de Cultura e/ou Preservação	Conselho Municipal de Cultura e/ou Preservação
	Poder Público Federal	Ministério Público	Ministério Público	IPHAN
IPHAN		IPHAN	UFRB	
	Poder Público Estadual	-----	-----	Instituto de Preservação (IPAC)
PRIVADA	Sociedade civil organizada	CIBRAP	ACDPH	-----
	Setor privado	Empresas Universidade comunitária (UCS)	-----	Empresas

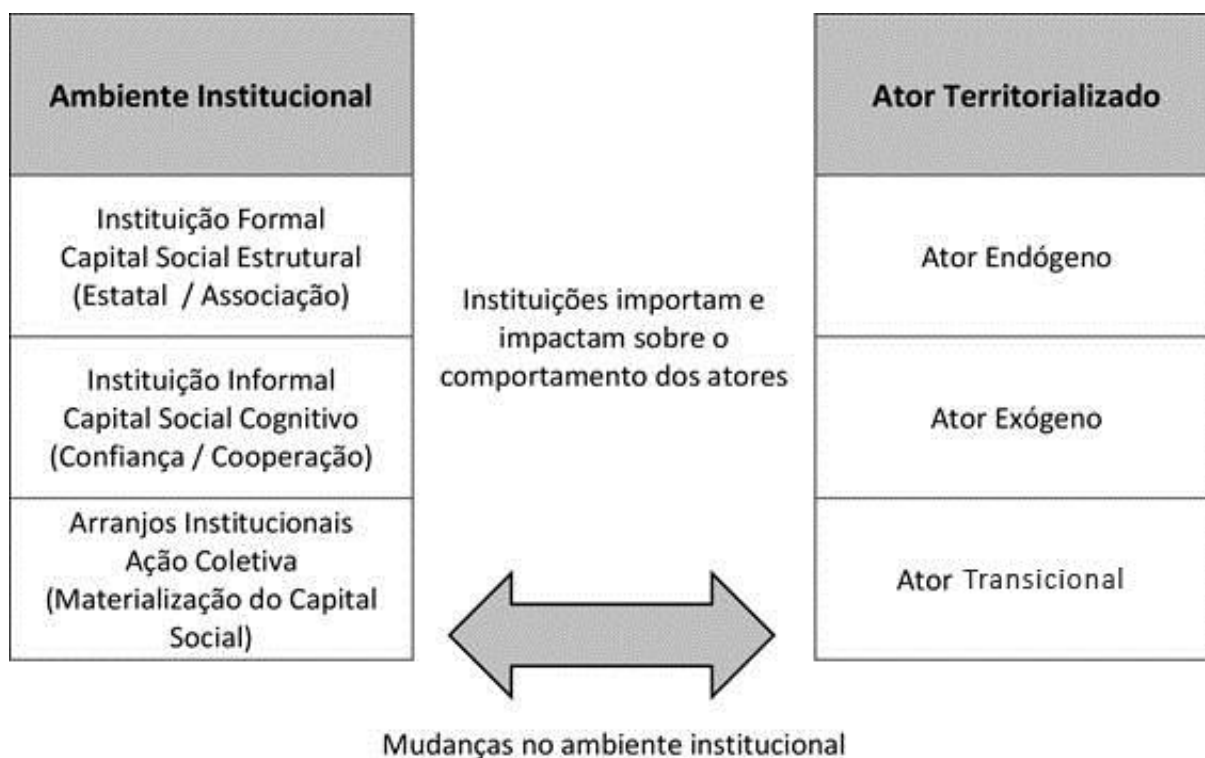
Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁷ Os espaços tracejados referem-se às instituições que, embora existam, não foram citadas nas entrevistas e não apareceram como relevantes na documentação analisada. Por exemplo, os institutos de preservação estaduais que, embora existam no Rio Grande do Sul e em Goiás, não possuem atuação (conforme entrevistados) e não possuem bens tombados nas respectivas cidades. O mesmo ocorre com as empresas em Corumbá de Goiás e o Ministério Público em São Félix, que não possuem ações na área de preservação. Não foi localizada em São Félix nenhuma organização de preservação do patrimônio edificado representante da sociedade civil, embora tenham representantes das manifestações culturais imateriais como os terreiros. Ressalta-se também que não foram entrevistados representantes dos conselhos municipais porque não estão em atividade, tendo os prazos para eleição de diretoria expirados.

Assim, os dados quantitativos utilizados na primeira parte desta pesquisa serão confrontados com outros de perfil qualitativo como pesquisas de pós-graduação sobre as cidades de São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS). O que se pretende é avaliar estes casos dentro desta grande diversidade de dinâmicas urbanas, contradições e desigualdades produzidas pela sociedade capitalista e que se fazem presentes e combinam-se com diferentes atores, escalas e o capital social, gerando políticas públicas de preservação com melhores ou piores resultados.

Será que as instituições importam e impactam sobre o comportamento dos atores? Para fins de análise, utilizar-se-á também o conceito de ator e agente na perspectiva de Méo e Buléon (2007). Para os autores, na prática socioespacial o ator é aquele que age reflexivamente, que é dotado de competências, tem poder, elabora estratégias e discursos. Por exemplo, o prefeito, o presidente de um conselho, o chefe de uma empresa, etc. O ator pode ser um indivíduo, mas também uma coletividade, uma organização, cujas ações têm maior alcance do que as de um ator individual. No caso desta pesquisa, analisaremos os atores como organizações, ou seja, analisaremos como elas surgem, se desenvolvem e funcionam em um padrão de auto-organização social que vai além de intenções conscientes dos indivíduos envolvidos. As organizações são instituições formais e representam o capital social estrutural. Mas, para uma instituição formal ser efetiva e eficiente, ela precisa ter capital social cognitivo, níveis de confiança e cooperação, valores intrínsecos às regras informais que balizam as ações coletivas. Esses arranjos institucionais são a materialização do capital social. Além disso, é necessário analisar questões como o nível de funcionamento democrático, a extensão das conexões com outros grupos, o número de participantes, a tomada de decisões, a mobilização e gestão de recursos, a comunicação e coordenação e a solução de conflitos. Esses dados são importantes para determinar o capital social cognitivo e estrutural das organizações, os arranjos institucionais e para entender de que forma as atuações espaciais desses atores geram mudanças no ambiente institucional. Essas relações estão resumidas no Quadro 14.

Quadro 14 - Relações dos principais conceitos desta tese



Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto o ator dispõe do poder da ação, o agente é considerado um ator subalterno, menor. Segundo Méo e Buléon, o “agente é qualquer tipo de homem ou mulher ordinários, sem qualidades específicas” (MÉO; BULÉON, 2007). A condição de ator e agente não são posições fixas, mas resultam de constantes disputas. Um ator ou agente que participa de forma intencional de um processo com implicações territoriais é um ator ou agente territorializado.

Em um sentido mais amplo essa implicação pode revestir-se de várias formas, das mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que o ator) às mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem de uma rede de transportes. É dizer que raros são só indivíduos e as pessoas que não preenchem um dia ou outro a função de ator ou de agente territorializado. Esses atores e agentes contribuem para a constituição de territórios. Eles os constroem por suas ações: sem ator não há nada de geografia, tampouco território haverá. (MÉO; BULÉON, 2007)

Méo e Buléon distinguem três grandes categorias de atores em função de sua posição territorial: atores endógenos, que por habitarem no seu território de ação

tendem a se integrar pela resistência ou pela identidade; o ator exógeno, que considera o território e sua ação de forma utilitarista e especulativa como objeto a ser cobiçado, agindo no espaço dos outros e frequentemente motivado por lucro; e o ator transicional, que é habitante de um território distante por morar ou trabalhar, mas que gera sempre propriedades ou questões localizadas em seu território de origem. Assim:

[...] constatamos que a natureza da implicação dos actantes e dos objetivos que os animam muda radicalmente. Uma intervenção muito sistemática de atores exógenos sobre um território traz o risco de agravar os efeitos de dependência, dominação exterior, instrumentalização dos lugares pelas forças, buscar uma renda ou exercer um poder. Essa circunstância pode provocar um fenômeno de alienação territorial, de recuo da democracia local. (MÉO; BULÉÓN, 2007)

De forma inversa, uma ação territorializada por atores endógenos, na forma individualizada ou em grupo, resulta em “ganhos superiores de democracia, autonomia e de independência, de legitimidade, de gestão mais precavida e durável do patrimônio coletivo” (MÉO; BULÉÓN, 2007). As atuações espaciais dos atores, como “práticas microbianas, singulares e plurais” (CERTEAU, 1994), produzem desvios que contestam as estruturas sociais e espaciais no seu cotidiano, uma vez que “o agente/ ator, por sua natureza, é sempre suscetível de escapar à regra, à conveniência social e ao conformismo” (MÉO; BULÉÓN, 2007).

Foram aplicadas entrevistas não diretivas com perguntas relacionadas às organizações formais que tiveram papel ativo nas políticas de preservação, visando a identificar valores como confiança e cooperação e sua categoria de ator em função de sua posição territorial. Para Bourdieu (1999b, p. 704), a entrevista é uma “forma de exercício espiritual, visando obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida”. Pretende-se criar as próprias estatísticas para a solução de problemas específicos, para que, “no decorrer de uma série de estudos, a comparação de variações nas condições e consequências pode fornecer uma teoria altamente diferencial do fenômeno estudado” (BECKER, 1999, p. 129).

Para tanto, foram realizadas 14 entrevistas no período de março a julho de 2017 em Antônio Prado (RS), Corumbá de Goiás (GO) e São Félix (BA). Foram

aplicadas ao órgão municipal de cultura, às associações de preservação e ao escritório técnico do IPHAN da cidade, conforme quadro a seguir.

Quadro 15 – Os entrevistados

	Antônio Prado	Corumbá de Goiás	São Félix
IPHAN	Agente administrativo Arquiteto	Arquiteto	Arquiteto
Poder Público Municipal	Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto (pós-graduada em Psicopedagogia) Diretora de Cultura (historiadora) Turismóloga - SETUR	Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto (especialização em Geografia)	Diretor do Arquivo Público Municipal (técnico em arquivologia) Chefe do Departamento de Patrimônio (ensino médio)
Associações	Presidente da CIBRAP (produtor cultural, mestre em Memória e Identidade)	Presidente da Associação (aposentada) Vice-presidente (advogada) Diretor de Culturas Populares (mestre em História)	_____

Fonte: Elaborado pela autora.

A realização de entrevistas não diretivas ao IPHAN e ao poder público municipal deve-se à constatação de Evans (1996) de que essas são instituições públicas e, portanto, podem fomentar redes de engajamento cívico entre cidadãos, ocupando um papel relevante do Estado na produção de capital social, não como regulador da interação social, mas como indutor e mobilizador do capital social, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. No caso de Antônio Prado, a entrevista também foi aplicada à Secretaria de Turismo do município, pois está envolvida no projeto de educação patrimonial. Diferentemente de Antônio Prado, que possui uma diretora de cultura com maior autonomia, Corumbá de Goiás concentra as decisões no secretário municipal. Em São Félix, apesar do agendamento, a secretária municipal de educação e cultura não esteve presente, sendo direcionada a entrevista pelo poder público ao responsável pelo Arquivo Histórico Municipal e ao chefe do departamento de patrimônio (cargo, ou função equivalente, que não existia nos outros municípios). Em relação às associações, a de Corumbá de Goiás possui

uma equipe diretiva muito atuante, inclusive organizada por diretorias, o que não ocorre em Antônio Prado, em que as ações estão concentradas no presidente da entidade. Os conselhos municipais de cultura não foram entrevistados pois, embora exista legislação de criação, não estão ativos. Os entrevistados tomaram conhecimento e posteriormente assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, com informações sobre os objetivos da pesquisa, a justificativa, a metodologia e a privacidade dos sujeitos da pesquisa. A entrevista seguiu o roteiro a seguir.

Quadro 16 - Modelo de entrevista

Data: Nome do entrevistado: Idade: Nascido em e/ou mora quanto tempo na localidade: Formação: Cargo/ função na instituição/ período de atuação: Local de trabalho: Contato: Dados da associação ⁶⁸ (número de participantes, organização institucional): Objetivos: identificar as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural; avaliar os impactos das políticas públicas de preservação cultural para o desenvolvimento; determinar a geração e/ou ampliação do capital social no âmbito local por meio das políticas públicas.	
Pontos da entrevista	Categorias e subcategorias ⁶⁹
1. Competências e atuação na área de preservação (ações desenvolvidas no âmbito da preservação: recursos financeiros, humanos, materiais e legais) 2. Relações/ diálogo com outras esferas de preservação (associações, Ministério Público, setor privado, universidade) 3. Frequência de contato com outras esferas de preservação (confiança e cooperação). 4. Envolvimento com as políticas de preservação implantadas ao longo dos anos 5. Formas de estímulo à participação (mobilização e gestão de recursos, comunicação e coordenação e solução de conflitos)	Capital social: • Estrutural: estruturas e organizações (UPHOFF, 2003) • Cognitivo: confiança e cooperação (UPHOFF, 2003) Ação coletiva; Políticas públicas de desenvolvimento; Atores territorializados: endógenos, exógenos e transnacionais (MÉO, BULÉON, 2007);

⁶⁸ Questão aplicada apenas para associações da sociedade civil/ pública.

⁶⁹ As categorias selecionadas para a análise dos dados coletados foram fundamentadas nos autores escolhidos para a sustentação teórica da pesquisa, em consonância com os objetivos propostos. As categorias foram conceituadas nos capítulos de revisão teórica desta tese, e as subcategorias serão explicadas na análise dos resultados. As categorias selecionadas para esta pesquisa decorrem da postura teórica assumida pela pesquisadora desta tese. Após a pesquisa de campo e aplicação dos instrumentos de pesquisa, novas categorias e/ou subcategorias não pensadas pelos teóricos nem pela pesquisadora deverão ser incorporadas a este trabalho.

6. Participação do setor privado nos processos de preservação (especulação x investimentos) 7. Dificuldades na elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas de preservação	Intersetorialidade e território (BRONZO, 2010);
8. Como o órgão vê a cidade (aspectos urbanos, arquitetônicos, culturais, educacionais) 9. Como o órgão vê os projetos de revitalização/ restauro do patrimônio edificado	Gentrificação; Espetacularização;

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Michelat (1980, p.196), a entrevista não diretiva, chamada também por Thiollent (1980) de não estruturada, possibilita “reconstituir os modelos culturais de nossa sociedade” se realizadas com indivíduos que representam um grupo social. Cada entrevista e cada indivíduo, neste caso, representam uma amostra do universo sobre o qual se quer falar. No caso desta tese, o tema da pesquisa é muito aberto, por isso a opção por roteiro de entrevista ou, quando mais, por uma entrevista não diretiva orientada por uma instrução ou tema-chave (THIOLLENT, 1980, p. 33).

Nesta modalidade de entrevista, pressupõe-se que o informante possui competências para relatar sua experiência, manifestando em seus atos o significado que tem no contexto em que ele se realiza, podendo revelar tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, das concepções e das ideias.

O entrevistador permanece atento e receptivo a todas as informações significativas, não só às que interessam a pesquisa. As intervenções devem ser de forma discreta na forma de sugestões ou interrogações que visam a estimular a comunicação verbal, sem emitir juízo de valor, concordar ou discordar do entrevistado. Neste formato de entrevista não diretiva, o entrevistador não formula perguntas, apenas sugere o tema geral em estudo, a fim de que o entrevistado possa refletir sobre o tema e desenvolver os pontos que coloca de forma espontânea. O objetivo é detectar atitudes, motivações e opiniões dos entrevistados.

Michelat (1980, p. 203-204) afirma que “é necessário ir do conteúdo manifesto ao conteúdo latente, especialmente se queremos reconstituir o raciocínio subjacente (inconsciente, afetivo) que preside a emergência dos temas manifestos”, de forma a analisar a retórica espontânea dos discursos espontâneos, identificando lapsos nessa retórica e relacionando-os com o conjunto da análise (MICHELAT, 1980, p. 211).

Além das entrevistas como técnica de pesquisa, a opção pela observação visa a compreender de forma abrangente os principais atores e seus discursos no âmbito local, os quais acabam determinando as ações implementadas na área de patrimônio cultural. As entrevistas e observações foram realizadas nas visitas *in loco* em cada uma das cidades investigadas: dias 27 de março de 2017 e 26 de junho de 2017 em Antônio Prado; dias 26, 27 e 28 de junho de 2017 em Corumbá de Goiás; e dias 25, 26 e 27 de julho de 2017 em São Félix. As informações coletadas foram complementadas posteriormente por *e-mail*. Ressalta-se também que o capital social não é visível, mas pode ser observado em situações especiais.

Pretende-se assim, desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo, estruturas sociais e, assim, concentrar em poucos problemas de maior importância para identificar as questões mais relevantes para o estudo científico de cunho social (BECKER, 1999, p.120).

Também foram entrevistados membros de grupos ligados à temática do patrimônio cultural nas cidades, pois a diferença entre opinião particular e comunicação pública pode fornecer indicações importantes das normas do grupo. Laplanche e Pontalis, quando se referem à análise de entrevistas não diretivas, acrescentam que “se cada elemento manifesto é determinado por várias significações latentes, cada uma destas, inversamente, pode ser encontrada em vários elementos” (BECKER, 1999 *apud* MICHELAT, 1980, p. 206).

Como fonte de pesquisa utilizar-se-ão documentos coletados durante as visitas *in loco* para a análise dos subcapítulos 5.2 e 5.3, principalmente legislações, conforme quadro a seguir.

Quadro 17 - Documentos consultados

	Antônio Prado	Corumbá de Goiás	São Félix
Plano Diretor	2006	2004	Não foi localizado
Lei de tombamento municipal	2009	2003	Não foi localizada
Diretrizes de disciplinamento do entorno dos bens tombados	1996	-----	-----
Legislação de criação de conselho municipal de cultura e/ou patrimônio cultural	1983/ 2009	1999	2008
Regimento interno do conselho municipal	2013	---	----
Legislação do Fundo Municipal de Cultura	2009	---	2017
Sistema municipal de cultura	2016	---	2017
Registro de bens de natureza imaterial	2009		

Fonte: Elaborado pela autora.

Também foram utilizados como fonte para análise os projetos de educação patrimonial: em Antônio Prado, o *Pulando janelas*, que ocorre desde 2006; em Corumbá de Goiás, aulas de educação patrimonial, ofertadas desde 2014 no currículo escolar pelo poder público, e o projeto *Portas e janelas vão se abrir*, em parceria com o IPHAN (2010, 2014 e 2015). Não foram localizadas ações na área de educação em São Félix na forma de projetos ou programas, embora ações isoladas, como visita guiada ao acervo do arquivo histórico e palestras, ocorram. *Folders*, materiais de divulgação, publicação do Programa Monumenta em Antônio Prado e *sites* com notícias das cidades compõem o conjunto de referenciais consultados.

Os resultados coletados foram confrontados com pesquisas já realizadas no âmbito acadêmico que contribuem com a análise sobre o patrimônio cultural nas cidades estudadas. Assim, as entrevistas, os documentos e as observações permitem a triangulação sustentada por mais de uma fonte de evidência.

5.2 A postura da municipalidade na preservação do patrimônio

O território municipal é o lugar da fixidez, onde os homens colocam significados, símbolos e imagens [...] forjadores de identidades e o poder institucionalmente estabelecido, aderências que prendem o indivíduo e o grupo social ao espaço, resultado da sua produção técnica, mas acima de tudo de suas vidas. (FELIPE, 1998, p. 8)

Este subcapítulo tem como objetivo analisar as questões de preservação do patrimônio na perspectiva da gestão municipal. As três cidades que constituem os estudos de caso desta tese – Antônio Prado, Corumbá de Goiás e São Félix – tiveram seu patrimônio tombado no âmbito nacional, respectivamente, em 1990, 2004 e 2010, no marco da descentralização administrativa proposta pela Constituição Federal de 1988. Com competência comum entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios para a gestão do patrimônio cultural, nesses casos fomentada por um reconhecimento do IPHAN dos seus bens culturais de valor nacional, como esses pequenos municípios têm se organizado legal e administrativamente para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano, uma vez que suas cidades possuem bens tombados pelo IPHAN? Será que podemos afirmar que há um movimento empreendedor das municipalidades nas cidades pequenas quando se trata de preservação?

Em relação às questões administrativas, observa-se, nos três municípios analisados, que a estrutura municipal da cultura se dá com outras áreas (educação, turismo, esporte, lazer), atreladas a secretarias municipais, como em Antônio Prado e Corumbá, e ao gabinete municipal, em São Félix.

Em Antônio Prado, a questão da preservação do patrimônio cultural é de responsabilidade de um departamento com o cargo de diretora de cultura atrelado à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura (IBGE, 2014), Antônio Prado possui política municipal de cultura, tendo como principais objetivos “preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural” (IBGE, 2014).

Corumbá de Goiás também possui política municipal de cultura, segundo o Suplemento de Cultura (IBGE, 2014), tendo como um dos objetivos a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. A cultura está atrelada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e possui uma coordenadora de cultura e uma secretária executiva, atuando tanto nas questões de patrimônio material quanto imaterial. Não possui dotação orçamentária, e as ações do poder público municipal estão muito atreladas ao convênio com a Associação de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Corumbá de Goiás, que mantém o coral Vozes de Corumbá, realiza a Semana de Cultura – já em sua 7ª edição – com recursos estaduais e federais e atua nas principais ações relacionadas à preservação do

patrimônio nacional e municipal, tanto material quanto imaterial. Nas palavras do secretário municipal, a associação “tem somado junto com o poder público” (entrevista em 26/05/2017). Além da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, o poder público local possui uma Secretaria de Turismo que, segundo entrevista, “é preocupada com as questões de preservação”, mas não desenvolveu até o momento uma ação em conjunto (entrevista em 26/05/2017).

A existência da Associação de Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás (ACDPH) desde 1986 vem fomentando ações de preservação no município. Antes ainda do tombamento nacional, Corumbá de Goiás já possuía legislação municipal de tombamento e, 1 ano antes do tombamento nacional, já havia tombado mais de cem edificações. Os membros da associação faziam parte do conselho municipal criado em 1999. Em relação ao processo de tombamento, é esse órgão que, em 19 de setembro de 2003, requereu ao Prefeito Municipal o tombamento municipal das edificações de valor histórico cultural da cidade. A legislação municipal de tombamento data de 2003, ou seja, 1 ano antes do tombamento nacional. O depoimento a seguir, do Diretor de Culturas Populares da ACDPH, resume o papel dessa associação desde o início do processo de tombamento:

[...] o poder público aqui a atuação sempre foi da iniciativa de particular, das pessoas. O poder público aqui nunca teve, sempre entrou no passado para destruir e nos tempos atuais para apoiar quem está destruindo. O tombamento municipal, por exemplo, foi uma disputa entre a associação e o prefeito da época [...] a Câmara aprovou o tombamento, a associação conseguiu sensibilizar os vereadores na época e o prefeito vetou e pela única vez na história local a Câmara reuniu todinha e por unanimidade derrubou o veto do prefeito. (Entrevista ACDPH em 27/05/2017)

São Félix, por sua vez, segundo o Suplemento de Cultura (IBGE, 2014), é o único que possui sistema informatizado para gerenciar a política de cultura e, inclusive, a gestão do patrimônio cultural. Na visita *in loco* e nas entrevistas realizadas, essa informação não se confirmou. Em consulta realizada no Portal da Transparência do Governo Estadual⁷⁰ e no *site* da prefeitura municipal de São Félix⁷¹, não foi localizada legislação de proteção do patrimônio cultural datada de 2009, conforme Suplemento da Cultura (IBGE, 2014), nem a existência de Plano Diretor. Também, os entrevistados do escritório técnico do IPHAN de Cachoeira e os

⁷⁰ Disponível em <<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/saofelix/>>.

⁷¹ Disponível em <<http://pmsaofelixba.imprensaoficial.org/pesquisa-basica/>>.

representantes do poder público local desconhecem essa legislação que, inclusive, não consta no Arquivo Público Municipal, local onde, segundo entrevistado, deveria estar arquivada. Ou seja, as informações que constam no Suplemento de Cultura (IBGE, 2014) não se confirmaram, provavelmente resultado da falta de continuidade, de não envolvimento da sociedade civil e da setorialidade na implantação das políticas públicas de preservação. São legislações produzidas “em gabinete” para cumprir exigências federais na obtenção de recursos, mas que na prática não se consolidam como instrumentos eficazes e muito menos constituem políticas públicas, pois esse processo é complexo, não se limita a leis e regras e divide-se em diversas fases, com o envolvimento de atores de diversos segmentos da sociedade e arranjos institucionais capazes de implementá-las, executá-las e avaliar seus resultados.

Outro instrumento importante na gestão urbana é o Plano Diretor. Como já afirmado anteriormente, as três cidades analisadas possuem menos de 20 mil habitantes e, portanto, não são obrigadas a desenvolverem planos diretores (art. 182, §§ 1º e 2º da Constituição Federal). Mas, por estarem inseridas em áreas de especial interesse turístico, em que os empreendimentos podem gerar impactos ambientais significativos, tanto Antônio Prado quanto Corumbá de Goiás desenvolveram seus Planos Diretores em 2006 e 2004 respectivamente. Observa-se a presença do IPHAN nessas cidades. No caso de Antônio Prado, na forma de um escritório técnico e, em Corumbá de Goiás, com visitas técnicas quinzenais. O IPHAN visa a consolidar procedimentos regulatórios e assume, muitas vezes, o papel do município que, por falta de técnicos especializados, apenas concorda sem maiores estudos ou envolvimento. Um exemplo é o de Antônio Prado que, em função da inatividade do poder público local, desenvolveu seu próprio regramento (Ver Figura 6, p. 161):

Nessa ocasião, quando as discussões sobre como o crescimento do município podia ser ameaçado pelo tombamento, algumas ações de privados e do próprio poder público começaram a colocar em risco a integridade e a legibilidade do conjunto arquitetônico preservado. Um símbolo disto foi a demolição da Casa de Dona Corona, realizada para a abertura da continuação de uma rua extremamente larga, que até hoje, o fluxo que nela percorre não justifica sua dimensão. Atos como esse e o próprio crescimento da cidade serviram de alerta aos técnicos do IPHAN os quais recomendaram que após o tombamento fosse elaborado um plano municipal de desenvolvimento urbano, que desde 1977 já contava com o amparo legal para sua preparação e até aquela data não havia sido sequer

esboçado. Diante da passividade do poder público municipal, o próprio Instituto se encarregou da tarefa e publicou, em dezembro de 1996, o caderno de Diretrizes para o disciplinamento do entorno dos bens tombados de Antônio Prado do qual faz parte o mapa elaborado no início dos anos 90 [...] (PICCOLI, 2011)

Em relação às áreas de proteção, o mapa determina uma Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), uma área onde se localiza a maior parte das edificações que apresentam características tipológicas que conformam a imagem do conjunto urbano a preservar. Compreende edificações tombadas e não tombadas que mantêm íntegras as características mencionadas acima. Estabelece como condições o afastamento e os índices urbanísticos, as coberturas (telhas cerâmicas tipo francesa ou similar ou metálicas onduladas), não sendo permitido o parcelamento do solo. Além disso, reforça a importância da proteção da cobertura vegetal de valor ambiental e cultural. Nos lotes sem edificações tombadas localizados na Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), serão permitidas novas construções, demolições, ampliações e reformas, observados os limites estabelecidos para as mesmas.

Já a Zona de Ocupação Controlada (ZOC) compreende as áreas localizadas nas adjacências da ZPR, formadas, basicamente, pelas encostas de morros e que, por sua visibilidade em relação ao acervo tombado, também são disciplinadas, em função do caráter de proteção à ambiência desse acervo e por servirem de moldura para a cidade. São permitidas novas construções, ampliações e reformas, observados os limites estabelecidos para as mesmas. No caso de demolições de edificações existentes, deverá ser realizada comunicação prévia ao IPHAN. A ZOC estabelece ainda o processo de aprovação dos projetos de edificações na área de entorno dos bens tombados (ANTÔNIO PRADO, 1996).

Embora o termo *paisagem cultural* não seja utilizada no documento, fica clara a preocupação não só com as marcas do homem por meio da rica arquitetura local, mas com o meio natural. Para tanto, estabelece-se uma Zona de Proteção Natural (ZPN), que são as áreas formadas, basicamente, pelos morros circundantes, os quais constituem elementos fundamentais na composição da imagem ambiental de Antônio Prado. Nessa área, serão permitidos: habitação unifamiliar, sedes sociais e campestres, pousadas, sítios de recreio, chácaras, parques e praças. Estão proibidos: habitação multifamiliar, indústrias, galpões, depósitos e similares. Também conforma uma Área de Preservação Permanente – Reserva Biológica,

localizada a noroeste do perímetro urbano e conhecida popularmente como *Mata da Prefeitura*. Apresenta mata nativa em bom estado de conservação, inclusive com árvores de grande porte, podendo ser considerada uma “associação vegetal relevante, ou seja: comunidade vegetal de importância regional ou local, com características fitofisionômicas e fitossociológicas específicas inerentes a um determinado ecossistema”⁷². Essa área possui proteção local e é regulamentada pela Lei Orgânica Municipal de 1948, ratificada na versão de 1990: “Art. 51 - É vetado ao Município alterar ou arrendar a área de terras de matos que possui ao lado noroeste desta cidade e fazer ou permitir desmatamento na mesma área, em prol da salubridade local” (ANTÔNIO PRADO, 1996).

O tombamento federal em Antônio Prado – a primeira das três cidades estudadas aqui a ser tombada (em 1990) – foi importante num primeiro momento, em que a concepção de patrimônio era mais restrita. Mecanismos mais flexíveis previstos no Estatuto da Cidade poderiam ter sido acionados pelo Plano Diretor de 2006, mas até hoje o que regulamenta a política urbana na área preservada pelo IPHAN no município são as diretrizes para o disciplinamento do entorno dos bens tombados (Imagem 6), sem ações concretas do poder público municipal, dissociando as políticas de preservação das políticas urbanas.

Cientes dos limites do Plano Diretor aprovado em 2006, que contém apenas diretrizes gerais, Antônio Prado pretende, no mandato 2017/2020, rever, atualizar e ampliar o seu conteúdo (entrevista poder público em 26/06/2017). Essa necessidade decorre de não terem sido elaboradas leis municipais específicas previstas no Plano Diretor aprovado em 2006, principalmente nos artigos que fazem referência direta ao patrimônio cultural e ambiental, como o Direito de Preempção⁷³ (Seção V) ou:

SEÇÃO VI - DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR
Art. 9º Através de Lei Municipal específica, baseada no Plano Diretor Municipal, o Município fixará áreas nas quais o direito de construir pode ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

SEÇÃO VIII - DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR
Art. 16 Por lei municipal, baseada no Plano Diretor, o Município pode autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer o

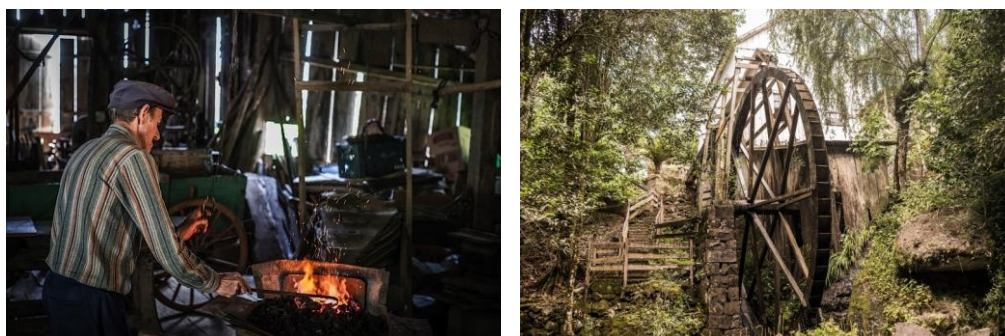
⁷² Laudo técnico *A Preservação da Cobertura Vegetal da Cidade de Antônio Prado*, do biólogo Carlos Porto da Silva, em nome do DRNR, Órgão Florestal do Estado (ANTÔNIO PRADO, 1996).

⁷³ O poder público possui preferência na aquisição de imóveis urbanos. Dessa forma, permite a formação de estoque de terras públicas sem desapropriação.

direito de construir em outro local - ou alienar este direito a terceiro, mediante escritura pública - de acordo com o previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; (ANTÔNIO PRADO, 2006)

Ressalta-se ainda que até o momento nenhum bem foi tombado no âmbito municipal, embora Antônio Prado ainda tenha, na área rural, exemplares muito significativos da cultura da imigração italiana, como a Ferraria Marsilio, datada de 1900, e o Moinho Francescato, construído em 1928. Essa postura da municipalidade deve-se ao fato de que ainda existem resquícios do “trauma” causado pelo tombamento federal em 1990.

Imagem 10 – Antônio Prado. Moinho Francescato e Ferraria Marsilio.



Fonte: <http://antonioprado.com.br/turismo/>

No caso de Corumbá de Goiás, tombada em 2004, o Plano Diretor data do mesmo ano e é constituído de diretrizes e proposições sem tratar de pontos importantes do Estatuto da Cidade, como direito de preempção, direito de superfície e transferência do direito de construir (mecanismo que reduz os custos de desapropriação para a implantação de equipamentos urbanos para a preservação do patrimônio cultura).

Art 13 - as proposições físico-territoriais setoriais referentes à Cultura e ao Turismo são:

I - Manter e valorizar o patrimônio histórico e cultural que se manifesta através de edifícios históricos, tradições culturais (festas, culinária e artesanato), a Corporação Musical 13 de Maio e a Biblioteca Municipal Monsenhor Chiquinho;

II - Criação do Museu Histórico de Corumbá de Goiás, para preservar e valorizar a memória da cidade;

III - Preservar o edifício histórico da sede dos Músicos, requalificando-o para abrigar ensino universitário [...] (CORUMBÁ DE GOIÁS, 2004)

O conteúdo generalista e a falta de participação da população na elaboração e na consecução do Plano Diretor tanto de Antônio Prado quanto de Corumbá de Goiás reforçam a constatação de Castriota (2009) de que o limite do ano de 2006 para a feitura dos planos previsto no Estatuto das Cidades levou a uma “corrida para escaparem da possibilidade de serem acionados por improbidade administrativa” (p. 180). A preservação do patrimônio cultural é premissa indispensável quando se trata do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana, previstos na Constituição Federal em seus artigos 182 e 183. Mecanismos como isenção de IPTU, transferência de direito de construir (TDC)⁷⁴ e direito de preempção relacionam-se diretamente com o campo do patrimônio arquitetônico que atende à dinamicidade urbana dos centros urbanos tombados.

Também a existência de instâncias participativas é uma demanda crescente após a Constituição de 1988, ampliada com as políticas federais a partir de 2003 e pela instituição do Sistema Nacional de Cultura em 2005.

Em Antônio Prado, como instâncias participativas tem-se o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, instituído em 1983, e a Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, desde 2009. O Conselho Municipal de Cultura foi implantado em 2013 e estabelece que “as questões específicas relativas à preservação do patrimônio histórico-cultural são de exclusiva competência do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural”. Possui “caráter deliberativo e consultivo e fiscalizador das políticas públicas de patrimônio histórico e cultural do município” (ANTÔNIO PRADO, 2013). O Regimento Interno do COMPAC, datado de

⁷⁴ Estatuto da Cidade, 2001. Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; III - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social. § 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput. § 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

2013, prevê reuniões mensais ordinárias e extraordinárias se convocadas pelo presidente, sendo competências da instituição:

- I - Deliberar sobre políticas, diretrizes e outras medidas de tutela patrimonial, com vistas a orientar a formulação de metas para a atuação dos órgãos gestores municipais na área patrimonial;
- II - Definir as prioridades do município quanto ao oferecimento de bens e serviços na área do patrimônio cultural, com base em estudos e pesquisas realizadas por instituições públicas e privadas e pela comunidade;
- III - Aprovar planos de proteção, conservação, revitalização e intervenção de bens culturais protegidos, de propriedade pública e privada;
- IV - Decidir sobre tombamento e o registro de bens, determinando a sua inscrição no Livro de Tombo e no Livro de Registro, respectivamente;
- V - Decidir sobre cancelamento de tombamento, instruindo os processos para homologação pelo prefeito, no caso de tratar-se de bens particulares ou de bens públicos. (ANTÔNIO PRADO, 2013)

Ao analisar a Lei Municipal n.º 2.614, de 8 de junho de 2009, que “institui programa de tombamento municipal e o registro de bens culturais de natureza imaterial, cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e o Fundo de Proteção ao Patrimônio de Antônio Prado e dá outras providências”, observa-se seu caráter “deliberativo e consultivo” vinculado ao Departamento de Cultura do município, composto pelos seguintes membros: Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Coordenador do Departamento de Cultura, Coordenador do Museu Municipal como secretário do Conselho, Secretário Municipal de Planejamento, Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, Presidente do Conselho Municipal de Turismo, representante do IPHAN, um historiador, um arquiteto, um engenheiro civil, um antropólogo e, na impossibilidade desse, um artista plástico, um representante da Associação Comercial e Industrial e de Serviços, um representante da Cooperativa Agropecuária Pradense e um representante do Círculo Cultural Ítalo-brasileiro. O cargo é exercido por dois anos, podendo ser reconduzido por mais dois.

Na cláusula sobre o processo de tombamento, fica clara a necessidade de concordância do proprietário, provavelmente resquícios do processo federal e da resistência local. O tombamento é um ato do Executivo de intervenção extrema na propriedade privada, e o fato de até o momento não terem tombado nenhum bem municipal demonstra que nem o poder público nem o conselho estavam preparados para ações nesse campo:

§ 4º - Na fase de estudos, antes da votação que decide pelo tombamento ou não do bem, o proprietário deste deve ser consultado, ouvido em

reunião, instruído devidamente de como ocorre o tombamento, suas obrigações e responsabilidades, além de ser proposto a ele um Termo de Acordo de Parceria (TAP), celebrado entre o município e o proprietário, o qual deve versar sobre a forma que acontece o tombamento, a destinação do bem e como deve acontecer a manutenção e a preservação do bem tombado.

I - A decisão de tombamento somente ocorre se o proprietário, em plena liberdade de seus direitos, concordar e assinar o TAP; (ANTÔNIO PRADO, 2009)

No caso em que o tombamento implicar restrições ao entorno e à ambiência do bem tombado, a legislação prevê ainda os mesmos procedimentos do bem tombado. No entanto, os proprietários não podem se opor ao tombamento, “limitando-se a reivindicar os ressarcimentos e condições possíveis” (art. 9, parágrafo único, ANTÔNIO PRADO, 2009) e podendo ou não ser celebrado o TAP. A legislação também prevê a criação de um fundo de proteção do patrimônio para investimento em “ações e execução de obras de manutenção e preservação” (ANTÔNIO PRADO, 2009).

A frequência das reuniões do conselho se resume a uma frase do IPHAN de Antônio Prado: “[...] quando estávamos ativos no conselho municipal de cultura [...]”. Essa frase faz referência a uma das últimas discussões sobre o tombamento dos capitéis do município. O COMPAC foi desativado, pois seus membros “se desestimularam” (entrevista poder público em 26/06/2017). Tinham a ideia de tomar o Campanário da Gruta Natural, o Mosaico da Casa Paroquial e o Moinho Ghinzelli no interior. “A preocupação deles é se a cidade vai tomar como mantê-los [...] será que vai ter condições, será que dá?” (entrevista poder público em 26/06/2017).

O Fundo Municipal de Cultura de Antônio Prado foi criado em 2009, sendo seu gerenciamento realizado pelo Compac e posto em execução pelo Departamento de Cultura. Os recursos devem ser investidos em obras de manutenção e preservação do patrimônio cultural local. O Fundo é formado por recursos provenientes de dotações orçamentárias do município, Estado ou União; incentivos fiscais e programas de governo para desconto em impostos e taxas de empresas particulares; doações de entidades, associações ou órgãos de qualquer espécie que visem a estimular essas iniciativas; valores de multas aplicadas e suas correções; aplicação dos recursos; e doações de outras formas de renda que lhe sejam destinadas (ANTÔNIO PRADO, 2009). O Fundo, porém, nunca foi colocado em

prática (conforme entrevista com o poder público em 27/03/2017 e CIBRAP em 26/06/2017)

Em Corumbá de Goiás, o Conselho Municipal de Cultura foi criado em 1999 pela Lei n.º 984/99 e é paritário com indicações do poder público e da sociedade civil. Entre seus membros há representantes do Executivo Municipal, de preferência o Secretário de Educação e Cultura, um representante do poder legislativo, um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária, um representante da Associação Comunitária e da Sociedade de São Vicente de Paula⁷⁵. O conselho é um órgão consultivo do poder público municipal e, em 2003, ano do tombamento municipal, seu então presidente, vice-presidente e secretário também eram membros da Associação de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Corumbá de Goiás/ ACDPH, que foi instituída em 1986.

O Livro de Atas foi aberto em 1º de dezembro de 2010. Nele constam apenas duas reuniões: uma na data de abertura do Livro de Atas que tratou da alteração no nome do conselho para Conselho Consultivo e Deliberativo, e outra em 4 de fevereiro de 2011 que tratou do Carnaval, ambas com a presença de representantes da ACDPH. Segundo o poder público municipal, nos últimos quatro anos o conselho esteve “parado” para reformulação. Tramita, em 2017, na Câmara de Vereadores, um projeto de lei que prevê a criação do Fundo Municipal de Cultura, do Conselho Municipal – com um caráter mais deliberativo, e não somente consultivo como o anterior – e do Sistema Municipal de Cultura (entrevista poder público em 26/05/2017).

São Félix criou seu conselho municipal de cultura em 2008 pela Lei n.º 138/2008, que teve sua redação alterada pela Lei n.º 145/2008, retirando no art. 3º a presidência do conselho do Diretor do Departamento de Cultura. Chama a atenção, entre os 10 membros previstos no conselho, a não presença do IPHAN, mesmo após o tombamento em 2010. Como órgão responsável pelo patrimônio federal na cidade, o IPHAN possui escritório técnico no centro histórico na cidade de Cachoeira. Em 2017, cria-se o Sistema Municipal de Cultura e, novamente, não está previsto representatividade desse órgão. Quanto ao funcionamento do conselho, na entrevista realizada com um dos primeiros membros representante do Samba de

⁷⁵ Seu regulamento foi aprovado em 10 de outubro de 2001.

Roda e Filarmônica, percebe-se a não continuidade de realização das reuniões que, no início, eram “reuniões periódicas, depois de mês em mês, depois trimestralmente, depois no governo passado deu uma parada e teve uma reunião agora” (entrevista poder público em 25/07/2017). O entrevistado não pôde afirmar com certeza sobre essa reunião de 2017, pois não faz mais parte do conselho, mas atua no poder público local e foi representante da sociedade civil. Percebe-se, nesse caso, uma sobreposição de representatividade entre sociedade civil e poder público que pode ter interesses conflitantes.

Assim, o único município analisado que possui uma política municipal atualizada e construída com participação dos segmentos culturais para o desenvolvimento no campo da cultura é Antônio Prado. O Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado foi elaborado em outubro de 2016 com participação de diversos segmentos da sociedade e está integrado ao novo Conselho Municipal de Cultura e ao Fundo Municipal de Cultura, estruturado para o período de 10 anos e formalizado por meio de Lei Municipal n.º 3.020 em 15 de dezembro de 2016, que cria o Sistema Municipal de Cultura (SMC) que integra o Sistema Nacional de Cultura (SNC)⁷⁶. O documento elaborado é “orientador das políticas culturais no município, estabelecerá as ações necessárias para alavancar as dinâmicas culturais locais e garantir a ampliação dos direitos culturais na cidade de Antônio Prado.” (ANTÔNIO PRADO, SMC, 2016). Entre as metas e ações previstas na área de Patrimônio e Memória constam:

Curto Prazo

Meta 5 - Fortalecimento e qualificação do Programa de Educação Patrimonial, visando sensibilizar a população e estimular as cadeias produtiva da cultura;

Meta 6 - Criação de Campanha sobre o Patrimônio Cultural de Antônio Prado, para divulgar nos meios de comunicação impressos e digitais,

⁷⁶ O Sistema Nacional de Cultura (SNC), uma iniciativa do Ministério da Cultura, visa à articulação, gestão e promoção conjunta de movimentações na área cultural. Tem como objetivo formular e implantar políticas públicas e democráticas junto à Federação, aos estados e aos municípios com a participação da população. O SNC visa a uma integração do desenvolvimento social em exercício dos direitos culturais, como o direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito ao patrimônio cultural) e o direito à participação na vida cultural com acesso às fontes da cultura nacional. O município faz sua adesão solicitando ao MINC a documentação necessária, que corresponde ao Acordo de Cooperação Federativa para Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, sendo esse o marco legal do município junto à União, em que, além de fornecer os dados básicos da prefeitura e do prefeito(a), se compromete com o conjunto de ações. Os formulários *Solicitação de Integração ao Sistema Nacional de Cultura* e *Informações Complementares ao Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura* são documentos que dão um panorama sobre as ações e projetos executados no município relacionado à cultura.

sensibilizando a população local e externa para a riqueza cultural da história e memória do município;

Meta 7 - Aprovar no COMPAC, o Plano Museológico do Museu Padre Schio e transformar essa instância no Conselho Consultivo do Museu, para acompanhar a implementação do PMMPS;

Médio Prazo

Meta 8 - Criação de Projeto de Valorização, Difusão e Preservação do Patrimônio Imaterial em especial atenção ao “Talian”, gastronomia e ao artesanato local, buscando integrá-los ao inventário nacional do Patrimônio Imaterial do IPHAN;

Longo Prazo

Meta 9 - Aquisição de um espaço tombado que reproduza “Casa do Imigrante” com fins turísticos;

Meta 10 – Regulamentar a outorga onerosa do direito de construir conforme estabelece o artigo 9º da Lei nº 006 de 2006 que cria o Plano Diretor de Antônio Prado, com o objetivo de isentar o IPTU e dar permissão de venda de índice construtivo para proprietários de imóveis tombados; (ANTÔNIO PRADO, SMC, 2016)

Um importante avanço aparece na Meta 10 ao buscar regulamentar a isenção de Imposto Territorial Urbano e a venda de índice construtivo dos imóveis tombados. Conforme visto anteriormente, o Plano Diretor datado de 2006 acabou não sendo um instrumento eficaz, apenas norteador. O plano também prevê como resultados que o Fundo Municipal de Cultura se consolide como principal fonte de financiamento da cultura e que ocorra uma ampliação dos bens protegidos em nível municipal. (ANTÔNIO PRADO, PMC, 2016)

No eixo V, que trata da Gestão e Participação Social, a meta 22 prevê “que o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto seja vinculado à Secretaria de Turismo, conforme prevê o Plano Municipal de Turismo”, agregando o orçamento do Departamento ao da Secretaria, e estabelece a Secretaria Municipal de Comércio e Turismo como coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura (PMC), ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pela implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação (ANTÔNIO PRADO, PMC, 2016). Isso é uma contradição, uma vez que a Lei Municipal n.º 3.020 estabelece como órgão de coordenação do Sistema Municipal de Cultura o Departamento de Cultura. Sabe-se que as secretarias municipais ainda não desenvolveram políticas intersetoriais, o que dificulta sobremaneira a operacionalização do SNC com duas instâncias

administrativas. Entretanto, também pode ser uma oportunidade para novas formas de governança, mais alinhadas nessa perspectiva.

São Félix também criou o Sistema Municipal de Cultura em 3 de março de 2017 por meio da Lei Municipal n.º 341. O documento prevê a criação do conselho municipal de cultura com seis membros representativos da sociedade civil e quatro do poder público, sem, no entanto, definir quais entidades representam. Define os entes denominados “orgânicos”, como a Biblioteca, o Arquivo Público, a Casa de Cultura, entre outros. Também aborda os instrumentos de suporte institucional, como o Plano Municipal de Cultura, Fórum e Conferência, o Fundo Municipal, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, o Programa de Capacitação e Formação na Área Cultural. Entre as finalidades do conselho na área de preservação consta “pronunciar-se sobre qualquer intervenção que venha a incidir sobre os bens imóveis do município” e “zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município, oferecendo sugestões à administração pública municipal”. Ao contrário de Antônio Prado, o Sistema Municipal de Cultura de São Félix não foi discutido com a comunidade local nem com o IPHAN. Inclusive, em entrevista realizada com o IPHAN, com o responsável pelo Arquivo Público Municipal, Dr. Júlio Ramos, e o responsável pela atualização do inventário do patrimônio municipal que está sendo elaborado em 2017, ambos desconheciam essa legislação⁷⁷ (entrevista poder público, São Félix e IPHAN, em 25/07/2017).

Na composição dos Conselhos de Cultura e/ou Patrimônio, também se observa que os mesmos atores sociais aparecem na formação de conselhos em outras áreas, como educação, saúde, meio ambiente, assistência social. A falta de diversidade desses atores sociais compromete um debate mais democrático, pois a visão que prevalece em grande parte da área é a dos mesmos atores e setores.

Também, a falta de conselhos ativos nas cidades pesquisadas abre espaço para a ingerência direta dos agentes políticos no campo do patrimônio. Um caso exemplar é a Casa Maia, edificada no século XIX pela família Maia em Corumbá de Goiás. Tombada como patrimônio histórico municipal em 2003 e como entorno da área tombada pelo IPHAN em 2004, foi demolida em 2016. No seu lugar, foi

⁷⁷ A pesquisadora também realizou uma busca na Internet e no *site* da prefeitura municipal no *link Notícias* visando a verificar algum chamamento público ou divulgação dessa legislação. Não foi localizada qualquer informação.

edificado um prédio comercial com dois pavimentos em estilo moderno. Situava-se na Avenida Engenheiro Roberto Muller.

Imagem 11 - Casa Maia em Corumbá de Goiás.



Fonte: Curado (1997).

Outra edificação desaparecida foi a Casa de Violeta Jaime, edificada antes de 1925 e que pertenceu ao vendeiro Manoel Rosa. Tombada pelo município, foi vendida pelos herdeiros de Violeta Jaime para Ronaldo Bandeira, que a demoliu na época em que ela estava num processo de transição para o tombamento federal. Em seu lugar, existe hoje uma casa de dois pavimentos.

Imagem 12 - Casa de Violeta Jaime em Corumbá de Goiás.



Fonte: Curado (1997).

A casa a seguir foi construída em 1929 pelo negociante João Agripino Pereira e tombada como patrimônio histórico municipal. Está situada na área do entorno do tombamento federal, na Praça Major João Mendes, e foi descaracterizada em sua fachada.

Figura 14 - Casa de João Agripino Pereira em Corumbá de Goiás.



Fonte: Curado (1997).

A figura a seguir mostra a casa de João Batista da Silva, edificada na década de 1820, vendida pelos herdeiros e demolida quando o processo de tombamento federal estava em andamento. Nesse caso, teve uma ação do Ministério Público responsabilizando o proprietário.

Figura 15 - Casa de João Batista da Silva em Corumbá de Goiás.



Fonte: Curado (1997).

Outra edificação em Corumbá de Goiás que “caiu” durante o processo de tombamento é a casa de Abadia Lopes da Silva, situada à Rua 25 de Dezembro. Essa casa do século XIX era, originalmente, bem maior do que aparece na foto, pois uma parte dela ruiu e a família, muito pobre, não conseguiu recuperá-la. Em setembro de 2002, uma tempestade comprometeu o telhado e fez com que uma das proprietárias – e moradora – tivesse que sair da casa, que veio a ruir em 2007. Entre 2000 e 2007, houve várias propostas de compra desse imóvel, as quais esbarraram no fato de ela ter muitos donos e nem todos concordarem com a venda, ou então no fato de a soma do que cada um pedia ficar num valor exagerado, ou ainda no fato de o tombamento acabar sendo prejudicial à preservação da casa, pois exigia a manutenção das características originais e os donos não tinham recurso para isso (entrevista ACDPH em 26/06/2017)⁷⁸.

⁷⁸ O tombamento municipal que enquadra a casa de Dona Abadia data de 22 de outubro de 2003 e abrange 108 edificações. O tombamento federal, que coloca a casa de Abadia como entorno, data de 21 de dezembro de 2004.

Figura 16 - Casa Dona Abadia em Corumbá de Goiás.



Fonte: Curado (1997).

Segundo o poder público de Corumbá de Goiás, existia uma política municipal que permitiu a destruição de alguns bens tombados no âmbito municipal, uma vez que “nós somos muito próximos da comunidade, então tem esses embates que muitas vezes a prefeitura prefere ceder do que muitas vezes perder uma área de abrangência”. Na opinião do entrevistado, hoje mudou, pois existe uma maior conscientização da importância da preservação (entrevista poder público, Corumbá de Goiás, em 26/05/2017).

[...] esse que é o problema: o patrimônio municipal ele abrange a área do federal e vai além dele, mas não está sendo respeitado como é o federal. Quando se trata de uma cidade pequena em que a questão do populismo é uma realidade ainda, o que acontece muitas vezes uma pessoa que tem imóvel tombado só municipalmente as próprias autoridades municipais dão um jeitinho para que ele destrua. (Entrevista com o Diretor de Culturas Populares da ACDPH em 27/05/2017)

Crítica é a situação de São Félix, em que nem mesmo o poder público tem clareza sobre as edificações ou a área tombada no âmbito municipal. O mesmo se aplica ao tombamento federal. Questionado o poder público sobre como o processo federal de tombamento foi recebido pela população, informou que a população não entendeu e/ou desconhece as implicações dessa ação (entrevista poder público em 25/07/2017). O IPHAN confirma essa constatação ao declarar que a maior parte das edificações são privadas e da Igreja Católica e que: “[...] a maioria das pessoas nem sabe direito, se foi tombado, muita gente fala que não, é Cachoeira, é do SPHAN [...] falta informação bem básica” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira, em 25/07/2017). Como já afirmado anteriormente, São Félix, dentre os estudos de caso desta tese, possui as piores condições socioeconômicas: “[...] às vezes a gente faz

vista grossa, principalmente quando a gente percebe que tem esta questão social” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). O conceito de cidade pequena, de ritmo lento, não se aplica a esse contexto. Isso decorre de São Félix ser um prolongamento de Cachoeira: “[...] a massa urbana, as pessoas vivem nos dois lugares, tem gente que mora e trabalha de um lado e de outro da ponte” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). Essa ponte também liga a outros municípios do interior da Bahia, e é em São Félix que está o posto do INSS que atende a toda a região, bem como o hospital do SUS com oito leitos de UTI. O resultado é um trânsito caótico com suas ruas estreitas e íngremes, muita poluição sonora e visual, bem como prostituição. O trânsito de veículos automotores é ainda cortado pela passagem do trem de carga no centro da cidade. O seguinte depoimento resume o sentimento: “[...] falar de patrimônio é complicado, às vezes a gente vai exigir certas coisas de uma pessoa que não tem o mínimo para comer” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). Também sobre a situação fundiária: “[...] não tem documentação de posse das casas, documentos que desaparecem no cartório [...] nunca vi uma situação tão precária assim em termos de documentação” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). São Félix também possui patrimônio estadual tombado pelo IPAC, que tem um escritório localizado em Cachoeira, mas com apenas um funcionário na área administrativa – apesar de ter mais bens tombados que o IPHAN na região. Sobre a relação com o IPAC, “a gente tem tido pouco contato com eles” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017).

Tanto em Antônio Prado quanto em Corumbá de Goiás e São Félix, o turismo cultural fez-se uma alternativa ao desenvolvimento da região pelas diversas gestões municipais que se sucederam⁷⁹. O idealizado em cada uma dessas cidades são, respectivamente, grandes polos turísticos da região, como Pirenópolis, em Goiás, e Cachoeira, na Bahia. No depoimento de um dos entrevistados, ficou claro o sentimento de inferioridade, no caso de Pirenópolis, cidade que dá nome às pedras que compõem o calçamento do centro histórico de Corumbá de Goiás: “[...] não gostam de falar muito dela porque remete a Pirenópolis” (entrevista poder público, Corumbá de Goiás, em 26/05/2017).

⁷⁹ E também pelas instâncias regionais, como a Atuaserra, em Antônio Prado, cujo objetivo era a inserção da cidade em circuitos regionais do turismo.

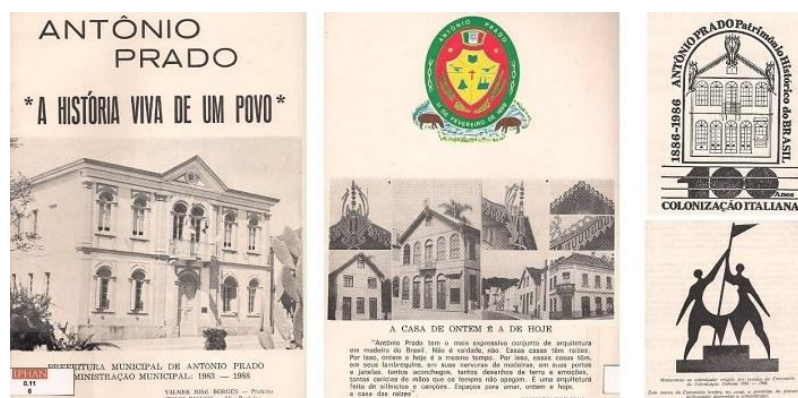
Figura 17 - Slogan das administrações municipais.



Fonte: Sites das prefeituras municipais.

Mas é em Antônio Prado que se constatou “um poder público municipal que por vezes figura como aliado e por outras como contrário a ambos os lados” (BUCHEBUAN, 2010, p. 11), e que, aos poucos, vai cedendo lugar a um discurso com novos objetivos sociais, ativado por interesses econômicos e turísticos, conforme o *slogan* de “Cidade mais italiana do Brasil”⁸⁰. Segundo Buchebuan, embora ainda persistam discursos contra o tombamento, explora-se o patrimônio, nas peças publicitárias, como objeto de consumo, como motor do turismo local, ou ainda na eleição dos materiais ou na estética das novas edificações. Essas ações parecem denotar que a imagem das casas tombadas está mais presente no imaginário do que pressupõe a comunidade local (2010, p. 124).

Figura 18 - Materiais de divulgação da prefeitura municipal de Antônio Prado de 1983/1988.



Fonte: Publicação da prefeitura municipal (BUCHEBUAN, 2010, p.155).

⁸⁰ Administração municipal 2004/2007.

Para Silva e Rosa (2017), a busca da “reconciliação da população com suas memórias” (MONUMENTA, 2009) desencadeou uma “política patrimonial [...] atrelada a uma pedagogia da memória”. Essa tarefa educativa coube aos agentes culturais e estatais, pois, conforme constatado por Silva e Rosa, os objetivos sociais das políticas patrimoniais “enfaticavam a produção de sentidos para o ato de tombamento do casario, mediante a valorização da regionalidade colonial e sua potencialização para projetos de desenvolvimento turístico” (2017, p. 173).

É no projeto *Pulando janelas*, o qual existe há nove anos, que está a maior ação do poder público local no campo da preservação envolvendo ações de educação ambiental, patrimonial e turística. O projeto foi promovido por uma instância de governança regional⁸¹, a Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), e entre 2006 e 2009 foi desenvolvido em outros seis municípios da região serrana: Protásio Alves, Nova Prata, Vila Flores, Veranópolis, Fagundes Varela e Cotiporã. Desde 2010 em Antônio Prado, o projeto é realizado em uma parceria entre a Atuaserra, a Associação Comercial e o poder público local, principalmente as Secretarias de Educação e Cultura e Turismo. No ano de 2016, o tema foi o resgate do filó, que ainda é uma prática cultural semanal em algumas localidades do interior ainda hoje. O projeto envolve educação ambiental, patrimonial e turística com ações por escola, e ao final de quatro anos as atividades envolvem as três temáticas. Participam as escolas que se inscreverem, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, e consiste no desenvolvimento de palestras aos professores do município, visitas técnicas e oficinas para os estudantes das escolas.

A coordenação era, até 2016, realizada pela Secretaria Municipal de Turismo em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura. A partir de 2017, o projeto será coordenado pelo Departamento de Cultura, com um novo formato de programa, não mais regional e, sim, municipal. Segundo a turismóloga do município de Antônio Prado, o projeto terá outro nome e será curricular nas escolas municipais e opcional nas demais.

⁸¹ Segundo o Ministério do Turismo, a Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil* em âmbito regional. Essas instâncias podem assumir estrutura e caráter jurídico diferenciados, sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio ou outro tipo de colegiado. Ver maiores informações em: <http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/instancia-de-governanca-regional.html>

Imagem 13 – Antônio Prado. Momentos do projeto *Pulando janelas*, com palestras, maquetes e visitas guiadas.



Fonte: Secretaria de Turismo de Antônio Prado (2017).

Em pesquisa realizada por Silva e Rosa (2017) a partir de estudo teórico e de uma análise situacional, discutiram-se as relações entre educação patrimonial, processos identitários e reelaboração das demarcações simbólicas tomando como elemento reflexivo a situação do tombamento histórico realizado em Antônio Prado e seus desdobramentos pedagógicos e sociais na atualidade. Da mesma forma que os autores, constatou-se que, apesar de existirem ações, elas não são sistemáticas e regulares e, quando acontecem, são dependentes de projetos de atores individuais ou da CIBRAP, ou de agências de desenvolvimento como a Atuaserra. O depoimento a seguir, da coordenadora do *Pulando janelas*, reforça os objetivos sociais das políticas patrimoniais em Antônio Prado, as quais, apesar de não se

constituírem em uma política municipal de educação patrimonial, apresentam resultados alinhados com a valorização da imigração italiana e seu potencial para os projetos de desenvolvimento turístico:

Temos o resultado real de depoimentos de pais que moram a vida toda aqui e que seus filhos ensinaram a eles sobre a história de Antônio Prado, mostraram os pontos turísticos e expuseram o valor cultural dos mesmos; uma redução enorme na fala negativa dos munícipes referente ao tombado das edificações; um sentimento de pertencimento maior do local, principalmente entre os jovens e as crianças; um sentir menos vergonha e mais orgulho das suas raízes, do sotaque e de falar as "gírias" locais; e um entendimento muito mais do que é turismo, como podemos usar de forma planejada e sustentável essa riqueza para o desenvolvimento local. Temos muito chão pela frente ainda, pois Antônio Prado tem um histórico bem complicado em relação a vários acontecimentos que por gerações foi visto com olhar negativo, mas devagarzinho tenho fé que vamos chegar lá. (Entrevista SETUR em 7/7/2017)

Atualmente, entre as ações do poder público municipal destacam-se a manutenção e as ações de educação que ocorrem no Museu Municipal com temas ligados ao trabalho dos imigrantes e seus descendentes. Para as escolas, além da visita guiada e folhas didáticas sobre a temática do museu, há jogos e brinquedos educativos em madeira sobre o acervo arquitetônico.

Figura 19 - Logomarca do Museu Municipal em Antônio Prado.



Fonte: Prefeitura municipal.

Em Corumbá de Goiás, o poder público local desenvolve, desde 2014, aulas de educação patrimonial dentro do eixo transversal, envolvendo alunos da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental, com conteúdos distribuídos nos quatro bimestres, atingindo 800 alunos da rede municipal de ensino⁸². A capacitação foi realizada com apoio do IPHAN, e as aulas são de responsabilidade do professor regente da turma. Os objetivos, além de educativos, são também fomentar o turismo local:

O poder público municipal quer trabalhar numa linha de educação patrimonial para que eles possam ter a visão que o patrimônio é um bem da humanidade, que é um bem nacional, um bem de todos e que todos e que possam motivar também o turismo como a gente prevê nós queremos tirar benefícios deste patrimônio nacional também que ele atraia turistas que venham a partir do ponto de cultura⁸³ (Entrevista poder público, Corumbá de Goiás, em 26/05/2017).

No entanto, para entender esse quadro, é preciso adicionar a este foco de estudo os arranjos institucionais que ajudam a compreender a dinâmica em cada um dos municípios estudados, relacionando a capacidade técnico-administrativa e política do ente federado para a execução de políticas.

O primeiro elemento, relacionado à capacidade técnico-administrativa, deriva do conceito weberiano de burocracia, contemplando as habilidades do Estado para levar a efeito suas políticas, produzindo ações coordenadas e orientadas para a geração de resultados. Nos três casos analisados, o corpo técnico constitui-se de apenas uma pessoa, que ocupa papel de coordenação, sem autonomia e sem orçamento próprio. Não se observou, em nenhum dos estudos de caso, um planejamento urbano de forma intersetorial que enxergasse a cidade como algo orgânico e dinâmico, não dissociando o centro histórico do restante do núcleo urbano. Embora existam ações que geram estímulos de preservação, elas são pontuais e não articuladas com outras esferas e atores. Contudo, as ações mais significativas na área de preservação nesses pequenos municípios estão mais

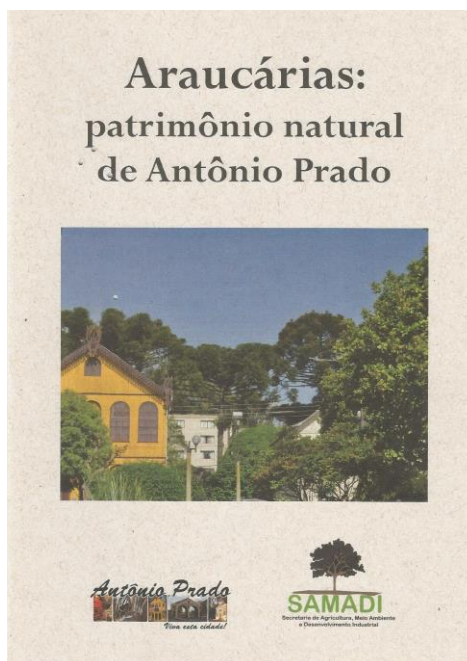
⁸² Em São Félix, não se realizou até o momento projeto de educação patrimonial por parte do poder público municipal. Em 2017, já ocorreu uma reunião com o IPHAN para que o projeto Casa do Patrimônio se estenda com ações para a rede pública de ensino (entrevista Escritório Técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). Algumas ações de valorização do acervo relacionado aos “grandes vultos e nomes da história de São Félix” são desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal.

⁸³ Os Pontos de Cultura são uma política cultural do Ministério da Cultura articulada com outros ministérios e programas sociais que visam a realização de ações que gerem impactos socioculturais nas comunidades atingidas e a gestão compartilhada entre o ente federal e as entidades. Para maiores informações vide: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> .

relacionadas à ação das associações, como a de Corumbá e a de Antônio Prado, do que ao poder público municipal, tema que será abordado no subcapítulo seguinte.

Em Antônio Prado, algumas ações do poder público local, embora pontuais, demonstram o potencial da intersectorialidade numa problemática recorrente, nas cidades, relacionada ao meio ambiente – no caso de Antônio Prado, as araucárias que compõem a paisagem cultural do lugar. A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial distribuiu um *folder* intitulado *Araucárias: patrimônio natural de Antônio Prado* com o objetivo de alertar para o corte desenfreado que levou a espécie à condição de ameaçada de extinção e de ressaltar sua importância como elemento da paisagem local. Esse material de divulgação corrobora com o documento das *Diretrizes para o entorno dos bens tombados* (Antônio Prado, 1996), que possui um capítulo somente sobre essa temática, está previsto no *Plano Diretor* (Antônio Prado, 2006) e compõe uma das temáticas de educação patrimonial no projeto *Pulando janelas*. Ambos os setores, Educação e Cultura, Turismo, Planejamento Urbano, Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial poderiam ter atuado em conjunto de forma sinérgica na busca soluções para esse complexo problema. No entanto, essa ação é somente de uma secretaria municipal, sem integrar o tema no planejamento nem no monitoramento dos resultados.

Imagem 14 – Antônio prado. *Folder* da campanha.



Fonte: Arquivo da prefeitura municipal de Antônio Prado.

Ressalta-se ainda que, no campo da preservação do patrimônio material, há necessidade de um trabalho em conjunto com o arquiteto que possui atribuição profissional para trabalhar nas questões de conservação e restauro⁸⁴ de bens edificados. Em todas as cidades analisadas, esse profissional faz parte do corpo técnico da prefeitura municipal e está lotado na Secretaria de Planejamento ou na Secretaria de Obras e Serviços Públicos. No entanto, existe pouco diálogo, ações ou mesmo projetos em conjunto e, quando existem, são pontuais e são desencadeados por demandas específicas, como no caso de Antônio Prado uma verba federal para a praça do centro histórico. O poder público local realizou uma ampla mobilização da população em função da reforma da praça e entornos, o que gerou descontentamento na população local em relação ao projeto apresentado em 2015. O projeto original tem previsto um anfiteatro (o município não possui), mas o recurso não foi suficiente. O envolvimento da comunidade ocorreu por meio da realização de audiências em 4 de maio de 2017 com munícipes e em 2 de junho de 2017 com estudantes de arquitetura e engenharia, e optou-se pela ampliação da calçada e a manutenção das árvores da praça. Pelas mídias sociais, jornal local e a rádio da

⁸⁴ Embora o restauro seja uma área de atuação de grande complexidade, o que exigiria uma formação complementar.

cidade ocorreu uma mobilização de pessoas de todas as idades. Ao final, serão propostos três projetos pela prefeitura e a votação será pública. Essa experiência demonstra a tendência de envolver novos atores e instâncias participativas nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas.

Foto 15 – Antônio Prado. Início das obras na Praça Garibaldi.



Fonte: A autora em 26 de junho de 2017.

O segundo elemento a ser analisado em relação aos arranjos institucionais está associado à dimensão política. Refere-se às habilidades de inclusão de atores diversos (sociais, políticos e econômicos) e de negociação e condução de processos decisórios compartilhados envolvendo o processamento de conflitos, prevenindo a captura por interesses específicos. Os conselhos, as conferências, as audiências públicas, os orçamentos e os planejamentos participativos são exemplos de instâncias participativas fomentadas pela Constituição Federal de 1988 e implementadas pelas políticas públicas, visando a uma maior democratização do acesso. Esse processo de articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e diferentes instâncias governamentais busca incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas e, no caso desta tese, a questões envolvendo o patrimônio cultural de cidades pequenas. Nesse contexto, o governo federal tem desenvolvido novos arranjos institucionais com a implantação de escritórios técnicos, como em Antônio Prado, visitas técnicas e frequentes, como em Corumbá de Goiás e São Félix, e implantação de programas, como o Monumenta, em Antônio Prado e São Félix. Esses novos arranjos têm gerado importantes investimentos e podem contribuir para a revitalização de centros históricos, edificações isoladas, programas de educação patrimonial e fomento à atividade turística, visando a contribuir para a melhora da qualidade de vida das comunidades

envolvidas. No entanto, as evidências demonstram não só uma grande dificuldade de ações intersecretarias, bem como entre os entes federados.

Existe um peso da cultura setorial e de resultados em curto prazo entre os gestores que acaba por comprometer a eficácia e a eficiência do setor público. As experiências têm se mostrado bastante profícuas, mas com características muito pontuais, sem continuidade, uma vez que são propostas atreladas aos governos que muitas vezes terminam com o fim do mandato. Observou-se nas pequenas cidades estudadas que, apesar da proximidade e da pessoalização das relações, os conflitos ocorrem em determinadas situações quando as oposições são toleradas, como nos momentos de eleições, conforme analisado também por Caniello em uma cidade pequena em Minas Gerais (2003, p. 32). Assim como Endlich (2009, p. 305), constatou-se a formação de grupos que se revezam no poder, com vários mandatos, como prefeito municipal, vereador e secretários municipais. Essas evidências reforçam um forte centralismo na condução ou inação do poder local atrelado a troca de favores e compromissos.

Um exemplo de ações nas questões de preservação em Corumbá de Goiás é o projeto *Portas e janelas vão se abrir*⁸⁵ do IPHAN, que é realizado desde 2010 em parceria com a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação de Corumbá de Goiás. É fomentado pela Superintendência do IPHAN em Goiás em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás e com as secretarias de educação dos municípios contemplados – Corumbá de Goiás, Goiandira, Luziânia e Pilar de Goiás. Em 2010, ocorreu uma oficina voltada para 50 professores do Ensino Fundamental de cada cidade, com duração de dois dias validados como horas-aula para o professor. Além disso, foram distribuídos *kits* com material didático de apoio para o desenvolvimento da ação. Os temas da oficina, elaborados pelo IPHAN, tiveram como foco a inicialização do professor no universo do patrimônio nacional como forma de difusão do conhecimento cultural e a contextualização desse conhecimento à realidade de cada local.

⁸⁵ Esse projeto é parte do concurso de redação promovido pelo IPHAN em parceria com a Secretaria de Educação. Em sua terceira edição, teve como temáticas, em 2014, *Todas as janelas se abrem*, em 2015, *Cine Teatro*, e em 2016 *José J. Veiga e Bernardo Élis*.

Figura 20 – Antônio Prado. Capa do material didático.



Fonte: Escritório técnico IPHAN Pirenópolis.

Em Corumbá de Goiás, foram realizadas oficinas com professores e alunos⁸⁶, o que resultou em um concurso para escolha de um cartão-postal. Atualmente, em função dos cortes federais, o projeto não está mais ocorrendo⁸⁷.

Imagem 15 – Corumbá de Goiás. Cartão-postal.



Fonte: Cartão-postal de Corumbá de Goiás.

⁸⁶ O IPHAN atuou apenas como agente fomentador desse projeto. O desenvolvimento dos desenhos e artes dos cartões foi acompanhado pela prefeitura municipal.

⁸⁷ Está em fase de diálogo a criação de um selo que identifique o patrimônio nacional e ações em conjunto com a Secretaria de Turismo relacionadas ao patrimônio imaterial. Infelizmente, até o momento, não existe ação envolvendo essa secretaria (entrevista em 26 de maio de 2017).

Em Antônio Prado, ocorreu uma ação entre os entes federados para a implantação de um Ponto de Cultura. O IPHAN informou a prefeitura sobre os editais do Ministério da Cultura que foram elaborados pelo Departamento Municipal de Cultura, denominados *Ponto de cultura: saberes locais e vozes da imigração*. As atividades começaram em 2008 numa sala cedida pelo IPHAN. Foram criados dois corais, um para adultos e outro para crianças, com canções em dialeto e em português. Paralelo ao canto coral, também foram desenvolvidas oficinas de trabalhos manuais para mulheres que aprenderam técnicas centenárias de artesanato com linhas e tecidos, como o macramê, o ponto cruz e o crivo. Na segunda fase do Ponto de Cultura foram introduzidos cursos de dança e teatro. O resultado desse trabalho com as artesãs locais levou à criação da Associação dos Artesãos de Antônio Prado, com patrocínio do Fundo de Desenvolvimento do Turismo e apoio da Secretaria Municipal de Turismo (MONUMENTA, 2009, p. 52).

Outra ação desenvolvida com parceria entre o Programa Monumenta e a Atuaserra em 2006 foi o projeto *Desvendar Antônio Prado, desvelar o patrimônio: divulgação turística para educação e preservação*, que teve entre seus eixos de atuação a geração de emprego e renda. Para essa atividade foi desenvolvida uma pesquisa de opinião com os pradenses, que responderam um questionário. Dos 500 participantes, 89% eram descendentes de imigrantes e estavam de acordo com a preservação do patrimônio e da cultura italianos. Desses, 100% queriam mais estímulos ao turismo. Os resultados foram uma nova cartilha de educação patrimonial, um material de divulgação em CD-ROM, um *site* e um grupo de artesãos mais qualificado. Para isso, foi contratado um consultor do Sebrae que auxiliou na definição dos produtos a serem confeccionados pelas artesãs e nos preços a que esses produtos seriam comercializados (MONUMENTA, 2009, p. 61).

No caso de Corumbá de Goiás, outro exemplo foi o restauro do Casarão da Educação e Cultura de Corumbá de Goiás, que recebeu o investimento, em 2007, de R\$ 275 mil. A edificação, denominada Casa n.º 143, foi construída em 1830 e já abrigou o Fórum de Justiça, a Câmara de Vereadores, a primeira central telefônica local, a Biblioteca Pública e, por último, a Corporação Musical 13 de Maio. Os recursos são provenientes do IPHAN. O restauro foi realizado por meio de uma solicitação da prefeitura municipal em conjunto com a Associação de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Corumbá de Goiás. Com a recuperação, foram

instaladas no local a Biblioteca Pública Municipal, a Escola de Inserção Digital e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A edificação encontra-se hoje mal conservada.

Embora os resultados sejam visíveis, poderiam ser potencializados se pensados dentro de um contexto que envolvesse diferentes atores sociais, instâncias participativas e um fundo para a conservação dos bens restaurados. Nenhum dos exemplos citados teve continuidade a longo prazo, nem articulação entre diferentes setores com saberes e experiências para, em conjunto, construir soluções para os problemas no campo do patrimônio.

Além das problemáticas já elencadas, percebe-se muito mais uma justaposição do que uma integração de políticas públicas entre os entes federados, com um forte grau de verticalidade. As ações do Monumenta fomentaram áreas estratégicas na consolidação do patrimônio em Antônio Prado como relevante nas políticas públicas e principalmente a proposta de um programa que atende e valoriza as especificidades locais, fomentando as forças sociais locais. Infelizmente, nenhuma outra ação desse porte foi desencadeada posteriormente no município. Entretanto, os resultados desse projeto ainda são frequentemente acionados nas ações atuais, como na Semana dos Museus, na Semana do Patrimônio, no evento mensal Café com Cultura e na Associação de Artesãos, abordando inclusive o patrimônio imaterial expresso na língua e nos modos de fazer.

Imagem 16 – Antônio Prado. Semana do Patrimônio em 2010 e 2011.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Antônio Prado.

O escritório técnico do IPHAN em Antônio Prado, segundo depoimento, atua principalmente com orientações sobre procedimentos em relação aos bens tombados e participação nos conselhos municipais, ou seja, funciona mais como um órgão consultivo e fiscalizador da execução das normas estabelecidas pelas Diretrizes do Entorno dos Bens Tombados (Antônio Prado, 1996). O mesmo ocorre em relação ao Ministério Público, que “é um órgão que nos cobra como instituição e às vezes é nosso parceiro na cobrança de outras ações necessárias”, como no caso de proprietário de bem tombado que possui condições financeiras de conservar sua edificação e não o faz: “[...] não passa semana sem ofício para responder é direto o envolvimento, tanto pedido de vistoria, pedido de resposta, acompanhar denúncia [...] muito frequente” (entrevista IPHAN ANTÔNIO PRADO em 27/03/17).

[...] atuamos com frequência, é um órgão que nos cobra como instituição às vezes e às vezes é nosso parceiro na cobrança de outras ações necessárias quando comprovado a exemplo que o proprietário tem condições de restaurar também entra nos processos e nas cobranças e às vezes nos tornamos réus. (Depoimento em 27 de março de 2017)

Semelhante foi a constatação do IPHAN em Cachoeira: “[...] eles nos processam e algumas vezes nós pedimos que eles processem” (25/07/2017). Já em

Corumbá de Goiás, o Ministério Público gerou um grande embate com a comunidade local, pois proibiu a realização das Cavalhadas no centro histórico e transferiu as tendas e ranchos para uma área próximo à principal via federal, que liga aos municípios vizinhos. Tal ação gerou um grande descontentamento na comunidade que, ao longo dos anos, tinha como palco principal para as suas celebrações o centro histórico, além de ser perigoso as festividades ocorrerem perto de uma via de grande fluxo de carros e caminhões.

Em publicação de 2009, a então técnica do IPHAN de Antônio Prado reforça os laços de colaboração com as esferas de poder municipal ao apontar a existência de lei municipal que incentiva o tombamento voluntário de bens e o registro do patrimônio imaterial. O IPHAN participou, na época, da elaboração de outros projetos, como o disciplinamento da publicidade – com lei aprovada na Câmara de Vereadores –, relatórios sobre o impacto da passagem de caminhões pesados no centro histórico, criação de um fundo de desenvolvimento do turismo e um conselho do patrimônio municipal. Essas ações são apontadas pela técnica como fatores que melhoraram a relação com a comunidade local.

Para muitas pessoas, o Instituto deixou de ser considerado um entrave, e agora é visto mais como um aliado. Tudo isso é consequência do diálogo que procuramos incentivar entre poder público e a sociedade. Nesse sentido, sempre tentamos aproveitar qualquer brecha que surja. (MONUMENTA, 2009, p. 51)

Oito anos após a publicação do Monumenta, as ações elencadas não se confirmaram, embora o diálogo com a comunidade e o reconhecimento da importância dos bens tombados estejam mais presentes. O IPHAN participa do Conselho Municipal de Patrimônio e do Fundo Municipal de Cultura, embora a depoente ficasse em dúvida em função da não realização de encontros usando a expressão “se eu não estou enganada”. Como visto anteriormente, tanto o conselho quanto o fundo estavam inoperantes e foram reformulados a partir do Plano Municipal de Cultura elaborado em 2016, instrumento que direciona as ações nesta área pelos próximos anos, mas do qual o escritório técnico do IPHAN não participou. A depoente resume o estado atual do IPHAN com a seguinte constatação: “[...] a

gente apaga incêndio”⁸⁸ (entrevista em 27/03/2017). O IPHAN se isolou durante o governo Collor com a extinção do Ministério da Cultura e o que “pairava no ar que não se pode fazer nada” em Antônio Prado. Hoje a instituição está aberta para o diálogo e nem tudo é “não”, estimulando o uso das edificações (entrevista em 27/03/2017).

Mas, sem dúvida, dos casos estudados, o mais emblemático em relação à municipalidade é o de São Félix. Segundo o IPHAN, existe atualmente em São Félix “uma boa vontade, querem trabalhar junto” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). Essa é uma postura da atual administração pública municipal, algo que não ocorria nos anos anteriores. Na prática, a legislação que cria o novo Conselho Municipal previsto no Sistema Municipal de Cultura, criada em março de 2017, não prevê a participação entre os segmentos do IPHAN. Ou seja, a “boa vontade” ainda está no plano das ideias, mas não se esboça em ações práticas. O trecho a seguir resume essa problemática:

Pessoas muitas vezes recorrem a nós para resolver problemas como conflitos com o comércio, vizinhos. As prefeituras têm uma posição meio acomodada de passar pra gente muitas coisas que eles não querem resolver, até por questões políticas de não tomar um lado e não se indispor com ninguém. (Entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017)

Ocorreram alterações significativas com a Constituição de 1988? Infelizmente não. Com competência comum entre a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios para a gestão do patrimônio cultural, nesses casos fomentada por um reconhecimento do IPHAN dos seus bens culturais de valor nacional, os municípios têm se organizado legal e administrativamente de forma incipiente e têm grandes dificuldades para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano. A responsabilidade pela guarda e conservação dos bens fica a cargo do órgão federal, uma vez que suas cidades possuem bens tombados pelo IPHAN. O que aparece no depoimento a seguir resume este sentimento de impotência do Diretor de Culturas Populares da ACDPH: “A política pública que existe é mais uma normatização do

⁸⁸ Cortes no orçamento e no pessoal técnico que atuava no escritório, ampliação de novas demandas, com a inserção de Santa Tereza no rol dos bens a serem atendidos pelo escritório técnico de Antônio Prado, dificultam a ação desse órgão.

IPHAN e a ação da associação [...] nós enquanto associação estamos sozinhos” (entrevista em 27/05/2017).

Pode-se afirmar que há um movimento empreendedor das municipalidades nas cidades pequenas, embora se restrinjam muito ao período do mandato de governo. A ausência de um corpo técnico, a falta de diálogo e ações com outros entes federados e com a comunidade local, o foco no produto e não no processo, a setorialidade da gestão pública municipal, a escassez de recursos financeiros e a falta de continuidade nas políticas públicas têm relegado as questões de preservação a um segundo plano nas políticas públicas municipais de cultura. Antônio Prado desenvolveu seu Plano Municipal de Cultura e está em fase de implantação do SNC construído com os diversos segmentos culturais em 2016, mas seus resultados ainda não são visíveis, embora demonstre um grande potencial e seja um diferencial nas políticas municipais até então estudadas.

Existem diferenças no desenvolvimento local e na preservação dos conjuntos urbanos tombados que estão atrelados ao setor privado, a órgãos de preservação e a entidades sociais. Esse assunto será analisado no próximo subcapítulo.

5.3 Os atores sociais e a ação coletiva como materialização do capital social

Enquanto a administração pública apresenta muitos problemas para formular, implantar e avaliar políticas públicas de preservação, observa-se que as associações vão ocupando um espaço cada vez mais significativo, principalmente no caso de Corumbá de Goiás e Antônio Prado, que remetem aos primórdios dos processos de reconhecimentos dos bens materiais como de relevância nacional.

Ao analisar o longo processo de tombamento de Antônio Prado, que iniciou com os estudos do ECIRS e do IPHAN no início da década de 1980 e culminou com o tombamento do conjunto urbano composto por 48 edificações, levantou-se uma série de conflitos que aparecem nos depoimentos de diferentes atores:

Para um proprietário, o ato representou um “grande espetáculo de segunda classe”. Já para um morador, é “uma ideia para o turismo como opção econômica viável”. Ainda dentro da esfera local, um empresário apoiador de ações afeitas aos temas culturais declara que “a ideia inicial era incentivar a preservação histórica, não obrigá-la através de lei”. Já para os profissionais da arquitetura, o núcleo histórico da cidade é um autêntico “representante de peculiaridades regionais, manifestadas nos três estados do sul e ainda preservadas na forma de conjunto em Antônio

Prado”. O Projeto ECIRS, importante aliado da então SPHAN nos estudos e ações educativas na cidade, registra que preservar este acervo é “privilegiar as manifestações culturais de minorias”. Já o órgão oficial de preservação, a então SPHAN, refere-se ao patrimônio de Antônio Prado como o “maior e melhor preservado conjunto arquitetônico e paisagístico representativo das primeiras décadas de vida dos imigrantes italianos no Brasil”. (BUCHEBUAN, 2010, p. 28)

Nos relatos, percebemos que são diferentes atores, com expectativas diversas, mas que são territorializados: o morador que pode apreciar a paisagem local intacta, o empresário que não quer sua liberdade econômica cerceada, e os donos das casas, moradores da localidade que não querem limitar o seu direito de propriedade. Todos são atores endógenos que por habitarem no seu território de ação tendem a se integrar pela resistência ou pela identidade. A resistência ao tombamento, principalmente vinculada à questão cultural da “casa velha” como remanescente das dificuldades iniciais da colonização desse território (BUCHEBUAN, 2010), dá lugar, aos poucos, a uma nova perspectiva, fomentada principalmente na RCI pelos intelectuais e empresários engajados na questão da valorização e preservação dos bens culturais (BUCHEBUAN, 2010, p. 148).

Para Buchebuan, com a publicação do edital que decretou o tombamento provisório, instaura-se o conflito que a imprensa nacional, estadual, regional e local vai registrar amplamente, e nessas matérias as mais variadas falas ganharão espaço – SPHAN, ECIRS, prefeito, proprietários, intelectuais, empresários, moradores. O discurso técnico se mantém nos moldes anteriores, mas, quando a SPHAN é interpelada pela imprensa sobre o conflito, declara que o tombamento foi realizado de forma intempestiva em função do perigo de demolição das edificações e ressalta que os interesses coletivos devem prevalecer sobre os particulares. Já os intelectuais, ligados ao Projeto ECIRS ou não, entrarão na discussão numa tentativa de sensibilizar a população para os valores históricos e culturais, os quais deveriam ser mais importantes do que o econômico. Nesse sentido, consideram que, se as casas desaparecerem, sumirá também uma marca do imigrante, o que prejudicará a identidade de todo o grupo, pois as casas não são mais somente da cidade, mas representam a região e, com o tombamento, a sociedade brasileira (BUCHEBUAN, 2010, p. 149).

O estudo do antropólogo Bernardo Lewgoy (1992) também aponta nessa direção, indicando, na legitimação social do tombamento, além dos meios de

comunicação, os agentes do campo do patrimônio, o apoio dos intelectuais de outras áreas e políticos, além da população, que foi alvo de ações pedagógicas.

Para Buchebuan, o sucesso desse processo, entre outros fatores, deve-se à atuação conjunta de empresários e intelectuais do mesmo grupo étnico nas políticas culturais e de desenvolvimento regional (2010, p. 152). Mocellin (2008), em tese de doutorado, defende que o processo de valorização e afirmação de identidade étnica em Caxias do Sul e região, sobretudo durante as décadas de 1970 e 1980, período que culmina com o tombamento como conjunto urbano, teve como agentes culturais empresários e intelectuais⁸⁹ ligados aos campos empresarial, acadêmico e cultural, dentre outros. A partir da descrição de trajetórias de intelectuais e empresários, a tese identifica a modernização da economia regional e, no mesmo período, a valorização da italianidade. Tais agentes se configuravam em grupos de interesse que desenvolveram ações culturais voltadas à promoção de um grupo étnico. Entre eles, a autora destaca a atuação da UCS⁹⁰, que se apresentou como um “nó da rede de relações entre empresários e intelectuais, em que pudemos vê-los atuando na pesquisa acadêmica, nas ações culturais e nas estratégias de desenvolvimento regional” (2008, p. 188).

No caso de Antônio Prado, a visibilidade desse grupo étnico teve como principais atores os empresários, nem sempre associados ao poder público. Em 1985, antes do tombamento como conjunto urbano, foi efetuado o primeiro tombamento federal na cidade de uma edificação isolada, a Casa da Neni, ocorrido por iniciativa dos proprietários de uma grande empresa da cidade local.

A fase anterior ao ato de tombamento é caracterizada por discursos de intelectuais. Com relação ao jornal local, cabe considerar que um dos principais fundadores e colaboradores é a figura do médico Telmo Marcantônio Cunha, pradense e pai de Valdomiro Bocchese Cunha, diretor do Moinho do Nordeste S/A, empresa responsável pelo maior percentual de arrecadação de tributos de Antônio Prado até os dias de hoje e o maior

⁸⁹ Segundo Mocellin, todos os intelectuais pesquisados têm ascendência italiana, e sua maioria não é oriunda da elite local, mas ascendeu econômica e socialmente em razão da atividade intelectual (MOCELLIN, 2008).

⁹⁰ A UCS é uma instituição de ensino constituída sob a forma de uma fundação. É uma entidade jurídica de direito privado, instituída em 1974. Seu Conselho Diretor é formado por várias representações, entre elas: a Mitra Diocesana de Caxias do Sul; a prefeitura da cidade; o Governo do Estado do Rio Grande do Sul; a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul; o Ministério da Educação; e a Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima de Caxias do Sul. A composição do Conselho Diretor demonstra uma rede de influências de campos distintos entre o poder público e organizações da sociedade civil. Dentre essas últimas, estão os empresários, representados por dois membros da CIC (MOCELLIN, 2008, p. 180).

patrocinador dos eventos de conscientização e preservação do patrimônio local. (BUCHEBUAN, 2010, p.125)

Foto 16 - Empresa Moinho do Nordeste no centro de Antônio Prado.



Fonte: A autora em 26 de junho de 2017.

Para Mocellin (2008), no período de modernização da economia regional há um processo de valorização da cultura local sob a égide do pioneirismo e do espírito empreendedor. Esses discursos moldaram uma autorrepresentação de que os descendentes de italianos são “mais trabalhadores” e “mais qualificados” do que os brasileiros, uma resposta à estigmatização que esse grupo sofria.

[...] houve suporte financeiro por parte dos empresários para a publicação de livros e projetos de ação cultural. Para tal, beneficiaram-se das leis de incentivo à cultura, especialmente nas áreas das artes cênicas e visuais (tal como apresentações de teatro, de danças, de corais e exposições). Tal tipo de contribuição não se revertia em ganhos econômicos, mas simbólicos. Tal incentivo pode ser explicado, sobretudo, pelo sentimento de pertencimento grupal, por partilharem de uma suposta origem comum e de valores que marcavam distinção e reconhecimento aos descendentes de italianos. Parece-me que a forma de expressar a italianidade entre os empresários pode ser notada nas representações que associam a origem italiana dos empresários a modelos de progresso. Para os empresários, a italianidade funciona como símbolo de distinção, como já vimos na representação da categoria trabalho. São representações que vinculavam os imigrantes e seus descendentes a uma ação civilizadora de transformação e superação de dificuldades. Vimos também que a italianidade entre os empresários pode adquirir uma dimensão instrumental em determinados contextos, ativada e afirmada para fins de distinção de um grupo e para a consecução de interesses simbólicos e econômicos. (MOCELLIN, 2008, p. 184)

Essas evidências explicam como, em Antônio Prado, ainda hoje a entidade mais atuante nas questões de preservação são os empresários, hoje reconhecidos na ACIS-CDL de Antônio Prado. Atualmente, a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) tem ocupado um papel de liderança nas questões de preservação e turismo. A CDL foi fundada em Antônio Prado em 1973 pela CDL de Caxias do Sul. Desde 1981, realiza a *Noite Italiana* (GUZZO; BACCARINI; BARROSO, 2008, p. 486), importante evento que ocorre no centro de eventos da cidade, atualmente bianual, e que valoriza a farta gastronomia italiana e suas manifestações de natureza imaterial.

Imagem 17 – Antônio Prado. *Folder* da exposição cultural no evento *Noite Italiana*.



A Secretaria de Cultura e Turismo convida para o coquetel de lançamento da exposição

MEMÓRIAS DA IMIGRAÇÃO
Aquarelas de Antonio Giacomin

Em comemoração a 35ª Noite Italiana!

Dia: 07/08/2015
Hora: 19h
Local: Museu Municipal Padre Schio

Período de visitação:
Centro Cultural Projeto Memória/Nordeste Alimentos
Antônio Prado (Casa Grezzana): 07/08 à 23/08/2015
Museu Municipal Padre Schio: 07/08 à 30/08/2015

Informações:
Secretaria de Cultura e Turismo
(54) 3293-5655

Realização:

Apelo:



Fonte: Acervo da prefeitura municipal.

A Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Antônio Prado (ACIS), atualmente denominada CIC, é uma entidade da classe patronal. Foi fundada em 1987 por empresários pradenses liderados por Valdomiro Bocchese da Cunha. Em 2008, tinha 296 empresas que atuavam nos ramos da indústria, do comércio e da prestação de serviços. No município, participa dos conselhos municipais de desenvolvimento econômico, saúde, educação, comércio e turismo.

A CIC Antônio Prado recebeu carta em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) manifestou agradecimento e parabenizou a iniciativa de

realização da FenaMassa em 2012⁹¹. O IPHAN foi um dos apoiadores do evento, tendo sido responsável por: exposição *Nossos olhares... nossos pensares... nossa cidade*, da arquiteta Ms. Terezinha de Oliveira Buchebuan e alunos do curso de pós-graduação em Bens Culturais; oficina *Restauração e Conservação da Madeira*, com a arquiteta e restauradora Enilda Miceli; exposição e conferência *A formação da gastronomia de Antônio Prado*, com Cleudes Piazza Júlio Ribeiro; e sessão comentada do filme *O Quatrilho*, com José Clemente Pozenato.

Segundo o IPHAN⁹² de Antônio Prado, entre as associações locais que mais têm atuado na área de preservação, principalmente no que se refere ao turismo relacionado ao patrimônio local, está a CIC. Como exemplo, tem-se a FenaMassa, uma feira gastronômica bianual que ocorre no centro histórico e tem como premissa a preservação e a valorização do patrimônio histórico por meio do turismo. Ocorrem reuniões mensais para preparação do evento em novembro, pois demanda ocupação do espaço tombado, e para isso precisa de aprovação do IPHAN (entrevista em 27/03/2017). O poder público faz parte do evento participando nos comitês gestores, organizando os passeios turísticos e na abertura do Museu para visitação.

Um registro em particular é relevante: o papel dos intelectuais e empresários, também observado no restante da RCI, no processo de conscientização do valor do patrimônio da cidade. Nesse caso, a imprensa escrita local vai ser um relevante instrumento de divulgação do valor patrimonial da cidade, sendo uma importante fonte de legitimação social nestes tempos de condições descentradas de poder. Este discurso também vai permitir a aliança entre patrimônio histórico e turismo, [...]. Isso pode ser visto na comercialização da imagem da Casa da Neni em miniaturas, camisetas, copos, chaveiros, dentre outros artefatos. (BUCHEBUAN, 2010, p. 164)

A CDL está preocupada com a manutenção dessas edificações no futuro. Entende que esses bens caracterizam a cultura local e, no entendimento do grupo, a manutenção poderia vir por meio do turismo. Realizam a *Noite Italiana* em agosto no centro de eventos. No entanto, não existe restauro com recursos de Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul. Na opinião do IPHAN isso ocorre devido à desinformação e aos altos custos de elaboração de projetos de restauro (entrevista em 27/03/2017). Os membros da CDL são moradores de Antônio Prado.

⁹¹ Disponível em: http://fenamassa.com.br/noticias_int.php?id=76.

⁹² Hoje o IPHAN atua com um quadro de pessoal reduzido em seu escritório técnico.

Nesse contexto, outra entidade que teve forte atuação em função do tombamento, mas de caráter contrário, foi a Associação Pradense de Proteção dos Direitos dos Proprietários de Imóveis, fundada em dezembro de 1987. Seu líder foi Flávio Citton, que representava 25 proprietários. Ele explica que a associação não era contra o tombamento: “Somos contra a maneira que foi colocado o tombamento, como uma imposição”. A associação defende o direito dos proprietários que, como no seu caso, desejariam construir novas casas, mais confortáveis e seguras. “Não vale a pena investir nestas casas”, lamenta-se Citton. (FERREIRA, 1990 *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 44). Essa associação se desfez ao longo dos anos e, segundo a publicação do Monumenta (2009, p. 37), isto se deve ao fato de que “os renitentes, que estão longe de ser a maioria, mesmo os cidadãos mais velhos, aceitaram o tombamento”.

No entanto, o tema “destombamento” ainda aparece nas campanhas políticas. Segundo depoimento do IPHAN, essa resistência deve-se, entre outros fatores, a dificuldades como a conservação de bens de madeira e a ideia de que os lotes poderiam “ser ocupados por edificações de maior valor”. É comum ouvir a queixa dos proprietários de estarem cansados “de responder cartinha, Ministério Público, bombeiros cobrando PPCI, IPHAN” (entrevista em 27/03/2017).

Em Antônio Prado, muitas propriedades permanecem as mesmas da época do tombamento. Outras já são de herdeiros, e muitas edificações, pela presença de vários herdeiros, transformaram-se em “condomínios em pequenos imóveis”, uma vez que são salas comerciais que foram fragmentadas. Os empreendimentos que estão nas edificações tombadas são voltados para o atendimento local (comércio e serviços), e apenas uma casa é utilizada como agência de turismo, para o museu, prefeitura municipal e o IPHAN (entrevista IPHAN em 27/03/2017). O centro histórico é um local de intensa atividade religiosa (em função da Igreja Matriz), de lazer (devido à praça principal, onde ocorrem as festividades), de comércio (lojas de confecções, artesanato, etc.) e de serviços (médicos, dentista, cabeleireira, foto e vídeo, etc.), instalados também em edificações contemporâneas.

O presidente da CIBRAP ressalta que nenhuma das 48 edificações está fechada: “[...] um comércio para atender à cidade [...] as pessoas continuam utilizando este patrimônio” (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/2017). No século passado, todas as lojas comerciais ficavam no entorno da praça, o que

permanece até os dias atuais. A filosofia do trabalho está presente em cada edificação, sendo o térreo para o comércio.

Foto 17 - Imagens do comércio em Antônio Prado.



Fonte: A autora em 26 de junho de 2017.

Já em Corumbá de Goiás, uma grande preocupação, tanto da ACDPH quanto do poder público local, é o esvaziamento do centro histórico. A maior parte das edificações é privada, e sua conservação está sendo feita com recursos das famílias. Na opinião do secretário municipal, vários proprietários das edificações tombadas permaneceram solteiros e, após seu falecimento, os novos herdeiros, que trabalham e moram fora da cidade, não possuem interesse em ocupar essas casas. Um exemplo é uma das casas próximo à Igreja Matriz. Ela está em processo de doação pela família para a implantação do Museu da Cidade e de Bernardo Élis. Também existe uma particularidade: muitos desses casarios estavam nas mãos das famílias Freury e Curado, que casaram entre si (entrevista poder público em 26/05/2017).

Existe apenas um proprietário que comprou uma das edificações, mas que nunca a ocupou. Hoje o imóvel restaurado está à venda, descrito pelo poder público

municipal como “alheio à comunidade, não tem laços familiares”. Foram feitas diversas tentativas de abertura de restaurantes e pousadas, mas a única que permanece é o Pousos da Penha, que também é moradia da família. (entrevista poder público de Corumbá de Goiás em 26/05/2017).

No caso de Corumbá de Goiás, o polo universitário está localizado em Anápolis – mais próximo que o de Antônio Prado –, no entanto a universidade não é presente nas questões de preservação. Na opinião do poder público, existe uma grande “distância entre a teoria e a prática” (entrevista em 26/06/2017).

Das cidades pesquisadas, apenas São Félix possui um centro de ensino universitário vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esse centro foi instalado nos municípios de Cachoeira e São Félix em 2006. O Centro de Artes, Humanidades e Letras é um Centro de Ensino São Félix que sedia duas residências universitárias e o ateliê do curso de Artes Visuais. Atualmente, o Centro conta com 10 cursos de graduação relacionados com as potencialidades da região – Comunicação Social (Jornalismo, Comunicação Social), Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais e Tecnológico em Gestão Pública –; três programas de pós-graduação – mestrado profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, mestrado em Ciências Sociais e mestrado em Comunicação, recomendado para funcionamento pela CAPES em janeiro de 2017 –; e um programa de doutorado interinstitucional (DINTER) firmado com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para Santana e Fernandes (2009), tanto em Santo Antônio de Jesus, microrregião que se localiza São Félix, como em Cruz das Almas, a oferta de ensino superior com a instalação da UFRB, na maioria dos casos, não será preenchida preferencialmente pelas populações locais, pois essas ainda demandam oportunidades relacionadas à educação nos níveis básico e médio. Dessa forma, as vagas oferecidas na universidade, bem como a ampliação do mercado de trabalho que requer formação técnica e intelectual decorrente da universidade, serão preenchidas por populações migrantes, dotadas de maior disponibilidade econômica e que se deslocarão para as cidades apenas por causa da universidade e em caráter temporário. Os autores também apontam que os loteamentos e condomínios

fechados em Santo Antônio de Jesus e a mercantilização dos tradicionais festejos juninos de Cruz das Almas geram “formas excludentes e alteram significativamente o cotidiano desses municípios”. Além disso, usam a cultura própria do Recôncavo relacionada às festas juninas de forma a “atribuir a estes novos conteúdos para atrair mais turistas, esquecendo as tradições populares” (SANTANA; FERNANDES, 2009).

O artigo de Santana e Fernandes (2009) corrobora com as conclusões de Dias, Oliveira e Araújo (2011), segundo os quais, em Cachoeira⁹³, as diversas ações governamentais, em especial o Programa Monumenta, têm investido uma quantia muito grande de dinheiro. Porém, uma parte muito pequena da população tem conhecimento disso e está sendo beneficiada por esses projetos. Os autores ressaltam ainda que grande parte da população de Cachoeira ainda sobrevive em situações subumanas, de pura miséria, famílias que vivem com menos de meio salário por mês ou, na maioria das vezes, sobrevivem apenas com o auxílio do Bolsa Família, o qual por muito tempo movimentava boa parte do comércio da cidade e, é claro, ainda é de suma importância para o comércio local.

Diante disso, é possível notar que as diversas políticas governamentais desenvolvidas em Cachoeira não atendem as populações mais carentes, ou melhor, muitas dessas pessoas não sabem que essas políticas existem em sua cidade. Isso demonstra que o governo segue privilegiando uma pequena minoria em detrimento de um coletivo maior. A partir dos pontos levantados acima, faz-se necessário refletir acerca de uma questão: até quando a maioria da população de Cachoeira será eximida dessa nova fase que vive sua cidade? (DIAS; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2011)

Essa citação data de 2011, ou seja, logo após os investimentos federais por meio do Monumenta em Cachoeira. Esse excerto e as observações da pesquisadora desta tese *in loco* reforçam a situação caótica da cidade de São Félix na atualidade, que apresenta problemas de grandes centros urbanos: situação de vulnerabilidade social no dia a dia da cidade, comércio informal, prostituição, estado precário das edificações, trânsito caótico com grande presença de motos, poluição sonora e visual.

⁹³ Embora o artigo esteja relacionado ao contexto de Cachoeira, a análise estende-se também a São Félix por sua proximidade com a cidade vizinha, pelo contexto histórico e cultural, pelos investimentos por meio do Programa Monumenta, pela instalação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e pelos programas de turismo cultural.

Foto 18 - Imagens do cotidiano da cidade de São Félix.



Fonte: A autora em 25 de julho de 2017.

Os dados socioeconômicos, populacionais e demográficos auxiliam na compreensão do contexto dessas pequenas cidades, que são iguais por estarem inseridas na lógica global capitalista, porém diferentes por apresentarem

singularidades que são esmagadas pelo processo de coisificação e pasteurização dos dilemas urbanos (BACELAR, 2009, p. 9).

Quadro 18 - Dados socioeconômicos, populacionais e demográficos

Dados	Critérios	Antônio Prado (RS)	Corumbá de Goiás (GO)	São Félix (BA)
IDH 2010	-	0,758	0,68	0,639
População 2010	População	12.833	10.361	14.098
	Religião	11.489 católicos	8.246 católicos	8.240 católicos 2.016 evangélicos 123 espíritas
	Densidade demográfica	36,92	9,76	142,11
	Urbana	9.235	6.416	9.265
	Rural	3.598	3.945	4.833
Trabalho e renda (%) 2015	Salário médio	2,2	1,9	1,8
	½ salário	21,3	36,2	51,5
Educação 2015	IDEB anos iniciais	5,9	5,8	4
	IDEB anos finais	4,3	4,7	3
	Taxa escolarização % (6 a 14 anos)	98,6	96,6	97,5
Economia 2014	PIB <i>per capita</i> (R\$)	32.063,93	12.649,82	9.569,47
Saúde	Mortalidade infantil (2014)	6,94	-	30,3
	Estabelecimentos saúde	9	2	10
Território e ambiente	Esgoto sanitário adequado (%)	84,1	26,7	60,1
	Domicílios urbanos em vias públicas arborizadas (%)	36,4	76,7	36,7
	Domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (bueiro, calçada, pavimentação e meio fio) (%)	48,7	19,9	17,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE (IBGE, 2017).

A partir dos dados do IDH de 2010, tanto Corumbá de Goiás quanto São Félix estão abaixo da média nacional de 0,699 e são consideradas *baixa* na faixa de desenvolvimento humano. Apenas é *alta* a faixa de Antônio Prado. Em relação à renda, o salário médio em Antônio Prado é maior do que o das outras duas cidades. Mas a desigualdade social transparece principalmente quando se analisa o número de pessoas que vivem com até meio salário mínimo: em São Félix chega a 51,5%, índice muito maior do que os de Antônio Prado e Corumbá de Goiás, de 21,3% e 36,2% respectivamente. Essa realidade também aparece refletida no PIB *per capita*, que em Antônio Prado é três vezes maior do que em São Félix, de R\$ 32.063,93 e R\$ 9.569,47 respectivamente.

Em outra dimensão básica do desenvolvimento humano – a educação –, novamente os números de São Félix demonstram grandes disparidades entre os municípios analisados. Em Antônio Prado, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) chega a 5,9, próximo do de Corumbá de Goiás, com 5,8, mas distante do de São Félix, com apenas 4, ficando abaixo da média nacional, que é de 5,5.

O mesmo acontece quando se observam os dados relacionados à saúde: embora São Félix tenha o maior número de estabelecimentos de saúde, sendo inclusive o único entre os municípios que tem hospital com oito leitos de UTI, apresenta a maior taxa de mortalidade infantil, chegando a 30,3 para 1.000 nascidos vivos, enquanto Antônio Prado apresenta 6,94 e Corumbá de Goiás zero. Ou seja, as condições para as pessoas terem uma vida mais longa e saudável são piores em São Félix.

Ao analisarmos as três dimensões básicas do desenvolvimento humano – renda, educação e saúde –, a diferença entre Antônio Prado, Corumbá de Goiás e São Félix é grande, principalmente entre a cidade gaúcha e a cidade baiana. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH é uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. Os dados sobre habitação reforçam as conclusões aqui elencadas, pois 48,7% dos domicílios urbanos em vias públicas em Antônio Prado estão urbanizados de forma adequada, com bueiro, calçada, pavimentação e meio fio, e apenas 19,9% e 17,3%,

respectivamente, em Corumbá de Goiás e São Félix. O mesmo se aplica quando se analisam os dados da tabela a seguir, em que fica claro a situação de vulnerabilidade social da população de São Félix se comparada aos dados do Brasil e dos demais municípios.

Quadro 19 - População em vulnerabilidade no tema habitação

Espacialidade	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
Brasil	1,42	3,42	6,12
Antônio Prado	-	2,07	0,05
Corumbá de Goiás	1,36	1,89	6,10
São Félix	1,44	7,0	12,38

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2010).

Os dados acima, reforçam as problemáticas envolvendo São Félix que somadas ao estado avançado de deterioração das edificações transparece no estado precário de seu conjunto arquitetônico e demonstra que, mesmo após investimentos do Monumenta, a situação não se alterou, inclusive piorou. Um exemplo é o Sobrado na Avenida Salvador Pinto (Orla), de fins do século XIX, com quintal gradeado no fundo e com dois pavimentos mais sótão. O pavimento térreo era utilizado para instalações comerciais e o primeiro andar para vivendas. As duas fachadas do edifício eram torneadas por cornija, marcando o início da platibanda de balaústres da fachada principal e do oitão lateral, conforme imagens a seguir:

Foto 19 – São Félix. Vista da Praça Inácio Tostes a partir da Rua do Cais. Nas duas fotos pequenas a edificação em 2017. Na foto maior, em 2008.



Fonte: Fotos pequenas, a autora em 2017. Foto maior, IPHAN (2008a).

O mesmo se aplica à Estação Ferroviária e à Prefeitura Municipal, que estão fechadas por falta de manutenção. Nos últimos anos, não foram realizadas ações de conservação, e as edificações hoje se encontram desocupadas por não terem mais condições de uso, sendo necessários investimentos maiores como a realização de um restauro.

Foto 20 – São Félix. Estação Ferroviária em 2017 e 2008.



Fonte: Fotos pequenas, a autora em 2017. Foto maior, IPHAN (2008a).

Apenas duas propriedades particulares estão voltadas para uso turístico: a pousada, na Orla do rio Paraguaçu, já em funcionamento, e uma em processo de “reforma”. Sobre isso, o técnico do IPHAN declara: “[...] a demolição foi feita sem comunicar o IPHAN e ele está sendo autuado por conta disso. A gente está muito preocupado, pois este mesmo proprietário tem um imóvel que fica no topo do morro [...] que ele pretende fazer a demolição” – fazendo alusão ao Chalé dos Guinle, importante imóvel na localidade tanto em seu aspecto histórico quanto arquitetônico (entrevista escritório técnico IPHAN em 25/07/2017).

Foto 21 – São Félix. Foto atual da casa amarela na esquina da Praça J. Ramos e foto do mesmo local na década de 1920.



Fonte: À esquerda, a autora em 25 de julho de 2017. À direita, foto do Arquivo Público Municipal de São Félix.

Além das universidades e dos empresários locais, o escritório técnico do IPHAN nas três cidades estudadas também desenvolveram ações de educação e de restauro, para além da normatização e fiscalização. Em Antônio Prado, devido ao “trauma do tombamento”, as ações voltaram-se principalmente para a área de educação, sendo conduzidas pelas coordenadoras de Acervos Museológicos da Fundação Pró-memória, com material pesquisado pela Universidade de Caxias do Sul:

Jovens adultos de hoje, que passaram pela experiência de educação patrimonial, veem Antônio Prado de maneira diferente. As crianças também. Um bom exemplo foi dado em tese de mestrado sobre arte-educação, desenvolvida por uma professora que trabalhou com crianças pradenses durante dois anos. Como último exercício, ela pediu às crianças que desenhassem e descrevessem uma cidade ideal. Em todos os desenhos o que aparece é Antônio Prado. E uma das crianças disse que queria morar em uma cidade que tivesse shopping center, interfonos e...casas tombadas. (MONUMENTA, 2009, p. 37)

Essa valorização se estendeu também para o patrimônio imaterial, fortemente presente nos modos de fazer e nas celebrações. Terezinha Buchebuan, chefe do escritório técnico de 2006, ressalta a participação dos técnicos do IPHAN:

A população começou a valorizar o patrimônio pradense, inclusive o imaterial. Mestres de obras veteranos, por exemplo, continuam a construir casas de madeira segundo os métodos antigos, conversando em talian. E estão preocupados com o risco de desaparecimento das técnicas utilizadas

que os jovens não se interessam em aprender. Percebemos, de tempos em tempo, professoras trabalhando com os alunos pelas ruas da cidade. Fazem percursos, olhando as casas. Quando estas professoras nos procuram, nós as incentivamos a trazer seus alunos ao escritório para darmos explicações sobre o patrimônio, sua conservação e outros temas. Assim nos aproximamos da comunidade. (MONUMENTA, 2009, p. 51)

Atualmente, o escritório técnico do IPHAN em Antônio Prado tem desenvolvido ações de conservação do acervo tombado realizando reparos e obras de emergência, permitindo que seus antigos moradores ocupem as antigas edificações. Ressalta-se ainda que essas edificações têm, na sua maioria, um uso familiar, no andar superior, e um uso comercial no andar inferior. Essa característica ainda permanece atualmente. Por exemplo, a Casa Letti⁹⁴, localizada no centro histórico, está sendo restaurada com recursos do IPHAN (Ministério da Cultura) e seu uso será comercial.

Nos últimos quatro anos, foram restauradas a Casa Poian e a Casa Letti, que em visita no mês de março de 2017 estava em obras. O custo de uma obra de restauro é “motivo de piada” na cidade, pois até mesmo o jornal local fez um cálculo de quantas casas, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, poderiam ser construídas com o valor usado na obra de restauro, não reconhecendo a complexidade de se preservar as características originais de um bem de valor histórico e arquitetônico. A postura do IPHAN nesses momentos não é de “embate”, mas de esclarecimento, sempre de maneira formal e em conjunto com o IPHAN em Porto Alegre (entrevista em 27/03/2017).

⁹⁴ O projeto de restauro foi elaborado em 2009, e a execução da obra começou somente em 2016. A gestão da obra é feita pelo IPHAN em Porto Alegre, pois não existe descentralização orçamentária (entrevista IPHAN em 27/03/2017).

Foto 22 - Casa Letti em Antônio Prado



Fonte: A autora em março de 2017.

Logo após o tombamento de Antônio Prado, diversas ações foram empreendidas pelo IPHAN, como a edição da cartilha *Bongiorno Antônio Prado*, escrita no dialeto vênето e em português com o objetivo de explicar a importância do acervo tombado, as obrigações e os direitos dos proprietários dos imóveis tombados. Também as exposições itinerantes *Antônio Prado – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e *Antônio Prado – 1988* lançaram a cidade no cenário nacional. A primeira foi realizada no Paço Imperial do Rio de Janeiro, alcançando espaço nas mídias televisivas como *Jornal Nacional* e *Jornal do Brasil* (MEIRA, 2008, p. 653). E, dentro de uma concepção ampliada de patrimônio, a edição do folheto *Receitas da Nona* buscou valorizar a tradicional culinária local, como a sopa imperial.

Essa riqueza de ações empreendidas pelo escritório técnico do IPHAN não se observou nas outras cidades pesquisadas que, ao longo dos anos, se voltaram mais para a fiscalização. No entanto, este ano, o escritório técnico do IPHAN em Cachoeira, que atende também a São Félix e mais nove cidades da região do Recôncavo Baiano, iniciou o projeto *Casas do Patrimônio*, uma ação do IPHAN desde 2007 que constitui uma ação pedagógica com duas grandes áreas de atuação: a educação patrimonial e a capacitação, “que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da

gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural” (CASAS DO PATRIMÔNIO, 2017).

Um dos seus objetivos é interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização do patrimônio cultural. Não restritas à instalação de uma estrutura física, as Casas do Patrimônio têm como desafio ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial, multiplicando locais de gestão compartilhada de ações educativas e de construção das políticas públicas de patrimônio cultural. (CASAS DO PATRIMÔNIO, 2017)

Para o IPHAN em Cachoeira, o projeto visa a “ter uma escuta mútua, do IPHAN entender melhor lugares onde o IPHAN está atuando [...] e das pessoas entenderem o IPHAN para além desta atuação negativa, não pode fazer obra, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo” (entrevista escritório técnico IPHAN Cachoeira em 25/07/2017). Serão duas oficinas que ocorrerão de forma itinerante nas cidades atendidas pelo escritório técnico: uma voltada para gestores municipais, como os secretários municipais, em função da carência de profissionais na área da cultura, e outra voltada para a comunidade⁹⁵. Além disso, a edificação histórica onde está instalado o IPHAN em Cachoeira vai abrir uma de suas salas para exposições de artistas locais.

Além dos empresários, do IPHAN e das universidades, o que esta tese destaca é a presença de associações da sociedade civil nas questões de preservação⁹⁶. Tanto em Antônio Prado quanto em Corumbá de Goiás, estas entidades da sociedade civil foram importantes na continuidade das ações e na mobilização do poder público local nas questões de preservação.

O Círculo Cultural ítalo-brasileiro de Antônio Prado (CIBRAP) foi fundado em 1982, tendo sido presidente por mais de 15 anos um pesquisador local. As decisões e a mobilização e gestão dos recursos estão principalmente com o atual presidente, sempre com o aval dos 245 associados (entrevista CIBRAP em 26/06/2017). A principal ação na área do patrimônio ainda em execução é o *Projeto Memória*, que existe desde 1995. Um de seus segmentos é o projeto *Memória e Identidade do*

⁹⁵ O Ministério Público exigiu do IPHAN uma ação educativa em função de um terreiro que teve uma lagoa sagrada para a população local soterrada.

⁹⁶ São Félix não possui associação atuante na área de preservação do patrimônio material.

Patrimônio de Antônio Prado, idealizado e implantado por um produtor cultural⁹⁷ que atua junto à associação desde 1995, sendo os três últimos mandatos também como presidente.

Em 1996 teve início a pesquisa sobre a história do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Município de Antônio Prado, que finalizou no ano de 2004, após oito anos de intenso trabalho. A recuperação da memória coletiva e a reconstituição da história das casas do Conjunto Arquitetônico permitiram a elaboração de um Plano Interpretativo, com vistas a oferecer subsídios para a educação patrimonial aos visitantes e autóctones, por meio de uma rota de turismo cultural mais qualificada, bem como para um desenvolvimento mais sustentável desse conjunto. (ROVEDA, 2005, p. 11)

Em 2005, o produtor cultural recebeu o Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade pelo *Projeto Memória e Identidade* como pessoa física. As ações compreendem instrumentos de apoio à visita ao patrimônio cultural tombado do município, como mapa, guia sonorizado com a história dos imóveis, audiovisual, livro e placas informativas nas casas contendo depoimentos dos moradores. A maquete do centro histórico foi a última peça desenvolvida para compor o Plano Interpretativo do Patrimônio Histórico de Antônio Prado, cujo projeto foi denominado *Nosso patrimônio, nossa história*, tendo como objetivos a educação patrimonial, a valorização e a difusão do patrimônio histórico de Antônio Prado⁹⁸.

⁹⁷ Nascido e morador de Antônio Prado e formado em Administração de Empresas. Possui pós-graduação em Desenvolvimento do Turismo e em Cinema, e mestrado em Memória Social e Identidade/UCS.

⁹⁸ A construção da maquete teve início em 2006, sendo finalizada em março de 2007. Mas a inauguração oficial aconteceu em 28 de abril de 2008, com a presença do presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Programa Monumenta, Luiz Fernando de Almeida, da superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul, Ana Lúcia Goelzer Meira, e demais autoridades municipais. As visitas à maquete do centro histórico iniciaram em 2007 com as escolas do município, com o propósito de desenvolver e incentivar a educação patrimonial sobre o patrimônio histórico de Antônio Prado por meio dos *kits*. Os *kits* de montagem pinte, corte e monte as casas tombadas de Antônio Prado foram desenvolvidos para a realização de trabalhos de educação patrimonial, bem como para doação dos materiais às escolas do município. Em 2008, foi realizada a inauguração da maquete do centro histórico de Antônio Prado, em 28 de abril de 2008 o projeto-piloto com os *kits*, quando teve início a distribuição do material para as escolas de Antônio Prado, com o apoio cultural da Nordeste Alimentos (ROVEDA, 2013) (Sobre o que está em amarelo: isso já está dito bem no início.)

Figura 21 – Antônio Prado. Visita de escolas no centro cultural e distribuição de kits



Visita das escolas na sala de educação patrimonial Nordeste Alimentos do Centro Cultural.

Trabalhos desenvolvidos com os kits das casas tombadas na escola da Apae e da Escola Aparecida.

Fonte: acervo Fernando Roveda (2013).

As ações desenvolvidas ao longo dos últimos 22 anos foram muito significativas para Antônio Prado, mas percebe-se que estão concentradas na liderança de uma pessoa, o produtor cultural e presidente da CIBRAP, que esclarece o vínculo: “[...] o Círculo é o apoio para o desenvolvimento dos projetos, apoio institucional” (entrevista CIBRAP em 26/06/2017). Ao longo desses anos, os recursos são provenientes de patrocínio direto, como é o caso do Monumento ao Padre Pellegrini, e de leis de incentivo à cultura, tanto estaduais quanto federais. Também o CIBRAP foi contemplado com recursos municipais em 2016 com a doação de livros para escolas.

Ao longo destes 20 anos, foram realizados dezenas de projetos envolvendo o patrimônio material e imaterial, que resultaram em diferentes produtos culturais: livros, DVDs, CDs, filmes de caráter documentário, exposições fotográficas, calendários, folders, informativos, kits de educação patrimonial,

projetos de lei municipal e estadual, recuperação do patrimônio tombado, rota cultural para o patrimônio tombado, além de um espaço permanente de cultura, caso do Centro Cultural Projeto Memória/Nordeste Alimentos, localizado na Casa Grezzana. Alguns destes trabalhos ganharam reconhecimento público através de premiações e homenagens por parte de entidades locais, estaduais, nacionais e até internacionais, fato que muito me orgulha. Mas nada me deixa tão satisfeito e feliz quanto poder contribuir para a preservação e a difusão do legado cultural daqueles que chegaram ao Sul do Brasil no final do século XIX e construíram Antônio Prado, uma cidade que, por força de circunstâncias econômicas e políticas, manteve grande parte de seu patrimônio e hoje acolhe com suas casas de madeira, sua história, sua gastronomia, a língua talian, hábitos e costumes visitantes vindos de todas as regiões do Brasil e do mundo. (ROVEDA, 2015)

Com o Programa Monumenta, O CIBRAP desenvolveu os projetos *Nosso patrimônio, nossa história – vozes das casas* em 2009; *Patrimônio histórico itinerante* em 2006; *Memória e identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional* em 2005; e por último a publicação dos capitéis da cidade.

Outro exemplo de parceria entre entidades sociais, estatais e empresas é o livro *Bordando Sonhos* em 2010. Realizado pelo Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado por meio de financiamento do Ministério da Cultura e patrocínio das empresas Nordeste Alimentos, Randon, Viprado, Corsan, Caderode e Universum Móveis, a publicação valoriza a cultura da imigração italiana na forma dos panos de parede bordados, patrimônio imaterial relacionado ao artesanato local.

Figura 22 – Antônio Prado. Capa do livro *Bordando Sonhos*.

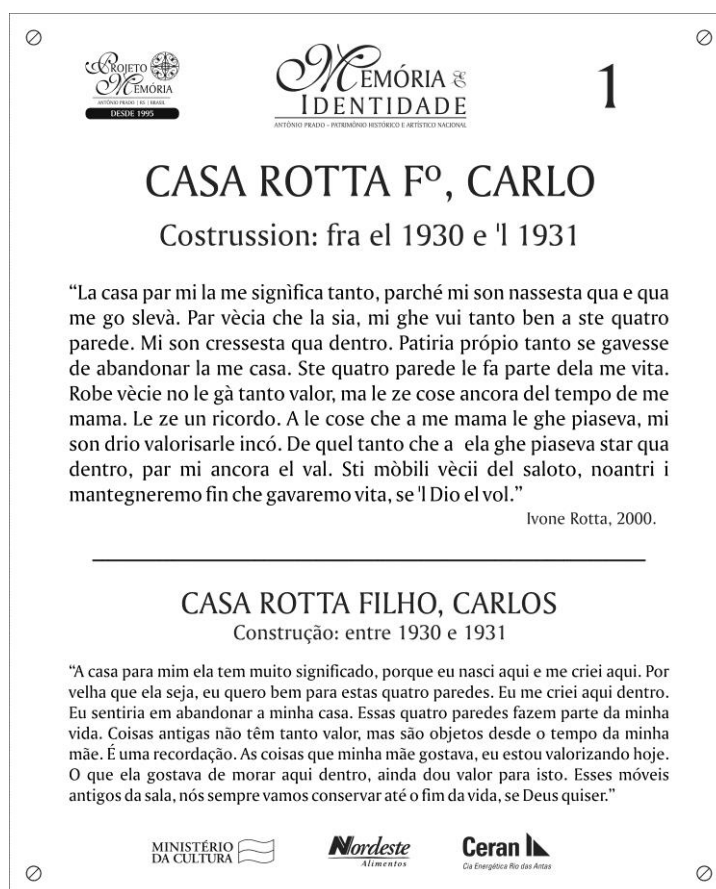


Fonte: Stimamiglio; Roveda (2010).

Há quase sete décadas, a Nordeste Alimentos atua no mercado de derivados de trigo. Atualmente conta com uma das mais tradicionais da região Sul que detém a marca de farinhas Nordeste. Atualmente, conta com duas unidades fabris, uma em Antônio Prado/RS e outra em Pinhais/PR, além de um centro de distribuição em Canoas/RS. A Nordeste Alimentos destaca-se pelo apoio a projetos de desenvolvimento social e cultural, sendo a principal patrocinadora dos projetos da CIBRAP em Antônio Prado.

Um exemplo são as placas de identificação em português e italiano que estão nas casas desde 2004 por meio do projeto *Rota cultural, memória e identidade*. Elas foram feitas com recursos do Ministério da Cultura. Está previsto para 2017 a colocação de novas placas com a versão em talian, com recursos da Companhia Energética Rio das Antas e da Nordeste Alimentos.

Imagem 18 - Placas de identificação em Antônio Prado.



Fonte: Arquivo pessoal Fernando Roveda.

Em 2010, a empresa Nordeste Alimentos patrocina o restauro e a readequação da Casa Grezzana – na Avenida dos Imigrantes, n.º 163 –, patrimônio nacional que será a sede do projeto *Nosso patrimônio, nossa história*. O novo espaço foi inaugurado em 7 de novembro de 2010 e foi batizado de Centro Cultural Projeto Memória/Nordeste Alimentos, e a empresa que arca com o custo da locação do espaço. No Centro Cultural, uma sala foi destinada especialmente para promover a educação patrimonial com as escolas, mediante a doação de *kits* e visitação *in loco* da maquete do centro histórico de Antônio Prado.

Segundo o idealizador e coordenador do projeto, Fernando Roveda, os objetivos do projeto estão sendo alçados na medida em que os materiais dos kits estão sendo utilizados pelas professoras em sala de aula e também com as visitas ao Centro Cultural na sala de educação patrimonial Nordeste Alimentos, onde se encontra a maquete com todas as casas tombadas. Os materiais dos kits estão sendo bem aproveitados pelas professoras nas escolas, com resultados positivos, pois em uma das visitas que fiz na

Escola Aparecida para falar sobre os capitéis, foi solicitado kits dos capitéis para trabalhar nos mesmos moldes que o das casas tombadas. Por esse motivo está em andamento um novo projeto aprovado pelo Ministério da Cultura para desenvolver e fornecer também os kits dos capitéis para as escolas do município em 2014. (ROVEDA, 2013)

Imagem 19 – Folder do projeto em Antônio Prado.



Fonte: Roveda (2013).

Sobre a relação com a empresa local, o presidente do CIBRAP enfatiza o caráter comunitário da ação educativa: “[...] é o que a Nordeste pensa e o que eu estou fazendo de trabalho” (entrevista em 26/06/2017). Sobre a parceria com o poder público local, ele ressalta que “o apoio sempre não teve problema nenhum quando não envolve dinheiro é fácil apoiar qualquer coisa, bota o nome e vai em frente” (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/17).

O CIBRAP sempre teve boa relação com o IPHAN, “mas nem tudo que o IPHAN faz é certo” (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/17). Por exemplo, a alteração da fachada do prédio da antiga Canônica foi aprovada pelo IPHAN, gerando descontentamento tanto entre técnicos quanto entre os moradores, principalmente em relação ao vidro: “[...] se o leigo na verdade fala, critica e o que

entende também então alguma coisa não está certa” (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/17). Também, a proprietária da casa Graziottin queria recolocar os lambrequins que foram refeitos pelo presidente, mas isso não foi aprovado pelo IPHAN por ser uma reprografia. No entanto, o IPHAN aprovou a nova casa paroquial, que também é, na opinião do presidente do CIBRAP, uma reprografia.

A casa Meyer é citada pelo presidente como exemplar único por ser de um alemão e possuir o antigo telhado em “estilo germânico” e cobertura de scândole. Em reforma realizada posteriormente, foi substituída por duas águas. Na maquete do *Projeto Memória*, o presidente manteve o telhado original e o novo – “como era e como ficou”. O mesmo ocorreu com o Mosaico da década de 1950 que contém a imagem do Bom Pastor (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/17).

Com a ampliação da Casa Paroquial em 2013, foi previsto a retirada do Mosaico. Houve um movimento do COMPAC na época, cujo presidente fazia parte do conselho. Segundo entrevista realizada com o presidente, foi feito um pedido de tombamento municipal, mas o conselho não estava “estruturado com todos os livros para fazer o tombamento [...] tinha lei de tombamento, mas não tinha toda a parte estrutural [...] depois pedi a saída do conselho porque a gente via que se falava muito, mas não ia pra frente”. Já existia, inclusive, um abaixo-assinado contra a retirada do Mosaico. Além do Mosaico, também estão com pedido de tombamento três capelas em madeira, tanto por parte da pessoa física quanto por parte da entidade (entrevista presidente CIBRAP em 26/06/17).

Quando o IPHAN de Antônio Prado falou sobre o CIBRAP, informou que “sabe-se da sua existência, mas nos últimos anos não têm realizado ações ou programas em conjunto” (entrevista Escritório Técnico IPHAN de Antônio Prado em 27/03/2017).

Ao contrário do tombamento de Antônio Prado (RS), que sofreu forte resistência dos proprietários e precisou de uma ação enérgica do IPHAN para evitar maiores danos ao patrimônio de valor nacional da cidade, em Corumbá de Goiás é a Associação de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Corumbá de Goiás que vai desempenhar esse papel, tendo entre seus membros inclusive proprietários das edificações tombadas. A associação surgiu em 1986, inicialmente como uma entidade comunitária. Em 1988, junto ao Ministério Público, consegue mover uma ação civil pública que “assegurou que muitas das casas não fossem

demolidas até o tombamento” (entrevista vice-presidente ACDPH em 26/05/2017). O processo de tombamento que iniciou em 1988 vai se estender até 2003, com o tombamento de 108 edificações como patrimônio histórico municipal. Em 2004, ocorre o tombamento de 103 construções pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás (ACDPH) foi criada na Assembleia Geral realizada na data de 21/09/1986, em que foi discutido e aprovado o Estatuto da Associação, bem como eleita a diretoria executiva⁹⁹. A associação foi constituída com o nome de Associação Comunitária, o qual posteriormente foi alterado para Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás. Conforme o Estatuto, entre suas finalidades estão: promover as diversas formas de manifestações da cultura; preservar e defender os bens e valores culturais, arquitetônicos, paisagísticos e ambientais do município; e conscientizar a comunidade de suas potencialidades culturais. Suas ações lhe conferiram um reconhecimento público com a Lei Municipal n.º 1.002/99, de 18 de novembro de 1999, que declara de utilidade pública a Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás. Também a Lei Estadual n.º 17.571, de 20 de janeiro de 2012, declara de utilidade pública estadual a Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás. Atualmente, a associação possui em seus registros 58 associados com participação ativa – voluntariado. Entre os membros, tem vários que são corumbaenses e proprietários de edificações tombadas, e tem, inclusive, a participação do secretário municipal de educação, que mora no centro histórico.

À frente do departamento do patrimônio histórico da associação, tem se destacado, nos últimos anos, a escritora corumbaense Ana Ruth Fleury Curado, que em 2010 recebeu do governo de Goiás a comenda do Anhanguera. O Instituto Histórico e Geográfico de Corumbá de Goiás, localizado na mesma sede da associação e de responsabilidade dessa, tem uma biblioteca formada, em sua maior parte, pelos livros doados pelo poeta, historiador e memorialista Sílvio Fleury e que,

⁹⁹ Conforme Ata registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Corumbá de Goiás, livro n.º 01, fls. 3 a 4 sob o n.º 04, em 20/02/1987. Constitui Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ n.º 00.410.155/0001-04. Publicação do Estatuto no Diário Oficial n.º 15.122, de 03/12/1986. A reforma do Estatuto e alteração do nome foram registradas no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Corumbá de Goiás, sob o n.º 151, fls. 83v/89 do livro A, n.º 06, em data de 11 de outubro de 2005.

por isso, leva o nome desse escritor corumbaense. O Memorial dos Imortais Corumbaenses reúne o acervo memorialístico dos escritores Bernardo Élis, Erico Curado, Agnelo Fleury, Dario Cardoso, padre José Trindade Silva, José J. Veiga, Benedito Rocha e Hélio Rocha e do músico Francisco Bruno. Destaca-se a criação, por meio dessa entidade, da Semana de Cultura, evento que reúne diversas atividades artísticas e culturais e que já homenageou os seguintes nomes: em 1996, o escritor José J Veiga; em 1997, o escritor Bernardo Élis; em 2001, o poeta Benedito Rocha; em 2002, o músico Francisco Bruno e o poeta Erico Curado; em 2003, a cidade de Corumbá de Goiás; e, em 2011, a Corporação Musical 13 de Maio. O recurso para o restauro da edificação sede da associação, para oficinas de educação patrimonial, para oficinas de música, pintura, declamação, para a organização do acervo por meio de um Ponto de Cultura, foi uma parceria com o IPHAN e o Ministério da Cultura aberta à comunidade (entrevista em 26/05/2017).

Ao longo de mais de 30 anos de atuação, a Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás, que conta hoje com 58 membros, desenvolveu uma série de iniciativas na área cultural: o cadastramento dos artesãos do município; a realização da Semana de Cultura com verbas obtidas pela Lei Goyases (recursos recebidos e geridos pela associação); a doação de instrumentos para a Corporação Musical 13 de Maio; a arrecadação de donativos para o Natal de crianças carentes; a participação na organização da Feira dos Poetas, realizada pelo Ecomuseu do Cerrado; a participação com indicação de membros em vários conselhos municipais e no conselho estadual do Parque dos Pirineus; a criação do coral Vozes de Corumbá; a publicação e o lançamento de um CD (recursos recebidos e geridos pela associação); a realização da Cantata de Natal e seis concertos com o coral Vozes de Corumbá (patrocínio cultural).

No âmbito da preservação do patrimônio material, a associação foi responsável pela organização e pelo levantamento histórico¹⁰⁰ necessários para o processo de tombamento municipal que culminou, em 2003, com 108 bens protegidos de acordo com a Lei Municipal n.º 984, de 11 de março de 1999, e, em

¹⁰⁰ Conforme Parecer n.º 497, de 23 de setembro de 2003, a associação ratifica o “Requerimento administrativo de tombamento de bens de valor histórico cultural da cidade de Corumbá de Goiás” do Conselho Consultivo de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Corumbá de Goiás, de 19 de setembro de 2003. Conforme assinaturas ao final do documento, constata-se que o presidente, o vice-presidente e a secretária são membros também da associação.

2004, o tombamento de 103 construções pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁰¹ (CURADO, 2015, p. 69).

Após o tombamento, houve uma intensa mobilização e gestão dos recursos por parte da associação a fim de obter recursos para restauro dos três altares, do arco do Cruzeiro e do restábulo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França.

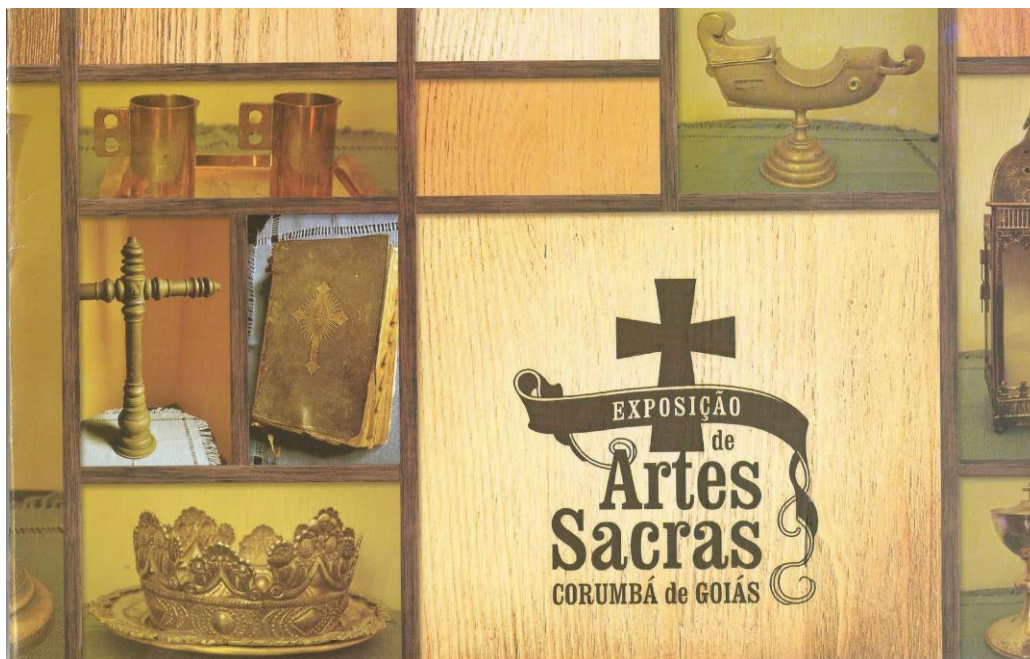
A associação de cultura fez gestão. Isso implicou em reuniões com governo do estado, deputados, secretários de estados, prefeito, vereadores, ofícios, notas em jornal. Correu atrás de documentos, projetos, etc., para conseguir sensibilizar os entes públicos para priorizarem os restauros. Os altares, reforma do Cine Teatro, restauro arquitetônico da Igreja, foram feitos com verba de leis de incentivo estadual. No restauro arquitetônico da Igreja, a associação buscou ajuda da fundação Aroeira, que foi a proponente do projeto. Todo contato foi via associação de cultura. [...] Os outros projetos, a associação optou a não ser o proponente porque os valores eram muito grandes, e nós não tínhamos estrutura de pessoal para gerir, prestar contas de todo esse valor. (Entrevista presidente ACDPH em 26/05/2017)

A associação também participou da gestão dos projetos de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França (2ª etapa); do Cine Teatro Esmeralda; do casarão da Corporação Musical 13 de Maio (restauro dos bens integrados e do casarão da banda, gestão junto ao IPHAN com restauro via verba Ministério da Cultura); da ponte de madeira sob o rio Corumbá; da capela do Cemitério São Miguel; e da casa número 143 da Praça da Matriz, onde funciona a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A ACDPH realizou e coordenou também a Exposição de Arte Sacra em Corumbá de Goiás em 2013, que foi a primeira exposição de artes sacras da cidade, com peças a partir do século XVIII e pertencentes ao acervo de famílias corumbaenses. Para essa ação cultural contou com o apoio da Lei Goyazes (recursos estaduais), com o patrocínio de duas empresas da região e com o apoio da prefeitura municipal, do IPHAN e da Paróquia Nossa Senhora da Penha de França.

¹⁰¹ O Conjunto Arquitetônico de Corumbá de Goiás é constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e bens edificadas que a envolvem. Foi tombado pelo IPHAN por meio do Processo de Tombamento n.º 1269-T-88, tendo sido inscrito sob o n.º 143 às folhas 51 e 52 do Volume II do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 30/9/2008. O tombamento foi homologado na Portaria n.º 349 de 21/12/2004. Os critérios para a preservação e intervenções nesse conjunto arquitetônico foram regulamentados pela Portaria n.º 68, de 22/2/2013.

Imagem 20 – Corumbá de Goiás. Catálogo da exposição realizada em 2013.



Fonte: Catálogo da exposição de Artes Sacras Corumbá de Goiás

A publicação em 2014 do livro *Alma, estação outono*, de autoria de Ana Ruth Fleury Curado, e a sua venda serviram para contratar técnicos a fim de elaborar o projeto, que foi submetido ao Fundo de Cultura do Estado de Goiás. O projeto para a criação do Museu de Arte Sacra na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França está em fase de execução. A associação, como proponente, pleiteou a verba (entrevista presidente da associação em 26/05/2017).

A ACDPH, além de participar nos conselhos municipais, também utiliza mecanismos legais, como a ação popular, para coibir atos políticos que coloquem em risco o patrimônio local. O legislativo também é cobrado em relação às ações que a entidade acredita que sejam necessárias, conforme pauta da reunião que ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2017, em que “preocupada com o rumo do desenvolvimento da região, apresentou ao Poder Legislativo corumbaense uma pauta de atividades que considera essenciais para o crescimento da Cidade de Corumbá de Goiás”. Isso foi feito como forma de abrir um debate sobre o futuro que se quer construir para as futuras gerações do município (CÂMARA DE VEREADORES DE CORUMBÁ DE GOIÁS, 2017).

Não há aqui uma ação direta do poder público na preservação da memória da cidade, mas sim uma ação da associação de cultura formada por voluntários que levam o poder público a agir. (Entrevista diretor de culturas populares da ACDPH em 27/05/2017).

O papel da Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás também é ressaltado pelo escritório técnico do IPHAN em Goiânia. Visto que o centro tombado pelo IPHAN em Corumbá de Goiás é pequeno, ele atende com a presença de técnico apenas de 15 em 15 dias. Durante esse intervalo de tempo, a associação “é um de nossos parceiros”, referindo-se ao poder público municipal, para “fiscalizar e orientar a comunidade na preservação”. A associação não é só atuante nas questões dos bens edificados, mas nas diferentes manifestações de natureza imaterial (entrevista escritório técnico IPHAN Goiânia em 01/08/2017).

Pelos exemplos dados, conclui-se que a existência de capital social estrutural e cognitivo em Corumbá de Goiás contribui para a formação de cidadãos altamente participativos, interessados na eficiência das instituições de governo, com autonomia para o seu próprio desenvolvimento e trabalhando de forma coletiva em assuntos de interesse comum, em especial na área da cultura e na preservação do rico patrimônio de natureza material e também imaterial. A ACDPH é formada por intelectuais, empresários, profissionais liberais, proprietários das edificações e, inclusive, membros do poder público local. Congregam-se nesse grupo as forças necessárias para mobilizar e dialogar com os principais envolvidos, no caso aqui o IPHAN e o poder público local.

No entanto, as ações da ACDPH poderiam ter melhores resultados se o poder público fosse mais ativo. Corumbá de Goiás não possui uma política pública de cultura consolidada (embora a ACDPH tenha encaminhado proposições), e muitos dos problemas atuais envolvendo o centro histórico, principalmente seu esvaziamento, precisam do envolvimento de diferentes atores na busca de soluções, numa perspectiva mais holística da cidade.

5.4 Redes, atores e governança

Para analisar a complexidade e diversidade do patrimônio cultural nas cidades pequenas, parte-se da abordagem relacional dos principais atores e de suas

redes de interdependência. Nesse sentido, adota-se a noção de rede na abordagem conhecida como perspectiva orientada aos atores (LONG, 1992; 2007; PLOEG, 2000; PLOEG, 2008 *apud* SCHMITT, 2011). Esse referencial busca, em linhas gerais, compreender como diferentes atores influenciam a formulação e a implementação de políticas. A perspectiva orientada aos atores parte do pressuposto de que muitas mudanças estruturais resultam de “forças externas”, como o Estado. Porém, é na experiência construída na vida cotidiana que se avaliam “as maneiras intrincadas e variadas em que velhas e novas formas de produção, consumo, sustento e identidade se entrelaçam e geram modelos heterogêneos de mudança econômica e cultural” (LONG, 2007, p. 39 *apud* SCHMITT, 2011, p. 92). Insere-se numa perspectiva construtivista que, conforme Paulo Freire (1987), envolve o “fazer com” as pessoas da comunidade e fortalecer as instituições e os atores.

Os atores estão associados à capacidade humana de conhecer e atuar e materializam-se por meio de pontos nodais de interpretação e interação. Já as redes mobilizam relações, recursos e significados e promovem a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas, pois “é na confluência entre essas múltiplas realidades, e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento” (SCHMITT, 2011, p. 92).

Como já apresentado anteriormente, Putnam (1996) considera que a confiança entre os atores é de extrema importância no desenvolvimento de ações coletivas. Esse afirma que confiança, engajamento cívico, normas de reciprocidade e redes de interações sociais cumprem a função de facilitar o surgimento de ações coordenadas e, portanto, de incrementar a eficiência de determinada comunidade, contribuindo para o desenvolvimento. O capital social, por fomentar a confiança, estimula a cooperação em prol da ação coletiva, favorecendo a resolução de problemas. Na perspectiva orientada para o ator, por meio da sua agência, esse intervém nos processos de desenvolvimento, não sendo apenas um receptor de políticas públicas. A noção de agência, para Long, atribui ao ator a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lutar com a vida, ainda sob as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incertezas e

outras restrições, os atores sociais têm “capacidade de saber” e “capacidade de atuar” (LONG, 2007, p. 48 *apud* GONZÁLEZ *et al.* 2014). Capital social é rede social na perspectiva de Franco, entendida como “múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos [...] configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos” (2004, s/p). Como conceito político, reflete os padrões de organização e a forma como regula sua vida em sociedade os quais dependem de estímulos externos e internos e interações como um fenômeno sistêmico, uma vez que “o conceito de capital social só pode surgir (e só faz sentido) quando encaramos o desenvolvimento como local, produzido por comunidades” (FRANCO, 2004, s/p).

Para compreender melhor o dinamismo e as eventuais diferenças das interações (estrutura das relações) entre os atores é que a abordagem de redes como forma de análise será adotada. Uma rede é formada por um conjunto de atores, os quais podem ser indivíduos ou organizações que estabelecem tipos específicos de conexões uns com os outros. A composição da rede e a posição de cada ator permitem compreender aspectos do convívio econômico, social e político dos envolvidos. Essa perspectiva concentra-se nas relações sociais entre os atores, nas relações intraorganizacionais, avaliando como as relações ocorrem e de que forma influenciam a vida dos atores (POWELL e SMITH-DOER, 2003 *apud* MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 928).

A rede é o *locus* no qual podem ser elaboradas as políticas públicas e os processos de concorrência, a interação estratégica dos atores e organizações, que são dependentes de vários recursos, como os financeiros, tecnológicos, organizacionais, políticos, jurídicos e constitucionais (PAULILLO, 2001 *apud* MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 928).

A abordagem de redes como forma de análise está fundamentada na estrutura das relações para compreender uma ampla gama de aspectos em que o ambiente social pode ser visto como estruturas ou relações regulares entre os envolvidos. As relações são expressas por meio dos elos, conexões (*linkages*) ou ligações entre as unidades de análise. Por meio dos *linkages* fluem recursos materiais e não materiais, interação física dos atores e as relações formais de autoridade (SACOMANO NETO, 2003; WASSERMAN e FAUST, 1994 *apud* MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 928).

Nesse sentido, Brito (2002 *apud* MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 928) afirma que uma rede é composta por quatro elementos morfológicos: nós, posições, ligações e fluxos. Nesta tese, os nós são descritos como um conjunto de atores, ou seja, organizações estatais e da sociedade civil. São os nós que compõem a estrutura e que podem ser considerados pontos focais da rede. Da mesma forma, as atividades podem ser consideradas pontos focais do arranjo. As posições definem a localização dos pontos na estrutura da rede. A posição de cada ponto depende das ligações entre os atores. As ligações, conexões e *linkages* determinam o grau de difusão ou densidade dos atores da rede. Os fluxos, por sua vez, podem ser tangíveis (produtos) ou intangíveis (informações) e determinam a estrutura da rede (BRITO, 2002; SACOMANO NETO, 2003 *apud* MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 929).

A partir das propostas de Malagolli e Paulillo (2013), foram definidos os atores, as posições, as ligações e os fluxos. Ressalta-se que a posição de centralidade é de fundamental importância para a identificação de atores que são chave na rede. A centralidade está relacionada com a atividade de um ator na rede e pode ser expressa pelo número de ligações que esse ator possui. Quanto mais central for a posição do ator na rede, maior deve ser o fluxo de relações compartilhado. Outra medida de centralidade é a proximidade: quanto menor o número de “passos” para que um ator chegue a outro, maiores as relações entre eles (MALAGOLLI; PAULILLO, 2013, p. 932).

Já a dimensão da intensidade é determinada pelo conjunto de vínculos estabelecidos com outros atores. Ou seja, quanto mais densas forem as relações entre os atores, mais larga é a linha que liga ou conecta os pontos nodais e, com isso, maior é o acesso às informações, o uso dos recursos, o poder de influência nas decisões e as ações coletivas relacionadas ao patrimônio cultural. As diferentes espessuras correspondem às diferenças na qualidade das relações entre os atores.

O objetivo dessa análise é compreender como a ação dos atores sociais desenvolve práticas de preservação e processos de interação social, política, econômica e cultural que influenciam, modificam ou transformam o patrimônio local. Os estudos de caso focalizaram as práticas e experiências dos atores que atuam na área de preservação, realçando o modo como as relações são organizadas nesse espaço e como influenciam e geram novas dinâmicas.

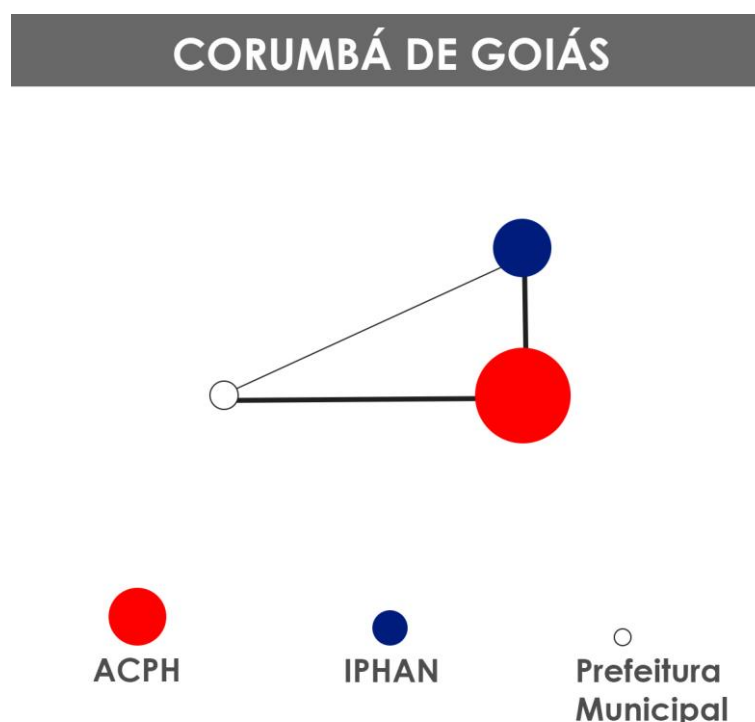
Quadro 20 - Atores, estruturas das relações e intensidade

Dimensões	Representação	Descritores
Atores	Pontos nodais	Tipos de interesses e recursos
Estrutura das relações	Distância entre pontos nodais	Centralidade Proximidade
Intensidade	Linhas ou conexões que ligam os pontos nodais	Frequência

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar a rede de Corumbá de Goiás, observa-se a centralidade na ACDPH, que atua desde 1986 na defesa do patrimônio. O depoimento do IPHAN reforça seu papel de interlocutor entre o órgão de preservação e os proprietários: “[...] é um dos nossos principais parceiros para fiscalizar e orientar a comunidade, não é só atuante no patrimônio, mas na cultura em geral” (entrevista em 01/08/2017). O IPHAN não possui escritório técnico em Corumbá de Goiás, e as visitas técnicas são quinzenais. Por isso, o fluxo de informações é mais frágil, inclusive com o poder público local. Pelas entrevistas e observações, a intensidade das conexões é maior da ACDPH com a prefeitura e com o IPHAN por iniciativa da ACDPH, o que reforça a sua centralidade. Ao longo dos 13 anos após o tombamento de Corumbá de Goiás, apenas duas ações ocorreram entre a prefeitura municipal e o IPHAN: o restauro do sobrado que abriga a Secretaria de Educação e Cultura do município e o projeto *Portas e janelas vão se abrir*, que teve apenas três edições.

Figura 23 - Rede de Corumbá de Goiás.

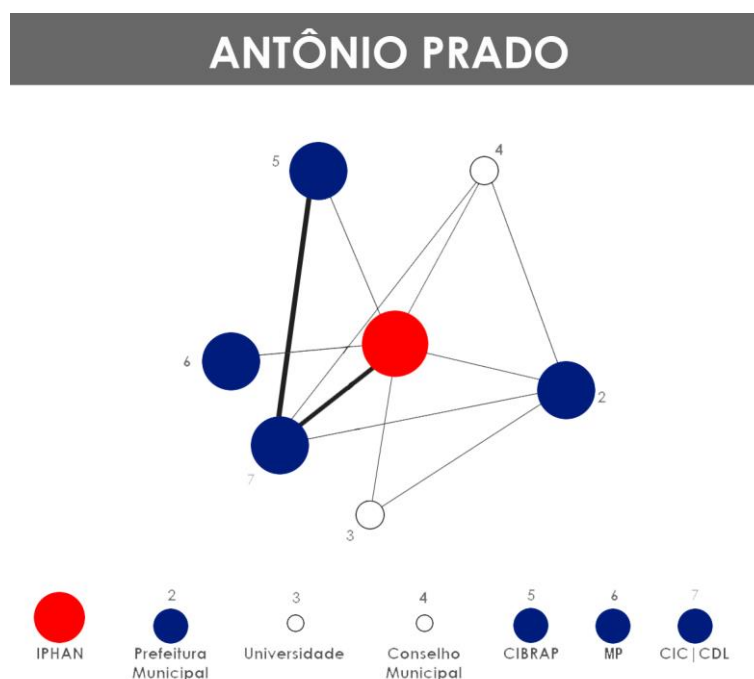


Fonte: elaborado pela autora.

No caso de Antônio Prado, a CIBRAP é um exemplo de capital social estrutural. No entanto, a forte presença da Câmara de Indústria e Comércio, da Câmara dos Dirigentes Logistas, da universidade comunitária, do Ministério Público e de proprietários mais conhecedores de seus direitos e deveres confere a Antônio Prado uma realidade muito particular. Orgulhosos de sua descendência italiana, participam ativamente de tudo que diz respeito ao centro histórico. Como exemplo pode-se citar a revitalização da Praça Garibaldi e o novo Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado. O Plano Municipal foi construído em outubro de 2016 com participação de diversos segmentos da sociedade e está integrado ao novo Conselho Municipal de Cultura e ao Fundo Municipal de Cultura, estruturado para o período de 10 anos e formalizado por meio de Lei Municipal n.º 3.020, em 15 de dezembro de 2016 (ANTÔNIO PRADO, 2016). Em Antônio Prado, os investimentos do Programa Monumenta ainda se fazem presentes na associação de artesãos e nas ações de educação patrimonial do poder público local e do CIBRAP. A centralidade dessa rede está no IPHAN, que possui escritório técnico desde a época

do tombamento nacional em fins da década de 1980. Devido à forte resistência dos proprietários, as ações do órgão federal foram no âmbito do patrimônio edificado, mas também no intangível e em educação patrimonial. Embora as relações existam, elas são estreitas e distantes na atualidade, e todo o potencial de mobilização poderia ser otimizado se houvesse maior diálogo entre os atores, situação já analisada no subcapítulo sobre a postura da municipalidade.

Figura 24 - Rede de Antônio Prado.

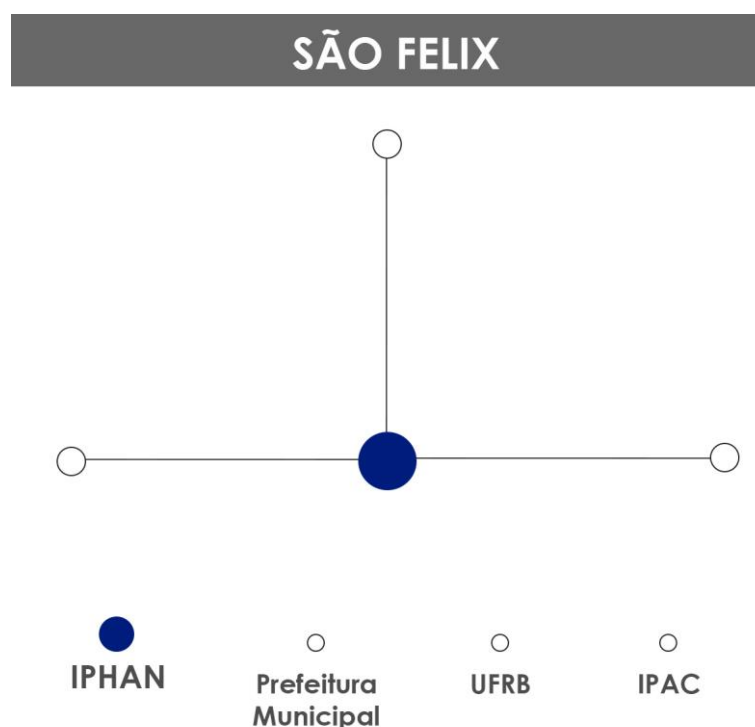


Fonte: elaborado pela autora.

São Félix não possui capital social na forma estrutural na área de preservação do patrimônio cultural. Segundo Evans (1996), as redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por instituições públicas como indutor e mobilizador do capital social, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. As observações e entrevistas realizadas em São Félix demonstraram a ineficiência do poder público local que, aliada à falta de diálogo entre os principais atores, resulta numa malha extremamente empobrecida. O IPHAN praticamente desenvolve ações isoladas no município. Além disso, a Universidade do Recôncavo Baiano tem muitas pesquisas em andamento que poderão reverter em novos conhecimentos e proposições na

comunidade, mas ainda não são visíveis no contexto local. O IPAC possui dois bens de natureza imaterial registrados como patrimônio estadual, mas o diálogo entre os entes federados não acontece. A distância entre os atores representa as dificuldades e a falta de fluxo de informações e produtos, comprometendo seriamente a rede.

Figura 25 - Rede de São Félix.

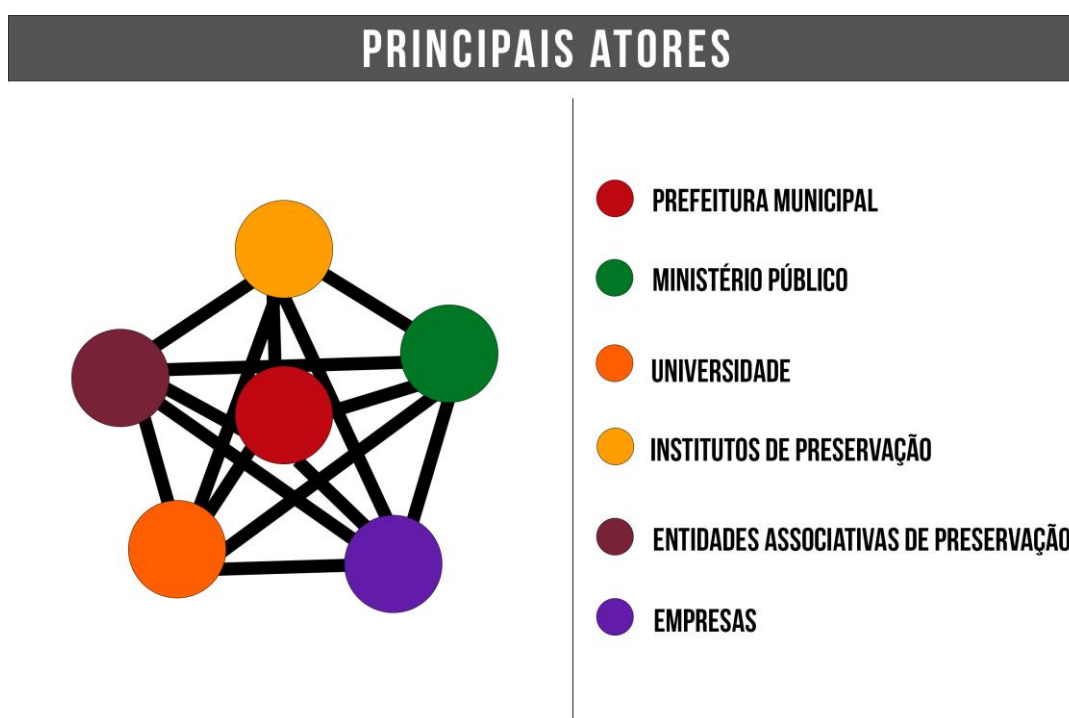


Fonte: elaborado pela autora.

Entretanto, além da existência de capital social, é necessário que se estabeleçam arranjos institucionais e uma nova governança com o objetivo de solucionar os problemas em comum: a falta de um corpo técnico nas prefeituras municipais; a falta de diálogo e de ações do poder público com outros entes federados, com a comunidade local, com o setor privado e com órgãos de preservação; o foco no produto e não no processo; a setorialidade da gestão pública municipal; a escassez de recursos financeiros; e a falta de continuidade nas políticas públicas. Uma associação como resultado de laços de confiança e cooperação tem papel ativo para pressionar o poder público local, mas somente o poder público tem força de lei para executar (com resultados otimizados quando acontece de forma

intersetorial) e, juntamente com o IPHAN, tem a capacidade técnica para tomar decisões segundo critérios internacionais. As empresas também são importantes nesse processo, pois, por meio de parcerias, podem investir no patrimônio local e gerar melhoria da qualidade de vida das populações. Novamente aqui a associação se torna relevante ao acompanhar essas decisões de forma que o patrimônio não se torne “espetacular”. A universidade como produtora de conhecimento transdisciplinar deve se aproximar da comunidade em que está inserida, reconhecendo, portanto, seus saberes e modos de fazer. E deve também estimular a capacidade de mediação entre os técnicos e a teoria¹⁰².

Imagem 21 - Principais atores numa rede ideal.



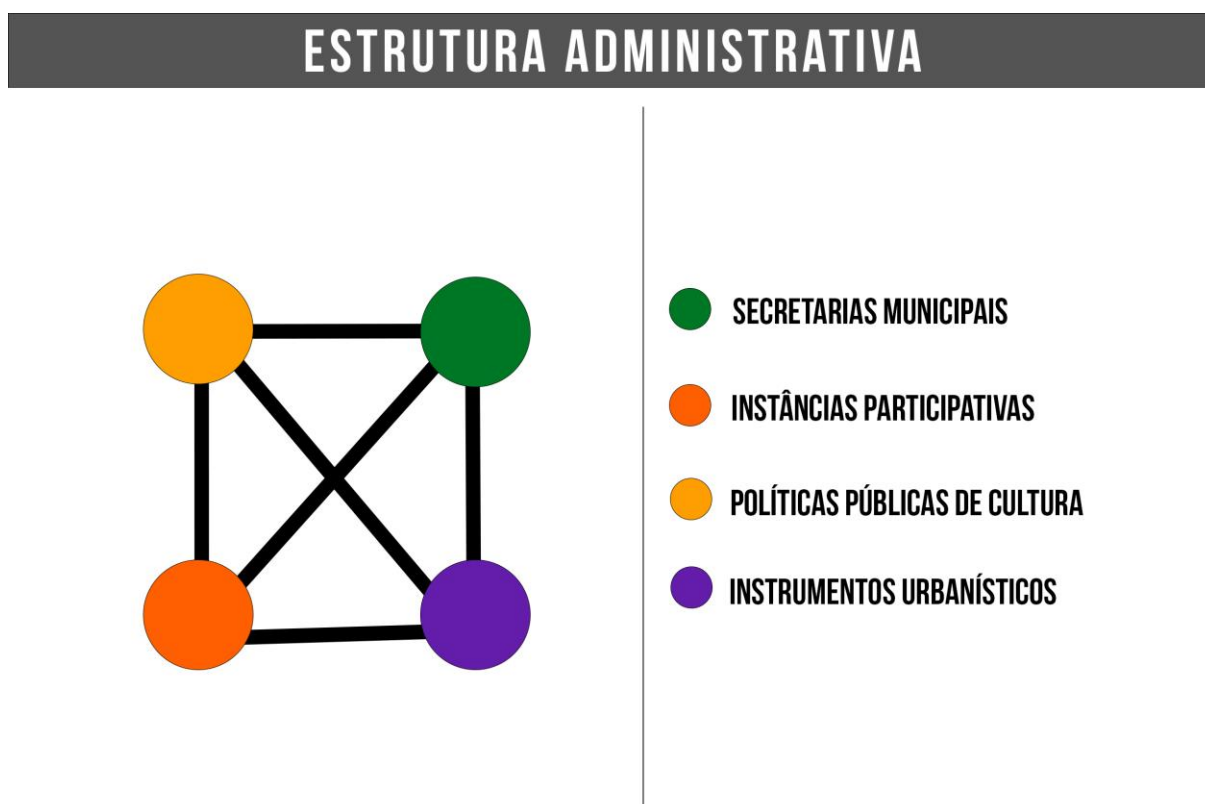
Fonte: elaborado pela autora.

¹⁰² Um projeto muito interessante do ponto de vista da articulação entre diferentes segmentos foi a elaboração das diretrizes para a requalificação da Praça Alcides Marques e do Largo das Bandeiras no centro histórico de Jaguarão. Constituem espaços públicos contíguos relacionados à origem do traçado urbano e que têm mantido sua condição inicial de referencial urbano. Segundo Mazulo e Rocca, trata-se de um trabalho no qual foi estabelecido um intervalo acadêmico para a análise e reflexão prévio ao projeto de intervenção, incluindo uma função de articulação e mediação entre a comunidade, o governo local e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O resultado foi a participação de uma equipe interdisciplinar da universidade, que facilitou a articulação entre as administrações federal e local com a comunidade e suavizou as resistências geradas pela atitude conservadora dos *experts* do IPHAN e o descaso em contornar as demandas da comunidade pelo Ministério Público (MARZULO; ROCCA, 2016).

Não basta apenas capital social na sua forma estrutural e cognitiva estimulando a participação e o envolvimento de diferentes atores. É preciso, conforme analisado no subcapítulo *A postura da municipalidade na preservação do patrimônio*, que os municípios se organizem legal e administrativamente de forma mais eficiente na implantação de políticas de desenvolvimento urbano em cidades com patrimônio cultural.

O envolvimento dos principais atores requer a perspectiva de uma nova governança. O poder público possui componentes que são interdependentes, formam uma estrutura ligada por redes de relações: no aspecto técnico administrativo das políticas intersetoriais, as secretarias municipais de educação, cultura, planejamento urbano/obras, saúde e turismo; nas instâncias participativas, tem-se conselhos de cultura e patrimônio, conferência municipal de cultura; instrumento de gestão, como o plano municipal de cultura e o fundo municipal de cultura; instrumentos urbanísticos, como o plano diretor.

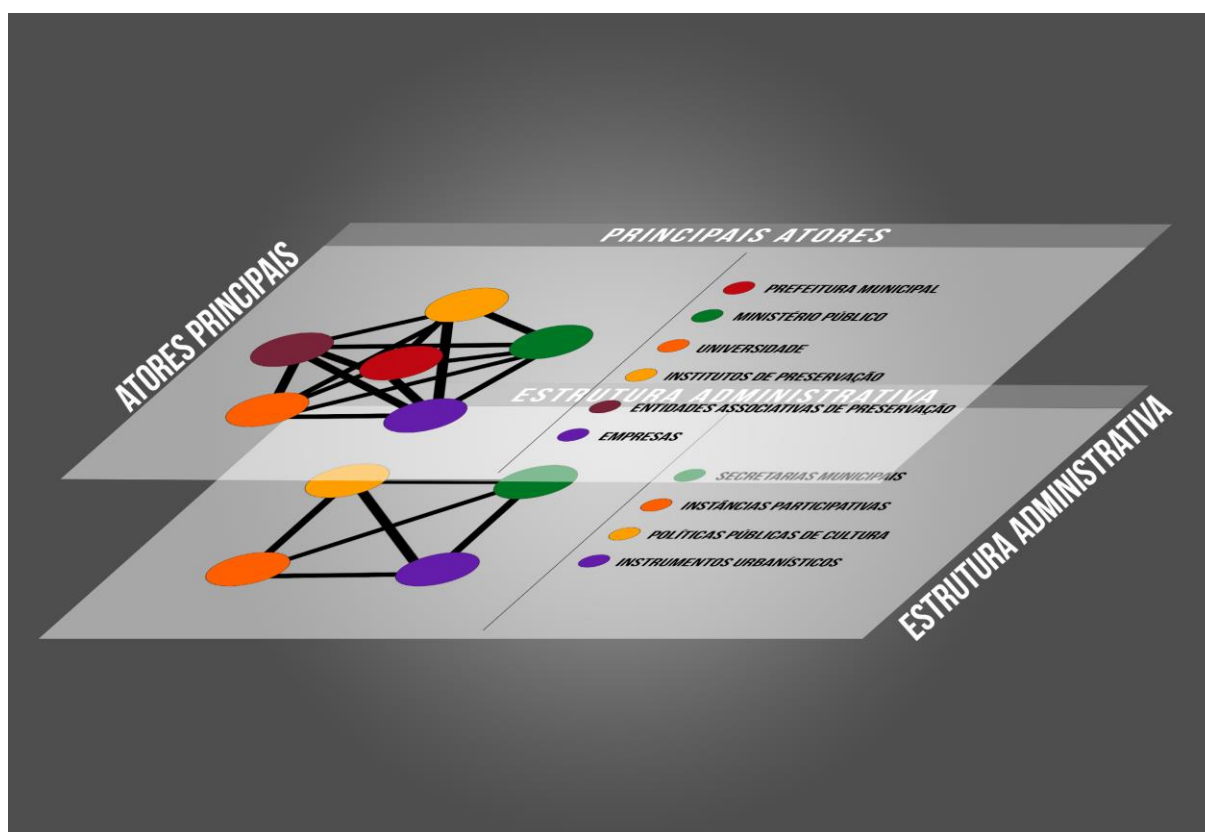
Imagem 22 – Nova governança.



Fonte: elaborado pela autora.

Também os arranjos institucionais estão associados à dimensão política, de inclusão de atores diversos, negociação e condução de processos decisórios compartilhados envolvendo o processamento de conflitos. Os conselhos, as conferências, as audiências públicas, os orçamentos e planejamentos participativos são exemplos de instâncias participativas fomentadas pela Constituição Federal de 1988 e implementadas pelas políticas públicas visando a uma maior democratização do acesso. Este processo de articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais busca incentivar a cooperação social na busca de respostas integradas a diversos problemas analisados nesta tese.

Imagem 23 - Principais atores e uma nova governança.



Fonte: elaborado pela autora.

Evans (1996) destaca que a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil, como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado, o resultado é um aumento da eficácia governamental, fomentando um contexto virtuoso de mudança institucional. Segundo o autor, a sinergia fracassa não

pela falta de capital social, mas quando as agências públicas não se engajam com a sociedade. Ou seja, quanto maior e mais diversificada for a rede de relações que fomentem o diálogo, maiores os resultados positivos quando se trata de preservação do patrimônio cultural, inclusive gerando processos de autorregulação, como um organismo aprendente. Os casos estudados apresentaram perfis muito diferentes no que se refere à participação dos atores sociais e ao papel do Estado, reforçando a complexidade e diversidade de realidades do contexto brasileiro. O subcapítulo seguinte traz à discussão, para além dos aspectos relacionados ao capital social como rede de cooperação e à necessidade de uma nova governança, uma ideia de desenvolvimento centrado nas pessoas e construído a partir do conceito de lugar.

5.5 As cidades pequenas no contexto da mundialização: a força do lugar

O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação.
(SANTOS, 2007, p. 71)

A busca por modos de vida mais humanizados e menos atrelados aos ditames do tempo emerge com força em publicações e movimentos ao redor do mundo. Uma contraposição ao ritmo cotidiano nas cidades grandes, com o modo de viver e pensar a vida marcado pelo andar apressado em meio à multidão, com o sentido da vida depreciado, com os sentimentos embrutecidos e com os sonhos distanciados pela falta de tempo (CARLOS, 1994, p.58). Assim como constatado em Endlich (2009) e Gaspar 1998 *apud* Endelich (2009), Carlos descreve a tranquilidade como algo positivo nas cidades pequenas: “[...] os adultos podiam colocar cadeiras nas calçadas e ver as crianças brincando - jogando bola, pulando corda, [...] em que até se podia sentar e esperar a vida passar, como ainda ocorre nas cidades do interior” (1994, p. 58).

Dois elementos merecem destaque no conjunto de significações constatadas em torno das cidades pequenas de Antônio Prado e Corumbá de Goiás ao longo desta pesquisa: o ritmo e a sociabilidade. Ambos aparecem também nos estudos realizados por Endlich, pois “as pequenas cidades não correspondem a miniaturas das grandes cidades”, possuem contornos e dinâmicas próprias e “exprimem um cotidiano marcado por atributos que confirmam esta natureza diversa” (2009, p.

289). Gaspar *et al.* (1998 *apud* ENDLICH, 2009, p. 290) obtiveram resultados parecidos, sendo o sossego e a calma os aspectos positivos mais destacados nas pequenas e médias cidades portuguesas.

Alguns fatos constatados pela pesquisadora desta tese corroboram com o que os autores acima já afirmaram e reforçam que o ritmo e as relações mais humanizadas fazem parte do cotidiano das pequenas cidades, o que não se aplica a todos os casos estudados¹⁰³. Nas cidades de Antônio Prado e Corumbá de Goiás, as portas e janelas das pousadas ficavam abertas até que o último hóspede fosse dormir. Podia-se entrar e sair sem porteiro e sem controle. O toque dos sinos da igreja marcava o tempo, e as crianças brincavam nas ruas. Ao caminhar pela cidade, a pesquisadora era observada com curiosidade e recebia o cumprimento dos transeuntes. Foi convidada para entrar em uma das casas, embora fosse uma pessoa estranha, demonstrando que as relações de confiança ainda estão presentes no cotidiano da cidade. O contato para agendamento das entrevistas em cada um dos órgãos foi feito com muito zelo pelos responsáveis, e a chegada da pesquisadora foi aguardada com muita ansiedade. Assim também o fornecimento de documentos foi feito de forma muito prestativa¹⁰⁴. As percepções da autora desta

¹⁰³ São Félix, pela proximidade de um centro urbano maior, no caso Cachoeira, e pela situação socioeconômica de sua população, já analisada nos capítulos anteriores, apresenta um quadro muito diverso das cidades de Antônio Prado e Corumbá de Goiás, em especial no que se refere à falta de segurança, o que é reforçado pelo quadro a seguir:

Homicídios arma fogo e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos 3.383 municípios com mais de 10.000 habitantes. Brasil. 2012-2014. Posição Nacional. Fonte: http://www.mapadaviolencia.org.br/ .					
Município	UF	Nº Homicídios Armas de Fogo			Posição Nacional
		2012	2013	2014	
Antônio Prado	RS	0	0	0	2.731 ^o
Corumbá de Goiás	GO	3	0	3	752 ^o
São Félix	BA	2	2	8	458 ^o

Também em São Félix tem-se o que Santos (1994, p. 260-264) chama de o tempo dos homens lentos que não conseguiram se apropriar da mobilidade produzida pela técnica, uma vez que ela é resultado dos ditames do mercado e do poder de consumo. No cotidiano da cidade, é forte a presença de prostituição e de comércio informal.

¹⁰⁴ O mesmo não se aplica a São Félix. O agendamento da visita foi feito com dois meses de antecedência e reforçado dois dias antes da chegada da pesquisadora. Infelizmente, o poder público local não estava presente e não havia organizado outra pessoa para atendê-la. Ao final, após muita insistência e espera, foi localizado um antigo funcionário da prefeitura municipal que ajudou na coleta de informações e na localização de outras pessoas a serem entrevistadas. Parte dos documentos necessários não foram localizados nem os contatos posteriores por *e-mail* foram respondidos.

tese são reforçadas pelas palavras de Lima (2012) ao se referir ao cotidiano na cidade de Corumbá de Goiás.

Poderemos curtir-la mais e melhor após ouvirmos o silêncio das noites, despertarmos com o canto dos galos, o chilrear de pássaros aninhados nas árvores dos frondosos quintais ou sob os beirais acachorrados, frequentes em nossa arquitetura histórica. Isso e mais a voz cantada dos vendedores de rua. Anunciando quitandas e frutas olorosas, além do repique dos sinos da capela chamando para a missa os devotos e carolas. Após o café da manhã, poderemos nos dirigir ao trabalho a pé, ou simplesmente deambularmos, cumprimentando os passantes ou os que, já cedo, estão janelando. (LIMA, 2012, p. 30)

Foto 23 - Casa Neni em Antônio Prado e Praça Central em Corumbá de Goiás.



Fonte: A autora em 26 de maio de 2017 e Lima (2012, p. 31).

A proximidade física e social e o ritmo mais tranquilo e simples de vida marcam as relações humanas com vínculos de afetividade, reforçando os laços de sociabilidade e de confiança, e aparecem nas cidades de Antônio Prado e Corumbá de Goiás. Para Endlich, em cidades menores é “comum e mais forte a difusão da ideologia do trabalho, bem como o espírito comunitário e o consenso” (2009, p. 298). Mas os laços associativos também são um elemento da cultura local e reforçam as relações e os significados sociais. Em Antônio Prado, os elementos identitários estão relacionados ao associativismo¹⁰⁵, mas também à forte religiosidade e à filosofia do trabalho. Para o literato José Clemente Pozenato, a figura do gaúcho solitário montado a cavalo, vagando pelo pampa, contrasta com a do imigrante italiano que quase nunca está só e cuja disposição natural para a coletividade levou

¹⁰⁵ Encarte *135 anos de cultura*, comemorativo dos 135 anos de imigração italiana, publicado pelo Jornal Pioneiro em 2010. Fonte: Buchebuan (2010, p. 106).

a construção de instituições como hospitais, universidades, sociedades de mútuo socorro. As diferenças também se expressam da seguinte forma:

Com relação à religião, ele destaca que, para o gaúcho, não há presença religiosa, há o transcendente, ao passo que o imigrante traz com ele a informação religiosa e o seu primeiro sinal de organização social se dá nas capelas. Já o trabalho é seu maior diferencial, é a única forma de vencer. “Quem quer fazer parte daqui precisa absorver este valor.” É justamente o trabalho que traz as novas levas de imigrantes para a cidade, numa clara referência ao mito de que só o trabalho possibilita a melhoria das condições de vida. (BUCHEBUAN, 2010, p. 106)

Na pesquisa de mestrado de Pazuch (2015), o autor aborda a sociabilidade entre os imigrantes italianos e suas relações de poder com a Igreja Católica e o Estado Brasileiro entre os anos de 1885 e 1945 na Colônia de Antônio Prado no estado do Rio Grande do Sul. A catolicidade e a italianidade dos imigrantes italianos na Colônia se formaram e se desenvolveram nas sociedades da Capela, as quais possibilitaram o surgimento de uma identidade local própria com base na tradição e nos valores familiares e comunitários. Nas colônias do Rio Grande do Sul, a integração dos imigrantes aconteceu pela vivência da religião católica nas comunidades situadas no interior das colônias, pois todos tinham como laços identitários comuns a religião e a convivência nas suas paróquias de origem. Como os costumes e os dialetos dos diferentes grupos que vieram da Itália não tinham muitos elementos em comum, mas tão somente a religião católica e a prática de frequentar a paróquia, a religião se tornou o principal elo de identificação e socialização entre os imigrantes italianos.

A religião foi o meio pelo qual os imigrantes puderam se identificar cultural e socialmente no grupo, pois “foi através da Religião Católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais” (PAZUCH, 2015, p. 119). Para Pazuch (2015), o desenvolvimento religioso da localidade trazia consigo também o desenvolvimento econômico, pois onde eram construídas as capelas surgiam a bodega e o comércio de cereais e ferramentas. Em alguns casos, muitas famílias que vieram da Itália em grande número foram residir na mesma colônia, linha ou travessão. No entanto, a grande maioria era proveniente de províncias e cidades diferentes, não tendo muitos

costumes e tradições em comum, pois cada *paese*, ou seja, cidade ou vila italiana, tinha padroeiros e festas próprios.

Assim, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos. Assim como em Antônio Prado, em Corumbá de Goiás o elemento identitário está relacionado com a forte religiosidade, mas também com os laços familiares, a chamada família extensa relacionada ao trabalho com a terra, possibilitando a permanência desse povo nos Cerrados e novas sociabilidades. As famílias organizavam o trabalho cotidiano dividindo as tarefas entre netos, filhos e pais. Essa forma de organização possibilitou um aumento na produtividade e garantiu o crescimento familiar. Quando necessitavam de um número maior de mão de obra, eram os vizinhos que ajudavam na forma de mutirões, e eram esses os momentos em que “os laços camponeses eram sempre exaltados, os contos, as histórias, os causos que se estruturavam e eram construídos a partir da rotina e vivência dessas pessoas evidenciavam seus laços de pertencimento com um ambiente que se tornará seu lugar” (MENDONÇA, 2009, s/p).

Segundo Bonnemaison, não existe indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização e existe uma profunda correlação “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (2002, p. 91). Essa afirmativa perpassa os trabalhos em mutirões dos povos cerradeiros, mas também seus laços de afetividade e identidade que se expressam nas celebrações, como as Cavalhadas em Corumbá de Goiás, e reforçam as experiências humana nesses lugares. Mendonça (2009) ressaltam ainda:

Assim, longe da lógica capitalista expressa na exploração da força de trabalho alheio, os *Povos Cerradeiros* construíram seu modo de vida sem a mesma ganância pela acumulação de riquezas, baseando-se na produção voltada para as necessidades familiares, sendo a terra a principal fornecedora da condição de existência. A simbologia da terra para a cultura cerradeira lhe transformou para além de um recurso que garante a sobrevivência, transbordando seus sentidos a valores socioculturais que se reproduziram durante séculos no comportamento corporal, no modo de falar e na perspectiva de vida. A terra mais que propriedade, nos moldes da proposta pelo capitalismo, tornou-se tão importante e tão querida como um elemento da família, desfazer de suas terras era como perder um familiar. O Cerradeiro buscará na terra mais do que renda ou lucro. O que ele constituiu de fato foi um modo de vida modelado na autonomia do trabalho e na reprodução social pelos vínculos familiares e comunitários. Uma harmonia entre trabalho, uso da terra e necessidades de sobrevivência que

garantiram ao Cerrado grandes porções, áreas preservadas, até meados do séc. XX. (MENDONÇA, 2009, s/p)

A preservação do patrimônio edificado em Corumbá de Goiás está fortemente ligada com a manutenção desta memória relacionada ao grupo familiar. São os descendentes destas famílias que não deixaram esta memória desaparecer ao manter seu repositório físico com o tombamento federal e municipal. E, para tanto, se organizaram na forma de uma associação que, desde 1986, vem atuando no campo da cultura na cidade. A preservação do conjunto arquitetônico e do rico patrimônio imaterial relacionado principalmente com a música e com as celebrações constitui uma forma de resistência contra o avanço capitalista nessas terras, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Com a construção de Brasília, Corumbá de Goiás será o grande fornecedor de matéria-prima (areia e cimento), bem como de mão de obra para a construção da capital, conforme nos atesta também a citação a seguir:

As heranças de um povo que lutou para desbravar e viver em harmonia com o bioma Cerrado, são testemunhadas até os dias atuais, contudo a segunda metade do século XX, representou novos tempos e novas dinâmicas para estas terras, pois um processo de reestruturação produtiva do capital havia articulado uma estratégia para a *desvalorizar* e *desterritorializar* estes povos, que aprenderam a se metabolizar juntamente com os Cerrados. Interesses externos que invadiram as áreas de Cerrado explorando de forma insensata tanto o bioma Cerrado como a sua gente (MENDONÇA, 2009, s/p)

Retoma-se a ideia de lugar na perspectiva crítica de Santos (2015), de que os lugares são espaços de resistência contra os vetores da globalização. Os excluídos e marginalizados, reunidos em número crescente nas cidades, "não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo" (SANTOS, 2015, p.114). Em Certeau (1994), tem-se uma perspectiva de que o espaço, apesar de ser condicionado, é o espaço do usuário, das artes do fazer, astúcias sutis e táticas de resistência que corrompem a ordem estabelecida. Mas também a dimensão espacial é subvertida pelas táticas silenciosas que revelam a tensão entre o modo coletivo de gestão e o modo individual de apropriação do espaço como lugar praticado. Esses lugares têm, desse modo, um papel de relevante importância ao propiciarem um espaço vivido "que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro"

(SANTOS, 2015, p. 114). Quando uma grande empresa como a Nordeste Alimentos em Antônio Prado investe em projetos na área do patrimônio cultural, como tem feito nos últimos anos, isso ressalta seu compromisso com a sociedade local, indo na contramão da “prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais” (SANTOS, 2015, p. 107). Revela-se, nesse caso, o papel do ator endógeno, em que o proprietário, morador de Antônio Prado e descendente de imigrantes italianos, tem vínculos emocionais com o lugar e, portanto, compromisso com o desenvolvimento do território em questão.

No entanto, diversos são os interesses e objetivos sociais que se entrecruzam nessas dinâmicas. No caso das cidades analisadas, o que se percebe é um discurso muito forte relacionado ao turismo. Os modelos de cidades do que pensam ser o ideal estão muito próximos como, por exemplo, Corumbá de Goiás e Pirenópolis¹⁰⁶, distantes apenas 30 km, e São Félix e Cachoeira¹⁰⁷, separadas apenas por uma ponte. Em todos esses casos, o que transparece é a falta de uma visão mais crítica sobre a qualidade de vida nessas cidades turísticas, onde as problemáticas são semelhantes. O que prevalece, na visão dos entrevistados, são os lucros advindos desta atividade econômica, e não as consequências nefastas de processos de gentrificação ou espetacularização dessas cidades, uma vez que os “tempos de hoje são de manifesta inflação patrimonial e, enquanto tal, a

¹⁰⁶ Em Pirenópolis, o crescimento do tecido urbano foi significativo. Novos bairros e loteamentos se formaram nas áreas periféricas, provocando uma reorganização espacial que motivou antigos moradores a abandonarem a centralidade da cidade. O centro histórico, antes ocupado pela população autóctone, perdeu parte do caráter residencial. Hoje abriga os empreendimentos comerciais necessários ao atendimento do visitante ou se tornaram residências secundárias. Os moradores do centro histórico cederam o espaço residencial para a implantação de atividades de apoio e suporte às necessidades dos visitantes, como lojas de lembranças e presentes, hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Outras residências foram vendidas aos visitantes, que as mantêm fechadas a maior parte do ano, funcionando como segunda residência. No lugar dos restaurantes de comida típica, surgiram as *pizzarias* e a culinária internacional (SILVA *et al.*, 2008).

¹⁰⁷ Em pesquisa realizada por Dias *et al.* (2011), concluiu-se que, mesmo a cidade de Cachoeira entrando na pauta orçamentária do governo de diversas formas (Programa Monumenta do governo federal, Programa de Turismo étnico-afro, parceria entre governo federal e estadual e até a implantação de um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), com projetos para a conservação dos prédios/monumentos históricos e artísticos e com a valorização das expressões culturais e religiosas, grande parte de sua população ainda sobrevive em situações subumanas, de pura miséria, famílias que vivem com menos de meio salário por mês ou, na maioria das vezes, sobrevivem apenas com o auxílio do Bolsa Família, o qual por muito tempo movimentou boa parte do comércio da cidade e, é claro, ainda é de suma importância para o comércio local. E mesmo diante da grande quantidade de recursos financeiros investidos no centro urbano de Cachoeira, uma parte muito pequena da população tinha conhecimento e está sendo beneficiada por esses projetos.

patrimonialização serve também os propósitos do mercado e do turismo” (FORTUNA, 2012, p. 25).

Este modelo de turismo de massa em centros históricos tem gerado processos de gentrificação e homogeneização do espaço construído nos grandes centros históricos urbanos. Se o lugar é a "dimensão espacial do cotidiano", uma vez que diversas formas de solidariedade criativas e espontâneas se constroem na vida diária, como o associativismo entre os italianos e a sociabilidade entre os povos cerradeiros, é justamente nesses elementos que as cidades pequenas se diferenciam e se lançam com grande potencial de conciliar desenvolvimento econômico com qualidade de vida.

Para Santos (2015), “a sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho que gera a visibilidade do interesse comum” (p. 110). As “solidariedades horizontais internas” de que trata o autor são de natureza econômica, social, cultural e geográfica, mantendo cada ator “em estado de alerta”, como observado no caso do novo projeto da praça em Antônio Prado, o qual gerou grande discussão e resistência na comunidade, levando a compreender as mudanças propostas e a buscar soluções. Os lugares são singulares, mas também globais, e recebem influência constante das forças verticais, do uso pragmático, favorecendo os atores hegemônicos. Mas, “na realidade, a mesma fração do território pode ser recurso e abrigo, pode condicionar as ações mais pragmáticas, e, ao mesmo tempo, permitir vocações generosas” (2015, p. 112). Em outras palavras, pode-se conciliar o turismo de forma a não debilitar o tecido social local, não estando o dinheiro acima das necessidades e dos interesses das sociedades produtoras da cultura. É preciso reconhecer que é na articulação de diferentes atores (Estado, atores sociais individuais e coletivos, empresas), na perspectiva de Lefebvre que o espaço é construído e se analisa, segundo Certeau (1994), os atores em seu cotidiano.

Partindo dessas considerações, pensar o lugar é imergir na complexidade da cidade, na contemporaneidade como uma “prática de resistência” contra a lógica das corporações multinacionais que corroem as cidades e as identidades locais (RELPH, 2012, p. 20). Pensar o lugar como resultado das práticas cotidianas é retomar em Certeau (1994) a complexidade da problemática espacial. Os usos, as apropriações

e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar. Compreender que o espaço é uma construção social e, como tal, palco do entrecruzamento de forças frente à aparente homogeneização das culturas e do ambiente construído tem resultado não no desaparecimento do lugar, mas na perda dos fragmentos do social no território (HAYDEN, 1997).

Em Antônio Prado, a pesquisadora Buchebuan ressalta que ainda existe um “conjunto autêntico que não foi adulterado pela comercialização do estilo como muitas cidades mais conhecidas onde as mudanças de fachadas criaram ambientes estilizados que só fazem sucesso entre turistas ignorantes” (2010, p. 138).

[...] quando tu se aposentar, voltar pra Antônio Prado é ótimo, que é mais tranquilo, é mais calmo, ã, o turismo é bacana, ã, da visitação de casas tombadas e tal, toda essa questão histórica que tem é legal. Mas pruma determinada faixa etária. [...] Antônio Prado, ele não tem muito essa questão jornalística... De dentro da cidade. Antônio Prado é conhecida pelo, pela questão histórica e tal, mas muito de fora pra dentro, sabe? Então daqui de Antônio Prado pra fora ele não é muito divulgado, tanto pelos veículos que tem aqui... Na verdade uma rádio e dois jornais, que é [...] É, pouco na verdade [...] é mais interessante trabalhar fora de Antônio Prado, fazendo matérias sobre Antônio Prado do que dentro [...] É em termos turísticos falta muita coisa, porque começando que muitos moradores de Antônio Prado não sabem a história de Antônio Prado. Então eu acho que em primeiro lugar, se tu queres passar a história de um município pra outras pessoas, as pessoas que moram no município devem conhecer a história. (Entrevista morador de Antônio Prado *apud* BUCHEBUAN, 2010, p. 144)

Partindo dessas premissas entende-se a relevância que o conceito de lugar ganhou nos últimos anos no campo do patrimônio. Nesse sentido, Dolores Hayden (1997) destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada, ou pelo menos sustentada, pelo lugar, tanto na materialidade do ambiente urbano quanto em seus aspectos imateriais.

As pequenas cidades preservam formas de convivência próprias, com relações estreitadas, vínculos e significações tecidas no cotidiano. Por isso, emerge a necessidade de políticas de preservação da memória do lugar¹⁰⁸ no sentido

¹⁰⁸ A *memória do lugar* é a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído, que estão ligados em ideias como as de “paisagem cultural” e de “patrimônio ambiental urbano”. Esse último reconhece a cidade como um organismo vivo, dinâmico, resultado das forças que transformam e renovam o espaço. Nessa perspectiva, os bens imóveis naturais e construídos adquirem significado cultural quando compreendidos dentro de um processo social. Por isso, segundo Curtis (1980), o patrimônio ambiental urbano “não pode ser apreendido na sua integralidade se independizado da sociedade que o produziu”, uma vez que “a inconsistência de tal

apresentado por Hayden (1997). Para a autora, a ligação com o lugar é comparável à ligação da criança com a figura paterna e se dá tanto no nível material quanto no social e no imaginativo. O lugar estimula a lembrança das pessoas que vivenciaram esse espaço, que compartilharam um passado comum. Para os estrangeiros, o lugar é o passado representado na paisagem cultural e disponível a quem estiver interessado em conhecer no presente (1997, p. 46). O conceito de memória, tanto pessoal quanto coletiva, está ligado ao de lugar. Essas memórias se encontram armazenadas nas paisagens urbanas que seriam, desse modo, verdadeiros "armazéns de memória social" (HAYDEN, 1997, p. 9), uma vez que tanto os elementos naturais quanto os construídos pelo homem permanecem por muitas gerações. A autora ressalta ainda que até mesmo um *shopping center* que tenha sido construído no local de um campo de flores selvagens merece ser considerado um lugar, "nem que seja para reforçar a importância de perda e explicar que ele tenha sido destruído por um desenvolvimento sem cuidados" (1997, p. 18).

A autora cita o filósofo Edward Casey para mostrar que se a memória social depende da narração para sua continuidade, então a paisagem urbana também poderia contribuir por meio da "memória do lugar" que seria uma persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca. A autora defende que uma memória alerta e viva se conectaria com o lugar, encontrando nele elementos que favorecem e se desenvolvem paralelamente às suas próprias atividades. Tal fato leva a autora a afirmar que a memória seria "naturalmente orientada em relação a lugares ou, pelo menos, suportada por lugares" (HAYDEN, 1997, p. 46).

Nas Ciências Humanas, e na Geografia em particular, o problema da definição do lugar aparece como uma necessidade diante da globalização que impulsiona um processo de gentrificação e de homogeneização do ambiente construído. Nesse contexto, as chamadas cidades históricas¹⁰⁹ são tematizadas como uma tendência geral de apagar a memória urbana comprometendo seriamente o tecido social. Mas os modos de vida, os pequenos comércios ilegais que se

premissa tem permitido a idolatria do passado e conduzido a ideia de reproduzi-lo no autenticamente falso" (2003, p. 330).

¹⁰⁹ Considera-se, como Argan (1995), que todas as cidades possuem história e que, portanto, não deve existir uma separação entre "zona histórica" e "zona moderna".

observam nestes núcleos urbanos, constituem formas de produção do espaço e também de realidades como táticas de atores menores, microrresistências, relações de apropriação e táticas teimosas (CERTEAU, 1994) dentro de um sistema normativo, a ordem distante, do espaço concebido, de controle e de dominação (LEFEBVRE, 2013). Criam-se estratégias de controlar esses espaços para o turista consumir, transformando os sujeitos em usuários da cidade. No entanto, as práticas cotidianas e microbianas desconstróem o homogêneo e reforçam a não passividade dos sujeitos. Ao mesmo tempo, as cidades históricas transformam-se em espaços de dominação produzidos na ordem distante, é o espaço concebido, onde o valor da troca prepondera. Esse espaço como mercadoria antagoniza com as táticas cotidianas e desconstrói espaços de apropriação, de usos, como o espaço percebido das práticas socioespaciais e o espaço vivido, afetivo, do encontro, produzindo centros históricos esvaziados de significado social.

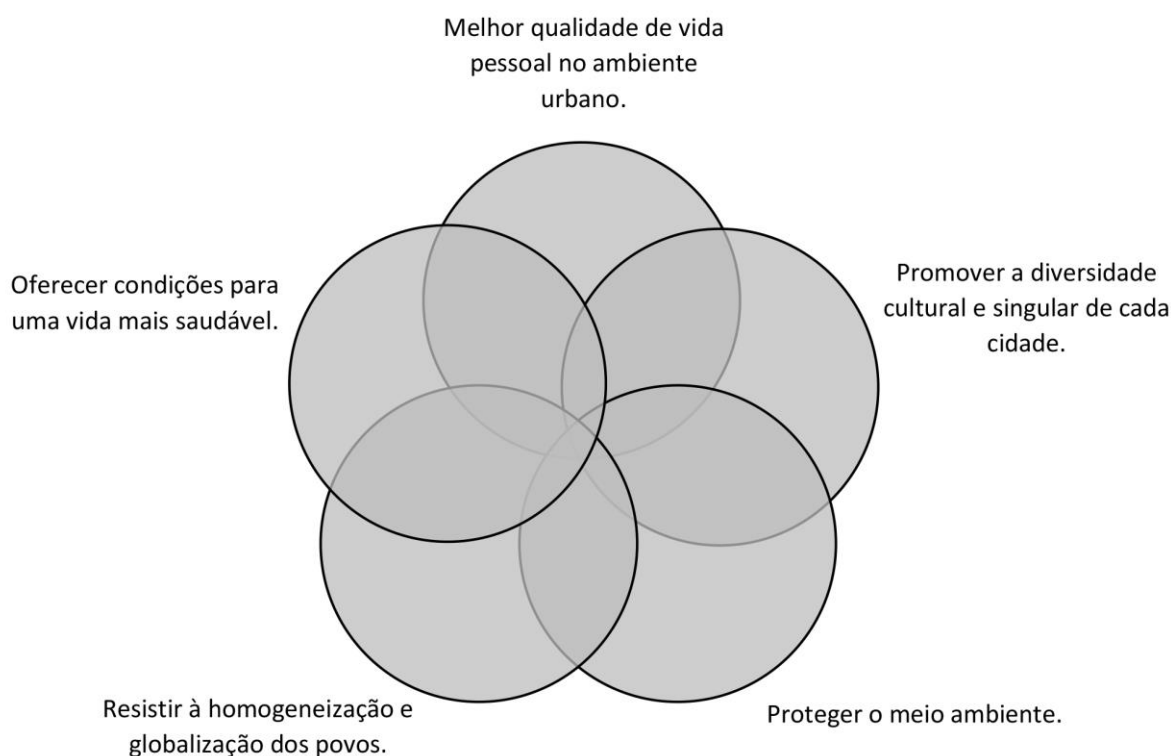
A memória do lugar, aqui entendida como a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o edificado e seu significado simbólico construído a partir da apropriação dos grupos no seu cotidiano, é o grande desafio a ser enfrentado na contemporaneidade. O caminho que se abre para essa problemática é pensar o cotidiano em que se realizam o local e o mundial, de uma dimensão social que emerge do cotidiano dos sujeitos, no seu modo de vida, nas relações sociais, nos usos e apropriações do espaço, refletindo e explicando as transformações urbanas (SCHNEIDER, 2016b).

Assim, pensar o lugar como resultado das práticas cotidianas é retomar em Certeau (1994) a complexidade da problemática espacial. Os usos, as apropriações e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar. É no ato de caminhar, realizado pelos habitantes, que se moldam e transformam os ambientes urbanos planejados, constituindo-se em espaços de resistência e da constituição de uma teoria das práticas do cotidiano.

Estas novas perspectivas de vivenciar um cotidiano menos nocivo marcado pelo ritmo frenético é um movimento mundializado denominado *Slow*. Quando o líder do movimento *Slow Food*, Carlo Petrini, anexou os princípios do movimento à vida urbana, surge o movimento *Cittaslow*. O movimento *Slow Food* é um movimento social que relaciona a cultura e as questões ambientais com os aspetos da gastronomia local. O *Slow City*, ou *Cittaslow*, surge na Itália em 1999 e congrega

hoje mais de 200 cidades em 30 países, entre eles: Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Portugal, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Turquia, China, Canadá e Estados Unidos (CITTASLOW, 2015).

Figura 26 – Metas para ser uma *Cittaslow*.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do conceito.

Para ser uma *Cittaslow* a cidade deve avançar na garantia de um estilo de vida mais equilibrado. Para obter a acreditação de *Slow City*, a cidade tem de obter um resultado final positivo superior a 50% referente a diversos critérios específicos. São 71 critérios de excelência que estão divididos nos seguintes sete grupos: 1) políticas energéticas e ambientais; 2) políticas de infraestruturas; 3) políticas de qualidade da vida urbana; 4) políticas agrícolas, turísticas e artesanato; 5) políticas para a hospitalidade, conscientização e formação; 6) coesão social; 7) parcerias. Considerando a singularidade de cada cidade, elas são divididas em três categorias: povoado *Cittaslow* para menos de 50 mil habitantes; partidário *Cittaslow* para mais

de 50 mil habitantes; e amigo *Cittaslow* para indivíduos e famílias que promovem seus princípios.¹¹⁰

Para Pier Giorgio Oliveti, diretor e secretário-geral da Cittaslow Internacional, o movimento representa uma comunidade viva que subverte a si mesma tendo como chaves a identidade, o ambiente e a responsabilidade: “[...] uma Cittaslow é uma cidade com alma, que trata de maneira holística a vida tranquila. Também é uma cidade que recupera a importância da memória. Em mundo globalizado, corremos o risco de perder nossa identidade, nossa história, nossa perspectiva de caminho em longo prazo”¹¹¹. De acordo com esses princípios, Oliveti afirma que os principais inimigos são a desertificação social (a tendência de abandonar um vilarejo e migrar para as grandes cidades) e a erosão dos princípios de cooperação e solidariedade entre as pessoas.

Figura 27 - Logotipo *Cittaslow*.



Fonte: Cittaslow, 2015.

Na busca por valores mais humanizados e menos atrelados a racionalidades econômicas, a publicação de Honoré (2012) tem, no movimento *Devagar*, uma

¹¹⁰ Antônio Prado candidatou-se, por volta de 2001, como a primeira cidade da América Latina a se engajar no movimento *Cittaslow*. Questões burocráticas e financeiras, mudança de governantes e, principalmente, falta de pagamento das anuidades à Cittaslow Organization fizeram com que o selo oficial jamais chegasse à serra gaúcha. Fonte: http://www.gastronomiaverde.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=164:antoni-o-prado-na-serra-gaucha-quer-oficializar-imagem-de-qcittaslowq&catid=35:news&Itemid=54. Acesso em: 12 de jul. de 2017.

¹¹¹ Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-134156/o-auge-das-cidades-lentas#>. Acesso em: 12 de jul. de 2017.

forma de “viver melhor no moderno mundo da velocidade” (p. 27). O autor cita como exemplo o movimento internacional *Slow Food* (Comer Devagar) em Bra, na Itália, e também aponta o *Cittaslow* como uma filosofia desafiadora do culto à velocidade. As cidades do bem viver são mais que cidade rápida que diminuiu seu ritmo, que resiste à pressão do relógio. “Devagar não quer dizer apático, atraso ou ter fobia de tecnologia. Sim, o movimento quer preservar as tradições arquitetônicas, artesanais e culinárias” (p. 105). São ações como fechar as ruas do centro histórico para o tráfego, proibir cadeias de supermercados e luminosos de neón, dar menos espaço para os carros e mais para as pessoas, ter mais espaços públicos (praças, parques e coretos), lanchonetes de hospitais e escolas servirem frutas e legumes orgânicos da região, as pequenas lojas fecharem nas quintas e domingos, a prefeitura subsidiar reformas de prédio que mantém as características arquitetônicas da região, os imóveis comerciais serem destinados a pequenos negócios familiares. Os turistas são atraídos por produtos manufaturados e comida de alta qualidade, contribuindo para diminuir o desemprego e dinamizar os negócios em Bra.

A mudança da velocidade do carro pelo andar por todo lugar torna as coisas mais tranquilas também em Kentlands e fortalece o espírito comunitário:

Os laços de vizinhança são muito estreitos, bem à maneira antiga. Os pais cuidam dos filhos uns dos outros nas ruas. O índice de criminalidade é tão baixo - quando todo mundo se conhece, os intrusos se mantêm à distância - que há moradores que nem trancam a porta da rua. Há também uma bem azeitada máquina invisível de troca de informações [...] o estilo de vida mais calmo leva a um fortalecimento dos laços comunitários, que por sua vez estimulam as pessoas a relaxar e viver ainda mais tranquilamente. (HONORÉ, 2012, p. 136)

Honoré (2012) acredita que, no Brasil, existam fatores bastante propícios para o desenvolvimento do movimento Devagar, como: forte contato humano, pouco encontrado em países como Estados Unidos e Inglaterra, e a valorização do prazer, seja na música, na dança, na socialização e até nos dias de carnaval. Tais fatores funcionariam como um freio para a velocidade e como uma vacina contra o vírus da pressa.

Sabemos que a participação da população, a existência de redes sociais, de padrões de organização, os modos de regulação praticados na sociedade e as organizações voluntárias da sociedade civil, tornam-se importantes ferramentas para o sucesso de ações para a preservação do patrimônio cultural, pois quanto maior o

capital social, maior a participação¹¹². Santos (2006) ressalta que as relações sociais construídas pela proximidade espacial resultam em interações horizontais, que são produtoras de solidariedade, desde que se promova um conhecimento da realidade, ou seja, o lócus privilegiado para a produção de capital social está nas pequenas cidades. Esta premissa de que o lugar é a “sede de resistência”, proposta por Santos (2006, p. 174), corrobora com Sen (2010, p. 310), para quem a construção do desenvolvimento está relacionada com a liberdade das pessoas de decidir o que fazer para preservar ou permitir que desapareça, sendo importante a participação das pessoas na tomada de decisão sobre o assunto. Na opinião do autor, não existe a obrigação de conservar todo estilo de vida ultrapassado, mas, por uma questão de justiça social, que todas as pessoas, e não somente os privilegiados, possam tomar parte dessas decisões. Essas noções estão diretamente ligadas às capacidades elementares, como ler e escrever, ter acesso à informação e ter oportunidade de participar livremente das decisões. É possível concluir, assim, que a liberdade favorece o tecido social e a confiança para que os indivíduos atuem de forma comprometida com o futuro, potencializem ações e busquem soluções para o desenvolvimento.

O engajamento nas questões de preservação está ligado ao lugar: quanto maior a relação das pessoas com a história social e arquitetônica da sua cidade, maior o seu engajamento. Como capital social informal, a conexão com o lugar é a chave para cidadãos compreenderem, valorizarem e compartilharem o seu passado comum. Ao mesmo tempo, podem representar passados também para “estrangeiros” que estejam interessados em conhecer com eles o presente (HAYDEN, 1997), de modo que os ambientes físicos possam ser compreendidos a partir das experiências e dos processos socioculturais dos grupos que estabeleceram vínculos com esses espaços num dado momento histórico. Nessa perspectiva, o indivíduo que não possui um sentimento de pertencimento a um grupo cultural, portanto não tem as mesmas vivências e memórias, poderá construir esse

¹¹² Moraes (2008) desenvolveu sua pesquisa de mestrado investigando as relações entre capital social, níveis participativos e a participação da população no Plano Diretor Municipal de Araucária (PR) e concluiu que a regional rural, formada por descendentes de imigrantes, foi a que participou com o maior número de representantes. Para a autora, esse fato está relacionado com “um forte sentimento de conexão com o lugar” (p. 108), como uma oportunidade para definir o futuro de seus filhos. Além dessa ligação com o lugar, os participantes possuíam capital social formal, pois faziam parte de associações.

sentimento de pertencimento e processos de identificação por meio da proximidade e compreensão do significado social que envolve a história social, a história pública, a história arquitetônica, o ambiente natural e o construído, o tangível e o intangível. Não se trata de buscar o autêntico ou o tradicional de um grupo social, mas de olhar para as práticas, os valores e os padrões que mostram o caráter dinâmico da cultura.

O patrimônio cultural atua desta forma, como elemento que concretiza as bases do desenvolvimento humano, pois engloba valores e significados sociais que definem a identidade das pessoas, dos grupos e das sociedades, como expressou Choay (2006). Busca-se, assim, na dinâmica e nas normas sociais em que se inserem bens, práticas e saberes que conformam uma cultura para os sujeitos que a identificam, produzem e reelaboram, pensar a cidade na sua relação com a qualidade do meio ambiente urbano (SCHNEIDER, 2016a). Por outro lado, a concepção de patrimônio ambiental urbano, partindo de uma visão mais holística e complexa da cidade, requer, na implementação de políticas urbanas, um governo que atue na perspectiva da intersectorialidade a partir de uma visão integrada do cidadão na sua totalidade. Assim, para a consolidação de uma nova governança nas questões relacionadas ao patrimônio cultural, exige-se uma nova lógica e maior eficácia na gestão pública. Dois condicionantes são importantes nesse processo: o capital social como capacidade individual e coletiva de transformar a vida das pessoas e das cidades gerando mobilização para a preservação e as políticas intersectoriais como estratégia de gestão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagem 24 - Street level (1987).



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.002/996>

Na imagem acima, tem-se cinco chapas de aço de grandes proporções. Por sua monumentalidade, estimula novas experiências a serem vivenciadas no contato com o desconhecido. Ao mesmo tempo, suscita novas sensações, pois o pedestre precisa contornar a escultura, aproximar-se e sentir a dimensão, perceber do que ela é feita ou se afastar para ver o todo. Para Richard Serra (1998), “a experiência do trabalho é inseparável do lugar onde ele se insere”, e a experiência sensorial estimula a participação, a vivenciar o espaço como resultado de uma prática, alterando a percepção do espaço, levando as pessoas a criarem lugares com significados diferenciados. Nesta trajetória de construir uma tese, buscou-se inspiração em diferentes textos produzidos em tempos, lugares e linguagens diferentes, como a fotografia, o cinema, a poesia e a pintura e na própria prática profissional da autora. Mas também o sentir, ver, tocar e escutar foram procedimentos que aproximaram a pesquisadora de seu objeto e permitiram novas problematizações, multiplicando inquietações e experimentações. E o que se concluiu?

Um olhar atento para o conjunto das três cidades aqui pesquisadas atesta que não é possível resumir a análise de suas dinâmicas em um ou outro elemento. Como objetivo específico, identificaram-se as políticas públicas e constatou-se que os conjuntos urbanos são resultado de combinações únicas de aspectos políticos, geográficos, econômicos e culturais que moldaram historicamente cada uma dessas sociedades e que refletem a complexidade da realidade das pequenas cidades. No entanto, algumas pistas colhidas por meio da visita *in loco*, das entrevistas, das observações e de ampla pesquisa documental auxiliaram na compreensão e proposição de explicações às problemáticas em torno do patrimônio cultural.

Das cidades pesquisadas, São Félix está localizada na mais antiga rede urbana do Brasil. A região conhecida como Recôncavo Baiano foi um grande centro da economia colonial com a produção de cana-de-açúcar e fumo no Brasil Império. No entanto, ao longo do século XX, sofreu um forte processo de decadência econômica e estagnação. Ao longo das últimas décadas, investimentos, como o Monumenta, PAC Cidades Históricas, instalação da UFRB e o turismo, principalmente na cidade vizinha de Cachoeira (tombada pelo IPHAN como Monumento Nacional em 1971), não têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida de sua população. Constata-se um grande processo de exclusão social e econômica que se reflete na vida cotidiana caótica da cidade, com graves problemas de planejamento urbano. São Félix não possui as qualidades de uma cidade pequena. Seu ritmo é o de uma periferia de cidade grande, embora sua população seja de apenas 15.310 habitantes (IBGE, 2017).

A exclusão dessa população dos processos de construção de políticas públicas evidencia-se na aprovação do Sistema Municipal de Cultura (São Félix, 2017), produzido sem instância participativa ou mesmo divulgação do seu conteúdo. Esse fato, somado ao desconhecimento do poder público de São Félix sobre legislações como Plano Diretor, Lei de Tombamento e até mesmo ferramentas como o inventário do IPAC, demonstra a ineficiência do órgão municipal, a verticalidade dos processos e a fragilidade na elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas.

Ao avaliar os impactos das políticas públicas de preservação para o desenvolvimento, verifica-se que o IPHAN em São Félix constitui o órgão com maior atuação na área de preservação, agindo principalmente na fiscalização e no

processo de implantação do programa federal Casas do Patrimônio. São extremamente tênues as relações estabelecidas entre o poder público local, a UFRB e o IPAC, que possui bens registrado na cidade de natureza imaterial. Não existem projetos em comum envolvendo essas instituições nem mecanismos de participação em conselhos. Um avanço em 2017 é que, pela primeira vez, ocorreu um diálogo entre o ente municipal e o IPHAN com vistas a elaborar ações de educação patrimonial.

O conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de São Félix foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Nacional em 2010. Portanto, das cidades pesquisadas nesta tese, é o tombamento mais recente e o único que reconhece o valor enquanto paisagem. A cidade distribui-se linearmente numa pequena faixa de terra entre o rio Paraguaçu e a encosta, e pode ser visualizada praticamente como um todo quando observada a partir da outra margem do rio, da cidade de Cachoeira, com a qual apresenta uma relação compatível entre a ocupação urbana e a geografia da região e mantém uma interação histórica, urbanística e paisagística. A maioria das edificações está em estado bastante precário, como a Estação Ferroviária, a Ponte D. Pedro II, o Mercado Público, a Prefeitura Municipal, vários sobrados e casas de particulares. Desse conjunto, estão em bom estado as igrejas, por serem conservadas com recursos da Mitra, o Centro Cultural Danneman, propriedade da empresa de charutos, e a orla do rio Paraguaçu, que foi revitalizada com recursos do Monumenta em 2009.

Em meio a tantas debilidades constatadas, principalmente no que se refere às questões de governança, São Félix possui um rico patrimônio imaterial relacionado com as práticas sociais como os terreiros de candomblé. A relevância dessa manifestação cultural levou o IPAC a registrar esses bens culturais como Patrimônio Imaterial Baiano em 2014, por, entre outros critérios, sua densidade e continuidade histórica, representatividade do terreiro no contexto em que está inserido, inserção política do terreiro na comunidade e vinculação entre a história dos seus fundadores e a vida da cidade. Os terreiros constituem espaços de práticas coletivas com fortes lições de solidariedade entre seus participantes.

A mesma riqueza no que diz respeito às manifestações culturais se observou em Corumbá de Goiás com as Cavalhadas e demais festividades. Das cidades pesquisadas, Corumbá é a que possui o menor número de habitantes, apenas

11.080 (IBGE, 2017). Sua população tem um forte sentimento de pertencimento ao lugar, e a ACDPH é representativa dos anseios de preservação que remontam à década de 1980 quando a população se organiza enquanto associação e pressionaram para a criação de um conselho municipal de patrimônio já em 1986 a fim de evitar a derrubada de seu patrimônio material, inclusive instruindo o processo de tombamento municipal ocorrido em 2003 e o de tombamento federal em 2004. Desde então, as principais ações e projetos são da ACDPH que hoje conta com 58 associados e lideranças reconhecidas pelos associados por sua capacidade de articulação com os entes federados, proprietários e a comunidade em geral. Sem recursos próprios, elabora projetos para captação em leis estaduais de incentivo à cultura e encontrou soluções criativas, como a publicação do livro *Alma, estação outono* que terá a renda revertida para o Museu de Arte Sacra. Por ser reconhecida pela população pelos trabalhos desenvolvidos, possui fácil circulação no poder público local, no IPHAN e com os proprietários das edificações tombadas.

Em relação ao poder público municipal, um diferencial é a existência, no currículo escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental, da disciplina de Educação Patrimonial, desde 2014, e o desenvolvimento, junto ao IPHAN, do projeto *Portas e janelas estão se abrindo* (2010, 2014 e 2015), que não teve continuidade por falta de recursos federais. Em termos de legislação e instrumentos urbanísticos, todo o conjunto de leis está desatualizado, como o Plano Diretor de 2004, o Conselho Municipal de Cultura de 1999 e o de Patrimônio de 1986. Além disso, inexistem instâncias de gestão participativas. A ACDPH tem tido o papel de pressionar o poder público local, embora resultados de ações concretas desse ainda não sejam visíveis, e de informar e fiscalizar as intervenções dos proprietários, cientes das dificuldades de conservação deste casario com muitas edificações datadas do século XIX.

Embora se observe uma associação bastante ativa e uma maior articulação entre os principais órgãos de preservação, como o IPHAN e a prefeitura municipal, os desafios para o centro histórico são enormes. As edificações encontram-se bem conservadas, mas o conjunto está isolado do restante da cidade não só em função do tratamento dado pelos órgãos públicos, mas porque grande parte de seus casarios de origem luso-brasileira está fechada. A proibição da realização das festividades do centro histórico pelo Ministério Público também reforça essa

diferenciação. A população local, que tinha como palco de suas práticas coletivas os antigos casarios que cercam a Igreja Nossa Senhora da Penha, aumenta ainda mais sua desvinculação com o lugar, que somada à idealização do turismo realizado na cidade próxima de Pirenópolis reforça o perigo de transformar a cidade de Corumbá de Goiás em cenário ou centro histórico esvaziado de significado social.

Antônio Prado, por sua vez, possui o conjunto urbano tombado mais dinâmico das cidades pesquisadas. Por suas características de colonização relacionadas à cultura da imigração italiana no sul do Brasil, o térreo das edificações em madeira tinha função comercial, o que se mantém até os dias atuais. Assim como Corumbá de Goiás, a cidade de Antônio Prado conserva o ritmo lento das cidades pequenas: as pessoas reconhecem e cumprimentam os visitantes, e o cotidiano é marcado por um ritmo de vida mais lento. O associativismo também é um elemento cultural local, e o CIBRAP tem desenvolvido este papel na área de preservação com atuação desde a década de 1980. Apesar da resistência dos proprietários ao tombamento em 1990, a articulação da universidade, do poder público local, dos empresários, dos intelectuais, do CIBRAP e do IPHAN vai desenvolver uma série de ações para reverter esse quadro. Os projetos, os conselhos e as legislações implantadas ao longo dos anos, após o tombamento em 1990, resultaram em uma mudança nesse entendimento inicial. Nos últimos anos, percebe-se um arrefecimento nas ações do poder público local nas ações de preservação, principalmente no esvaziamento dos conselhos municipais, fenômeno que ocorreu também em Corumbá de Goiás. Mas a construção do Sistema Municipal de Cultura com participação dos segmentos culturais locais retoma esta instância participativa e instrumentos de gestão urbana que podem alavancar o município em termos de política pública de cultura. Infelizmente, as mudanças no poder público municipal com a posse da nova administração municipal em 2017 requerem um maior tempo para implantação e análise dos resultados.

Os elementos analisados conformam um quadro bastante complexo sem respostas fáceis e definitivas. Os instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor, as políticas públicas de cultura, as manifestações culturais locais, as características socioeconômicas e a ação ou inação dos entes federados, produziram resultados melhores e piores quando analisados os estudos de caso envolvendo o patrimônio nacional em cidades pequenas. Como o objetivo desta tese é analisar os efeitos da

ação de políticas públicas na preservação do patrimônio para o processo de desenvolvimento local, o estudo volta-se para a análise da participação da população, a existência de redes sociais, de padrões de organização, modos de regulação praticados na sociedade e organizações voluntárias da sociedade civil.

Considerando que o capital social estimula e promove, além dos recursos materiais, fatores mais subjetivos, como confiança, cooperação e participação comunitária, importantes para alavancar o desenvolvimento; que uma iniciativa governamental ou institucional pode estimular o sentimento de confiança e de participação cívica, gerando ou aumentando o capital social; que o IPHAN sempre desempenhou um papel de referência para os órgãos de preservação, bem como para os técnicos; que os municípios alcançaram maior autonomia para tratar das questões de preservação com a Constituição de 1988, formulou-se a hipótese de que uma iniciativa governamental de preservação do patrimônio cultural cria e/ou estimula o capital social no âmbito local, gerando desenvolvimento. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que existam ligações qualitativas entre o capital social e o desenvolvimento e que esse é resultado de políticas públicas de preservação que promovem a coesão dos grupos, colaboram na reconstrução da identidade coletiva e fomentam o capital social. Esta hipótese inicial não se confirmou, pois as cidades pequenas analisadas não implantaram políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no âmbito municipal.

Em relação à geração e/ou ampliação de capital social, constatou-se que, numa trajetória histórica, Antônio Prado, por meio do IPHAN, é a cidade que mais fomentou redes de engajamento cívico entre cidadãos – como já analisado anteriormente –, utilizando o estoque de capital social que já existia. O IPHAN ocupou um papel relevante ao longo dos anos no fomento ao capital social, não como regulador da interação social, mas como indutor e mobilizador do capital social, vinculando cidadãos e mobilizando as instituições. Com certeza, a forte sociabilidade, elemento cultural relacionado à cultura da imigração italiana no sul do Brasil, colaborou nessa construção. Este capital social cognitivo é abundante em Antônio Prado, e a existência de um capital estrutural na forma de associações tornou mais eficaz as normas e os valores do grupo social, pressuposto esse já elencado por Uphoff (2003, p. 127). A presença de outros atores endógenos organizados em forma de associações, como a CIC/CDL e a CIBRAP, tem na

preservação do patrimônio local o reforço aos ideais de trabalho apregoados pelos empresários desde a década de 1980, no fomento ao turismo e na valorização da identidade local. O poder público local ficou à margem desse processo ao longo dos anos devido a não implantação de políticas importantes, como o Fundo Municipal de Cultura e o Plano Diretor, que não foi regimentado. O resultado foi um esvaziamento do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de 1983. Mesmo possuindo legislação para tombamento municipal, não realizou tombamentos e foi pela resistência da comunidade local que o mosaico da casa paroquial da Paróquia Bom Pastor não foi derrubado. Cientes do papel a ser desempenhado pelo poder público, a elaboração do Sistema Municipal de Cultura em 2016 representa um importante passo do poder público local na consolidação de instâncias participativas e instrumentos de gestão, pois, conforme Evans (1996), a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil, como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado, o resultado é um aumento da eficácia governamental, fomentando um contexto virtuoso de mudança institucional.

O capital social na sua forma estrutural é mais estável e visível, pois pode ser visto por meio da constituição de associações de preservação. Em Corumbá de Goiás, a ACDPH possui 58 membros atuantes e com reuniões periódicas, ocupando um papel relevante na comunidade, tendo desenvolvido inúmeras ações coletivas e atuando como um importante instrumento nas questões de preservação da cultura local, tanto material quanto imaterial. Por ser representativa de diferentes segmentos da comunidade, mas também formada por redes familiares e de parentesco entre pessoas com clara afinidade, a associação possui fortes laços de confiança entre seus membros, além de ter grande respaldo junto ao poder público local e ao IPHAN. Em Antônio Prado, a CIBRAP também tem forte atuação, mas não tem a mesma capacidade de atuação junto aos órgãos do poder público e ao IPHAN. Dito em outras palavras, a associação produziu, ao longo destes mais de 30 anos, um riquíssimo material de educação patrimonial, mas não consolidou arranjos institucionais com redes capazes de potencializar suas ações de forma que não fossem tão pontuais. Em ambos os municípios, as principais ações de educação patrimonial ocorreram por meio dessas associações.

Tanto em Corumbá quanto em Antônio Prado existe, sim, predisposição das pessoas para a ação, resultado do estoque de capital social existente, como o

associativismo entre os descendentes de italianos no sul do Brasil e a família extensa nos povos cerradeiros. Destaca-se que não era objetivo desta tese analisar o capital social informal, mas constatou-se sua presença marcante nas relações sociais, como confiança e cooperação, principalmente na ACDPH e na CIBRAP. Essa última, apesar de estar muito focada no trabalho promovido por uma forte liderança, encontra respaldo nos demais membros da associação que concordam com a implantação e continuidade dos projetos na área de preservação. Partindo do pressuposto de que o capital social é uma ação coletiva que produz benefícios, ou seja, que promove desenvolvimento, entende-se que esse ativo gerou um fluxo de benefícios que foram se consolidando ao longo dos anos e que, no caso da ACDPH e da CIBRAP, estão em atividade ininterrupta há mais de 30 anos, tendo seu papel reconhecido pela comunidade local. Nessas entidades, o que se observa é a existência de funções básicas, como tomada de decisões, mobilização e gestão de recursos, comunicação e coordenação e solução de conflitos. Para Uphoff (2003, p. 128, 129), o capital social pode aumentar quando se estimulam essas quatro funções básicas de toda organização social. Na ACDPH, a combinação dessas funções é mais clara e contribui para um maior volume de capital social que, conseqüentemente, respalda a ação coletiva mutuamente benéfica e resulta numa rede em que a centralidade é dessa entidade.

Para Uphoff, a produção de capital social é mais eficaz quando resulta de consensos entre os envolvidos ao invés de ser formulada e imposta (2003, p. 129). Essa constatação reforça a necessidade do poder público local de pensar políticas horizontais. O que isso significa no caso de São Félix que não possui associação atuante na área de preservação? Ao analisar o número de entidades associativas, verifica-se que São Félix possui 50 entidades, enquanto Antônio Prado possui 65 e Corumbá de Goiás 24 (IBGE, 2010). Como explicar tamanho número de fundações privadas e associações sem fins lucrativo em São Félix com dados tão baixos de desenvolvimento econômico e social? E, entre essas associações, não existir nenhuma atuante na defesa do patrimônio local quando quase todo o centro urbano é tombado pelo IPHAN? Certamente essa constatação abre novas possibilidades de estudos, pois, nos dados do IBGE, não consta a atividade desenvolvida por serem municípios com menos de 50 mil habitantes. Como, em uma cidade que possui tantas edificações tombadas, a sociedade civil não se organizou na área de

preservação? O capital social cognitivo resulta de emocionalidades e é mais difícil de ser mensurado, pois se manifesta no dia a dia de maneira informal. Os terreiros de candomblé estimulam laços de solidariedade e de confiança entre seus praticantes e são muito presentes no cotidiano dos seus habitantes. O capital social já existe nessas organizações pelo caráter solidário característico destes grupos culturais que possuem uma identidade religiosa e um sentimento de pertencimento. E, como já afirmado por Uphoff (2003, p. 140), o capital social pode ser aumentado, principalmente quando se trabalha a partir das normas culturais e práticas já existentes. O turismo cultural construído utilizando este capital social poderia ser uma alternativa econômica para a cidade e de valorização do rico patrimônio local tanto de natureza material quanto imaterial, mas seus resultados em Cachoeira demonstram que só reforçaram a exclusão social (HENRIQUE, 2009). Os resultados gerados a partir do incremento dos ativos estruturais e cognitivos são muito mais que econômicos, são multifacetados e produzem, assim como constatado por Uphoff (2003) no Haiti, na Índia e na Jamaica, países muito pobres, uma ação coletiva mutuamente benéfica. Nesse contexto, a cultura é parte importante do capital social. São Félix não possui capital financeiro, mas possui uma bagagem cultural relacionada aos rituais afrodescendentes, e sua valorização pode alavancar a autoestima e a identidade coletiva destes grupos marginalizados. O que falta para São Félix se organizar como capital social estrutural na área de preservação? Primeiramente, pela educação se promove a informação, pois, conforme analisado no Capítulo 5, a população de São Félix desconhece e não valoriza seus bens de natureza material tombados pelo IPHAN e seus referenciais imateriais como relevantes. Paralelo a essa constatação, a inação do poder público local e os baixos índices de desenvolvimento humano requerem uma visão mais holística por parte da municipalidade.

Assim, a valorização da cultura popular permite que esses grupos possam se expressar e criar alternativas a partir de sua realidade sociocultural, funcionando também como canais de integração social, conforme já atestava Sen (2013), uma visão de desenvolvimento em que a cultura não ocupa somente papel instrumental, mas um entendimento do papel constitutivo e criativo em que a liberdade é um elemento central. Liberdade para decidir o que preservar e que modos de vida preferem. O princípio básico do desenvolvimento como um processo que aumenta a

liberdade dos indivíduos, proposto por Sen (2013), requer, na área de preservação, instituições horizontais que apoiem e promovam o que é mais relevante para o desenvolvimento cultural, e não a abordagem corrente que privilegia a pujança econômica por meio do turismo cultural em que o aviltamento dos bens culturais se sobrepõe às necessidades das comunidades produtoras. Nesse campo, Antônio Prado promoveu o livro *Bordando sonhos*, a salvaguarda da sopa imperial, a organização do artesanato local, o canto e a dança folclórica, que estimularam o processo de identificação e fomentaram o capital social. A cooperação, o trabalho voluntário, a existência de laços de solidariedade são também elementos do capital social que reforçam o tecido social e que são encontrados na cultura.

E qual a concepção de desenvolvimento compatível com a noção de capital social? Assim como concluído por Franco (2004), capital social é rede social. Como espaço social essas pequenas cidades podem ser o lugar do fortalecimento dos vínculos horizontais, de reforço da solidariedade social e do capital social, conforme atesta Putnam (1996). Retomando o problema de pesquisa, constatou-se que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural pouco contribuíram para o desenvolvimento das cidades pequenas. As políticas públicas de cultura identificadas nos três estudos de caso realçam o caráter vertical dos programas e projetos implantados que, somados à falta de arranjos institucionais, acabaram por gerar poucos impactos positivos na área de preservação do patrimônio cultural. Também o estado letárgico do poder público local não estimulou uma produção ou ampliação do capital social estrutural existente, tanto que as duas associações identificadas – CIBRAP e ACDPH – são anteriores aos processos de tombamento nacional. Essas associações aproveitaram o capital social já existente e praticamente atuaram desde então sem apoio financeiro e técnico do ente municipal. Em relação às questões administrativas, observa-se, nos três municípios analisados, que a estrutura municipal da cultura ocorre com outras áreas (educação, turismo, esporte, lazer) atreladas a outras secretarias e ao gabinete municipal, o que, somado à ausência de um corpo técnico e à escassez de recursos financeiros, tem relegado as questões de preservação a um segundo plano nas políticas públicas municipais. Esse é o discurso que perpassa a inatividade do poder público.

No entanto, ressalta-se que mesmo que haja capital social na forma estrutural, uma associação de preservação não tem como realizar um tombamento,

ou não possui poder para legislar. Ela consegue pressionar o poder público para realizar o tombamento, mas não tem poder de fiscalização e punição, como a prefeitura municipal, o Ministério Público ou mesmo o IPHAN. Redes de cooperação e de confiança são fontes de engajamento cívico, mas precisam ocorrer na sua forma horizontal. Para que ocorra na forma horizontal, precisam de um ambiente propício de igualdade de acesso, sejam mais acessíveis e sem a presença de hierarquias impostas, conforme já atestavam Putnam (1996) e Abu-El-Haj (1999). Ao mesmo tempo, ter um Estado atuante e instituições sólidas para a geração de capital social é privilégio de poucas realidades, principalmente em se tratando de América Latina, fortemente marcada pelo predomínio de oligarquias e instituições democráticas frágeis.

Essa também não foi a realidade encontrada nos estudos de caso desta tese que se restringiu às únicas três cidades que implantaram políticas públicas. Concluiu-se, conforme Bronzo (2010), que uma infraestrutura social saudável resulta da combinação de uma infraestrutura formal (serviços e instalações, como habitação, saúde, cultura, segurança) com a organização social (valores, normas, associativismo). Assim, a existência de redes sociais informais (de controle e normas) e as alterações na infraestrutura formal são condições necessárias para se processarem mudanças significativas que gerem desenvolvimento. Enfim, criar uma agenda, elaborar programas e ações, implantar e avaliar políticas públicas de preservação requer uma sinergia em políticas e serviços públicos na perspectiva da intersetorialidade.

Conforme Inojosa (2001), se faz necessária a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos. Não adianta ter um centro histórico em boas condições de conservação, como no caso de Corumbá de Goiás, se ele está isolado do restante da cidade e as pessoas não moram mais nas edificações. No caso de São Félix, a decadência do conjunto urbano e paisagístico é reflexo da decadência econômica e das condições precárias de vida de sua população, pois não basta apenas restaurar as edificações se as práticas culturais de natureza imaterial não forem salvaguardadas, se as pessoas continuarem em situação de vulnerabilidade social, comprometendo todo e qualquer projeto a ser implantado. Concluiu-se, conforme já apontava a autora, que o aparato governamental provê itens isolados para todos sem se perguntar a diferença que

isso fará na vida das pessoas, que possuem características socioeconômicas e culturais diferentes e, portanto, possuem necessidades diversas. Ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados das políticas implementadas foca nos produtos oferecidos. Este processo de valorização do produto, ocorre quando se tem, por exemplo, a revitalização de um conjunto de edificações de valor arquitetônico para instalação de novos equipamentos e serviços. Tem-se uma área que recebe um investimento financeiro significativo e esteticamente contribui para a imagem da cidade. Tem-se, portanto, um produto mensurável. No entanto, na maioria dos casos, como resultados temos a expulsão da população de baixa renda em decorrência da valorização dessa área e uma transformação radical na natureza do lugar, desvalorizando as atividades culturais e artesanais que já existiam anteriormente. Ressalta-se também o Programa Monumenta na orla do rio Paraguaçu em São Félix, em que uma quantia muito grande de dinheiro foi investida, mas uma parte muito pequena da população tem conhecimento e está sendo beneficiada pelo projeto. Como os resultados do Programa Monumenta em Antônio Prado são visíveis até hoje, mesmo ele sendo anterior ao de São Félix? Parte dessa resposta está relacionada com a rede criada, envolvendo CIBRAP, Atuaserra, poder público municipal, Ministério da Cultura por meio dos Pontos de Cultura e o próprio IPHAN. Sabe-se que o fortalecimento e a mobilização de culturas tradicionais contribuem para a integração de populações marginalizadas melhorando a autoestima e a criatividade e contribuem para um ambiente de melhor qualidade de vida, ou seja, a permanência destas populações é fundamental para o tecido da cidade, mas não faz parte da avaliação dos resultados.

Assim, retoma-se um dos problemas de pesquisa: os projetos culturais no segmento patrimônio edificado mobilizam aspectos-chaves do capital social ou estimulam processo de gentrificação e representações falseadas voltadas ao turismo, como constatado na literatura sobre revitalização urbana em grandes e médias cidades? O fenômeno da gentrificação não ficou evidente em São Félix, Corumbá de Goiás e Antônio Prado, como é o caso, apontado na literatura, nas grandes e médias cidades. No entanto, nas entrevistas do poder público de Corumbá de Goiás e São Félix, apareceram como referência as cidades turísticas de Pirenópolis, em Goiás, e Cachoeira, na Bahia. Ambas as cidades estão inseridas em planos turísticos voltados para a inclusão social e a geração de renda. No entanto,

além do processo inevitável da gentrificação decorrente da alteração dos preços no setor imobiliário, pode-se constatar o fachadismo e a espetacularização decorrentes do objetivo de compor ambientações que possam ser mais facilmente identificáveis pelo turista com a criação de espaços cenarizados para o lazer e o consumo. Constatou-se pelas entrevistas, observações e documentos que em nenhum dos casos estudados houve uma expulsão das populações locais para acomodar famílias com alto poder aquisitivo, mas, em São Félix, um sobrado tombado e desocupado há muitos anos já está em processo de reforma para fins turísticos, embora sem aprovação do IPHAN. O proprietário é um empresário que morou fora do país e também possui o Chalé dos Guinle, que pretende demolir. A edificação possui uma localização privilegiada e constitui uma importante edificação de valor histórico e arquitetônico. Por sua posição territorial, o proprietário é um ator exógeno que pode gerar ações de forma utilitarista e especulativa num contexto em que o tecido social já é extremamente fragilizado.

A promoção da qualidade de vida e de fomento ao desenvolvimento está relacionada a esta visão mais holística da vida em sociedade (SCHNEIDER, 2015). É urgente uma nova governança, conforme constatado principalmente no caso de São Félix, embora em todos os casos estudados verificou-se um poder público organizado por setores governamentais nas diferentes fases do ciclo de uma política. Como já apontado por Inojosa (2001), não se trata de sobrepor projetos, setores ou de, eventualmente, estabelecer algum diálogo entre os segmentos governamentais na formulação. A intersectorialidade é mais ampla, focalizada com base regional em segmentos da população e na preocupação com os resultados e impactos que estes programas geram. O exemplo do esvaziamento do conjunto arquitetônico de Corumbá de Goiás requer soluções com base regional e focalizada na sua população. As respostas para Corumbá de Goiás não são as mesmas que para São Félix ou para Antônio Prado. São realidades históricas, geográficas e econômicas muito diferentes. Por isso a perspectiva da intersectorialidade com foco regional e reconhecendo as singularidades dos grupos populacionais, e não políticas assistencialistas de caráter compensatório. Visando a superar aquela pirâmide hierarquizada e fatiada da estrutura governamental, tão presente nos estudos de caso desta tese, conclui-se, assim como Inojosa (2001), que é necessária a adoção do planejamento participativo em que o Estado atue em redes de compromisso

social para juntos trabalharem determinado problema da sociedade. Esses atores, como o CIBRAP e a ACDPH e mesmo os terreiros em São Félix, são os primeiros a serem atraídos e mobilizados a fim de juntos buscarem alternativas locais para os problemas apresentados. No entanto, as lideranças também continuam muito setorializadas, tanto na estrutura governamental quanto nas associações. Por isso, se faz necessária uma visão mais ampla e a inclusão de novos atores nesta rede.

Quanto maiores os arranjos institucionais e as redes derivadas das ligações entre os atores, maior o capital social, que pode ser aumentado quando ocorre uma sinergia entre a sociedade civil e o Estado. Lotta e Favaretto (2016) também corroboram com essas ideias ao apontarem o peso da cultura setorial que permeia os gestores e o comportamento das forças sociais e da busca de resultados a curto prazo dentro de uma estrutura institucional de privilégios. Os autores destacam ainda a verticalidade dos processos entre os entes federados. Ao analisar os programas federais, como Monumenta, Pontos de Cultura ou mesmo as ações do IPHAN, não se percebeu uma inserção mais ativa dos governos estaduais ou municipais e, conforme os atores já constataram, existe um esvaziamento do papel do ente estadual na articulação de políticas. Diante disso, o governo federal acaba por atuar diretamente com os municípios, dificultando sobremaneira o reconhecimento da heterogeneidade e complexidade estrutural dos territórios, acabando por padronizar os processos de operacionalização das políticas. Os programas citados acima promoveram ações de acordo com as especificidades territoriais, mas, conforme Lotta e Favaretto (2016) já apontaram, não absorveram as forças sociais dos territórios como portadoras dessas especificidades. Esta tese também chega à mesma constatação e reforça ainda que, mesmo quando as ações são do ente municipal, esse concebe o planejamento ainda na forma tradicional, apenas como espaço de investimento que, sem articulação com atores locais, não estimula fluxos de informações que poderiam identificar falhas ou aproveitar melhores oportunidades nos territórios.

Se o capital social é produzido nas comunidades, conforme Franco (2004), o desenvolvimento só pode ser encarado como desenvolvimento local em que comunidades tecidas por redes e redes de comunidades são mais favoráveis ao desenvolvimento. Assim, a concepção de território de Bronzo (2010) como a dimensão de pessoas e lugares articulados com a noção de redes (governamentais,

locais e de serviços) coloca no centro a dimensão do território como critério de intervenção do poder público via programas, serviços e instalações, atuando como base para a reconstrução de redes sociais informais de controle e normas na perspectiva de fortalecimento da infraestrutura social e, conseqüentemente, de uma ampliação das capacidades de escolha dos indivíduos, gerando autonomia e empoderamento.

Para viabilizar ações e políticas de preservação, é necessário tanto ações fortemente ancoradas nas carências materiais e demandas básicas quanto ações voltadas para interações e relações horizontais tendo como valores a cooperação, a confiança e a solidariedade, que contribuem para a criação e/ou o fortalecimento de capital social. Também a participação e o fluxo de informações são elementos fundamentais para a criação de capital social, por isso as ações de educação patrimonial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996 – prevê, no artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, identifica os contextos culturais das pessoas como importante espaço de formação dos sujeitos. Horta (2006) afirma que se trata de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, tendo como foco o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento tanto individual como coletivo. A educação patrimonial é um instrumento de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua autoestima por meio da valorização e do reconhecimento da sua identidade e da sua cultura. Ainda segundo a autora, “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA, 2006, p. 6).

O patrimônio cultural estimula em crianças e adultos um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura em seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. Horta (2006) define a educação patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do

universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 2006). Assim, a educação patrimonial consiste na implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do patrimônio cultural, essenciais na formação da identidade e da cidadania, tendo em vista que o trabalho com a produção cultural das gerações que nos antecederam permite reativar os processos da memória: descobrir como nossos antepassados produziam a satisfação de suas necessidades, como resolviam seus problemas imediatos e como se organizavam socialmente (MACHADO, 2004). O desenvolvimento, na perspectiva de Sen (2010), é um processo que aumenta a liberdade dos indivíduos. A noção de capacidade como o exercício da liberdade e como possibilidades que podem ser escolhidas pode ser aumentada pela política pública ou influenciada pelo uso efetivo do capital social, compreendendo o indivíduo como parte de um compromisso social, como afirma Sen (2013). A participação pode ocorrer tanto nos conselhos quanto utilizando mecanismos legais, como a ação popular. Em São Félix, o desconhecimento sobre o assunto, começando com o tombamento, a inexistência de ação de educação patrimonial relacionada aos bens edificados, deixa a população local totalmente vulnerável aos ditames ou à inércia do governo.

As entrevistas, observações *in loco* e análise documental realizadas reforçam a dissociação entre o planejamento urbano e as políticas de proteção do patrimônio nos casos estudados, que, segundo Leonardo Castriota (2009), derivam da não compreensão do conceito ampliado de patrimônio e de como se pode intervir sobre os bens culturais. Conforme esse autor, o planejamento pauta-se frequentemente, na grande parte das cidades brasileiras, em modelos funcionalistas norteados por critérios como infraestrutura e densidade, negligenciando “a intricada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p. 174). Os modelos de plano diretores das cidades pesquisadas e a falta de discussão com a comunidade local reiteram esta grande lacuna na implantação de políticas urbanas que, ao invés de olharem para a realidade econômica, geográfica, social e cultural, adotam modelos de legislação prontos que não respeitam as especificidades do lugar inseridas em um contexto mais abrangente. Tanto Antônio Prado quanto Corumbá de Goiás e São Félix

possuem Plano Diretor que não foi resultado da participação social, que não foi regulamentado, que possui conteúdo generalista e que se encontra desatualizado. O planejamento urbano é um processo multidisciplinar que incorpora diversos campos de conhecimento dentro de uma visão mais holística da cidade, de forma que os problemas sejam pensados em suas múltiplas dimensões e possibilidades, tendo como papel decisivo a sociedade e a iniciativa privada (CASTRIOTA, 2009, p. 171). Essa perspectiva é reforçada em 2011 pela Conferência Geral da Unesco sobre a paisagem histórica urbana ao incluir “políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdados” (UNESCO, 2011). Nisso se insere o patrimônio urbano numa concepção mais ampliada envolvendo tanto o tangível quanto o intangível quando se trata de coesão social. Um ponto que convida à reflexão é a situação de São Félix, em que a população não reconhece seus bens tombados de natureza material pelo IPHAN. As ações do IPAC de reconhecimento e registro dos terreiros de candomblé e o potencial de capital social existente nessa manifestação cultural e em outras já apontadas nesta pesquisa podem ser o caminho para que o poder público local fomente redes de engajamento cívico.

Formular e implementar políticas públicas que respondam à complexa sociedade contemporânea requer também ações do Estado na perspectiva da intersetorialidade, estimulando a sinergia em políticas (entende-se a participação de diferentes atores) e serviços públicos. Infelizmente, constatou-se que o poder público municipal ainda não está preparado para fomentar a criação e/ou articulação destas entidades de preservação que podem servir como um poder paralelo e, no contexto das cidades pequenas, como verdadeiros espaços de disputa pelo poder. Pela proximidade com a população, ocorre o que Scifoni (2015) chamou de “ajuste do patrimônio”, visando a conferir legalidade onde não existe tal possibilidade, como ocorreu com as edificações que eram patrimônio municipal em Corumbá de Goiás e que foram demolidas. Embora os casos analisados por Scifoni (2015) estejam localizados na metrópole de São Paulo, com grandes empreendimentos privados e grandes projetos públicos, em Corumbá de Goiás, Antônio Prado e São Félix o patrimônio também é visto como obstáculo, pois a sua preservação impossibilita novas intervenções, conforme o senso comum. Esse conjunto de mecanismos legais

por dentro do Estado e por meio dele que eliminam a barreira do patrimônio para garantir o lucro na produção imobiliária também ocorre na pequena cidade. Mas a proximidade dos gestores municipais com a população, no caso das cidades analisadas, também estimula outro tipo de postura da municipalidade, embora com conotação negativa e também se constituindo uma política: a inação.

Estes sinais de letargia, palavra do latim *lethargia*, em que *lethe* significa esquecimento e *argia* inação, referem-se normalmente a um estado clínico com a perda temporária ou completa da sensibilidade e do movimento por causa fisiológica, levando o indivíduo a um estado mórbido em que as funções vitais estão atenuadas de tal forma que parecem estar suspensas, dando ao corpo a aparência de morte. Assim como o poder público nos municípios estudados, o paciente jaz imóvel, os membros pendentes sem rigidez alguma, a respiração e o pulso ficam praticamente imperceptíveis, as pupilas dilatadas e sem reação à luz. Há casos em que o paciente, apesar da inércia absoluta, tudo percebe e compreende, mas se encontra totalmente impossibilitado de reagir de qualquer forma. Algo semelhante ocorre nos depoimentos das associações estudadas, o CIBRAP e a ACDPH, que, apesar de denunciarem, sugerirem e serem atuantes, suas ideias são ouvidas, mas não implementadas. Na Medicina, quando a atividade psíquica é conservada durante esse estado letárgico, dá-se o nome de letargia lúcida, expressão adequada para os casos estudados desta tese. Nas entrevistas com o poder público municipal, reconhece-se que a legislação está obsoleta, que as instâncias participativas, apesar de existirem, não acontecem na prática, que a operacionalização é setorizada e que a cultura fica em segundo plano nas políticas públicas apesar de ser um elemento importante quando se trata de qualidade de vida nas cidades.

José Saramago, no livro *Ensaio sobre a Lucidez*, desenvolve uma crítica mordaz à atuação política institucional relacionando-a à temática do olhar, pois lúcido é quem enxerga. A cegueira é socialmente induzida e apresentada como a incapacidade do ser humano conhecer de forma mais ampla. O autor explora a lucidez como a capacidade de reflexão, e essa condição impulsiona a ação de reagir para modificar o que não considera satisfatório. Na análise de Lima (2008) da obra de Saramago, destacam-se dois elementos que, segundo a autora, justificariam a falta de uma visão plena e que dialogam com esta tese.

O primeiro é a falta de consciência da própria carência de conhecimento, já destacado por Sen (2010), quando se trata de desenvolvimento. Nos estudos de caso, esse elemento perpassou todas as entrevistas e ficou mais latente em São Félix. Já afirmava o ditado popular muito aplicado à área de patrimônio: “A gente ama o que conhece! Quem ama, cuida!”. O conhecer, na obra de Saramago, se contrapõe à cegueira, relacionada nesta tese, na inação do poder público. Mas o conhecer, a lucidez enredada pela reflexão que conduz à ação, está nesta tese na ACDPH e no CIBRAP, composto inclusive de profissionais liberais com formação superior e forte vínculo emocional com o lugar, portanto, atores endógenos que detêm o conhecimento e a capacidade argumentativa e que, por meio da força do grupo organizado, socializam em busca de um bem comum. O conhecer também é promovido nas ações de educação patrimonial, principalmente em Antônio Prado e Corumbá de Goiás, e nas práticas culturais coletivas em São Félix. A fim de produzir capital social é preciso também conhecimento para desencadear um fenômeno de afetividade social.

O segundo elemento apontado por Lima (2008) é a cegueira por vontade própria e o medo que cega. O receio de modificar padrões de conduta já consolidados leva a uma acomodação, inibindo a busca pelo conhecimento. A paralisia do poder público é evidenciada nesta tese pelo “ajuste do patrimônio” que permitiu a derrubada de bens tombados no âmbito municipal em Corumbá de Goiás, pelo arrefecimento dos conselhos municipais de patrimônio em todas as cidades estudadas e, principalmente, pelo *modus operandi* do governo municipal com serviços públicos enclausurados em setores, loteados entre os partidos e com a verticalidade dos processos.

Após anos de trabalho na área de patrimônio, a autora desta tese também buscou em cada reflexão novas formas de pensar e agir neste campo tão complexo. Concorde-se com Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 431) que, ao tratar sobre governo urbano e sua territorialidade, reitera que existem muitas possibilidades de soluções adequadas aos interesses e peculiaridades: a saída está em cada sociedade e nas coletividades locais. Essa ideia reforça a necessidade de políticas que valorizem a memória do lugar relacionada ao ambiente construído. A história pública e a memória dos grupos sociais podem desencadear um poderoso processo de identificação, de sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de

engajamento para evitar centros culturais esvaziados de significado social, processos de gentrificação e espetacularização das cidades.

A cidade das artes de fazer de Certeau (1994) é moldada no seu cotidiano, nos gestos, nas práticas, nas narrativas que constituem a densidade histórica de cada cidade. A intrincada teia de ações desenvolvidas em Antônio Prado de redescoberta e valorização da história social aliada à arquitetura vernacular, aos modos de fazer, à rica gastronomia, às festividades e à salvaguarda do *talian* desencadearam um engajamento da comunidade nas decisões do poder público que se referem ao centro histórico, como foi o caso da revitalização da Praça Central, que também é fruto do contexto cultural local em que o associativismo é muito forte. É na escala local que a participação política se torna mais viável, como já apontava Souza (2013). O mesmo se aplica a Corumbá de Goiás, em que, na ACDPH, tem-se um grupo de pessoas que trabalham de forma voluntária e sem custos para melhorar a vida das pessoas. Os laços de confiança e cooperação resultam em um fenômeno de afetividade social e em um forte engajamento quando se trata de proteger e planejar a cidade, pois já diz a sabedoria popular: “Quem ama, cuida!”. Esse sentimento é compartilhado com os demais por meio das exposições, publicações e salvaguarda das ricas manifestações culturais locais. É a atividade que qualifica o espaço, segundo Certeau (1994), e os modos de apropriação dos lugares é que vão garantir a continuidade da transmissão do conhecimento e ser suporte da memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam.

São as astúcias sutis, táticas teimosas de resistência ao avanço da globalização, que impõem padrões de consumo materiais e simbólicos que transformam as edificações em museus e centros culturais esvaziados de significado social. Essas astúcias são encontradas, por exemplo, no movimento *Slow*. Compreender o lugar é, desse modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e as teias de significações e vivências. Cada lugar tem uma essência que, por sua dinamicidade, responde aos estímulos internos e externos de maneiras diferentes. Por isso, as respostas às problemáticas locais precisam reconhecer potencialidades a serem exploradas com criatividade, na abordagem relacional de seus atores e no reconhecimento das cidades como expressão artística.

Já dizia o austríaco Camillo Sitte, arquiteto e historiador da arte que, em 1899, publicou o livro *Construção da cidade para princípios artísticos*, que o planejamento moderno da cidade valoriza soluções lógicas e matemáticas e ignora valores estéticos. Ao olhar para Antônio Prado, Corumbá de Goiás e São Félix, percebe-se que não houve a submissão completa dos entornos originais dos conjuntos urbanos tombados ao desenho das novas vias expressas, voltadas à satisfação das demandas viárias e imobiliárias da cidade. As curvas, a irregularidade dos traçados das ruas, os delicados jardins, os alargamentos reservam surpresas aos transeuntes. Há que se ter cuidado com a cultura urbana existente, principalmente em Corumbá de Goiás, em que foram apagadas tradições como a das Cavalhadas que ocorriam no centro histórico. Para o autor, o planejamento deve ser uma arte criativa promovendo a interação entre prédios públicos e espaços abertos que promovam o encontro entre as pessoas de forma que os assuntos públicos não sejam discutidos no jornal diário, mas em praças, que seja o espaço de convívio, e não mero local de passagem. É a *ágora* do mundo grego antigo, onde os cidadãos se encontravam para comercializar, discutir política e filosofia.

Compreender a ideia da cidade como expressão artística e a associação da arquitetura urbana à memória do lugar, conforme preconizado por Sitte e Hayden, é reafirmar, ao final desta tese, que as soluções para as problemáticas relacionadas ao patrimônio cultural não estão em receitas prontas e, sim, na possibilidade de criar a partir das particularidades de cada lugar. Fica a certeza de que para problemas complexos não há respostas simples, pois, conforme Saramago (2004), "[...] há que ter o máximo de cuidado com aquilo que se julga saber, porque por detrás se encontra escondida uma cadeia interminável de incógnitas, a última das quais, provavelmente, não terá solução". Alguns questionamentos elaborados nos limites desta tese instigam outras perspectivas de pesquisas e abordagens envolvendo as cidades pequenas: os papéis dessas cidades pequenas localizadas nas proximidades de áreas metropolitanas; os atributos característicos, como o ritmo e a condição política; as implicações econômicas, políticas e sociais dos diferentes segmentos de associações; a avaliação de políticas de preservação nas cidades pequenas que não possuem patrimônio nacional; a relação entre capital social cognitivo e estrutural e formas de mensurá-los; as relações entre níveis de

participação e capital social estrutural; as relações de poder; e a rede de interesses nas políticas de preservação.

Assim, as cidades pequenas, por seus laços de proximidade e horizontalidade, são o lócus privilegiado para pensar e fazer diferente dos atores hegemônicos, para propor saídas criativas a partir da intrincada teia social local, como um organismo vivo que tem um coração pulsante. As cidades de tempos lentos, marcadas pelo soar dos sinos ou pelo ritmo frenético de uma periferia de cidade grande, apresentam singularidades que as diferenciam. Por isso, faz-se necessário uma nova governança que fale e que pense, que olhe para o futuro com os pés cravados nas lições do passado, que estimule campos de reflexão e de ação capazes de conectar as pessoas com os lugares como possibilidades de criação e experimentação de formas heterogêneas de conceber, perceber e viver nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e Desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, nos 1,2, 3 e 29, nº 1. jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cecile; DODEBEL, Vera. (Orgs.) **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015, p. 67-93.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1º sem. 1999.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A (re)descoberta do sertão. **Revista da Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 241–270, abr/jun.2000.

ALVIM, Angélica T. B.; CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de (Orgs.). **Avaliação de políticas urbanas**. Contexto e perspectivas. São Paulo: Mackenzie, 2010.

ANTÔNIO PRADO. Lei Municipal nº 1015 de 29 de junho de 1983. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Antônio Prado.

_____. Diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados de Antônio Prado, 1996.

_____. Lei complementar nº 06, de 13/10/2006. Institui o plano diretor municipal em seus princípios e ordenações básicas, a nova delimitação urbana e os instrumentos que garantem a continuidade da implantação do PDM.

_____. Lei nº 2614 de 8 de junho de 2009. Institui programa de tombamento municipal e o registro de bens culturais de natureza imaterial, cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e o Fundo de Proteção ao Patrimônio de Antônio Prado e dá outras providências.

_____. Regimento Interno do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Antônio Prado, 2013.

_____. Lei nº 2.847 de 4 de julho de 2013. Cria o Conselho Municipal de Cultura de Antônio Prado e dá outras providências.

_____. Lei Municipal nº 3.020 de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Antônio Prado e dá outras providências.

_____. Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado – RS, 2016.

ARANTES, A. A. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Editora Brasiliense/Condephaat, 1984.

_____. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, v. 4, p. 425-435, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. **A História da Arte como História da Cidade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.

ARIZPE, L. La cultura como contexto del desarrollo. In: EMMERIJ, L. (Org.) **El desarrollo econômico y social en los umbrales del siglo XXI**. Washington: BID, 1998.

ARRETCHE, M. T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo, Cortez, 1998. Disponível em: www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: maio de 2017.

BACELAR, W. K. de. Pequena cidade: uma caracterização. In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975-2002. v. III.

BARBOSA, G. C. **Fontes iconográficas históricas de Cachoeira e São Félix**: pesquisa documental. Monografia (Curso de Bacharelado em Museologia) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2011.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: GÜNTER, Weimer (Org.). *A arquitetura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BIDOU ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Bonablume, 2006.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de Sociólogo**: preliminares epistemológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999b.

BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> . Acessado outubro 2016.

_____. LDB. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

_____. Ministério da Cultura. IPHAN. Casas do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2017. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>>. Acessado outubro 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os três ciclos da sociedade e do estado**. Texto para Discussão da EAESP/Fundação Getúlio Vargas nº 308. São Paulo, abril de 2012.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza**: Experiências de Belo Horizonte e São Paulo. Planejamento e políticas públicas. IPEA, n. 35, jul/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/200/194>>. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

BRUGUÉ, Q. **Una administración que habla es una administración que piensa**: de La gestión pública a la administración deliberativa. Participación ciudadana...para una administración deliberativa. Dirección General de Participación Ciudadana, Departamento de Presidencia, Gobierno de Aragón: Zaragoza, 2009, 55-71.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. **Os velhos casarões de Antônio Prado**: processos culturais, patrimônio e conflito. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

CADERNOS DO IPAC. **Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix**. Organização Graça Lobo; coordenação Antonio Roberto Pellegrino Filho. Salvador: Fundação Pedro Calmon : IPAC, 2015. 244p.

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUMBÁ DE GOIÁS. Reunião com a Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico de Corumbá de Goiás – ACDPH. Publicada em 15 de março de 2017. Disponível em: <http://corumbadegoias.go.leg.br/institucional/noticias/reuniao-com-a-associacao-de-cultura-e-defesa-do-patrimonio-historico-de-corumba-de-goias-acdph>. Acessada em 14 de abril de 2017.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, Brasília, DF: IPHAN, n. 23, p. 94-115, 1994.

_____. Notícias recientes sobre La hibridación. VI CONGRESO DE LA SIBE, Faro, julio de 2000. **Revista Transcultural de Música**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=82200702> . cesso em 12/01/2016.

_____. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001a.

_____. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001b.

_____. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 (Ensaio Latino-americanos, I).

CANIELLO, M. **O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”**. Mana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 31-56, abr. 2003.

CARÁMBULA, Gonzalo. **Módulo 5. Aula 1. Curso de Especialização em Gestão Cultural**. Observatório Gestão Cultural. Itaú Cultural, 2010. Disponível <http://www.itaucultural.org.br/aula-1-modulo-5-curso-de-especializacao-em-gestao-cultural-2010>.

CARLOS, A.F.A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARTA DE FLORENÇA, ICOMOS, 1981. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf> . Acessado em maio 2016.

CARTA INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS (ICOMOS). Washington, 1987.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. **A Cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23. São Paulo, jan./abr.1995.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CITTASLOW. 2015. Disponível em <<http://www.cittaslow.net/>>. Acessado em outubro 2017.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2014.

COLEMAN, J. 1988. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988. Disponível em: <http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf>. Acessado em 30 de novembro de 2012.

CORDEIRO, Rui M. Os projetos de desenvolvimento do Brasil Contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 02, p. 230-248, 2014.

CORUMBÁ DE GOIÁS. Lei nº 1.101, de 13 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a Instituição do Plano Diretor de Corumbá de Goiás e dá outras providências.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e política de patrimônio**. Pesquisa de Clara Emilia Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CURADO, Ramir. **Corumbá de Goiás, estudos sociais**. 2. ed. Brasília, Ser, 1997.

_____. **Todos os caminhos levam à Capela de Corumbá**: formação do espaço urbano de um arraial aurífero. In: CHAUL, Nasr Fayal; SILVA, Luis Sérgio Duarte da. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

_____. **Corumbá de Goiás**. Tempos históricos, 2015. (Não publicado)

CURTIS, J. N. B. **Patrimônio ambiental urbano**: um conceito. Seção Opinião119. *Boletim SPHAN/Pró-Memória*, 1980, p. 330. Disponível em: http://docvirt.noip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=472&pesq= Acessado em 14 de janeiro de 2015.

CUTY, Jennifer Alves. **A gente sempre pensou em termos de planejamento**: a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil. Tese doutorado. UFRGS. 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/60602>>. Acessado em setembro 2017.

DANISON, E. F. **The sources of economic in the Unites Stade and the alternatives Before Us**. New York: Committee for Economic Development. 1961.

DIAS, Gleidson Sena; OLIVEIRA, Gleidiane Guimarães; ARAÚJO, Alessandra Oliveira. Cachoeira-BA: ação do estado na reorganização do espaço urbano. **Anais do VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA/X SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB**. Vitória da Conquista, 2011. In: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2e.pdf> Acessado em: 23 de julho de 2017.

DOTTI, Corina Michelin. O percurso da ressignificação de uma cultura. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio e José Clemente Pozenato (Org.). **Cultura, migração e memória**: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales, 38). Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/7/lcg2067/durstonesp.pdf>>. Acessado em 30 de novembro de 2012.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

ESPINO, J. A. **Instituciones y economia**: una introducción al neoinstitucionalismo económico. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

EVANS, Peter. The state as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change. In: Stephan Haggart/Robert Kaufman (Eds.). **Politics of Economic Adjustment**. Princeton University Press, 1992. Tradução de Cid Knipel Moreira. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006>. Acessado em 30 de novembro de 2012.

_____. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996. Disponível em: <http://www.chinaup.com:8080/international/case/case/1404.pdf>>. Acessado em 30 de novembro de 2012.

FANFANI, E. T. Pobreza y política social: mas alla del neoassistencialismo. In: FELIPE, J. L. O território municipal: novos atores, novas formas de gestão. **Sociedade e Território**, Natal, v. 12, n. 1, p. 11-19. 1991.

FELIPE, J. L. O território municipal: novos atores, novas formas de gestão. **Sociedade e Território**, Natal, v. 12, n. 1, p. 11-19, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN**: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-jos%C3%89-ricardo-ori%C3%81-fernandes.1.pdf>>. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar**. Universidade de Caxias do Sul, 2007. Dissertação de Mestrado.

FLORES, Joaquim. **Planos de salvaguarda e reabilitação de centros históricos em Portugal**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO, Porto, 24 de out. 2003. Disponível em: <http://www.academia.edu/799997/Planos_de_Salvaguarda_e_Reabilita%C3%A7%C3%A3o_de_Centros_Hist%C3%B3ricos_em_Portugal>. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

FORTUNA, Carlos. Patrimônio, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra: Portugal, v. 97, p. 23-40, 2012.

FRANCK, Claude. L'envers du décor ou comment faire d'une vieille pierre deux coups. In: **L'Architecture d'Aujourd'hui**, nº 180, Paris, Groupe Expansion, Jul/Ago, p. 4, 1975.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social e Desenvolvimento**. Local: Instituto de Política, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. *Geografia*, Londrina, v.10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, v. 21. Brasília: IPEA, p. 211-259, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acessado em 16 de janeiro de 2016.

FUKUYAMA, Francis. *Capital social y desarrollo: la agenda venidera*. In: ATRIA, Raúl; SILES; Marcelo. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma Santiago de Chile: Cepal y University Michigan State, 2003, p. 33-48.

GAMALHO, Nola Patrícia ; HEIDRICH, Álvaro Luiz . **Diálogos entre Henri Lefebvre e Michel de Certeau**: a produção do espaço e as práticas microbianas em interpretações da cidade contemporânea. In: IV EICS - ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ESPAÇOS PÚBLICOS, IDENTIDADES E DIFERENÇAS, Pelotas (RS), 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. In: **Estudios Territoriales**. Madrid, n. 24, p. 135-147, 1987. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=EJEMPLAR&revista_busqueda=1544&clave_busqueda=8325>. Acesso em 30 de novembro de 2012.

GOMIDE, A.; PIRES, R. **Capacidades Estatais e Democracia**: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0104-4478201600020012100011&lng=en consultado em 10 de janeiro de 2015.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XXI. In: **Boletim de Análise Político-Institucional/ IPEA**. Brasília: IPEA, 2011, semestral.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez et al. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. *Perspectivas Rurales*. **Nueva época**, Año 13, nº 25, 2014. ISSN: 1409-3251.

GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. RJ: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: HAESBAERT, R.; ARAUJO, F. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010487752006000200002&script=sci_arttext&lng=es#volta17>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**: urban landscapes as public history. Cambridge: The MIT Press, 1997.

HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009. Disponível em: <<http://danielpinheiro.wikispaces.com/file/view/Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+e+Desenvolvimento++Cap+1.pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

HENRIQUE, Wendel. Cidades médias e pequenas da rede urbana do recôncavo da Bahia: uma análise sobre Cachoeira. Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevidéo. **Anais do 12º EGAL**. Montevidéo: Universidade de la Republica, v. 01, p. 01-12, 2009.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

HONORÉ, Carl. **Devagar**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura -2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic>>. Acessado em 10 de janeiro de 2015.

_____. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Cultura: 2014/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf> .>
Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

_____. Regiões de Influência das Cidades. Brasília: IBGE, 2007. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 22 de abril de 2017.

_____. Cidades. 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>.

_____. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010>>
Acessado em 17 de julho de 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em:
<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra35151/tecendo-a-rede>>. Acesso em: 28 de jul. 2017. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-06.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, nº 22, 2001.

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2010. Disponível em
<<http://www.pnud.org.br>>. Acessado setembro 2017.

IGLESIAS, Enrique. **Capital social y cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. Argentina: BID; Fondo de Cultura Económico, 2000.

IPHAN. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Cartas Patrimoniais. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____. Subsídios para a justificativa histórica do tombamento da cidade de São Félix, 2008a.

_____. Relatório do grupo de trabalho da 7ª SR/tombamento de São Félix, 2008b. v. III e IV.

_____. Casarão da Educação e Cultura de Corumbá de Goiás. Disponível em
http://www.cultura.gov.br/por-dentro-do-ministerio/-/asset_publisher/dhdgdV8fiG9W/content/casarao-da-educacao-e-cultura-de-corumba-de-goias. Acessado em 12 de maio de 2017.

_____. Portaria nº 68 de 22 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre os critérios para a preservação e intervenções no Conjunto Arquitetônico constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e bens edificados que a envolvem, situado no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás, objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e nas áreas de entorno, bem como altera a delimitação da poligonal de entorno. Disponível em
http://www.lex.com.br/legis_24211692_Portaria_n_68_de_22_de_fevereiro_de_2013.aspx. Consultado em 7 de junho de 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. **Errâncias urbanas**: a arte de andar pela cidade. In: *Revista Arquitecto* 7. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte**, 6, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>>. Acessado em 24 de junho de 2014.

KÜHL, Beatriz M. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 110–144, nov. 2006/abr. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento de 48 casas em Antônio Prado/RS. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFRGS, 1992.

LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.

LIMA, Deize Esmeralda Cavalcante Nunes. **Cegueira e Lucidez**: os ensaios de Saramago. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

LIMA, Elder Rocha. **Notícias de Corumbá de Goiás**. Brasília: Superintendência do IPHAN em Goiás, 2012.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Trabalhos apresentados na Sessão Livre: Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003, p. 15-33.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London And New York: Routledge, 1992.

LONG, N.; PLOEG, J. P. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 21-48.

LONG, Norman. **Sociologia del Desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. San Luis de Potosí/México: El colegio de San Luís /CIESAS, 2007.

LOTTA, G. S.; VAZ, J. C. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 171-194, 2015.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n 57, p. 49-65, mar. 2016.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2004.

MAIA, Doralice Sátyro. *Cidades pequenas: como defini-las?* Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. v. 1. Disponível em <xa.yimg.com/kq/groups/1624466/1360989163/.../CidadesPequenasComoDefinilas.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2016.

MALAGOLLI, G.A; PAULILLO, L. F. Mobilização Política e Rede de Interesses na produção calçadista de Jaú. **Gestão Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 927-938, 2013.

MARZULO, Eber Pires; ROCCA, Luisa, Durán. Identidade, Território e Patrimônio. A experiência em Jaguarão/RS. In: **Anais do 5º Simpósio Imagem e Identidade e Território**. Maceió: Centro de Comunicação Social/ UNIT, 2015.

_____. **Participação, conflitos e intervenções urbanas**: contribuições à Habitat III. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 99-118.

MASCARELLO, Sônia Nara P. **Arquitetura brasileira**: elementos, materiais e técnicas construtivas. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982, p. 52.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

_____. O desenvolvimento sustentável dos municípios: patrimônio histórico-cultural- tombamento e memória: propostas e alternativas. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008.

MENDONÇA; Santos. **Antes de tudo um forte**: a existência e (re)existência dos povos cerradeiros frente as tramas do capital. 2009. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Rodrigo%20dos%20Santos.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2017.

MÉO, Guy di; BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Paris: Armond Colin, 2007, p. 17-42. Tradução pro Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

MOCELLIN, Maria Clara. **Trajatórias em rede**: representações de italianidade entre empresário e intelectuais da região de Caxias do Sul. Tese (doutorado). Campinas, SP: [s.n.], 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro e outros. **Cultura e democracia**. Volume I. Rio de Janeiro, Edições Fundação Nacional de Cultura, 2001, p.13-55.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitectura y política**: ensaios para mundos alternativos. Barcelona: Gráficas 92, 2011.

MONUMENTA. **Memória e Preservação**: Antônio Prado - RS. Brasília, DF: IPHAN, 2009.

MORAES, Luciana Fracasso. **Capital social, níveis de participação e os planos diretores participativos**: processo de elaboração do PDP de Araucária – PR. Dissertação (Mestrado), 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica. 1990.

OCAMPO, José Antonio. Capital social y agenda de desarrollo. In: ATRIA, Raúl; SILES; Marcelo. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma Santiago de Chile: Cepal y University Michigan State.2003, p. 25-32.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas**: diferentes visões e práticas. RAP, Rio de Janeiro, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6812>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura Neoliberal**: lei de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PACTO RÖERICH DA PAZ E CULTURA. Proteção de todas as instituições artísticas e científicas e monumentos históricos. Tratado entre os estados Unidos da América e as outras repúblicas americanas, 1935. Disponível em: <http://roerich.org.br/portal/pacto-roerich/>. Acessado em 12 de maio de 2015.

PARSONS, T. **The social system**. Glencoe: the Free Press Of Glencoe, 1951.

PAULA, Gabriel de. **Bernardo Élis: de Corumbá ao mar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

PAZUCH, Giovani. **Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)**. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Dissertação. PUC, São Paulo, 2015.

PICCOLI, Cristina. **Historic urban landscape of Antônio Prado, Brazil**. 2011. [online]. University of Nova Gorica, Graduate School. [Accessed 9 May 2017]. Retrieved from: <http://repositorij.ung.si/lzpisGradiva.php?lang=eng&id=1188>. Acessado em 25 de abril de 2017.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, Oct. 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983, p.71-75.

POZENATO, José Clemente. **O Quatrilho**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. Série: Novo Romance, nº 5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO. SETUR - Secretaria de Turismo de Antônio Prado. Disponível em <www.antonioprado.com.br/> Acessado setembro 2017.

PROENÇA LEITE, Rogério; PEIXOTO, Paulo. **O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o Bairro do Recife e a zona histórica do Porto**. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. 2008. Disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/gt%2013/o%20patrim%c3%94nio%20como%20elixir%20de%20pol%c3%8dticas%20urbanas.pdf. Acessado em 12 de outubro de 2015.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Shuster, 2000.

RECOMENDAÇÕES DE NAIRÓBI. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 04 abr 2015.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Shuster, 2000.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: o caleidoscópio da cultura**. São Paulo: Manole, 2006.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA Jr., E. M.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.

ROVEDA, Fernando. **Memória e Identidade**. Antônio Prado – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Caxias do Sul: Lorigraf, 2005.

_____. **Projeto completará 10 anos em 2014**. Antônio Prado, 2013. Não publicado.

_____. **Infomativo Projeto Memória: 1995-2015**. Antônio Prado, Gráfica Araucária, 2015.

RUA, Maria das G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil. Brasília: BID, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000226&pid=S0034-7612201400010000100027&lng=en>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SANTANA, Elissandro Trindade de; FERNADES, Hiram Souza. A reestruturação urbana em Santo Antônio de Jesus e de Cruz das Almas, Bahia: a instalação dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, loteamentos fechados e o avanço das “festas-espetáculo” como formas de exclusão sócio-espacial. **Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3693/3378> consultado em 13 de maio de 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de Análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, p.15-26, 1999.

_____. **A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SÃO FÉLIX. Lei nº 138/2008 de 31 de março de 2008. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura de São Félix sua natureza, finalidade, composição e dá outras providências.

_____. Lei nº 145/20083 de setembro de 2008. Altera a redação do artigo 3º da Lei nº 138/2008 de 31 de março de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura de São Félix sua natureza, finalidade, composição e dá outras providências.

_____. Lei nº 341 de 3 de março de 2017. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006, p. 21-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000228&pid=S0034-7612201400010000100028&lng=en>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

SARCOVAS, Yacoff. O incentivo fiscal no Brasil. **Teoria e Debate**. São Paulo, n. 62, p. 58-62, abr./maio 2005.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geusp - espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SCHMITT, C. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, nº 27, p. 82-112, maio/ago. 2011.

SCHMITT, Cláudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 13, n. 27, maio/ago, p. 82-112, 2011.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. A cultura pela cidade. Um olhar sobre o patrimônio cultural. **Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural**. GT ANPUH Brasil. Porto Alegre: UFRGS. 2016a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/snhpatrimonio/simposios-tematicos> acessado em 22 de agosto de 2017.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Por uma nova governança do Patrimônio Ambiental Urbano: O Capital Social e as Políticas Intersetoriais. **Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte**. Porto Alegre, 25-29 julho 2016b[recurso eletrônico]

Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.wordpress.com/principal/anais/> acessado em 14 de maio de 2017.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Patrimônio cultural. In: DALLA ZEN, Laura H. (Org.). **Linguagens artístico-culturais I**. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2013, p. 15-26.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Pensando as políticas de preservação a partir do conceito de lugar. In: FIALHO, Daniela Marzola; SANTOS, Nádia Maria Weber; MONTEIRO, Chalres (orgs.). **Anais do 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade Sandra Jatohy Pesavento**. Porto Alegre: Marca Visual; PROPUR; GT História Cultural RS. 2015, p. 255-269.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHULTZ, Theodore W. Education And economic growth. In: **Social forces influencing American education** (s.p.). Chicago: N.B. Henry. University of Chicago press, 1961.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In: ALVAREZ, Isabel Pinto; CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SEMPERE. Alfons Martinell. **As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual**. 2012. Disponível em: <http://www.campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Relacoes_Cultura_Developolvimento_A_Martinell.pdf>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

SEN, Amartya. **A medição do desenvolvimento além dos indicadores econômicos**. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-medicao-do-desenvolvimento-alem-dos-indicadores-economicos>>. Acessado em 31 de outubro de 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, Richard. **Richard Serra**. Rio de Janeiro: Editora Centro de Arte Hélio Oiticica, 1998.

SILVA, Boanerges Candidoew et al. **O Turismo e as transformações socioespaciais em Pirenópolis-GO**. 2008. Disponível em http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/grupos/tema/38o_turismo_pirenopolis.pdf: Acessado em 17 de agosto de 2017.

SILVA, Manoel Dias da; ROSA, Gabriel Claro da. Educação patrimonial e reelaboração simbólica em processos de patrimonialização cultural: a situação de Antônio Prado, RS. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017.

SIMIS, Anita. Política cultural como política pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Bonablume, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: Editora da UFRN, 2009.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Parecer do Processo nº 1.145-T-85**. Processo de Tombamento da Casa da Neni. 1985.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, jun./dez., 2006, p. 20-45.

SOUZA, M. Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, M. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ ICESA/UFPA, 2009. v. 1.

STIGLITZ, Joseph. Formal and informal institutions'. In: **Social Capital**. A multifaceted perspective. Editado por Partha Dasgupta e Ismail Serageldin. Washington, D.C.: The world Bank, 2000, p. 59- 68.

STIMAMIGLIO, Neusa M. R.; ROVEDA, Fernando. **Bordando Sonhos**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios... (Série Antropologia, nº 390). Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1008/1203>. Acessado em 24 de março de 2017.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

TOLILA Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. Tradução Celso M. Pacionik. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. Disponível em < <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355430.pdf>.> Acessado em 27 de abril de 2015.

TREVISAN, Andre; BELLEN, Hans. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, maio/jun 2008. Disponível em :< www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42_n3.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Conferencia Intergubernamental sobre los Aspectos Institucionales, Administrativos y Financieros de las Políticas Culturales**. Venecia, 1970. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000928/092837SB.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Conferencia intergubernamental sobre las políticas culturales en Europa**. Helsinki, 19-28 jun. 1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000014/001486SB.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Conferencia intergubernamental sobre las políticas culturales en Asia**. Yogyakarta, dez. 1973. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000090/009054SB.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Conferencia intergubernamental sobre las políticas culturales em Africa**. Accra, 1975. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000190/019056sb.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Decenio Mundial para el Desarrollo Cultural 1988–1997**. 1988. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000852/08529_1sb.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6-8 set. 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acessado em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Nossa diversidade criativa**. Relatório da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento presidida por Javier Pérez de Cuellar. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgibin/ulis.pl?catno=129882&set=50B447B5_3_452&gp=0&lin=1&ll=1>. Acessado em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Conferencia intergubernamental sobre políticas culturales para el desarrollo**. Estocolmo, Suécia, mar./abr. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001139/113935so.pdf>>. Acessado em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais.** Paris, 12-14 nov. 1970. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2010/01/unesco_convencao.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.** 2005. Disponível em: <<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas:** edição especial com perguntas e respostas. 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001850/185079por.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras.** Brasília, 12 nov. 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. Declaração universal sobre a diversidade cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acessado em 15 de janeiro de 2016.

_____. **Recommendation on the Historic Urban Landscape.** 2011. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/activities/638> . Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. **O papel da cultura no desenvolvimento sustentável.** 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/culture-and-development/culture-in-sustainable-development>>. Acessado em 14 de outubro de 2015.

UPHOFF, Norman. El capital social y su capacidad de reducción de la pobreza. In: ATRIA, Raúl; SILES; Marcelo. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe:** en busca de un nuevo paradigma Santiago de Chile: Cepal y University Michigan State, 2003, p. 25-32.

VALENCIA, Germán; ARANGO, Juan Carlos. Edycación superior: crecimiento y desarrollo. Calidad, financiamento y eficiência em Colombia. **Lecturas de Economía**, 49, p.115–163, jul./dez. 1998.

VAZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, nº 1, p. 221-241, 1995.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278p.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. Mana v.12 nº1 Rio de Janeiro Apr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009. Acessado em 02 de maio de 2017.

VILLORÍA, Alice Lindón. Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana. Veredas. **Revista del pensamiento sociológico**. México: UAM, nº 8, p. 40– 60, 2004.

WALTER, Maria Inez M.; RANINCHESKI, Sônia; MARINHO, Danilo Nolasco; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Capital Social e políticas sociais no Brasil: diferenças regionais em população beneficiária de programas sociais. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. UNICAMP, Campinas, SP, 2003

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

**APÊNDICE A – CONJUNTOS URBANOS PROTEGIDOS ATÉ JANEIRO DE
2017¹¹³**

UF	Município	Nome atribuído	Estágio da instrução (Portaria 11/86)	Ano de tombamento	Número de habitantes
AL	Penedo	Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico	TOMBADO	1996	64.292
AL	Marechal Deodoro	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	2009	51.715
AL	Piranhas	Sítio histórico e paisagístico	TOMBADO	2004	25.130
AM	Manaus	Centro histórico	TOMBADO	2012	2.094.391
AP	Serra do Navio	Vila Serra do Navio	TOMBADO	2010	5.025
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito de Conceição da Praia, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Marcílio Dias; b) rua Manoel Vitorino; c) trecho da rua Visconde de Mauá; d) rua Dionísio Martins; e) trecho da rua do Sodré; f) rua Macedo Costa	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos dos Mares e da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Adriano Tordilho; b) rua Rio Araguaçu; c) rua Rio Almada; d) faixa marítima até a citada Praça Adriano Tordilho	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Ana Nery, fronteira com a Igreja de N. Sra. da Palma, no Subdistrito de Santana	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Severino Vieira, fronteira com a Igreja de N. Sra. da Saúde, no Subdistrito de Nazaré	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro dos Subdistritos da Sé e do Passo, compreendendo os seguintes logradouros: a) rua Monte Alegre; b) Praça Anchieta; c) rua Inácio Acióli; d) trecho da rua Doze de Outubro; e) rua Santa Isabel; f) rua Moniz Barreto; g) rua Frei Vicente; h) rua Gregório de Matos; i) rua Ângelo Ferraz; j) Praça José Alencar; k) rua Padre Agostinho Gomes; l)	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092

¹¹³ Tabela elaborada pela autora a partir do documento do IPHAN. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conjuntos_urbanos_protegidos_ate_%20janeiro_%20de_%202017.pdf. Dados populacionais do IBGE (IBGE, 2010). Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

		rua Eduardo Carizé; m) rua João de Brito; n) Praça dos Quinze Mistérios; o) rua Custódio de Melo; p) trecho da rua Joaquim Távora; q) Praça Barão do Triunfo; r) rua Luís Viana; s) rua Ribeiro dos Santos; t) trecho da rua Silva Jardim; u) rua Alfredo Brito; v) Praça Quinze de Novembro			
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico incluído no perímetro do Subdistrito da Penha, compreendendo os seguintes logradouros: a) Praça Euzébio de Matos; b) ladeira do Bonfim; c) Praça Teodósio Rodrigues de Faria; d) Praça Senhor do Bonfim; e) rua Professor Santos Reis; f) trecho da avenida Beira Mar; g) Praça Divina; h) rua Benjamin Constant; i) rua Teodósio Costa até a citada Praça do Senhor do Bonfim	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico do Outeiro de Santo Antônio da Barra, no Subdistrito de Vitória. Rerratificação Outeiro de Santo Antônio da Barra - Subdistrito da Vitória (em que foi apensado o Processo 1128-T-84-Forte São Diogo)	RERRATIFICAÇÃO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Porto Seguro	Município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal (Obs: inclui o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta)	TOMBADO	1968	147.444
BA	Santa Cruz de Cabralia	Conjunto paisagístico em Santa Cruz Cabralia, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia	RERRATIFICAÇÃO	1981	28.394
BA	Cachoeira	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1971	35.013
BA	Lençóis	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1973	11.544
BA	Rio de Contas	Conjunto arquitetônico	TOMBADO	1980	13.581
BA	Itaparica	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	TOMBADO	1980	22.744
BA	Mucugê	Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério	TOMBADO	1980	10.096
BA	Monte Santo	Acervo natural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico da Serra do Monte Santo, antiga Serra do Piquaraçá, com destaque para o Santuário de Santa Cruz, constituído pelas suas 25 capelas, cuja	TOMBADO	1983	52.015

		preservação é extensiva aos bens de arte sacra e devocional			
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico	TOMBADO	1938 e 1945	2.938.092
BA	São Félix	Conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico	TOMBADO	2010	15.272
BA	Salvador	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da Cidade Baixa	TOMBADO	1938 e 1945	2.938.092
BA	Andaraí	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu - distrito do município de Andaraí	TOMBADO	2000	13.732
CE	Icó	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1998	67.345
CE	Aracati	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	2001	773.188
CE	Sobral	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	2000	203.682
CE	Viçosa	Conjunto histórico e arquitetônico	TOMBADO	2003	59.487
DF	Brasília	Conjunto urbanístico de Brasília construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a cidade	RERRATIFICAÇÃO	1990	2.977.216
GO	Goiás	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1978	24.269
GO	Pilar de Goiás	Conjunto arquitetônico e paisagístico	RERRATIFICAÇÃO	1954	2.571
GO	Pirenópolis	Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico	TOMBADO	1990	24.604
GO	Corumbá de Goiás	Conjunto arquitetônico constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e dos bens edificados que a envolvem	TOMBADO	2000	11.024
GO	Goiânia	Acervo arquitetônico e urbanístico <i>art déco</i> de Goiânia	TOMBADO	2003	1.448.639
MA	Alcântara	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1948	21.667
MA	São Luís	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1974	1.082.935
MG	Diamantina	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1938	48.095
MG	Serro	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1938	21.431
MG	Tiradentes	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1938	7.726
MG	São João Del-Rey	Conjunto arquitetônico e urbanístico	RERRATIFICAÇÃO	1938	89.832
MG	Mariana	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1945	59.343
MG	Ouro Preto	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1938	74.356
MG	Congonhas	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1941	53.348
MG	Cataguases	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	2003	74.609
MG	Paracatu	Centro histórico de Paracatu	TOMBADO	2012	91.724
MS	Corumbá	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1993	109.294

MS	Campo Grande	Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB, em Campo Grande	TOMBADO	2009	863.982
MT	Cuiabá	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	TOMBADO	1993	585.367
MT	Cáceres	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	TOMBADO	2010	90.881
PA	Belém	Conjunto arquitetônico dos bairros da Cidade Velha e Campina	TOMBADO	2012	1.446.042
PA	Belém	Conjunto arquitetônico e paisagístico do Largo das Mercês e sua área de entorno	ANEXADO	1940/1985	1.446.042
PB	Areia	Conjunto histórico, urbanístico e paisagístico	TOMBADO	2008 ¹¹⁴	22.940
PB	João Pessoa	Centro histórico	TOMBADO	2009	723.515
PE	Igarassu	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1972	113.956
PE	Olinda	Acervo arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1968	390.144
PE	Recife	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Antigo Bairro do Recife	RERRATIFICAÇÃO	1998	1.625.583
PE	Goiana	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	2001	78.940
PI	Parnaíba	Conjunto histórico e paisagístico	TOMBADO	2011	150.201
PI	Piracuruca	Conjunto histórico e paisagístico	TOMBADO	2012	28.242
PI	Oeiras	Conjunto histórico e paisagístico de Oeiras	TOMBADO	2012	36.385
PR	Paranaguá	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	2009	151.829
PR	Lapa	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1992	47.814
PR	Antonina	Centro histórico	TOMBADO	2012	19.418
RJ	Paraty	Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa	TOMBADO	1958	4.097
RJ	Vassouras	Conjunto paisagístico e urbanístico demarcado no processo, constituído de construções públicas e particulares, incluindo calçamento e arborização	TOMBADO	1958	35.622
RJ	Petrópolis	Avenida Koeler: conjunto urbano-paisagístico	TOMBADO	1964	298.158
RJ	Cabo Frio	Conjunto paisagístico	TOMBADO	1967	212.289
RJ	Nova Friburgo	Praça Getúlio Vargas: conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1972	185.102

¹¹⁴ Instrução do processo em 2002 e inscrição no Livro Tombo em 2008. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>

RJ	Arraial do Cabo	Conjunto arquitetônico e paisagístico	RERRATIFICAÇÃO	1967 ¹¹⁵	29.077
RJ	Angra dos Reis ¹¹⁶	Mambucaba: conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1969	191.504
RN	Natal	Centro histórico	TOMBADO	2010	877.662
RS	Porto Alegre	Sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega	TOMBADO	1938/1980	1.481.019
RS	Santa Tereza	Núcleo urbano	TOMBADO	2012	1.780
RS	Jaguarão	Conjunto histórico e paisagístico	TOMBADO	2011	28.230
RS	Novo Hamburgo	Centro histórico (incluindo coleção pertencente à Fundação Ernesto Scheffel)	TOMBAMENTO EMERGENCIAL	2015	249.113
RS	General Câmara ¹¹⁷	Vila de Santo Amaro do Sul	TOMBADO	1998	8.668
RS	Antônio Prado ¹¹⁸	Conjunto arquitetônico e urbanístico constituído de 48 exemplares de arquitetura popular	TOMBADO	1990	13.296
SC	Laguna	Centro histórico	TOMBADO	1985	44.982
SC	São Francisco do Sul	Centro histórico e paisagístico	TOMBADO	1987	49.658
SC	Florianópolis	Freguesias luso-brasileiras na região da Grande Florianópolis (Enseada do Brito) Nome anterior do processo: Enseada do Brito	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	2016	477.798
SC	Florianópolis	Freguesias luso-brasileiras na região da Grande Florianópolis (Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa) Nome anterior do processo: Enseada do Brito	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	2016	477.798
SC	Florianópolis	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Distrito de Ribeirão da Ilha (ou Vila do Ribeirão da Ilha)	ANEXADO	2016	477.798
SC	Itaiópolis	Edificações e núcleos urbanos e rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina - Conjunto de Alto Paraguaçu	TOMBADO	2009	21.486
SE	São Cristovão	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	TOMBADO	1967	88.118
SE	Laranjeiras	Conjunto arquitetônico e paisagístico	TOMBADO	1996	29.418

¹¹⁵ Fonte:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>

¹¹⁶ Não consta na lista de *Conjuntos urbanos tombados até janeiro de 2017*, mas consta no site do IPHAN como Conjunto Urbano. Para esta tese considera-se que Mambucaba é um dos raros sítios históricos brasileiros tombados em sua totalidade, não apenas as edificações, mas, também, o traçado urbano e equipamentos referentes à ocupação do local. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/378/>.

¹¹⁷ O conjunto histórico da Vila de Santo Amaro é composto por 14 edificações tombadas individualmente e mais a praça.

¹¹⁸ Casarão de Madeira, na Rua Gustavo Sampaio, 34, ou Casa de Dona Neni, e o conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, constituído de 47 imóveis. Nesse caso, são no total 48 bens tombados individualmente em duas certidões de tombamento diferentes.

SP	Aldeia de Carapicuíba	Conjunto arquitetônico e urbanístico	TOMBADO	1940	394.465
SP	Santo André	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	TOMBADO	2008	712.749
SP	Iguape	Conjunto histórico e paisagístico	TOMBADO	2011	30.519
SP	São Luís do Paraitinga	Conjunto histórico e paisagístico	TOMBADO	2012	10.735
TO	Natividade	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	TOMBADO	1987	9.301
TO	Porto Nacional	Núcleo histórico	RERRATIFICAÇÃO	2008	52.510